

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PATRÍCIA MARTINS ALVES DO PRADO**

***O LIVRO DA PAZ DA MULHER ANGOLANA:***

**AS NARRATIVAS TESTEMUNHAIS DAS HEROÍNAS DO POVO (1961 - 2008)**

**GOIÂNIA**

**2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Patrícia Martins Alves do Prado

#### 3. Título do trabalho

O LIVRO DA PAZ DA MULHER ANGOLANA: AS NARRATIVAS TESTEMUNHAIS DAS HEROÍNAS DO POVO  
(1961 - 2008)

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Alcilene Cavalcante De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 31/10/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Martins Alves Do Prado, Discente**, em 31/10/2025, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5699419** e o código CRC **4D1B2CCA**.

---

**PATRÍCIA MARTINS ALVES DO PRADO**

***O LIVRO DA PAZ DA MULHER ANGOLANA:***

**AS NARRATIVAS TESTEMUNHAIS DAS HEROÍNAS DO POVO (1961 - 2008)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestra em História.

**Área de Concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades.

**Linha de pesquisa:** História, Memórias e Imaginários Sociais.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcilene Cavalcante de Oliveira.

**GOIÂNIA**

**2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Prado;, Patrícia Martins Alves do  
LIVRO DA PAZ DA MULHER ANGOLANA: AS NARRATIVAS  
TESTEMUNHAIS DAS HEROÍNAS DO POVO (1961 - 2008)  
[manuscrito] / Patrícia Martins Alves do Prado;. - 2025.  
CCLIII, 253 f.: il.

Orientador: Prof. Alcilene Cavalcante de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,  
Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.  
Inclui siglas, lista de figuras.

1. Mulher e nação. 2. Memória Cultural. 3. História das mulheres em  
Angola. 4. Desigualdade de gênero. 5. Resistência. I. Oliveira,  
Alcilene Cavalcante de, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **054/2025** da sessão de Defesa da **Dissertação** de **PATRÍCIA MARTINS ALVES DO PRADO**, que confere o título de **MESTRA em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **14h30min**, na **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“O LIVRO DA PAZ DA MULHER ANGOLANA: AS NARRATIVAS TESTEMUNHAIS DAS HEROÍNAS DO POVO (1961 - 2008)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Alcilene Cavalcante de Oliveira (PPGH-UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **João Alberto da Costa Pinto (PPGH-UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Dayane Augusta Santos da Silva (IFB)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Alcilene Cavalcante de Oliveira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco**.

### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 01/10/2025, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Alberto Da Costa Pinto, Professor do Magistério Superior**, em 01/10/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alcilene Cavalcante De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 02/10/2025, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5649183** e o código CRC **0BBB083E**.

## RESUMO

Num primeiro momento nossa inquietação foi compreender como as mulheres angolanas foram integradas no projeto político de formação da nação angolana. Deste modo, apresentamos como proposta de trabalho uma interpretação sobre o acesso desigual das mulheres à cidadania nacional a partir d' *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008). Para além do processo de mediação cultural, por meio de entrevistas semiestruturadas pela Organização Não Governamental Ajuda Popular da Noruega (doravante ONG APN), as mulheres que deram seu testemunho falam por si e denunciam as violências sofridas. Assim, consideramos, os fragmentos de memória das mulheres de *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* como experiências de vida narradas na forma de literatura de testemunho. As experiências femininas rememoradas nas narrativas deixam pistas e indícios que subsidiam o nosso entendimento acerca dos papéis sociais e como as mulheres veem sua inserção na sociedade angolana após a longa história de luta de libertação nacional do país. O corpus documental revela relações sociais estigmatizadas pela desigualdade de gênero e a resistência feminina a diversas formas de violência. Concebemos que *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008) apresentam uma visão das mulheres comuns, heroínas do povo como sobreviventes de um longo período de guerras, mulheres que empreendem e reconstróem as próprias vidas e o país. Nesta pesquisa documental e bibliográfica de cunho qualitativo, buscamos aplicar metodologicamente a teoria da literatura de testemunho devido a tipologia da fonte. Para tal utilizamos a técnica de elaborar um quadro explicativo das narrativas testemunhais para subsidiar a coleta de dados e análise. Os principais aportes teóricos e metodológicos foram as produções intelectuais das/os seguintes autoras/es: Sylvia Walby (2000); Maria Lugones (2020); Márcio Seligmann-Silva (1998; 2005; 2022); Aleida Assmann (2011) entre outros. Os testemunhos das mulheres angolanas na obra *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* subsidiam a construção do conhecimento histórico, entretanto, não se trata da defesa da verdade absoluta, mas da forma como as sujeitas da própria história compreendem a sua realidade social e cultural. E nela intervém defendendo mudanças de comportamento ao reivindicar como pauta feminina a reeducação sexual para os homens. Evidenciando assim as mudanças na forma de pensar produzindo novos sentidos e significado ao lugar da mulher na sociedade angolana. Assim, por intermédio, das vozes plurais de mulheres angolanas n' *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008), apresentamos como resultado da pesquisa uma memória cultural da heroína como legado da luta pela liberdade e emancipação em Angola. Defendemos a genealogia do arquétipo da heroína como um artefato político cultural do nacionalismo moderno de Angola, construído após a independência política do país.

**Palavras-chave:** Mulher e nação; Memória Cultural; História das mulheres em Angola; Desigualdade de gênero; Resistência.

## ABSTRACT

At first, our concern was to understand how Angolan women were integrated into the political project of forming the Angolan nation. Thus, we present as a working proposal an interpretation of women's unequal access to national citizenship based on *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008). Beyond the process of cultural mediation—through semi-structured interviews conducted by the Non-Governmental Organization Norwegian People's Aid (hereafter NGO NPA) - the women who gave their testimony speak for themselves and expose the violence they have suffered. Thus, we consider the fragments of memory in *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* to be life experiences narrated in the form of testimonial literature. The feminine experiences recalled in these narratives provide clues and evidence that support our understanding of social roles and how women perceive their place in Angolan society after the country's long history of the national liberation struggle. The documentary corpus reveals social relations stigmatized by gender inequality and female resistance to various forms of violence. We understand that *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008) presents a perspective from ordinary women, heroines of the people, as survivors of a long period of wars—women who undertake and rebuild both their own lives and the country itself. In this documentary and bibliographical research of a qualitative nature, we seek to methodologically apply the theory of testimonial literature due to the nature of the source. For this purpose, we used the technique of creating an explanatory framework of the testimonial narratives to support the data collection and analysis. The main theoretical and methodological contributions were the intellectual works of the following authors: Sylvia Walby (2000); Maria Lugones (2020); Márcio Seligmann-Silva (1998;2005;2022); Aleida Assmann (2011), among others. The testimonies of Angolan women in *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* contribute to the construction of historical knowledge. However, this is not a defense of absolute truth, but rather of how the subjects of their own history understand their social and cultural reality. And in this context, they intervene by advocating for behavioral change, including the introduction of female-led sexual re-education for men. In this way, changes in thought are evidenced, producing new meanings and significance for the place of women in Angolan society. Thus, through the plural voices of Angolan women in *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008), we present as the result of our research a cultural memory of the heroine as a legacy of the struggle for freedom and emancipation in Angola. We defend the genealogy of the archetype of the heroine as a political and cultural artifact of Angola's modern nationalism, constructed after the country's political independence.

**Keywords:** Women and nation; Cultural memory; History of women in Angola; Gender inequality; Resistance.

*A nós, mulheres, para que possamos ser fonte de inspiração e força para outras mulheres como as heroínas angolanas anônimas são!*

*A luta da mulher angolana é só uma: é, tão-só,  
a luta pela igualdade, a luta pela conquista da  
dignidade humana. E esta luta não é  
partidária nem regional nem nacional.  
Transcende as fronteiras de Angola e da  
África.*

Miraldina Olga Jamba  
(*Apud* Paredes, 2014, p.332)

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo cuidado constante com a minha vida, pela esperança e pela força que me mantém de pé. É preciso disciplina e paixão pelo que se faz para perseverar.

Com profunda gratidão, aos meus pais, Zilda e Acácio, e aos meus irmãos, Adriano e Cristiano, bem como às suas famílias, por todo o afeto ao longo da minha jornada. Não desisti no momento de maior dificuldade por causa das palavras do meu pai. No dia em que estive com ele no hospital, ele contava, com alegria, a todos os que o visitavam, que a filha cursava mestrado em Goiânia.

Ao meu esposo Oneir: meu amor, não existem palavras capazes de traduzir a minha alegria pelos vinte e sete anos de cumplicidade e de vida compartilhada, suleando os caminhos ao teu lado!

Aos meus filhos Paulo e Beatriz, minha gratidão por cada momento vivido juntos. Por vocês, todos os dias, eu desejo ser a melhor versão de mim! Em vocês, vejo a renovação cotidiana da vida e dos sonhos! Agradeço especialmente, ao meu filho Paulo pelo incentivo e por ter lido, em primeira mão, esta pesquisa!.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcilene Cavalcante, com o registro do meu agradecimento especial. Sou grata pela interlocução atenta, pela generosidade e pelos ensinamentos. Obrigada por todas as perguntas que me fez, obrigando-me a pensar, me fortalecendo e dando ânimo para recomeçar! Obrigada por sua presença na minha formação e pelo auxílio para acessar o livro *A cabeça de Salomé*, de Paula Tavares! Quaisquer incorreções neste trabalho são de minha inteira responsabilidade, pois tem sido um longo caminho de aprendizagem, tanto pessoal quanto profissional.

Ao Prof. Dr. Henrique Modanez e aos servidores da biblioteca da UnB, pelo auxílio para acessar a primeira dissertação produzida no Brasil acerca da história das mulheres em Angola.

Ao historiador angolano Nsambu Baptista Vicente, por disponibilizar sua tese de doutorado, ainda não publicada, intitulada *As mulheres da UPA/FNLA na luta de libertação nacional de Angola: a Associação da Mulher Angolana (AMA) entre a visibilidade e o silêncio (1961 - 1974)*.

À Prof<sup>a</sup>. Armênia, por digitalizar os livros *A cabeça de Salomé* e *O guardador de memórias*. Sou grata pela possibilidade de diálogo e troca de materiais com pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições!

A Simone Schmidt, em especial, por ter disponibilizado uma cópia digital de *O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome*, uma obra de difícil acesso.

À comunidade de pesquisadoras e pesquisadores africanos e africanistas, por compartilharem referências, experiências e saberes!

À historiadora Dayane Augusta Santos da Silva, pela generosidade intelectual, pelas indicações bibliográficas, pelos questionamentos e pelas sugestões na banca de qualificação. À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clarissa Adjuto Ulhoa e ao Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto, por terem participado da banca de qualificação, pelas sugestões de leitura e pelos questionamentos apresentados.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josilene Silva Campos, pela abertura nos diálogos e pelas indicações de leitura. Todas essas contribuições foram de suma importância no meu percurso formativo!

Ao Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da UFG e a todos os servidores, bem como aos professores que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação.

Aos professores Yussef Campos e Cristiano Arrais, em especial, pela convivência e pelo aprendizados nas disciplinas. Com o Prof. Yussef, fortaleci a compreensão da docência como encontro mediado pelo diálogo, numa perspectiva freiriana. Com o professor Cristiano, entendi que historiadoras explicam, por meio da pesquisa e da narrativa histórica, a experiência humana preservada nos vestígios de outros tempos.

A todos os colegas com quem compartilhei vivências ao longo das disciplinas no Campus Samambaia. Em especial minha amiga Lecivânia Santos Rodrigues Silva por ter lido o meu trabalho na fase inicial. Já guardo boas lembranças de todos vocês!

Ao Programa de Pós Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) da Universidade Estadual de Goiás, pela oportunidade de ter cursado disciplinas como aluna especial. Essa experiência me proporcionou não apenas aprendizados, mas amizades — uma brisa suave durante a caminhada!

Aos docentes que fizeram parte da minha trajetória de vida, com o registro do meu profundo respeito e gratidão. Para Molefi Asante, “é preciso compreender que tornar-se humano, concretizar a promessa de tornar-se humano, é a única tarefa relevante de uma pessoa”. Ainda que exija autonomia, essa não é uma tarefa solitária!

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMA – Associação da Mulher Angolana

APN - ONG Ajuda Popular da Noruega

ASSOMENA – Associação da Mulher Empresária e de Negócios do Namíbe

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

LIMA – Liga de Mulheres Angolanas

MAC – Movimento Anticolonial

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OMA – Organização da Mulher Angolana

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PAM – Programa Mundial para Acção Alimentar

PIDE – Polícia Internacional de Defesa de Estado

UDEMU – União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau

UNAC – União Nacional dos Agricultores de Café

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Mini currículo das entrevistadoras .....	43
Figura 1 - escultura: Jaz morto e arrefece o menino de sua mãe (1973) .....	82
Figura 2 – A estátua de uma mãe com o filho morto nos braços.....	85
Figura 3 – Postal publicado pela OMA (1979) .....	93
Figuras 4 – Monumento às Heroínas Angolanas.....	104
Figura 5 – Monumento às Heroínas Angolanas.....	105
Figura 6 – Cartaz do facebook Central Angola 7311.....	108
Figura 7 – Cartaz da marcha pelo fim da violência contra as mulheres.....	109
Figura 8 – Postal de Rosinha, mulher da Guiné-Bissau .....	127
Figura 9 – Capa da Revista Meridiano.....	133
Figura 10 – “Mãe da Revolução” (Arquivo OMA/MPLA) .....	139

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>1 CAPÍTULO: MEMÓRIA CULTURAL: AS HEROÍNAS ANGOLANAS NA LITERATURA DE TESTEMUNHO</b>	
1ONG ajuda popular da Noruega (APN).....	34
1.1ONG ajuda popular da Noruega (APN) e a mediação cultural .....	37
1.2 Diálogo: historiografia e a literatura de testemunho .....	47
1.3 As heroínas angolanas na literatura de testemunho .....	53
<b>2 CAPÍTULO: SITUANDO AS MULHERES ANGOLANAS NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO</b>	
2.1 O colonialismo moderno, colonialidade e decolonialidade.....	60
2.1.2 Império colonial português em Angola.....	65
2.2 Debate historiográfico: a luta anticolonial pela Independência Angolana .....	69
2.3 Breves apontamentos sobre o período pós - independência e a guerra civil.....	83
2.4 “A revolução e a emancipação da mulher”: um discurso político .....	88
2.5 O processo de construção da memória política das heroínas de Angola.....	98
<b>3 CAPÍTULO: “A NOVA MULHER ANGOLANA”: AS HEROÍNAS DO POVO</b>	
3.1 As heroínas sem nome: protagonistas da própria história .....	110
3.2 Violência contra às mulheres na constituição do Estado Nacional.....	124
3.3 A inserção das mulheres na nação: lutas pela cidadania e uma ética do cuidado.....	143
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	153
<b>APÊNDICE</b> .....	164
<b>ANEXO</b> ... ..	248

## **Prefácio: um café com a historiadora...**

Sou natural de Ceres, uma cidade que se formou a partir da implantação da Colônia Agrícola Nacional – CANG, em 1941, um projeto idealizado pelo então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de integrar o Centro-Oeste ao restante do país.

Meus avós maternos e paternos eram mineiros que vieram para a CANG em busca de melhores condições de vida. Meus pais, Zilda e Acácio, com muito trabalho e sacrifício, se esforçaram para oferecer aos meus irmãos e a mim uma vida digna.

Ainda muito jovem, quando concluía o Ensino Fundamental, me casei com Oneir, que sempre foi um entusiasta do meu percurso intelectual. Ingressei no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de Itapuranga, em 2004, e perseguí com obstinação o sonho de me formar em um momento particularmente significativo da minha trajetória como mulher. Não ingressei sozinha no meio universitário: minhas aulas começaram em março, e em junho nasceu meu filho Paulo.

Na graduação, o momento mais difícil foi retornar às aulas no primeiro ano. Não havia possibilidade de trancar a matrícula, e, por muitas vezes, fiz o trajeto de Ceres a Itapuranga com o rosto marejado de lágrimas.

O marco legal para a inserção do ensino de História da África, instituído pela Lei 10.639/2003, foi fruto de inúmeras lutas do movimento negro. Nessa altura, na disciplina, líamos os capítulos de África na sala de aula, de Leila Hernandez. Apesar das fragilidades de ingressar num campo de estudos em formação, percebi naquele movimento uma oportunidade de aprofundar minha formação. Tenho profunda gratidão pelo Prof. Henrique Modanez, que me indicou o livro *A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos*, de Pepetela, e pelo valioso conselho de sempre estar vinculada a uma instituição.

Foi a partir da ficção pepeteliana que dei meus primeiros passos rumo a Angola. Espero, um dia, caminhar pela Baía de Todos os Sonhos e conhecer de perto esse país de história apaixonante e complexa. Uma terra atravessada por contradições e desigualdades, tal como o Brasil, em grande parte por herança colonial; mas também pelas escolhas políticas de uma elite formada no bojo da ditadura salazarista, sem vivência das práticas da liberdade. Ainda assim, sonhou a utopia com as cores da liberdade.

A perspectiva apontada por Edward Said no prefácio de *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* nos conduz a conhecer outros povos por motivos de coexistência e alargamento de horizontes. Esse é um aprendizado essencial, sobretudo quando reconhecemos

a urgência de desenvolver uma escuta ativa — não para falar pelo “Outra/o”, invisibilizando-o, mas para dialogar de forma ética e sensível. Entendo que, como pesquisadores, podemos falar sobre os mais variados assuntos, mas não devemos nos apropriar do lugar de fala das mulheres comuns. Esse princípio tem sido um cuidado fundamental no desenvolvimento das minhas pesquisas.

Em 2009, cursei uma disciplina como aluna especial com a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Libertad Borges Bittencourt, na Universidade Federal de Goiás. Tentei ingressar no mestrado, mas vivi uma expectativa frustrada. Nesse mesmo período, tive a alegria de conceber minha filha caçula, Beatriz — a menina dos meus olhos.

Na especialização em *História Cultural: Imaginário, Identidades e Narrativas* (UFG, 2013), elaborei o trabalho final intitulado *O Estado de Angola e a política de formação do homem novo desenvolvida pelo MPLA (1961 a 1980)*. Naquele momento, minha inquietação girava em torno de como o discurso do “homem novo” se expressava no *corpus* documental<sup>1</sup>. Na especialização em História da África e do Negro no Brasil, pela Universidade Cândido Mendes (2015), dei sequência à temática, aprofundando-a a partir da base teórica da interculturalidade funcional. Já na especialização em *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, pela Universidade Federal de Goiás (2016), retornei aos estudos das obras pepetelianas, utilizando como fonte a obra *A geração da utopia*.

Na especialização em *Formação de Professores e Práticas Educativas*, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres, mergulhei na leitura da obra *Mayombe*. A partir daí, me interessei pela questão de gênero. Ainda não dispunha de plena maturidade teórica, mas estava profundamente tocada pela forma como a personagem Ondina era apresentada: uma intelectual marcada pelo silêncio simbólico.

As aulas da Prof<sup>a</sup>. Luciana Andrade, mais que especiais, me proporcionaram um encontro feliz com a obra *Pedagogia da Autonomia*. Se antes da leitura essas pautas emancipatórias já me interpelavam, tornaram-se ainda mais significativas depois. Mais que professora, Luciana tornou-se amiga, marcando minha vida pela coerência com que incorporou os ensinamentos freirianos na forma amorosa de se relacionar com as pessoas. Publicamos juntas um artigo, além de um capítulo, escrito a seis mãos com a colega Bianca. Minha passagem pelo Instituto

---

<sup>1</sup> Constituído pelas fontes *A vitória é certa a luta continua manual de alfabetização*, disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/DesktopModules/MABDImg/ShowImage.aspx?q=%2fGeral%2fL-00000026&p=1> e: *A vitória é certa guia do alfabetizador* disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/DesktopModules/MABDImg/ShowImage.aspx?q=/Geral/L-00000027&p=1>. Acesso em: 1º fev. 2012.

Federal Goiano – Campus Ceres também foi importante para a consolidação da minha opção pela mediação didática por meio das linguagens artísticas.

No *Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade* da Universidade Estadual de Goiás, cursei duas disciplinas como aluna especial — o que me permitiu alargar horizontes, conhecer obras literárias sobre o período da ditadura no Brasil, bem como autores e autoras goianos. Impactada pela obra *Cordeiros do Abismo*, de Maria Luísa Ribeiro, percebi que era hora de dialogar com meus filhos sobre sexualidade.

Na segunda graduação, em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás – Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede, meus interesses se voltaram para as temáticas da educação especial e da inclusão.

Com a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alcilene Cavalcante de Oliveira, abriu-se um campo novo de possibilidades. Novos desafios e aprendizagens se apresentaram: até então, eu não havia refletido profundamente sobre o valor de abordar obras de autoria feminina. Sigo grata às pessoas que passaram pela minha história de vida, pelas amigas, pelos livros que li ao longo desse percurso, pelos textos que escrevi. Todas essas experiências me constituem.

O exercício profissional também tem impactado minhas reflexões: o diálogo e a escuta ativa, aos poucos, me tornam uma “testemunha solidária” das narrativas testemunhais das mulheres da comunidade onde vivo.

Aqui, testemunho que foi essencial escolher ser feliz, apesar de lidar com as dificuldades das múltiplas demandas decorrentes dos papéis sociais que assumo. Parafraseando Paulina Chiziane: eu, mulher... filha, esposa, mãe, dona de casa, profissional e uma historiadora angolana em formação, inserida na diáspora africana. Esses papéis compõem o caminho da construção da minha identidade política.

Por tudo isso, pela rede de afetos que se formou neste percurso, nutro profunda gratidão por viver este momento ímpar. Dessa experiência de pesquisa, levo no coração a importância do autocuidado e a consciência da responsabilidade pessoal diante do viver

## INTRODUÇÃO

*Vi com estes olhos, eu vi, o fim de uma página e o início de outra. Vi com estes meus olhos que a terra há-de comer. Subi em cima de um tanque de guerra e vi. A árvore cair. As lágrimas a correrem. A paz a subir e a ocupar o seu lugar. Eu vi tudo, eu vi. Afinal os olhos das mulheres podem ser testemunhos da história!* (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 136).

Na passagem acima, uma guerrilheira anônima descreve a experiência<sup>2</sup> de testemunhar o fim do colonialismo português e o nascimento de Angola como nação livre e soberana. Sua afirmação “–afinal os olhos das mulheres podem ser testemunhos da história!” – interpela a tradição historiográfica hegemonicamente masculina, que historicamente marginalizou a experiência feminina. Como argumenta Oyewùmí (2021, p. 185), tanto “as histórias do colonizado quanto do colonizador foram escritas do ponto de vista masculino – as mulheres são periféricas, quando aparecem”.

A historiadora Daiane Castilho Dias (2002) converge com essa crítica ao problematizar o imaginário associado à participação da mulher nas lutas pela libertação em Angola. As imagens de mulheres nos movimentos nacionalistas foram majoritariamente construídas e atribuídas por olhares masculinos, sendo influenciados por três prismas distintos: o regime de repressão colonial, os discursos dos movimentos nacionalistas de libertação e os relatos dos próprios companheiros de luta.

A vida pública e a escrita da história, moldadas por interesses masculinos, resultaram em um apagamento sistemático das mulheres nos relatos históricos. Como enfatiza Michelle Perrot (2007, p. 17), “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas”. A historiadora francesa relata que esse silenciamento foi agravado pelo modo como as fontes históricas masculinas abordavam as mulheres: configurando imagens de forma distorcida e estereotipada, culminando numa avalanche de discursos imprecisos e circunstanciados sobre o papel da mulher na sociedade.

Neste sentido, autoras como a escritora Ana Paula Tavares têm apontado esse apagamento. Embora pertencente à elite intelectual angolana, ela denuncia e refuta o lugar subalterno imposto às mulheres na nação (Mata, 2007). Em entrevista a Michel Laban, Tavares

---

<sup>2</sup> Compreendemos a potencialidade e sentido do termo experiência a partir da análise de Joan Scott, assim “Precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nessa definição torna-se, então, não a origem da nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. [...] É uma historicização que implica exame crítico de todas as categorias explicativas tomadas normalmente como óbvias, incluindo a categoria da experiência”. (Scott, 1998: 304)

sublinha o paradoxo vivido pelas mulheres: sendo “unidade de produção fundamental dessa mesma sociedade, em torno da qual tudo girava”, eram ao mesmo tempo social e simbolicamente desvalorizadas (Rabello, 2019, p. 26).

O cerne do projeto literário de Ana Paula Tavares Tavares, conforme se manifesta na crônica *Edite Södergran*, é mobilizado por uma urgência em recuperar vozes silenciadas: “quando respiro, reponho vozes de mulheres de corpos maltratados e mãos prontas para começar o país e plantar de novo as árvores do pão, entretanto desfeitas” (Tavares, 2004, p. 43). Essa reflexão ajuda a compreender as experiências das mulheres comuns – heroínas vindas do povo com corpos maltratados, que trabalham e empreendem para reconstruir suas vidas e a nação.

Tal imagem da mulher angolana como agente de reconstrução reverbera também nos testemunhos presentes em *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* (publicado em 2008). É justamente essa figura da heroína do povo – mulheres comuns – que constitui o fio condutor desta dissertação.

As narrativas testemunhais de *O Livro da Paz da Mulher Angolana* destacam um olhar feminino – protagonista da própria história – sobre a experiência de ser mulher em Angola. Essa obra se insere na tradição da literatura de autoria feminina nos países africanos de expressão portuguesa. Para a crítica literária Inocência Mata (2007), tal literatura é frequentemente caracterizada por uma perspectiva subjetiva, intimista e vivencial, embora fortemente conectada às questões coletivas.

Segundo José D’Assunção Barros (2020, p. 15-16), as fontes históricas frequentemente estão “articuladas a um desafiador labirinto de possibilidades, onde umas estão a recobrir outras, ou a estabelecer intertextualidades que colocam em diálogo épocas distintas”. Consideramos que o subtítulo da obra de Paula Tavares Tavares – *as heroínas sem nome* – evoca esse intertexto. Ele representa uma articulação consciente entre o contexto histórico nacional e o percurso narrativo da heroína, numa construção simbólica forjada na memória institucional do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da Organização da Mulher Angolana (OMA), amplamente celebrada pela história oficial de Angola<sup>3</sup>. Essa apropriação reelabora a figura da heroína, deslocando-a do campo militar para o espaço da vida comum, onde a resistência feminina assume formas múltiplas, do enfrentamento cotidiano à reconstrução comunitária.

---

<sup>3</sup> No tópico 2.5 O processo de construção da memória política das heroínas de Angola, retomaremos a discussão acerca da construção de uma memória institucional das heroínas de Angola forjada no contexto de pós-independência.

O intertexto da heroína, portanto, atravessa períodos históricos distintos e nos permite reconhecer a imagem da mulher angolana comum como sujeito histórico e protagonista de sua própria narrativa. Assim, por heroína anônima compreendemos a mulher comum dotada de consciência crítica de seu papel histórico. Ela, por meio da palavra e da memória, elabora suas memórias traumáticas, transformando-as em testemunhos de resistência e de reconstrução social em meio à violência contínua e constitutiva da história da nação.

Essas mulheres, que viveram os desdobramentos das guerras e das exclusões, desenvolvem uma ética do cuidado de si e do outro, traduzida em gestos de solidariedade, de partilha e de engajamento político. Seja ao empreender e organizar-se em cooperativas, seja ao integrar ONGs e associações femininas, elas constroem um caminho próprio de autonomia e autodesenvolvimento.

Como demonstraremos ao longo desta dissertação, os testemunhos reunidos em *O Livro da Paz da Mulher Angolana* transitam entre duas tendências: de um lado, a colonialidade de gênero, sustentada por séculos de violência material e estrutural; de outro, as lutas cotidianas por cidadania, reconhecimento e liberdade, que emergem como formas de enfrentamento a uma cultura política ainda autoritária e excludente.

Dessa forma, delimitamos nossa pesquisa de forma espaço-temporal a partir do arquétipo da heroína, compreendido como um intertexto fundante que ilumina as múltiplas formas de participação e emancipação da mulher angolana no cenário político e cultural contemporâneo. Conforme assinala Barros (2020, p.70):

[cada] problema histórico mais específico pode demandar a criação das suas próprias divisões do tempo e do espaço. Novas modalidades como a história comparada, às histórias cruzadas, as histórias interconectadas, a história atlântica ou a história global têm confrontado os padrões habituais de recorte do espaço-tempo com a proposta de novos objetos que não se conformam à periodização e espacialização mais corriqueiras.

Neste sentido, aprofundaremos nossa leitura dos discursos da *heroína* e de suas apropriações em *O Livro da Paz da Mulher Angolana*. A emancipação feminina afirma-se como um “passado-presente” para as mulheres angolanas — heroínas de ontem e de hoje, com o arquétipo da heroína marcando os discursos e projetos políticos da nação. Ao explorar o intertexto “heroínas”, presente no título da obra de nosso *corpus* e perceptivelmente ecoado na literatura de testemunho de mulheres em Angola, identificamos a conexão entre temporalidades distintas.

Desse modo, nosso recorte abrange a imagem da heroína angolana desde o período revolucionário (1961) até 2008, ano de publicação da fonte, pois o título da fonte histórica indica apropriação da imagem da heroína, símbolo nacionalista relevante na cultura angolana.

Com base nas memórias das mulheres do livro, lidas na encruzilhada entre nacionalismo moderno e história das mulheres em Angola, construímos nossa interpretação do paradoxo enfrentado pela mulher numa sociedade ainda patriarcal. Reconhecer esse paradoxo exige admitir a complexidade da luta por emancipação e cidadania frente às desigualdades e à colonialidade de gênero. Trilhamos, nesse contexto, o caminho indicado pelo historiador africano:

Não convém que nos posicionemos demasiado em comparação aos outros e concebamos a marginalização em função do centro. *O centro está em nós mesmos.* [...] seria necessário, como alternativa, um projeto coletivo: quem somos nós? Onde queremos ir? Desde que somos independentes, ainda não respondemos a estas perguntas. O que é que fizemos? O que é que realizamos? De onde viemos? A partir desta plataforma unitária, conviria pôr de pé uma força avançada – consistindo em ideias, recursos humanos e organização – que possa construir um lugar na relação de forças mundiais (Ki-zerbo, 2006, p.157-158, *grifo nosso*).

Indubitavelmente, muitas dessas questões ainda demandaram longo tempo para serem respondidas pelos próprios africanos. A formação dos Estados nacionais no continente africano integra a história contemporânea recente e evidencia a complexidade de processos políticos e culturais em curso. O que nos interessa aqui é o suleamento dessa reflexão: compreender a consciência histórica do lugar da mulher angolana, pois, como afirma Akotirene (2021, p. 31), “a interseccionalidade exige orientação geopolítica”.

A partir desse entendimento — de que “o centro está em nós mesmos” — fundamentamos nosso posicionamento teórico: as mulheres que concederam seus depoimentos para *O Livro da Paz da Mulher Angolana: As Heroínas sem Nome* não são analisadas pela ótica dos estudos subalternos, mas reconhecidas como sujeitas históricas e produtoras de saber.

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, de caráter qualitativo, na qual aplicamos a teoria da literatura de testemunho conforme a natureza da fonte. Elaboramos um quadro explicativo das narrativas para subsidiar a coleta e a análise dos dados, com o propósito de compreender como as mulheres comuns percebem sua inserção na sociedade angolana após uma longa trajetória de luta pela libertação nacional<sup>4</sup>. As narrativas reunidas em *O Livro da Paz*

---

<sup>4</sup> Compreendendo, como sinônimos os termos: luta de libertação nacional, luta pela independência e luta armada anticolonial.

*da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* oferecem uma visão multifacetada dos desafios cotidianos e das experiências de guerra que moldaram a vida dessas mulheres.

Em outubro de 2006, durante a conferência “Mulher e Participação Política e Pública”, realizada na província de Luanda, diversas participantes denunciaram a ausência de mulheres nos processos de negociação da paz em Angola. Em resposta a esse entendimento — e à percepção de invisibilidade feminina na reconstrução nacional —, a ONG Ajuda Popular da Noruega (APN) financiou e estruturou encontros entre entrevistadoras e mulheres angolanas, o que resultou na elaboração do livro organizado por Kasembe e Chiziane (2008).

A APN é uma organização internacional de ajuda humanitária e cooperação, atuante também em programas de desminagem do solo angolano. Além disso, desenvolveu um projeto voltado à participação feminina na vida pública e política, promovendo encontros e criando uma rede de apoio sustentada em testemunhos sobre os sofrimentos causados pela guerra e sobre a celebração da vida nos reencontros com familiares desaparecidos.

Publicado em 2008, pelo selo editorial Nzila<sup>5</sup> (Grupo Leya, Luanda), *O Livro da Paz da mulher angolana* reúne 76 narrativas — quatro coletivas — totalizando 99 depoimentos de mulheres anônimas de diversos segmentos sociais. O livro foi lançado em um contexto político de reconciliação nacional, após o término da guerra civil em 2002, e tem como eixo central as memórias das guerras e a reconstrução do país pela perspectiva feminina.

A guerra perpassa essas histórias testemunhais como tema transversal: Essas narrativas iluminam o cotidiano das mulheres angolanas, mostrando que a guerra atravessa a maior parte de suas experiências. Os relatos incluem mulheres de armas nas mãos — ex-guerrilheiras — e também aquelas que enfrentaram as consequências sociais e culturais dos conflitos. As narrativas abordam problemas sociais, desigualdades e aspectos culturais que se entrelaçam na vida das depoentes.

O *corpus* revela uma interseção de temporalidades: os relatos tratam do passado colonial, da independência (1975) e da guerra civil (1975-2002), ainda que alternados com breves momentos de paz. Temas como sofrimento e resiliência, maternidade, colonialismo tardio, raptos (vinculados a estupros e recrutamentos, usados como arma de guerra, com aprisionamento de crianças, mulheres e homens), racismo, sexualidade, cooperativismo,

---

<sup>5</sup> O selo editorial Nzila é uma empresa do Grupo Leya, instalada no município de Samba - Luanda, em um contexto político de reconciliação nacional após o término da guerra civil em 2002. Fonte: [http://bibliowiki.com.pt/index.php/Editorial\\_Nzila](http://bibliowiki.com.pt/index.php/Editorial_Nzila). Acesso em: 16 mar. 2025.

trabalho, religiosidade, prostituição, doenças, crítica às tradições, poligamia, multa e alambamento permeiam os depoimentos<sup>6</sup>.

Em vários relatos, emerge o anseio por cidadania, expresso nas reivindicações por melhores condições de vida, educação, trabalho, saúde e igualdade de gênero. Assim, o livro perpetua a imagem das mulheres como sobreviventes de um longo período de guerras, que reconstroem suas vidas e o país. Por meio das entrevistas semiestruturadas conduzidas pela equipe da APN, as depoentes denunciam as violências sofridas e transformam suas memórias em narrativas de resistência. Os fragmentos de memória reunidos na obra configuram autênticas experiências de vida, o que nos permite classificá-la como literatura de testemunho.

A *literatura de testemunho* é um gênero que nasce da voz dos sujeitos que, no presente da narrativa, rememoram experiências dolorosas ligadas a eventos históricos, convertendo-as em memória coletiva. Como afirma Seligmann-Silva (1998, p. 21), “ao invés de representação, tem-se apresentação: o objeto de relato é construído num determinado presente do escritor.” Essa forma literária, fragmento da história do século XX — século marcado por guerras e catástrofes — tornou-se um dos legados mais significativos do período.

Na era das catástrofes, narrar é libertar-se do passado, reconstruir a identidade e documentar o vivido sob perspectivas individuais e coletivas. As mulheres angolanas, ao testemunharem suas experiências em *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome*, produzem conhecimento enraizado na sociedade. Elas oferecem, assim, múltiplas interpretações sobre a sobrevivência e a reconstrução — individual e coletiva — da nação.

Para o historiador brasileiro Valdeci Borges (2010, p. 108), a fonte literária constitui “uma configuração poética do real, que também agrega o imaginado”. Assim, a literatura de testemunho dessas mulheres revela o lugar de fala feminino na construção da nação. Interpretar esse tipo de fonte requer, como propõe o historiador burquinense Joseph Ki-zerbo:

espoar as diversas camadas de sedimentos e raspar as crostas de análises que lhe embotam a cor original ou desfiguram o desenho primitivo, fazendo aparecer os traços encobertos e as possíveis discontinuidades advindas das linhas que foram apagadas em muitas leituras anteriores, mas que podem ser recompostas, suprimindo lacunas e

---

<sup>6</sup> A tradição da viúva na obra *O Livro da Paz da mulher angolana: as heroínas sem nome*, é vislumbrada como negativa. Nesta tradição cultural a mulher viúva é despojada dos filhos (as) e bens materiais pela família do marido falecido. Na narrativa testemunhal intitulada *Paz significa também reduzir o peso das tradições negativas que afetam, sobretudo, as viúvas* (Kasembe; Chiziane, 2008, p.171-172), expôs uma estratégia de enfrentamento a cultura que oprime as mulheres. Veja *Nick uma história de Poligamia*, de Paulina Chiziane é uma obra muito interessante para entender aspectos da cultura africana que envolve práticas de poligamia e de alambamento também conhecida em algumas regiões na África como lobolo (acordos financeiros envolvendo a união das famílias no relacionamento conjugal). Pepetela na obra *Mayombe* traz um exemplo literário sobre a tradição da multa, em caso de traição o marido recebe uma quantia em dinheiro do outro homem. N<sup>o</sup> *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, a mulher teve que pagar a multa do marido mais jovem. (Kasembe; Chiziane, 2008, p.160-161).

restabelecendo, em grande parte, os traços propostos pelo autor, ainda que para lê-los contra suas intenções (Borges, 2010, p. 107-108).

Para essa incursão nas entrelinhas dos textos e contexto, inspiramo-nos também na “escola do olhar”, de Márcio Seligmann-Silva (2022), combinada às contribuições de autoras e autores da diáspora africana<sup>7</sup>, o que possibilita novas sensibilidades interpretativas. Em vez de narrar o progresso, essa perspectiva valoriza a memória do sofrimento e das pessoas comuns. A “virada testemunhal” no pensamento pós-colonial, como destaca Seligmann-Silva (2022, p. 99), consiste em “incluir a localização e o corpo como partes essenciais de todo saber”, revelando o testemunho como forma de conhecimento e resistência, gera novas sensibilidades.

Considerando que “os países constroem suas políticas da memória e do apagamento” (Seligmann-Silva, 2022, p. 17), o trabalho historiográfico precisa abrir-se à pluralidade de narrativas. Especialmente às memórias de mulheres comuns, que, em sua heterogeneidade, recompõem a história da nação a partir das margens da história oficial.

A significativa participação das mulheres angolanas na luta anticolonial e nos primeiros anos de independência dialoga com estudos de autoras e autores como: a historiadora brasileira Daiane Castilho Dias (2002)<sup>8</sup>, a antropóloga portuguesa Margarida Paredes<sup>9</sup> (2011, 2014, 2017, 2022), a historiadora angolana Aurora da Fonseca Ferreira (2007), a historiadora brasileira Dayane Augusta Santos da Silva (2021), a historiadora brasileira Yasmim Corrêa (2023) e o historiador brasileiro Fábio Baqueiro Figueiredo (2021), entre outros. O *corpus* corrobora a existência de uma pauta feminina voltada à construção de um Estado de bem-estar social,

---

<sup>7</sup> Autores e autores reconhecidos por Márcio Seligmann como participantes de uma historiografia a contrapelo que refletem sobre: “A máquina de guerra da produção das imagens, a construção de uma ancestralidade, ao lado da tentativa de recuperar e narrar as infinitas histórias do sofrimento e da luta anticolonial, tornaram-se propulsoras para repensarmos a história e memória. Um profundo processo de revisionismo positivo foi inaugurado então. Autores como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Léopold Sédar Senghor, seguidos de Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Edward Said, Stuart Hall, Gayatri Spivak, Ranajit Guha, Homi Bhabha, Dipesh Chakrabarty, Stuart Hall, Achille Mbembe, chegando a representantes dessa tradição hoje, como a artista e ensaísta Grada Kilomba, foram e estão sendo responsáveis por produzir essa historiografia a contrapelo que Benjamin já reivindicava do fundo do inferno da Segunda Guerra em 1940. (Seligmann-Silva, 2022, p.97-98).

<sup>8</sup> Como o primeiro projeto de pesquisa encomendado pelo Ministério da Cultura de Angola sobre A história da OMA e a participação da mulher na luta de libertação nacional não foi publicado. (Paredes, 2014, p.32). Figueiredo (2021, p77). A pesquisa da historiadora Dias intitulada: *Um outro lado da Guerra colônia, História das Mulheres que participaram da luta pela libertação de Angola (1961-1975)* é o primeiro trabalho a nível stricto sensu a abordar o papel da mulher na luta de libertação nacional em Angola.

<sup>9</sup> RAMOS, Rui. **Margarida Paredes, antiga instrutora do CIR Hoji-Ya-Henda**. ClubK, 2020. Disponível em: [https://www.club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=38809:margarida-paredes-181antiga-instrutora-no-cir-hoji-ya-henda&catid=41004&lang=pt&Itemid=1079](https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=38809:margarida-paredes-181antiga-instrutora-no-cir-hoji-ya-henda&catid=41004&lang=pt&Itemid=1079) . Acesso em: 10 nov. 2023.

No artigo *Biografia, Memórias Coloniais e Legado Pós-Coloniais*, Paredes registra a sua presença no momento histórico da proclamação da independência pelo primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto.

evidenciando a inserção social e política das mulheres por meio das lutas por cidadania (Walby, 2000).

A análise se ancora em quatro categorias centrais: nação, colonialidade de gênero, revolução e memória cultural, baseadas respectivamente em Barbosa (2011), Lugones (2020), Visentini (2012) e Assmann (2011). Essas categorias permitem articular os conceitos de identidade nacional, poder, gênero e memória sob uma mesma estrutura interpretativa.

A partir do corpus documental, esta pesquisa confirma a existência de uma pauta feminina voltada à construção de um Estado e de uma nação de bem-estar social. Tal contexto configura uma inserção política e social das mulheres por meio das lutas por cidadania (Walby, 2000).

Na análise dos discursos de gênero e nação, destaca-se o estudo pioneiro da socióloga angolana Maria do Céu Carmo Reis (1987) sobre a representação da mulher no discurso nacionalista, tendo como fonte a literatura produzida pela geração de 1950.

Já a historiadora holandesa Inge Brinkman (2003) concentrou-se nas relações entre bruxaria e os movimentos de libertação, enquanto Marissa Moorman (2008) investigou a construção discursiva da nação por meio da música popular angolana. Posteriormente, Margarida Paredes (2014) ampliou o campo da história das mulheres, consolidando um referencial essencial para os estudos de gênero em Angola (Figueiredo, 2021).

A pesquisa da historiadora Daiane Castilho Dias (2002), defendida na Universidade de Brasília, foi a primeira dissertação brasileira a abordar os estudos africanos sob a perspectiva de gênero. Apoiada em Michel Foucault, Michelle Perrot e Joan Scott, Dias analisou mais de duzentos processos da PIDE/DGS<sup>10</sup> (no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa), buscando compreender o imaginário da mulher combatente na guerrilha.

Diante da instabilidade política e da guerra civil ainda vigente, muitas mulheres se recusaram a conceder entrevistas, e aquelas que o fizeram exigiram anonimato. Em razão dessas limitações, a pesquisadora privilegiou documentos produzidos pela PIDE/DGS, delineando uma contribuição valiosa para o campo.

A historiadora angolana Aurora da Fonseca Ferreira (2007), no capítulo “A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento”, publicado em *A mulher em África: vozes*

---

<sup>10</sup> DGS refere-se à delegação em Angola da Direção-Geral de Segurança, a polícia secreta portuguesa que operou no país durante a Guerra Colonial. A DGS foi a evolução da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), e em Angola foi responsável por operações de contrainformação, investigação e operações especiais, incluindo a criação da força conhecida como Flechas. A DGS em Angola atuou principalmente na recolha de informações e combate à insurgência, muitas vezes utilizando táticas brutais.

*de uma margem sempre presente*, refletiu sobre o papel das mulheres na docência universitária. A autora constatou baixa representatividade feminina e defendeu que o engajamento na produção do saber e no desenvolvimento pessoal é responsabilidade coletiva.

Para esta pesquisa, a contribuição central de Ferreira reside em contextualizar a trajetória das mulheres angolanas na luta por igualdade e reconhecimento, alertando para o desconhecimento histórico sobre a atuação feminina em Angola. Ao rememorar figuras como as rainhas angolanas Njinga Mbandi (rainha reinante do Reino do Dongo e fundadora e rainha do Reino da Matamba), Lueji (que ajudou a fundar o poderoso Império Lunda) e Nhakatolo Ngambo Nkatolo (rainha dos Lucasis), a autora reivindica o estudo e a valorização da presença feminina na política.

Yasmim Corrêa (2023), por sua vez, realizou um estudo comparativo entre mulheres angolanas e portuguesas em Luanda (1930 - 1975), com base na interseccionalidade e na colonialidade de gênero, evidenciando lacunas significativas na produção historiográfica sobre o tema.

Sob a perspectiva da história social da independência, Fábio Baqueiro Figueiredo (2021) analisou as tensões simbólicas e políticas em torno da emancipação feminina nos primeiros anos do pós-independência. Nesse período, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) emergia das zonas rurais para Luanda, onde encontrou uma cultura autogestionária estudantil e sindical sem vínculo direto com sua direção.

Figueiredo (2021) acompanhou a partir de documentos oficiais do MPLA e as notícias publicadas nos jornais Diário de Luanda e Jornal de Angola entre os anos de 1975-1978, o debate público acerca da emancipação feminina. Um embate no qual as lideranças da OMA questionavam o direito à emancipação das mulheres de Luanda. Sob a ótica da OMA/MPLA, as mulheres seriam emancipadas a partir do trabalho de reconstrução nacional, conforme Figueiredo (2021, p. 72) em um espaço de atuação supervisionado que normatizou “a necessidade de ser integrada, disciplinada e orientada, para poder ser angolana.”

A tese do historiador angolano Nsambu Baptista Vicente (2025), *As mulheres da UPA/FNLA<sup>11</sup> na luta de libertação nacional de Angola: a Associação da Mulher Angolana (AMA) entre a visibilidade e o silêncio (1961–1974)*, introduz um recorte regional inédito, ao analisar a atuação das mulheres da AMA e da UPA/FNLA no leste de Angola. Sua abordagem

---

<sup>11</sup> A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) é um partido político angolano com orientação no espectro político de centro-direita à direita. Foi fundado em 1954, com o nome de "União das Populações do Norte de Angola" (UPNA). Em 1958 adotou o nome de "União das Populações de Angola" (UPA).

amplia o campo da história das mulheres ao focar movimentos além do eixo MPLA/OMA, tornando visível a pluralidade das experiências femininas na luta anticolonial.

Margarida Paredes, cuja trajetória pessoal está ligada ao MPLA, é pioneira na construção de um arquivo de memórias de mulheres angolanas. Sua tese e obras posteriores abordam as “mulheres de armas na mão”, e foram fundamentais para pensar a história das mulheres como agentes da formação da nação. Conforme Yasmim Corrêa (2023, p. 143), o livro de Paredes (2015) “contribui para uma historiografia dos conflitos em Angola pelo olhar das mulheres angolanas”. Sua abordagem narrativa combina contextualização política e testemunhos, abrangendo múltiplos movimentos e períodos históricos, o que reforça sua relevância para os estudos sobre gênero e nação.

A historiadora Dayane Augusta Santos da Silva (2021), em *Na cobertura da retaguarda: mulheres angolanas na luta anticolonial (1961–1974)*, propôs uma releitura do conceito de guerrilheira sob a ótica da história social. Ela demonstrou que os termos “combatente”, “guerrilheira” e “mulher-soldado” foram hierarquizados e instrumentalizados politicamente, resultando na invisibilização das mulheres anônimas na luta de libertação.

A originalidade da tese consiste no movimento historiográfico, ao unificar as diferenciações, considerando as mulheres que atuaram como combatentes e mulher-soldado também como guerrilheira. Sem homogeneizar a diversidade humana e cultural das angolanas, a constituição da identidade dessas mulheres é atravessada por suas culturas, línguas e identidades étnicas e raciais diversificadas. Tendo em vista que guerrilheiras são as mulheres que atuaram no *front* de batalhas, são as mulheres de armas na mão, como enfatizou Paredes (2014).

Dayane Silva (2021) reorientou o conceito de guerrilheira, ao enquadrar todas as mulheres angolanas, que tiveram alguma atuação política no período de guerra. Assim, propôs “a quebra de um paradigma que secundariza o trabalho das mulheres, algumas delas camponesas na luta de libertação” (Silva D., 2021, p. 61). Ao expandir o conceito de guerrilheira, consideramos que a interpretação de Silva (2021), integrou a participação das mulheres no projeto nacional, assim como Margarida Paredes pela via militar.

Dessa forma, nossa pesquisa dialoga com essa tradição historiográfica ao refletir sobre os discursos de nação e gênero. No *corpus* documental, destacamos a transformação da consciência histórica das mulheres, que apropriam-se do discurso da independência e da reconstrução nacional para reivindicar o seu lugar na nação. Assim, observamos a centralidade das lutas por cidadania e participação política como expressão de agência feminina.

Para sustentar essa análise, elegemos quatro categorias teóricas fundamentais: nação (Barbosa, 2011), colonialidade de gênero (Lugones, 2020), revolução (Visentini, 2012) e memória cultural (Assmann, 2011). A autora Márcia Fagundes Barbosa (2011), em perspectiva pós-colonial, concebe a nação como narração cultural, um aparato simbólico que se materializa em textos, imagens e rituais. Essa leitura permite compreender a modernidade como espaço de articulação de diferenças culturais, em que raça, gênero e classe não são categorias estanques, mas elementos interdependentes da narrativa identitária.

A dimensão política da nação é complementada por Frederick Cooper (2008), ao demonstrar que, no pós-Segunda Guerra Mundial, a formação dos Estados africanos resultou de um “discurso derivativo”, isto é, um nacionalismo que emergiu no entrecruzamento das estruturas coloniais e dos ideais de descolonização. Como ressalta Cooper (2008):

Do caldeirão político nas décadas de 1950 e 1960, os Estados-nação emergiram por todo o continente africano. A concepção de Benedict Anderson de uma nação como comunidade imaginada deveria ser colocada diante de duas noções relacionadas: a nação não era a única unidade que as pessoas imaginavam, e a predominância do Estado-nação no período pós-1960 resultou numa África não somente focalizada na imaginação africana sobre nação, mas também da nação imaginada pelos administradores coloniais (Cooper, 2008, p.47).

Essa constatação evidencia a complexidade do dilema africano na imaginação da nação, marcada pela herança colonial nas instituições, línguas, fronteiras e divisões étnicas. Em diálogo com Barbosa (2011) e Cooper (2008), Prado (2023) analisa a narrativa da nação e da identidade em *A Geração da Utopia*, de Pepetela, ressaltando como a ficção angolana se torna um espaço de reflexão histórica. A esses aportes soma-se Luena Pereira (2004, p. 35), para quem “a violência é elemento determinante na formação da nação angolana”, reafirmando a interpenetração entre conflito, memória e identidade nacional.

No que se refere à categoria gênero, partimos da definição clássica de Joan Scott (1989), para quem o gênero é “um meio de decodificar o sentido e compreender as diversas formas de interação humana”. Ele é, portanto, uma construção sociocultural e política, que organiza as relações sociais e produz identidades e desigualdades.

Contudo, Oyèrónké Oyěwùmí (2021) adverte contra a universalização ocidental dessa categoria, argumentando que as sociedades iorubás pré-coloniais não se estruturavam em torno do gênero. Para Oyěwùmí, os termos *obirin* e *okurin* designavam diferenças anatômicas, não hierarquias sociais, sendo a noção de “mulher” uma imposição colonial enraizada na lógica biológica europeia. A generificação da cultura iorubá, segundo a autora, ocorreu com a tradução

linguística e a educação formal ocidental, o que alerta para a necessidade de análises culturalmente situadas.

Nesse sentido, Maria Lugones (2020) propõe a noção de colonialidade de gênero, numa perspectiva decolonial<sup>12</sup> e articulando raça e gênero no interior da colonialidade do poder (Quijano). Para Lugones, o sistema colonial redefiniu a humanidade segundo parâmetros raciais e sexuais capitalistas, eurocêntricos e falsamente globais, subordinando a mulher de cor em todos os âmbitos da vida social pública e privada. A autora evidencia que categorias como “homem”, “mulher” e “negro” foram normatizadas a partir da experiência burguesa branca heterossexual, tornando-se instrumentos de dominação. Como afirma Lugones (2020), a

‘colonialidade’ não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade (Lugones, 2020, s/p, grifo nosso).

Essa leitura revela a violência epistêmica e social da colonização, e ilumina as vozes femininas que emergem em *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* (2008), denunciando as opressões e reivindicando novos lugares de existência e fala.

A teoria da memória cultural de Aleida e Jan Assmann, derivada do conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs (2003), complementa esse quadro analítico. Para Halbwachs (2003, p. 30), “as lembranças são reconstruções do passado a partir do presente”, e “nunca estamos sós em nossas memórias”, pois elas se formam no diálogo com as lembranças dos outros (Halbwachs, 2003, p. 30). Coexistimos e nos formamos dialogando com os testemunhos dos outros que são exteriores a nós. Assim, os testemunhos têm a função de influenciar a construção de nossas memórias ao enfraquecer, fortalecer ou complementar as nossas lembranças.

Os autores Assmann ampliam esse conceito, distinguindo memória comunicativa (transmitida oralmente entre três gerações) e memória cultural (preservada por mídias e instituições). A última, segundo Aleida (2011, p. 19), é o meio pelo qual a “memória viva se traduz em memória da posteridade”, sustentada por monumentos, arquivos e narrativas.

---

<sup>12</sup> Ao invés de utilizar a palavra descolonial, optamos por utilizar como propõe Ballestrin (2013) decolonial para não confundir com descolonização, porque persiste a colonialidade segundo Mignolo (2017) a face obscura da modernidade europeia que a viragem decolonial almeja ultrapassar.

Assim, vinculamos a memória cultural como pilar desta pesquisa, entendendo que, na elaboração de *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome*, a equipe da ONG APN atuou na construção de uma memória intencional da mulher angolana, consolidada pelas narrativas testemunhais. Astrid Erll (2008, p. 2) define a memória cultural como “a interação entre o presente e o passado em contextos socioculturais”, processo pelo qual lembranças individuais convergem na formação de uma memória nacional.

Por fim, a categoria revolução, conforme Visentini (2012), refere-se a um movimento de transformação social radical, associado à derrubada da ordem colonial e à criação de novas estruturas jurídicas, políticas e econômicas. Em Angola, tais transformações estiveram intrinsecamente ligadas às lutas populares e guerrilhas — inspiradas por Mao Zedong, Ho Chi Minh, Fidel e Raúl Castro, Che Guevara e Amílcar Cabral — que moldaram a consciência política da libertação nacional.

Dessa forma, até este ponto, apresentamos o percurso teórico-metodológico da pesquisa e suas categorias de análise centrais, em diálogo com o contexto histórico angolano. Nos capítulos seguintes, examinamos como as narrativas de mulheres comuns — as “heroínas do povo” — articulam memória, identidade e resistência, configurando um discurso feminino sobre a nação e a história de Angola.

No primeiro capítulo, intitulado “Memória Cultural: As Heroínas Angolanas na Literatura de Testemunho”, contextualizamos a atuação da ONG Ajuda Popular da Noruega (APN) e examinamos o processo de mediação cultural que deu origem à obra que constitui nosso *corpus* documental.

Demonstramos que os depoimentos resultantes dessa relação dialógica entre a ONG e as mulheres angolanas configuram autênticas narrativas testemunhais. Eles cumprem mais que o objetivo institucional da APN: dar visibilidade à participação das mulheres nos processos de paz. Tais relatos revelam vozes femininas que entrelaçam suas trajetórias pessoais à história política da nação em formação, revisitando traumas e experiências coletivas de guerra. Por essa razão, o capítulo propõe uma reflexão sobre a historiografia e sobre o gênero da literatura de testemunho, analisando o modo como a escrita da memória se converte em forma de resistência.

A partir da análise do corpus e da aproximação teórica com Patrícia Hill Collins, que produziu saberes situados no contexto da diáspora, formulamos o conceito de “heroína” adotado nesta pesquisa. Articulamos, ainda, exemplos literários que evidenciam como o intertexto da heroína se manifesta na literatura de testemunho de autoria feminina, configurando um espaço simbólico de reconstrução e reexistência.

No segundo capítulo, intitulado “Situando as Mulheres Angolanas no Debate Historiográfico”, construímos uma leitura panorâmica sobre o lugar das mulheres na historiografia de Angola. Tendo em vista que nossa análise se centra no conceito de heroína — que conecta diferentes temporalidades e experiências históricas —, contextualizamos o período de 1961 a 2008<sup>13</sup>, abarcando desde a luta anticolonial até a reconstrução nacional. Esse recorte nos permite compreender o discurso político da emancipação feminina no contexto da revolução, bem como a formação da memória política das heroínas angolanas.

No terceiro e último capítulo, “A Nova Mulher Angolana: As Heroínas do Povo”, propomos uma releitura do conceito de heroína, agora aplicado às mulheres comuns. Iniciamos com a análise de nossa fonte histórica, *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* (2008), e apresentamos dados sobre as trajetórias de vida das depoentes, destacando seus desejos, autodefinições e modos de resistência. Com base na teoria da colonialidade de gênero e na revisão bibliográfica especializada, identificamos a categoria de “violência contra as mulheres”. Fazemos isso a partir do agrupamento temático das narrativas testemunhais, que refletem os conflitos e as exclusões presentes na constituição do Estado-nação angolano sob o olhar feminino.

Por meio do intertexto da heroína, observamos como essa imagem atravessa discursos e memórias sobre a luta pela independência, movendo-se da esfera simbólica da identidade feminina para a esfera prática da identidade política. Algumas dessas mulheres atuam como líderes comunitárias e ativistas em associações e ONGs, promovendo práticas de cuidado, solidariedade e reivindicação de direitos. Outras, no cotidiano anônimo, constroem uma ética do cuidado e da resistência, afirmando sua presença na vida da nação.

Assim, as mulheres comuns — as heroínas do povo — tornam-se guardiãs de uma memória cultural da luta pela independência. Elas atuam como protagonistas de pautas reivindicativas contra os legados da guerra, da corrupção e da violência estrutural. Ao

---

<sup>13</sup> Vislumbramos este contexto (1961 – 2008) articulado à linha interpretativa gênero e nação como possibilidade de um projeto guarda-chuva, mapeando as mudanças e permanências do paradoxo da condição feminina em Angola a partir da literatura de testemunho. Por isso optamos por uma abordagem panorâmica neste momento de contextos históricos distintos mais profundamente articulados. De 1961 a 1974, Angola ainda é uma das colônias do império colonial português, período no qual se desenvolveu a luta pela independência angolana mobilizada principalmente pelos três movimentos nacionalistas principais (MPLA, UNITA e FNLA). Em 1974 com a revolução dos cravos em Portugal, pôs fim ao regime ditatorial em Portugal. Abrindo caminho com o acordo de Alvor, para a criação de um governo de transição com a participação de Portugal e os três movimentos nacionalistas. Com a disputa pelo poder político entre os movimentos nacionalistas estourou a guerra civil, mas manteve-se a data prevista para a declaração da independência em 11 de novembro de 1975. A guerra civil teve seu término com o assassinato de Jonas Savimbi em 2002. Esse longo contexto de guerra civil com breves períodos de tréguas frustrou as esperanças da população angolana que ansiava pela paz. Marco temporal final 2008, ano da publicação d’O livro da mulher angolana: heroínas sem nome envolve o período marcado pela esperança na reconstrução nacional.

reinscreverem suas vozes na narrativa da nação, essas heroínas transformam a lembrança em ação e a memória em projeto político.

## **CAPÍTULO - 1. MEMÓRIA CULTURAL: AS HEROÍNAS ANGOLANAS NA LITERATURA DE TESTEMUNHO**

As Organizações Não Governamentais (ONGs) na África emergiram com força a partir da década de 1990, impulsionadas pelas transformações sociopolíticas e estruturais do período. Segundo Casimiro (2014, p. 201), a expansão das ONGs na África Subsaariana esteve diretamente relacionada à implementação de políticas neoliberais no Ocidente e à influência dos programas de ajustamento estrutural do FMI, que redirecionaram a lógica da cooperação internacional.

Em Angola, o Acordo de Bicesse (1991) representou um marco histórico de abertura política e legalização do multipartidarismo, culminando nas primeiras eleições democráticas do país, em 1992. O cessar-fogo gerou, inicialmente, esperanças de paz e reconstrução nacional, mas logo essas expectativas se frustraram com a retomada da guerra civil entre o MPLA e a UNITA (Assis, 2016).

De acordo com Joaquim Assis (2016), o contexto político instável e a fragilidade estrutural do Estado angolano favoreceram a entrada de novos atores sociais, como ONGs internacionais, agências humanitárias, organizações religiosas e ONGs nacionais, que se estruturaram por meio da cooperação técnica e financeira estrangeira. Nesse momento, as ações concentravam-se na ajuda humanitária emergencial, uma vez que

[as] prioridades estabelecidas para os gastos governamentais, situavam-se no domínio da defesa e segurança, levando a que a cooperação internacional, através de várias agências nacionais e internacionais (ONGs, agências, igrejas), deixasse o seu papel complementar no apoio social, passando a ocupar um lugar central na implementação de projectos para apoio à população (Assis, 2016, p.171).

Esse cenário abriu espaço para a atuação de diversas ONGs internacionais, entre elas a Ajuda Popular da Noruega (APN). A partir de 1995, o MPLA criou um mecanismo de coordenação da ajuda humanitária, enquanto o MPLA e a UNITA usavam a distribuição de recursos como instrumento político. Em resposta, a comunidade internacional passou a canalizar a ajuda por meio das ONGs e agências multilaterais, buscando maior neutralidade e eficácia (Assis, 2016).

A APN foi fundada em 1939, com o propósito de prestar assistência humanitária e promover solidariedade internacional. Segundo a Agência *Angola Press* (ANGOP), a organização atua em Angola desde 1995 no processo de desminagem do solo, atividade

fundamental para a reabilitação pós-guerra. De acordo com o relatório do Chr. Michelsen Institute (CMI, 2007), elaborado por Inge Amundsen e Cesaltina Abreu, a *Norsk Folkehjelp* (Ajuda Popular da Noruega) nasceu de um movimento sindical norueguês. Ela iniciou seus trabalhos de desminagem em Angola em 1989, ainda durante o conflito civil.

Seu trabalho combina ação humanitária e política de gênero: entre seus 109 funcionários em Angola, 29 são mulheres, algumas atuando diretamente como desminadoras. Esse é um dado que reflete o compromisso institucional da ONG com a inclusão e a equidade de gênero.

Além de financiar a obra *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* (2008), a APN também promove programas de capacitação e liderança feminina. Conforme Paredes (2014, p. 97), esses programas buscavam “reforçar as capacidades de liderança das mulheres angolanas.” Segundo Amundsen e Abreu (2007), em 2007 — período em que teve início o projeto do livro —, a APN mantinha um orçamento anual de 60 milhões de coroas norueguesas para o programa rural. Desse valor, era destinando 15% ao desenvolvimento de direitos fundiários, democráticos e de participação. Os autores explicam:

A APN apoia explicitamente as ONGs angolanas que trabalham em prol dos direitos das mulheres, direitos de terra, e as que promovem a participação das mulheres nas próximas eleições presidenciais e parlamentares. A área temática identificada como 'direitos democráticos e de participação' organiza-se em torno de quatro componentes: educação cívica, educação sobre direitos humanos, a polícia e comunidades (província do Bengo); preparação para as próximas eleições, e (em processo de avaliação) violência contra as mulheres (Inge; Abreu, 2007, p. 28).

Os estudos de gênero no contexto dos estudos africanos no Brasil são, como observam Vera Fátima Gasparetto e Hélder Pires Amâncio (2017), relativamente recentes. Os autores identificam dois eixos principais de reflexão. O primeiro, representado por Oyèrónké Oyèwùmí, questiona os modelos teóricos ocidentais que impõem explicações exógenas às realidades africanas. O segundo eixo reúne pesquisas propositivas, voltadas às agendas contemporâneas das mulheres africanas, com foco em emancipação política, educação, saúde, empoderamento econômico e justiça social (Amadiume, 2001 *apud* Gasparetto; Amâncio, 2017, p. 3). Esse segundo eixo contempla pesquisas propositivas que abordam a agenda contemporânea das mulheres africanas no intento de pensar os seus problemas sociais. Conforme Amadiume (2001), esta agenda tem como temática:

Emancipação política; educação e treinamento; empoderamento econômico; programas de ajuste estrutural; acesso das mulheres a melhores empregos; acesso mais fácil às mulheres, crédito para empresas geradoras de renda ou compra de terrenos ou propriedade; mulheres e saúde, o que destaca a necessidade das mulheres ter acesso a

serviços de saúde, particularmente saúde reprodutiva e sexual; ambiente e saúde; mulheres e o estado – a questão da guerra, violação, repressão e violência estatal; mulheres e políticas – liderança e participação política; mulheres e direitos e justiça social – é política, reforma legal e ações concretas para capacitar as mulheres; e assim por diante (Amadiume 2001, p.48-49 *Apud* Gasparetto; Amâncio, 2017, p. 3) .

Os testemunhos reunidos em *O Livro da Paz da Mulher Angolana* dialogam diretamente com essas pautas, refletindo reivindicações por igualdade, cidadania e direitos fundamentais<sup>14</sup>. Como afirmam Gasparetto e Amâncio (2017), a análise de Amadiume (2001) inscreve-se numa perspectiva histórico-cultural comparativa, que valoriza o protagonismo das mulheres africanas em suas próprias agendas emancipatórias.

A APN, como entidade privada sem fins lucrativos, rege-se pelos princípios da solidariedade e do desenvolvimento humano. Contudo, o aparato global da cooperação internacional opera dentro de uma lógica de mercado. Como apontam Maria Macedo Barroso e Natacha Nicaise (2014), as ONGs norueguesas competem por recursos estatais e reproduzem uma “cultura moral” de altruísmo e generosidade. Essa cultura, ao mesmo tempo, fortalece a imagem nacional da Noruega e gera retornos econômicos por meio da prestação de serviços e transferência de tecnologia.

Assim, a Noruega projeta, a partir das relações de cooperação com os países em desenvolvimento no Sul global, uma imagem de sua identidade nacional atrelada a práticas de solidariedade. Alguns “analistas da cooperação norueguesa chegam mesmo a associá-la à valorização de um 'regime de bondade' no país” (Barroso; Nicaise, 2014, p. 60).

Embora sem passado colonial em suas relações supranacionais, a Noruega não está isolada das dinâmicas globais de poder. Sua política de desenvolvimento tem raízes nas expansões marítimas europeias, mas se reformula no pós-Segunda Guerra Mundial, quando generosidade e política se fundem na redefinição das relações coloniais (Barroso; Nicaise, 2014, p. 53).

No site oficial da APN, constam agradecimentos aos principais doadores institucionais<sup>15</sup> : o Ministério das Relações Exteriores da Noruega e da Bélgica, a Embaixada do Japão e o Departamento de Estado dos EUA. Conforme Assis (2016), entre as décadas de 1990 e 2010, o modo de operação das ONGs em Angola se transformou profundamente. Nos anos 1990, ONGs

---

<sup>14</sup> *O Livro da Paz da mulher angolana: as heroínas sem nome* é uma referência bibliográfica indicada pelo Ondjango Feminista, um coletivo feminista autônomo empenhado na luta pelos direitos humanos das mulheres. A Ondjango Feminista foi criada em 2016. Informação disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/filmes-e-livros> Acesso em 28 out. 2023.

<sup>15</sup> Agradecimento às doações para o programa de desminagem da ONG APN em Angola. Disponível em: <https://www.npaid.org/mine-action-and-disarmament/where-we-work/angola?>

e doadores internacionais criticavam a gestão das receitas do petróleo pelo governo. Esse cenário mudou com o fim da guerra civil em 2002, com o aumento da soberania estatal apoiada por empréstimos chineses sem condicionalidades políticas. Desde então, muitas ONGs passaram a atuar em parceria com o governo, como subcontratadas em projetos de reconstrução e desenvolvimento (Assis, 2016, p. 172–173).

Neste sentido, as considerações sobre as ONGs ADRA e Visão Mundial esquadrihadas por Joaquim Assis (2016) podem ser estendidas à ONG APN. Esta tem um papel relevante em Angola como parceira no processo de desminagem junto a Agência Nacional de Ação contra as Minas (ANAM).

Tal contexto político pós-guerra civil configurou o modo de operar da ONG APN. Mesmo desenvolvendo projetos como a elaboração de *O Livro da Paz da Mulher Angolana*, suas ações no âmbito político não promovem mudanças estruturais. Ainda assim, contribui em nível horizontal para o desenvolvimento da democracia, tendo em vista que “a maioria da população desconhece os seus direitos e a sociedade civil é muito incipiente, sem espaço de atuação e afirmação.” (Liberato, 2016, p.1002). Conforme assinalam os autores Inge e Abreu:

A APN tem uma atitude relativamente à política e ao governo central semelhante à da organização internacional ADRA e à maioria das outras ONGs; para proteger a sua meta primária e os projectos principais, as questões políticas de alto-nível são evitadas em grande medida. A APN prefere trabalhar indiretamente, via organizações da sociedade civil em Angola (em conformidade com a sua “abordagem de parceria com base nos direitos”) para promover a democratização a partir de baixo. Em consonância com esta opção está também a abordagem da APN de fortalecer a relação entre as comunidades e os governos locais (Inge; Abreu, 2007, p.28).

Assim, a atuação da ONG é estratégica e gradual, buscando fomentar uma cultura democrática sem confrontar abertamente as estruturas de poder em um contexto político ainda autoritário.

## **1.2 A APN e a Mediação Cultural**

A prática de mediação cultural desenvolvida pela APN desdobrou-se na curadoria de relatos que compõem *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* (2008). Esse projeto construiu um verdadeiro arquivo de memórias femininas sobre o papel das mulheres na história política de Angola.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas por uma equipe multidisciplinar coordenada por Dya Kasembe (Amélia de Fátima Cardoso) e Paulina Chiziane, escritoras reconhecidas de Angola e Moçambique, respectivamente.

Kasembe (1946) é filósofa, professora e enfermeira, autora de uma vasta produção literária que denuncia o patriarcado, o racismo e o neocolonialismo, articulando uma visão pluridimensional dos feminismos africanos (Rabello, 2017).

A partir de 2011, sua região natal passou a integrar a província de Luanda. Kasembe<sup>16</sup> é formada em Filosofia e possui mestrado em Ciências Humanas, com ênfase em Políticas e Desenvolvimento. Atuou como professora de História e Geografia no Colégio São Salvador, em Angola. Posteriormente, formou-se em Enfermagem pelo Instituto de Enfermagem e exerceu a profissão por vinte anos na França.

Segundo Rabello (2017), é pequena a recepção das obras de Dya Kasembe no Brasil. A escritora possui doze obras publicadas: *Angola 20 ans de guerre civile: une femme accuse* (1995), *Femmes sacrées, insoumises et rebelles* (1997), *Soigner en noir et blanc* (1999), *Tchiala L'enracinée* (2002), *Les bons tours de Capidon* (2004), e *As mulheres honradas e insubmissas de Angola*, traduzida pela editora Nzila (2005), com segunda edição publicada pela editora Mayamba (2010). Outras publicações da autora incluem: *Amores da Sanzala* (2004), *Cartas para maridos temerários* (2007), *Reflexão filosófica sobre a estupidez codificada* (2011) e *Cartas, recados e desabafos* (2014). No campo da historiografia, publicou *Pedaços da História da Kisama* (2019), em coautoria com Carlos Cavuquila.

Para Rabello (2017) a escrita de Dya Kasembe tem um importante papel na conscientização acerca dos direitos das mulheres em Angola, além de examinar uma trama de opressões:

Sua concepção de resistência e insubmissão femininas colocam problemáticas que vão além da conquista de direitos civis pelas mulheres. O imperialismo, o neocolonialismo, as ditaduras, o racismo, o machismo, dentre outras formas de opressão, intersectam-se e acabam por demonstrar que o feminismo, isoladamente, não é capaz de reagir à teia que esses elementos configuram (Rabelo, 2017, p. 127).

Já Chiziane (1955), a primeira romancista moçambicana, transformou a escrita em ato político, expondo as contradições sociais e a subordinação feminina. Paulina Chiziane veio de família pequena com pai, mãe e sete irmãos. Ela nasceu em 1955 no sul de Moçambique, na

---

<sup>16</sup> Dya Kasembe concede entrevista a Kenia Sandão no programa Fair Play da Tv Zimbo Oficial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wnuEVS8OPJA> . Acesso em: 11 jul.22

província de Gaza, na cidade de Manjacare, pertencente à etnia tsonga.<sup>17</sup> Segundo Chiziane, o nascimento de uma menina na etnia tsonga era celebrado por ampliar a força de trabalho: “O nascimento de uma rapariga significa mais uma força de ajuda a transportar água, mais dinheiro ou gado cobrado pelo lobolo” (Chiziane, 2013, p.201).

Sua primeira e segunda obras publicadas foram *Balada de amor ao vento* (1990) e *Ventos do Apocalipse* (1993), escritas num contexto de guerra. Publicou também *O sétimo juramento* (2000); *Niketche uma história de poligamia* (2002); *O alegre canto da perdiz* (2008); *As andorinhas* (2009); *Eu, mulher: por uma nova visão do mundo* (2013); *Ngoma Yeth: o curandeiro*; *O Novo Testamento* (2015); e *O canto dos escravizados* (2017).<sup>18</sup>

A história de vida de Paulina Chiziane entrelaça-se com o processo de formação político-cultural de Moçambique, tendo integrado a FRELIMO, movimento anticolonial em Moçambique. Também voluntária na Cruz Vermelha. Inquieta quanto aos direitos humanos das mulheres, seu testemunho à UNESCO em 1994 – publicado no texto intitulado: *Eu, mulher...Por uma nova visão do mundo*<sup>19</sup> – relata a criação de um espaço de resistência por meio da escrita. Assim, ela tenta projetar um futuro mais inclusivo para as mulheres:

Com as minhas mãos, afastou pouco a pouco os obstáculos que me cercam e construiu um novo caminho na esperança de que, num futuro não muito distante, as mulheres conquistarão maior compreensão e liberdade para a realização dos seus desejos. Devo dizer que não há nada de heróico na minha luta e, de resto, desfruto de todo o prazer que a escrita me proporciona (Chiziane, 2013, p. 204).

Segundo Chiziane (2013), a objeção do meio social aos seu sonho de torna-se pintora, levou a canalizar seu potencial para descrever as paisagens que pintava. Sua escrita delinea-se como ato político ao abordar “a condição social da mulher”, suas temáticas do universo feminino acolhem as contradições sociais e apresentam o protagonismo de personagens como Rami, que lida em proveito próprio com as tradições culturais que tendem a perpetuar a submissão feminina. A primeira e segunda obras publicadas foram *Balada de amor ao vento* (1990) e *Ventos do Apocalipse* (1993) escritas num contexto de guerra.

Chiziane colocou os desafios do processo de construção de sua carreira como escritora, para além da difícil jornada de trabalhar fora por oito horas, cuidar da casa, da família e ao invés

<sup>17</sup> Dados biográficos de Paulina Chiziane, estão disponíveis no site do projeto Biografia de mulheres Africanas da UFRS a <https://www.ufrgs.br/africanas/paulina-chiziane-1955/>. Acessado em 04 abr. 2025

<sup>18</sup> A relação de obras de Chiziane retiradas do site: <https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/paulina-chiziane.htm>. Acessado em 04 abr 2025.

<sup>19</sup> Segundo a nota de rodapé o testemunho de Chiziane foi publicado pela UNESCO em 1994 na fase de preparação para a Conferência Internacional sobre a Mulher, Paz e Desenvolvimento, que ocorreu em Pequim. Sendo publicado no Brasil pela Revista Abril em 1995.

de dormir escrever. Por vezes na cidade de Matola onde morava era nas madrugadas que conseguia escrever, quando os sons do confronto entre tropas do governo e os rebeldes faziam pausas. (Chiziane, 2013). Outro limite ultrapassado em sua trajetória como escritora foi a discriminação por ser mulher, Chiziane relatou: “que nas condições da actual sociedade, se a mulher pretende um reconhecimento igual ao do seu parceiro masculino deve trabalhar duas ou três vezes mais.” (Chiziane, 2013, p.203)

Publicou também *O sétimo juramento* (2000), *Niketche uma história de Poligamia* (2002) e *O alegre canto da perdiz* (2008), *As andorinhas* (2009), *Eu, mulher: por uma nova visão do mundo* (2013), *Ngoma Yeth: o curandeiro e o Novo Testamento* (2015) e *O canto dos escravizados* (2017).<sup>20</sup>

Como pode ser observado, as coordenadoras de *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* articulam a emancipação e a crítica cultural como formas de resistência intelectual e social. Elas inscrevem suas obras na tradição das mulheres que narram para existir.

Para Gomes e Hansen (2016), a mediação cultural conecta produção simbólica e público, sendo um trabalho intelectual e político de comunicação social. Nesse sentido, a APN atua como mediadora entre as mulheres angolanas e o espaço público, trazendo à luz suas experiências e memórias.

A oralidade, constitutiva das culturas bantu, é central nesse processo. Como lembra Patrícia Hill Collins (2023, p. 153), o diálogo é uma herança das tradições orais africanas e instrumento de aprendizado e transformação. Assim, *O Livro da Paz da Mulher Angolana* se insere na tradição da literatura de testemunho (*testimonio*), uma forma de escrita que nasce da oralidade e da denúncia, onde a verdade e a utilidade social são fundamentais (Seligmann-Silva, 2005, p. 89–90).

O projeto aproxima-se também dos princípios da Resolução nº 1325 do Conselho de Segurança da ONU (2000), que reconhece a importância das mulheres nos processos de paz e tomada de decisão. Contudo, como observam Santos, Roque e Moura (2012), a resolução reproduz um viés ocidental, ao associar o gênero exclusivamente às mulheres e naturalizá-las como vítimas ou pacificadoras.

Em contraste, *O Livro da Paz* reconfigura essa representação, incluindo testemunhos de guerrilheiras e líderes comunitárias, revelando a complexidade das experiências femininas em contextos de guerra.

---

<sup>20</sup> A relação de obras de Chiziane retiradas do site: <https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/paulina-chiziane.htm>. Acessado em 04 abr 2025.

Os quatro encontros organizados pela APN para elaboração do livro ocorreram entre outubro de 2007 e junho de 2008, em diferentes províncias angolanas. Neles, as participantes definiram metodologias de entrevista, critérios de seleção de histórias e estrutura narrativa. Embora Helena Zefanias, da APN, não especifique os critérios de escolha dos testemunhos, supõe-se que a imagem de “heroína sem nome” esteja associada à resistência das mulheres que sobreviveram às guerras e puderam testemunhar. Como expressa uma das entrevistadas: “Por experiência, também aprendi, que a mulher é rija como o pau-preto, pau-ferro, resiste a tudo, à violência, ao sofrimento. Mesmo sendo discriminada pelas leis e pelas tradições, *ela faz sobreviver gerações*, porque é dura como diamante” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 25, *grifo nosso*).

A equipe multidisciplinar contou com 18 integrantes. *O Livro da Paz da Mulher Angolana* inclui breves biografias de nove entrevistadoras, reconhecidas como coautoras do projeto e mediadoras da memória coletiva das mulheres angolanas.

As organizadoras do livro apresentam os nomes de doze mulheres, embora se presume que as demais seis participantes — não mencionadas — fossem colaboradoras da ONG APN. Todas as entrevistadoras referem-se à maternidade como parte de sua apresentação, indicando o número de filhos. Em geral, expressam profundo sentimento de gratidão à APN, reconhecendo a relevância do projeto tanto para as entrevistadas quanto para si próprias. Essa percepção converge com o relato de uma camponesa anônima, que afirmou:

Obrigada à equipa que veio me ver, pois muitas vezes sinto essa vontade de expressar-me com mulheres de outras localidades, sobre a nossa vida, e não encontro espaço. Venham mais vezes. Eu quero partilhar as minhas ideias convosco. Obrigada! (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 161)

Em última instância, a mediação cultural funciona como forma de representação política. Ela torna visíveis e audíveis sujeitos históricos que, de outro modo, permaneceriam silenciados: A mediação cultural torna operacional a expressão e a ação de sujeitos históricos que, de outra forma, teriam muitas dificuldades para se fazer ver, ouvir, falar (Gomes; Hansen, 2016, p. 30).

Nesse sentido, a ação mediadora da APN criou um espaço de escuta e diálogo. Uma condição essencial em um contexto em que, como lembra Paul Ricœur (2007, p. 175), “há testemunhas que jamais encontram a audiência capaz de escutá-las e entendê-las”.

Entretanto, a atuação da APN não escapa completamente à lógica da dominação. As narrativas reunidas em *O Livro da Paz da Mulher Angolana* foram colhidas e filtradas pelas entrevistadoras, o que implica um processo vertical de mediação. O livro estimula a

participação política das mulheres, mas as depoentes não participaram da seleção final dos relatos, revelando um desequilíbrio de poder entre mediadoras e testemunhas. Como observa Assis: “[em] maior ou menor grau, os interesses dos mediadores parecem sobrepor-se aos reais desafios do desenvolvimento, e a dominação do ‘outro’ parece estar no cerne de muitos processos de legitimação.” (Assis, 2016, p. 186)

Assim, a construção da imagem da mulher angolana como heroína da paz configura uma intervenção externa, ainda que bem-intencionada. Essa tensão dialoga com a provocação de Françoise Vergès (2020, p. 33) sobre o risco de “cooptação das lutas das mulheres pelo feminismo civilizatório”. Essa é uma forma sutil de tutela que legitima a ação das ONGs ao incorporar atrizes sociais africanas como porta-vozes de projetos concebidos fora de seu contexto.

Isso, contudo, não desqualifica a relevância do livro, que permanece uma fonte dialógica e histórica de grande valor. Como lembra José D’Assunção Barros (2023, p. 315), esses mediadores “nos entregam os discursos dos outros, dos vários atores cujas falas constituirão a base de nossa investigação.” De outro ângulo, a elaboração de *O Livro da Paz* também pode ser compreendida como gesto político de reparação histórica, uma resposta da APN às demandas das mulheres angolanas que se sentiram excluídas dos processos oficiais de negociação da paz. A ONG buscou compreender o entrelaçamento entre as esferas pública, privada e política. Ela reconheceu a agência das mulheres na construção da memória nacional e ampliando o espaço de escuta de vozes à margem da história oficial. Essa dimensão é fundamental, pois, como observa Aleida Assmann (2011, p. 67):

Em todas as camadas sociais, a mulher constitui o pano de fundo sobre o qual a fama masculina se ergue. Enquanto as condições para inclusão na memória cultural forem a grandeza heroica e a canonização clássica, as mulheres serão sistematicamente vítimas do esquecimento: trata-se de um caso clássico de amnésia estrutural.

Segue abaixo o quadro que elaboramos com os dados disponíveis na referida obra e na internet:<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> A partir da busca na internet por outras informações referentes à biografia das entrevistadoras, encontramos o documentário *Heroínas Sem Nome* (2010), baseado n’ *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*. No qual Balbina Martins da Silva participou da escrita deste curta-metragem com David Aguilar e Pello Gutiérrez produzido pela Haurralde Fundazioa & Zazpiterdi. **Documentário Heroína Sem nome** disponível em: <https://vimeo.com/9154962> Acessado em: 11 nov. 2023

Quadro 1 – Mini currículo das entrevistadoras

CO AUTORA	PROFISSÃO	IDADE	QT FILHOS	ESTADO CIVIL	SIGNIFICADO DE TER PARTICIPADO DO PROJETO	DADOS DISPONÍVEIS NA INTERNET
Verónica Florença Cassongo Rito Pág. 197	Coord. da Rede mulher na Huíla	Não relatado	08	Não relatado	Autoestima e valorização para todas as mulheres que participaram do projeto. Discurso de gratidão a ONG APN.	“Directora de Gabinete Provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria Sra. Verónica Florença Cassongo Rito”. Fonte: <a href="https://www.huila-angola.com/governa%C3%A7%C3%A3o">https://www.huila-angola.com/governa%C3%A7%C3%A3o</a> Acesso em 06 nov. 2023.  Notícia sobre a nomeação publicada em 30/09/22 no site: <a href="https://correiokianda.info/governador-da-huila-nomeia-membros-do-seu-governo-e-administradores-municipais/">https://correiokianda.info/governador-da-huila-nomeia-membros-do-seu-governo-e-administradores-municipais/</a>
Maria de Lourdes Tchyyeka Pág. 197	Foi militar	50 A	3 filhos e 2 netos	Não relatado	“foi uma experiência única”	Sem dados encontrados
Maria Rosa Gonçalves – natural de Huíla Pág. 197	Sem dados no livro sobre a profissão da entrevistadora.	50 A	3 filhos e 4 netos	casada	“para se ser adulto tem que se plantar uma árvore, parir um filho e escrever um livro.” Discurso de gratidão a ONG APN	É a mesma?  Entrevista: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=IhageQsVDuk&amp;t=91s">https://www.youtube.com/watch?v=IhageQsVDuk&amp;t=91s</a>
Maria Stela J.P. Americano da Costa – natural de Malange – Pág. 197-8	Professora/ atuando como diretora da Escola de Base II Nível Hoji-Ya- Henda	49 A	4 filhos	casada	“Foi um trabalho de grupo enriquecedor. Os meus agradecimentos a APN”	Sem dados encontrados

<p>Amália Palmira E. F.Matongueiro natural de Lubango</p> <p>Pág. 198</p>	<p>Professora/ atuando como Assessora do Programa de Educação de Adultos na Cooperativa Hortofrutícola do Amboim-Gabela.</p>	<p>26 A</p>	<p>1 filha</p>	<p>Não relatado</p>	<p>“Foi com satisfação que participei neste livro que retrata a vida e experiência da Mulher no Processo de Paz”</p>	<p>Nome aparece numa LISTA DOS MEMBROS DAS ASSEMBLEIAS E MESAS DE VOTO PROVÍNCIA DA HUÍLA - Comissão Nacional Eleitoral de Angola - número 890 Fonte: <a href="https://pt.scribd.com/doc/250130940/Huila-Electoral-List">https://pt.scribd.com/doc/250130940/Huila-Electoral-List</a> Acesso em 06 nov. 2023.</p>
<p>Lauriana Guilherme Luciano Natural de Amboim no Cuanza Sul</p> <p>Pág. 198</p>	<p>Estudante/ trabalhando na Cooperativa Hortofrutícola do Amboim</p>	<p>Não relatado</p>	<p>3 filhos</p>	<p>“sou mãe solteira”</p>	<p>Não menciona a importância de ter participado do projeto de elaboração do livro.</p>	<p>Currículo na plataforma do LinkedIn Profissional de Bebidas e Alimentos  Fonte: <a href="https://www.linkedin.com/in/lauriana-guilherme-luciano-0904a369/?originalSubdomain=ao">https://www.linkedin.com/in/lauriana-guilherme-luciano-0904a369/?originalSubdomain=ao</a></p>
<p>Balbina Martins da Silva – Porto Amboim</p> <p>Pág. 198</p>	<p>Professora/ atriz/ secretária da plataforma mulher em ação</p>	<p>52</p>	<p>5 filhos</p>	<p>Não relatado</p>	<p>Lisonjeada e agradecida a todos por ter participado. “grande trabalho de pesquisa e recolha de histórias das heroínas sem nome”</p>	<p>Participou da escrita de roteiro de um documentário junto com David Aguilar e Pello Gutiérrez tendo o <i>O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome</i> como base. Documentário premiado: “Mejor corto-metraje en el festival Derhumalc, festival internacional de cine y derechos humanos de Buenos aires, 2011. - Biznaga de plata Afirmando los derechos de la Mujer, Festival de cine de Málaga. 2011”</p> <p>notícias nos sites: <a href="https://haurraldefundazioa.org/wp/wp-content/uploads/2016/01/FILMOGRAFIA-DOCUMENTAL-HAURRALDE-FUNDAZIOA.pdf">https://haurraldefundazioa.org/wp/wp-content/uploads/2016/01/FILMOGRAFIA-DOCUMENTAL-HAURRALDE-FUNDAZIOA.pdf</a> ;  <a href="https://haurraldefundazioa.org/heroínas-sem-nome/">https://haurraldefundazioa.org/heroínas-sem-nome/</a></p>

						<b>Documentário Heroína Sem nome</b> disponível em: <a href="https://vimeo.com/9154962">https://vimeo.com/9154962</a> Acessado em: 11 nov. 2023
Margarida Martins da Silva Pág. 198	Professora	Não relatado	8 filhos	solteira	Discurso de gratidão às mulheres, as Organizações em especial a APN	<b>Canção Fui à lenha</b> foi escrita por Margarida Martins da Silva e compõem o álbum Sons de Embalar Para Tempos de Guerra (2021).  Site: <a href="https://gildionsio.bandcamp.com/track/fui-lenha-ft-margarida-martins-da-silva">https://gildionsio.bandcamp.com/track/fui-lenha-ft-margarida-martins-da-silva</a>
Belinda Chipongue Pág. 199	Escriturária	59 A	8 filhos e 12 netos	Viúva	Discurso de gratidão e expectativa que o projeto continue	Página do facebook <a href="https://m.facebook.com/belinda.chipongue.9#">https://m.facebook.com/belinda.chipongue.9#</a> =

Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho (2024).

São apresentados ao longo do livro o nome de doze mulheres, é provável que as outras seis pessoas que não são mencionadas sejam colaboradores da ONG APN. Todas as entrevistadoras se apresentam mencionando a maternidade via a quantidade de filhos. No geral, apresentam um discurso de gratidão a ONG APN, enfatizando a importância da participação do projeto também para as mulheres entrevistadas. O que converge com o relato de uma camponesa anônima: “Obrigada à equipa que veio me ver, pois muitas vezes sinto essa vontade de expressar me com mulheres de outras localidades, sobre a nossa vida e não encontro espaço. Venham mais vezes. Eu quero partilhar as minhas ideias convosco. Obrigada!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 161).

Em última análise, o significado da mediação cultural, é uma forma de “representação política torna operacional a expressão e ação de sujeitos históricos que, de outra forma, teriam muitas dificuldades para se fazer ver, ouvir, falar” (Gomes; Hansen, 2016, p. 30). Neste sentido, a ação mediadora da ONG APN propiciou a construção de um espaço de diálogo, “há testemunhas que jamais encontram a audiência capaz de escutá-las e entendê-las” (Ricouer, 2007, p.175)

Entretanto, o modo de operar da ONG APN não escapa ao padrão de dominação, pois as narrativas testemunhais que compõem *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008) oferecem dados para as entrevistadoras. A mensagem trazida pelo livro, incentiva as mulheres angolanas a participarem das tomadas de decisão em âmbito político, porém as angolanas que deram seus depoimentos não participam da seleção das narrativas o que corrobora para uma relação de poder vertical. O resultado da pesquisa de Assis (2016), sobre a política de legitimação da atuação das ONGs também se aplica no nosso estudo. Pois, “em maior ou menor grau, os interesses dos mediadores, muitas vezes, parecem sobrepor-se aos reais desafios do desenvolvimento e a dominação do “outro” parece estar no cerne de muitos processos de legitimação.” (Assis, 2016, p.186)

Assim, a construção da imagem da mulher angolana como heroína construtora da paz é uma intervenção externa. Nesse sentido, a provocação de Françoise Vergès acerca da possibilidade de “cooptação das lutas das mulheres pelo feminismo civilizatório.” (Vergès, 2020, p.33) É risco, por outras palavras, uma forma de tutela que legitima a atuação da ONG a partir da estratégia de dispor da participação de atrizes sociais africanas como autoras da obra.

O que não tira o mérito da obra por ser uma fonte dialógica, “esses mediadores é que nos entregam os discursos dos outros, dos vários atores cujas falas constituirão a base de nossa investigação.” (Barros, 2023, p. 315). Por outro lado, um dos sentidos da elaboração d’O livro

da paz da mulher angolana é a ação política de reparação histórica da ONG APN, ao buscar atender a demanda das mulheres angolanas que se sentiram excluídas dos processos diplomáticos de negociação pela paz.

A ONG APN operou no sentido de entender a esfera pública e privada como constitutiva da esfera política no cotidiano. E nessa dimensão via diálogo com as mulheres vislumbrou a agência política delas no movimento da memória nacional. Tornando-se um mecanismo de escuta as vozes das mulheres angolanas, muitas delas às margens da história oficial. Este aspecto é importante porque:

Em todas as camadas sociais a mulher constitui o pano de fundo sobre o qual a fama masculina se ergue, luzente. Enquanto as condições para a inclusão na memória cultural forem a grandeza heroica e a canonização clássica, as mulheres serão sistematicamente vítimas do esquecimento cultural: trata-se de um caso clássico de amnésia estrutural (Assmann A., 2011, p. 67).

Ao longo da pesquisa e na escrita da dissertação tivemos de lidar com essa teia de complexidades enovelada na filigrana da teoria do testemunho porque a obra que constituímos como fonte histórica aproxima-se do testemunho, testemunho hispano-americano por dialogar com a memória, a história e a política de Angola.

## 1.2 Diálogo: Historiografia e Literatura de Testemunho

Ao longo da pesquisa e da escrita desta dissertação, enfrentamos essa teia de complexidades, especialmente ao lidar com a filigrana teórica do testemunho, pois *O Livro da Paz* aproxima-se do gênero *testimonio* — forma hispano-americana de literatura testemunhal que articula memória, história e política.

As historiadoras Ângela Gomes e Patrícia Hansen (2016) ressaltam a mediação cultural como uma categoria empregada na escrita da história que conecta a produção cultural e o público por meio do trabalho intelectual. No caso da ONG, a APN lança luz sobre relatos que revelam relações de desigualdade de gênero e a sub-representação das mulheres nos cargos políticos<sup>22</sup>. Deste modo, essa produção cultural corrobora para a criação de espaços de diálogo e intervenção.

---

<sup>22</sup> Veja a tabela intitulada Alguns dados demonstrando que a mulher ainda está na conquista da igualdade. In: KASEMBE, Dya; CHIZIANE, P. **O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome**. Luanda, Angola: Nzila, 2008. pp.205.

No caso angolano, existe o fato de o país ser multiétnico<sup>23</sup>, contando com uma variada riqueza linguística. Isso torna importante o papel da ONG APN em facilitar a construção de narrativas de história de vida de mulheres, como narradoras e simultaneamente protagonistas da própria história.

Segundo Seligmann-Silva (2005, p. 90), o gênero *testimonio* nasce da boca e não da escritura, surgindo de uma população explorada e analfabeta na maioria das vezes; assim, o *testimonio* “exige, normalmente, um mediador/compilador”. Neste sentido, classificamos a obra *O Livro da Paz da mulher angolana* nesse gênero, além da presença, comum nessas narrativas, de reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho. A literatura de *testimonio* “existe apenas no contexto da contra-história, da denúncia e da busca pela justiça” (Seligmann-Silva, 2005, p. 89).

A literatura de testemunho é um gênero que reúne relatos pessoais sobre experiências traumáticas vinculadas a eventos históricos. Mais do que representar o passado, ela o apresenta a partir do olhar de quem viveu o acontecimento. Como define Seligmann-Silva (1998, p. 21), “ao invés de representação, tem-se apresentação: o objeto do relato é construído num determinado presente do escritor.”

Trata-se de um dos legados mais significativos do século XX, período marcado por guerras e catástrofes. O ato de narrar torna-se um exercício de libertação do trauma e reconstrução da identidade, conferindo voz e forma à dor coletiva. Esses testemunhos se manifestam em cartas, diários, autobiografias, romances, canções e filmes, compondo arquivos afetivos e políticos da memória. As mulheres angolanas, ao testemunharem em *O Livro da Paz*, reinterpretam a história da libertação nacional a partir de suas experiências cotidianas, produzindo saberes enraizados no contexto local e múltiplas leituras da sobrevivência.

Segundo Valdeci Borges (2010, p. 108), a fonte literária é “uma configuração poética do real, que também agrega o imaginado”. Assim, a literatura de testemunho revela o lugar de fala das mulheres na construção da nação, unindo memória, política e estética.

O gênero nasce no contexto da Shoah, com os escritos dos sobreviventes dos campos de concentração. O testemunho é, portanto, uma narrativa da experiência traumática, que oscila entre a ficção e o real, pois, como lembra Seligmann-Silva (2020, p. 372), o trauma “resiste à representação”. Nesse sentido, a linguagem estética se torna um meio de enfrentar o

---

<sup>23</sup> Angola é um país multiétnico e multicultural. Tem seu território dividido em dezoito províncias com “características étnico-linguísticas bem distintas: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Tchokwe e Kwanhama.” (NETO, 2005, p. 12). Mapa interativo de Angola, contendo dados estatísticos de cada província sobre: governador, capital, número de municípios, extensão territorial, língua e etnia. Disponível em: <https://www.governo.gov.ao/angola/mapa> ;

irrepresentável, aproximando o testemunho histórico da arte. Para Frederigo e Gomes (2020, p. 13), a narrativa crítica do trauma “abre possibilidades de acesso a memórias específicas e sensíveis.”

A literatura de testemunho é intrinsecamente interdisciplinar, situada entre história, literatura, filosofia e psicanálise. Conforme Salgueiro (2012, p. 286–300), ela abarca inúmeras modalidades de experiência — guerras, ditaduras, genocídios, opressões — e assume o testemunho como matéria viva do conhecimento.

Na América Latina, esse gênero originou o *testimonio*, que, segundo Mueller (2012, p. 52), “é uma mistura de biografia, história oral, alegoria e coro de vozes coletivas.” Formado em Cuba nos anos 1960, o *testimonio* se consolidou nas décadas de 1970 e 1980, em meio às guerras civis centro-americanas e à solidariedade internacional. Conforme Seligmann-Silva (2020, p. 32), Cuba teve papel-chave na institucionalização do gênero, que recontou a história a partir dos excluídos e explorados.

Essa narrativa do excluído é o que aproxima *O Livro da Paz* do *testimonio*: as mulheres comuns tornam-se protagonistas da memória coletiva, suas histórias revelando a sobrevivência como forma de resistência. Como destaca Penna (2020, p. 308), “a verdade do sujeito testemunhal é a verdade de um sujeito coletivo.”

O testemunho, portanto, articula passado e presente, como observa Ricœur (2007, p. 180): “na história, o testemunho se inscreve na relação entre o passado e o presente, no movimento da compreensão de um pelo outro.” A validação do testemunho ocorre na esfera pública, quando é reiterado, confrontado e partilhado socialmente, abrindo espaço tanto ao consenso quanto ao dissenso (Ricœur, 2007, p. 176). Essa dimensão pública inclui silêncios, lacunas e ficções, pois, como lembra Ginzburg (2007, p. 14), “é no destrinchar do entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que se compreende o nosso estar no mundo.”

Ficção, portanto, não é falsidade, mas forma de modelar o real, e pode revelar verdades ignoradas pelas narrativas oficiais. Como sintetiza Barros (2023, p. 98), “um romance, mesmo radicalmente ficcional, fala da realidade de quem o construiu e de quem o lê.”

A literatura de testemunho, assim como a historiografia, trabalha com a memória como matéria-prima. O desafio do historiador está em transformar o testemunho em arquivo sem apagar sua singularidade. Como observa Salgueiro (2012, p. 289), o testemunho deve ser lido “na perspectiva historiográfica, mas desde sempre como testemunho: subjetivo, autêntico, lacunar.”

Essa abordagem exige rigor metodológico e abertura interpretativa, pois o testemunho é ato ético e político. A narrativa das mulheres angolanas, portanto, não apenas documenta, mas reinterpreta o passado pela lente da experiência vivida.

Em suma, a literatura de testemunho e o *testimonio* configuram espaços de fala, resistência e reconstrução simbólica. Em *O Livro da Paz da Mulher Angolana*, as heroínas sem nome — mulheres anônimas, sobreviventes e trabalhadoras — encarnam a ética do cuidado e a força da memória. Elas são sujeitas da própria história, agentes de transformação e guardiãs da nação.

Afinal, como sintetiza Patrícia Hill Collins (2023, p. 161) “[a] experiência vivida, o diálogo, a ética da responsabilidade e o cuidado de si e do outro constituem as bases do pensamento feminista negro.

É nessa interseção entre memória, cuidado e resistência que se inscrevem as heroínas angolanas, transformando o testemunho em legado cultural e político. Neste sentido, cabe lembrar o apontamento de Ginzburg ao discernir a diferença entre ficção e mentira:

A palavra ficção vem do latim, *fictio*, que se referia ao ato do oleiro modelar a argila e depois foi usada para nomear um gênero literário. Na origem, ficção tem a ver com manipulação. Mas ficção não é falsidade. Robinson Crusoe não é mentira, é ficção. Já as fakes news são ficções que se apresentam como verdadeiras. Logo, são falsas. Os historiadores podem trabalhar com a mentira e a ficção para extrair delas algo que está além da intenção dos autores. Walter Benjamin disse para lermos a história a contrapelo. Para mim, isso quer dizer *analisar a evidência históricas contra a intenção dos que a produziram*.<sup>24</sup>

No exercício de historiar a literatura ficcional como testemunho histórico — isto é, constituída como fonte por meio da interpretação do historiador ou historiadora —, compreende-se que até mesmo as invenções narrativas podem revelar intenções e estratégias, expondo aspectos negligenciados ou deliberadamente ocultados pelas narrativas oficiais. Como afirma Barros (2023, p. 98), “um romance, mesmo que radicalmente ficcional – e que não apresente quaisquer pretensões de construir uma literatura realista – fala da realidade de quem o construiu e de quem vai ler”.

Abrimos aqui um parêntese para dialogar com historiadoras e historiadores em formação. No início da pesquisa de dissertação, vivenciei um período de imersão em diversas obras literárias com o intuito de compor o *corpus* documental. Entre as leituras, destacou-se

---

<sup>24</sup> A entrevista de Carlo Ginzburg está disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/carlo-ginzburg-os-usos-politicos-da-mentira-sao-noticia-velha-25008469#:~:text=Talvez%2C%20mas%20n%C3%A3o%20por%20boas,o%20fict%C3%ADcio%20constituem%20nosso%20mundo> Acessado em 15 dez. 2024.

*Mulheres Honradas e Insubmissas de Angola*, de Dya Kasembe, obra que se debruça sobre o cotidiano das mulheres na região de Kasembe, antigo emirado do reino de Kisama. A autora apresenta Kisama como uma região profundamente marcada pelo tráfico escravagista, e afirma que seu livro constitui o único registro existente sobre esse povo, cujo Estado foi extinto em 1961.

Kasembe salienta que sua motivação para escrever esteve ancorada no desejo de registrar, por meio da escrita, a tradição oral, ainda que reconheça as limitações da memória coletiva. De fato, não encontramos registros sobre o sobado liderado por seu avô. Durante a investigação da recepção de sua obra, nos deparamos com o artigo *Minha mãe me entregou nas mãos do professor para fazer de mim o que quisesse e pudesse: memórias da educação escolar em Angola*, de Washington Santos Nascimento (2014). Com análise rigorosa, o autor mobiliza a obra de Kasembe e outras narrativas que retratam as memórias de angolanos sobre a educação escolar no século XX.

Este exemplo evidencia a relevância de uma estratégia de pesquisa bem delineada. Nesse contexto, destaca-se a leitura a contrapelo — ou, nos termos de Ginzburg, a análise da evidência histórica “contra a intenção dos que a produziram”. A partir de um problema histórico ou temática bem definida, como fez Nascimento (2014), esse método potencializa a aplicação dos testemunhos na construção de narrativas historiográficas.

Outra distinção entre estudiosos que se dedicam ao uso do testemunho está nos protocolos e pactos estabelecidos entre autor e leitor, visto que “a relação entre o texto e os fatos depende da leitura” (Seligmann-Silva, 2020, p. 375). Tais aspectos constituem pontos de diálogo fundamentais sobre os limites e as metodologias linguísticas envolvidas nas narrativas examinadas, respeitando a especificidade de cada campo disciplinar.

Para a escrita da história, os testemunhos e as memórias são fontes valiosas. No entanto, “para virar arquivo, o testemunho há de ser lido na perspectiva historiográfica, mas – e esse mas é decisivo – desde sempre como testemunho, com a marca indelével, insubstituível de ser testemunho: subjetivo, autêntico, lacunar” (Salgueiro, 2012, p. 289).

Nesse sentido, a colocação de Fabiana Fredrigo e Ivan Gomes é elucidativa ao indicar que “a compreensão sobre o passado amplie-se com a formulação de perguntas ancoradas na experiência presente; a outra, a da narrativa testemunhal como etapa da operação historiográfica, o observado, o rigor metódico” (Fredrigo; Gomes, 2020, p. 12).

Assim, torna-se fundamental o cruzamento de vozes que emergem do contexto histórico pesquisado, por meio da articulação com outras fontes documentais, no processo de

reconstrução verossímil da narrativa sobre a luta pela independência de Angola. Essa triangulação envolve o diálogo entre teoria, historiografia e fontes, permitindo elaborar uma interpretação crítica e sensível do passado, ainda presente nas histórias de vida das mulheres angolanas.

A contribuição de Salgueiro (2012, p. 291-293) ao nosso trabalho se refere à identificação de características recorrentes da literatura de testemunho. Esta prioriza a voz do sobrevivente (*superstes*), geralmente na primeira pessoa do singular. Dessa maneira, um evento coletivo é apresentado por meio da narrativa pessoal dirigida a outrem.

Outro traço marcante dessa literatura é o compromisso com a verdade experienciada, motivado por um desejo de justiça que frequentemente se desdobra em resistência. Tal característica confere à narrativa um engajamento ético que, muitas vezes, sobrepõe-se à estética. Todavia, como salienta Salgueiro (2012), há exceções, como em *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, que alia densidade ética a um apuro estético sofisticado. Ressalte-se, nesse contexto, que “o testemunho se mistura à testemunha (o relato revela a pessoa)” (Salgueiro, 2012, p. 300).

Dessa forma, a literatura de testemunho expõe fragmentos culturais, posicionamentos políticos e marcas subjetivas que desvelam a experiência de vida do autor ou autora, suas raízes socioculturais e os conflitos que atravessam seu tempo. A linguagem artística não pode ser dissociada da realidade social — tampouco se trata de sua mera mimese ou representação. A cosmovisão do/a autor/a manifesta-se em sua obra como mensagem inteligível para o público leitor, constituindo um microcosmo de sua historicidade.

Retomando as características da literatura de testemunho, evidencia-se o sentimento de culpa por ter sobrevivido, a vergonha diante da humilhação e da desumanização sofridas. Os traumas, quando não perlaborados, deixam marcas psíquicas profundas, muitas vezes manifestas em forma de ressentimento ou rancor.

Outro traço significativo é o silêncio frente à impossibilidade radical de verbalizar o sofrimento vivido. Salgueiro (2012) aponta, ainda, que a literatura de testemunho guarda relação intrínseca com a história. Sua análise permite compreender a relevância de dialogar com tais narrativas como um mosaico de elementos que constituem esse tipo de produção.

Essa literatura articula-se com a memória, a política e a história ao abordar experiências de violência, constituindo-se como produção cultural e fonte de saber relevante para a compreensão da forma como a sociedade interpreta seu passado. No ensaio *Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano*, João Camillo Penna

problematiza diversas dimensões do *testimonio*, enfatizando sua complexidade e enraizamento na politização da arte contemporânea.

Mueller (2012) reforça a necessidade de uma leitura crítica e detalhada do *testimonio*, ao afirmar que “os testemunhos são construídos, intermediados e distribuídos” (Mueller, 2012, p. 52). Em sua análise, que se aproxima de nosso objeto de estudo, mulheres com privilégios sociais narram as memórias de outras mulheres “comuns” a partir de suas próprias vivências.

O testemunho, quando atravessado pelo campo literário e pelas artes, na interseção entre literatura e ética, emerge como forma de dar voz ao indizível, de transubstanciar a dor em linguagem. Tal como fazem as “heroínas sem nome”, sobreviventes das guerras que devastaram Angola. Contudo, sem ignorar que o testemunho comporta sentidos distintos: o da terceira pessoa (*testis*, como atestação visual da verdade) e o da primeira pessoa (*superstes*, como escuta de quem sobreviveu à catástrofe). Assim, “o essencial, no entanto, é ter claro que não existe a possibilidade de se separar os dois sentidos de testemunho, assim como não se pode separar historiografia da memória” (Seligmann-Silva, 2005, p. 81).

Jorge Montealegre Iturra (2020) propõe que, no processo de construção da narrativa testemunhal, há uma passagem criativa pelas linhas da memória — um intervalo em que os dados são transfigurados em relato, com multiplicidade de formas e estratégias expressivas no ato de testemunhar.

### 1.3 As heroínas angolanas na literatura de testemunho

Toda a gente pode ser herói, ainda que o seja só do seu caminho,  
quantas vezes sem regresso, tantas vezes mal escolhido. Atalhos  
da lavra da vida?! (Tavares, 2004, p. 24).

Neste tópico, partimos do título *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* (2008) para refletir sobre o intertexto da heroína na literatura de testemunho. O nome da obra abrange as múltiplas representações das heroínas angolanas.

Em nossa leitura, o subtítulo “As heroínas sem nome” revela uma apropriação simbólica do arquétipo da heroína, figura construída na memória institucional do MPLA/OMA e celebrada na história oficial de Angola. Ao mesmo tempo, tal representação perpetua a imagem das mulheres comuns como heroínas anônimas. Assim, articulamos exemplos literários que materializam essa concepção de heroína na literatura de testemunho.

A partir da análise do *corpus* documental e dos critérios sistematizados por Patricia Hill Collins — que produz conhecimentos situados na diáspora negra —, formulamos o conceito de heroína adotado nesta pesquisa. Para Collins (2023, p. 161),

quando *as mulheres negras elaboravam suas próprias autodefinições*, estas quatro dimensões da epistemologia feminista negra - a experiência vivida como critério de significação, o uso do diálogo, a ética da responsabilidade pessoal e a ética do cuidado – eram colocadas em primeiro plano (Collins, 2023, p.161, *grifo nosso*).

Dessa perspectiva, por heroína anônima compreendemos a mulher comum, consciente de seu papel como sujeita da própria história, que, no cotidiano, enfrenta os desafios do passado ao perlaborar memórias traumáticas decorrentes das violências estruturais que marcam a história da nação. Essas mulheres constroem uma ética do cuidado de si e dos outros, e, ao empreender ou se vincular a ONGs e associações femininas, traçam caminhos próprios de autodesenvolvimento e emancipação.

O depoimento de Marta Ricardo Domingos dialoga com os critérios propostos por Collins, sobretudo na elaboração de sua autodefinição e na valorização do autoconhecimento coletivo. Ao relatar o convívio com mulheres de seu ofício e a criação de associações de negócios, Domingos defende que é preciso “alargar a visão de vida das mulheres, para se conhecerem a si próprias e descobrirem a força que está dentro delas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 79).

Mulher de formação básica, mas sabedoria prática, Marta afirma: “Não tenho diploma. Só tenho estudos básicos, não passei da quarta classe. Mas tenho propriedades. Educo. Formo. Crio emprego” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 80). Sua narrativa em primeira pessoa traduz a autodefinição como forma de resistência.

Nascida por volta de 1961, em Gabela, Marta viveu tanto a guerrilha quanto a guerra civil, cresceu em uma família poligâmica, criada pela avó, e aos doze anos ingressou em um centro de formação feminina, onde aprendeu costura e cuidados domésticos. Esses centros, comuns na década de 1970, preparavam mulheres para o papel de esposas e mães, mas Marta reapropriou-se dos saberes aprendidos, transformando-os em instrumentos de autonomia econômica.

Sua trajetória simboliza a mulher comum que, a partir da experiência vivida, produz riqueza e reinventa sua existência. As mulheres que testemunharam para a elaboração do *Livro da Paz da Mulher Angolana* partilham essa escola da vida, marcada pela resiliência, adaptação e criatividade cotidiana.

Historicamente, as estratégias ordinárias das mulheres comuns revelam sua importância na sustentação da vida nacional. No período colonial, elas foram impedidas de comercializar seus produtos, pois a economia estava voltada à exportação de *commodities*. Durante a guerrilha, alimentaram os combatentes e suas famílias; após a independência, enfrentaram a precariedade e o direcionamento dos recursos para a guerra civil, cenário que se estendeu até a década de 1990, em um longo contínuo de violência (Assis, 2016).

O reconhecimento nominal das mulheres entrevistadas em *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* é, por isso, de enorme valor simbólico. Mesmo que, em alguns casos, conste apenas o primeiro nome — e na última linha das referências se leia “as mulheres que não deram o nome” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 195) —, tal gesto restitui humanidade às vozes anônimas.

A oralidade, traço central das culturas africanas, é também um modo de resistência à invisibilização. Ao incluir os nomes das entrevistadas como itens da bibliografia, a obra reconhece a experiência feminina como fonte legítima de saber e reafirma a metáfora de Mimi: Mulher é livro fechado, enciclopédia. Aberto revela mundos maravilhosos. Mulher é sabedoria (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 25). Assim, *O Livro da Paz da Mulher Angolana* faz justiça à memória das mulheres comuns, Embora o subtítulo — *As Heroínas sem Nome* — ainda evoque lacunas de reconhecimento.

A associação entre o intertexto da heroína e a figura da mulher angolana também aparece em *Heroínas de Angola*, de Libânia Jiménez Rodríguez, tenente-coronel cubana conhecida pelo nome de guerra Nancy. A autora conviveu com seis mulheres selecionadas pelo MPLA para o Esquadrão Camy, relatando suas trajetórias em uma narrativa que reflete a aliança político-ideológica entre Cuba e o MPLA.

A edição especial, publicada pela Embaixada de Cuba em Angola, traz a imagem do monumento “As Heroínas de Angola” e as biografias de Deolinda Rodrigues, Irene Cohen, Lucrécia Pain, Tereza Afonso, Engrácia Santos e Josefa Gualdito, esta última omitida pela história oficial.

Deolinda Rodrigues — prima de Agostinho Neto, poetisa, tradutora e cocriadora da OMA — é o símbolo mais proeminente da obra, representando a mulher intelectual e combatente. Seus diários (1956–1967), publicados postumamente em *Diário de um Exílio sem Regresso* (2003), registram o protagonismo feminino nas trincheiras da luta de libertação.

A missão do esquadrão Camy era abastecer a Primeira Região Política do MPLA, em Luanda, de alimentos e armamentos com o apoio da rede clandestina do MPLA no Congo (Lara,

2004). A missão era arriscada, era preciso ultrapassar a fronteira do Congo Leopoldville onde a UPA, (que posteriormente tornaria-se a Frente Nacional de Libertação de Angola doravante FNLA) estava fixada. A historiadora brasileira Daiana Castilho Dias pontuou, “Na tentativa de se desviar das tropas da UPA, que já estavam avisadas da entrada do destacamento, o Esquadrão acabou por perder-se da rota ficando durante vinte e um dias a andar paralelo à fronteira do Congo Leopoldville e Angola” (Dias, 2002, p.69).

O Esquadrão Camy, encarregado de abastecer a Primeira Região Política do MPLA em Luanda, enfrentou missões de risco e hostilidade da FNLA. Como observou Daiana Castilho Dias (2002, p. 69), após perderem a rota, as guerrilheiras foram capturadas e executadas no campo militar de Kinkuzu — episódio que selou o martírio das cinco heroínas.

Décadas depois, Florbela Malaquias<sup>25</sup>, em *Heroínas da Dignidade: Memórias de Guerra* (2019), retomou a imagem da heroína a partir de outro horizonte político — o da UNITA. Sua narrativa, marcada pelo testemunho pessoal, rompe com a retórica glorificadora do MPLA e denuncia o feminicídio coletivo conhecido como “Queima das Bruxas” (1983), ocorrido na Jamba, reduto controlado por Jonas Savimbi.

A denúncia fez parte da produção cultural do biógrafo de Savimbi, Fred Bridgland em *Death in Africa* (2004) e da obra ficcional *Patriots*, de Sousa Jamba.<sup>26</sup> *Patriots* escrito em inglês, na edição traduzida para o português teve um corte da parte da narrativa que mencionava a “Queima das Bruxas”. Segundo Paredes (2014, p. 116), Sousa Jamba “lamenta publicamente que a versão inglesa tenha levado ao aprisionamento dos seus parentes na Jamba: “A minha própria mãe foi posta na cadeia!”

Malaquias descreve o líder como “predador sexual compulsivo” (2020, p. 23) e expõe as violências misóginas e rituais de punição infligidos às mulheres — esposas, militantes ou intelectuais — sob acusação de feitiçaria. Para ela, escrever *Heroínas da Dignidade* foi “um testemunho contra o esquecimento” (2020, p. 7), transformando a memória da vítima em ato de resistência.

---

<sup>25</sup> Esteve ligada à UNITA durante a guerra civil, atuou como jornalista/radialista na VORGAN, estúdio de gravação da UNITA, com graduação em direito pela Universidade Agostinho Neto. Bela Malaquias, dissidente da UNITA é a primeira mulher a fundar um partido político em Angola, lidera o Partido Humanista de Angola. Veja a entrevista de Malaquias concedida a Manuel Luamba do DW em 22/06/2022, intitulada: “*Quem é a única mulher líder de um partido político angolano?*” disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/quem-%C3%A9-bela-malaquias-a-%C3%BAnica-mulher-a-liderar-um-partido-em-angola/a-62214721> Acessado 03 dez. 2023.

<sup>26</sup> O texto *Death in Africa*, de Fred Bridgland está disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/read/17413914/death-in-africa-coldtype>; AGUALUSA, J. E. "Recensão crítica a 'Patriotas', de Sousa Jamba". In: *Revista Colóquio/Letras*. Recensões Críticas, n.º 132/133, Abr. 1994, p. 264-265. Disponível em: [completehttps://colquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=132&o=s](https://colquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=132&o=s). Acessado em 27 nov. 2023.

Em comum, as obras *As Heroínas de Angola*, *O Livro da Paz da Mulher Angolana* e *Heroínas da Dignidade* evidenciam o trabalho exaustivo das mulheres nos bastidores da revolução. Independentemente da filiação política — MPLA, OMA ou UNITA —, a inserção feminina nos projetos de nação esteve vinculada ao trabalho e ao sacrifício.

No caso da UNITA, Malaquias denuncia a escravidão sexual e a ausência de autonomia, demonstrando como a vida das mulheres angolanas foi moldada por diferentes formas de violência de Estado. Ainda assim, o título *Heroínas da Dignidade* ressignifica a heroína, reivindicando outros modos de viver com respeito e integridade.

Bela Malaquias evocou o dever de testemunhar contra o esquecimento. *Heroínas da Dignidade* foi elaborado a partir de suas lembranças e as memórias de Tita Malaquias, sua irmã, única sobrevivente do feminicídio e acusada do feitiço mais perigoso do seno e cosseno por Jonas Savimbi (Malaquias, 2020, p. 103). Para uma análise minuciosa desta fonte primária seria necessário ter acesso e cruzar com outras fontes<sup>27</sup>. No entanto, para além de controvérsias políticas, trata-se de uma literatura de testemunho que não celebra as memórias e experiências femininas forjadas na Jamba.

Diferente das obras *As heroínas de Angola* e *O livro da paz das mulheres angolanas heroínas sem nome*, Malaquias se autodefine como porta voz da dignidade da vítima, apropriando-se da categoria de vítima ao classificar o seu depoimento: “este testemunho contra o esquecimento, escrito em forma de “Memórias”, provém de uma das vítimas.” (Malaquias, 2020, p. 7). Entretanto, o que nos interessou neste momento foi saber como viviam as mulheres da UNITA. Sobre o outro lado do conflito, em torno de uma cultura do medo, com práticas misóginas e a luta pela sobrevivência. Posto que:

[as] mulheres não tinham descanso. A comunidade cumulativamente patriarcal, tradicionalista e obscurantista, fazia delas uma espécie de escravas. Além de cuidar dos filhos, o que, regra geral, faziam sozinhas, tinham de servir os camaradas com quem viviam, proporcionando-lhes conforto para não se frustrarem porque “um militar frustrado não rende na frente de combate”, advertia Savimbi. Insidiosamente, introduzira-se o uso do termo camarada entre os casais. Todos eram camaradas, indo-se ao extremo de as mulheres, sempre inferiores, terem de prestar continência ao se aproximarem dos “maridos”. [...] como revolucionárias “convencidas”, deviam estar disponíveis para responder ao chamamento da pátria, através do trabalho: transportar água e lenha para as suas casas e para as cozinhas dos soldados, lavar a roupa dos feridos de guerra, manter os bairros limpos, participar nos programas de sensibilização política, serem activas na LIMA, ir às mobilizações, ir aos centros de produção agrícola, treinos militares para algumas, tomar parte dos ensaios de canções e outros números para os programas culturais dos comícios e das recepções de visitas estrangeiras. Os filhos, esses, levavam-nos sempre às costas. À interminável lista de

---

<sup>27</sup> Neste momento não temos acesso a outras fontes, mas aprofundar essa questão não faz parte do escopo desta pesquisa.

actividades, acrescia a profissional para as que a tinham, exercendo-a sempre com um sorriso nos lábios. Afinal, todos vigiavam todos. Naquele universo cujas regras militares, políticas, morais e, até tradicionais demandavam o cumprimento rigoroso das tarefas, as mulheres recorriam à sua natural versatilidade para planificar cada dia (Malaquias, 2020, p. 82-83).

A comparação entre os títulos revela três regimes de memória feminina: *Heroínas de Angola* celebra as combatentes do MPLA; *Heroínas da Dignidade* denuncia a violência sob a UNITA; *As Heroínas sem Nome* propõe um reconhecimento inclusivo das mulheres comuns.

A associação entre os títulos das obras permite a compreensão de que o livro de Libânia Rodriguez, *Heroínas de Angola*, traz à baila as imagens celebrativas das guerrilheiras ligadas ao MPLA, que participaram da missão do esquadrão Camy, em especial Deolinda. *Heroínas da Dignidade*, de Florbela Malaquias, tem como campo de enunciação a UNITA.

Segundo Maria Salete Daros de Souza (2015, p. 205), o subtítulo *As Heroínas sem Nome* “remete à condição de anonimato e à negação da heroicidade às mulheres na guerra, expressão da desigualdade de gênero.” Já nossa leitura propõe que o anonimato, longe de negar, universaliza o reconhecimento, transformando cada mulher comum em sujeito da história.

Fenômeno semelhante ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, quando o “Túmulo do Soldado Desconhecido” simbolizou a coesão nacional em torno de uma memória comum (Le Goff, 1990, p. 466-467). De modo análogo, o subtítulo “As Heroínas sem Nome” amplia o horizonte de pertencimento, incluindo todas as mulheres como construtoras da paz.

O documentário *Heroínas sem Nome* (2010) segue essa mesma lógica: apresenta a mulher como agente de reconstrução nacional, mas termina listando os nomes reais das protagonistas, conciliando a dimensão coletiva e a singularidade individual. Tal estratégia no documentário inscreve a imagem da mulher no processo de reconstrução da nação sem abrir mão de uma “guinada subjetiva”.

Essa produção — como as demais fontes ficcionais e testemunhais analisadas — questiona a ausência de reconhecimento do papel das mulheres na história. O depoimento de uma entrevistada anônima sintetiza essa consciência: “A construção de um país é feita por várias mãos... Embora não sejam reconhecidas, as mulheres participaram no desenvolvimento de Angola desde há muito [...] alfabetizando e educando.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 126-127)

Concluimos, portanto, que as mulheres estiveram integradas ao projeto político da nação, quer nas frentes de combate, na cobertura da retaguarda, nas “tarefas da revolução e

reconstrução nacional” e na dinâmica da vida comunitária. O silenciamento de sua presença nas narrativas oficiais é produto de uma cultura patriarcal e colonialidade de gênero.

Como afirma Patrícia Godinho Gomes (2017), a produção intelectual sobre gênero e mulheres africanas deve promover não apenas o combate ao racismo estrutural. Também deve levar à denúncia e superação das práticas misóginas e das violências que moldaram a história.

## **CAPÍTULO - 2. SITUANDO AS MULHERES ANGOLANAS NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

### **2.1 O colonialismo moderno, a colonialidade e a decolonialidade**

O filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres delinea as três dimensões fundamentais que sustentam a compreensão crítica das sociedades contemporâneas: colonialismo moderno, colonialidade e decolonialidade.

Em primeiro lugar, o colonialismo moderno refere-se aos modos específicos pelos quais os impérios ocidentais submeteram grande parte do mundo desde a chamada “descoberta” das Américas (Maldonado-Torres, 2023, p. 35).

Em segundo, a colonialidade

[pode] ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. A “descoberta” do Novo Mundo e as formas de escravidão que imediatamente resultaram daquele acontecimento são alguns dos eventos-chaves que serviram como fundação da colonialidade (Maldonado-Torres, 2023, p. 36).

Em terceiro lugar, a “decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (Maldonado -Torres, 2023, p.36). Essas e outras questões têm sido problematizadas no debate mais recente pelo coletivo modernidade/colonialidade, o grupo formou-se no final da década de 1990 por pesquisadores latino-americanos.

Segundo Luciana Ballestrin (2013, p. 98) o conceito de colonialidade do poder foi cunhado em 1989 pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano. O colonialismo não se restringe ao passado, mas as estruturas de poder colonial que se reconfiguram e atualizam as formas de dominação do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Dessa ideia derivam outros conceitos importantes na produção do coletivo modernidade/colonialidade, uma vez que formam três dimensões de controle. A saber, as dimensões da colonialidade envolvem o poder, saber e ser.

Segundo Luciana Ballestrin (2013, p. 98), o conceito de colonialidade do poder, cunhado por Aníbal Quijano (1989), demonstrou que as estruturas coloniais não se encerraram com o fim do colonialismo formal, mas se reconfiguram e atualizam como formas modernas de

dominação no sistema-mundo capitalista. Dessa formulação derivam as três dimensões que o grupo sistematizou: colonialidade do poder, do saber e do ser.

Para Walter Mignolo (2017), a colonialidade é “o lado oculto da modernidade” — o seu contraponto constitutivo. O autor historiciza as transformações ocorridas entre os séculos XVI e XXI, evidenciando a passagem de uma coexistência pluriversal de impérios para uma metanarrativa autocentrada e universalizante do Ocidente. Assim, “a modernidade precisa ser assumida tanto por suas glórias quanto por seus crimes” (Mignolo, 2017, p. 4).

Os valores coloniais, disseminados e legitimados pelas categorias de raça, gênero e classe, sustentam essa narrativa autocentrada e forjam a chamada diferença colonial. O declínio dos impérios não implicou o desaparecimento dessas hierarquias. Mas sim sua atualização em novas formas de controle econômico e social, perpetuando desigualdades estruturais.

Sob a ótica colonial, os povos e territórios não europeus foram construídos como “o outro” do Ocidente. Para dominar e escravizar, foi necessário primeiro desumanizar — como demonstra Frantz Fanon (1968) em *Os Condenados da Terra*. Nessa operação simbólica, os povos originários foram representados como bárbaros e inferiores, e suas terras, consideradas vazias e, portanto, passíveis de apropriação.

Um dos desdobramentos dessa lógica foi a escravidão atlântica, que desestruturou profundamente as organizações político-sociais africanas.

Como sintetizam Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2023), um dos grandes méritos do grupo modernidade/colonialidade foi sistematizar e articular debates dispersos em autores do pensamento negro e de tradições terceiro-mundistas. Tal abordagem destaca a centralidade da raça como eixo estruturante do sistema-mundo moderno/colonial (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel 2023, p. 11).

Em diálogo com essa tradição, a feminista dominicana Ochy Curiel (2019) problematiza a genealogia da colonialidade do poder sob uma perspectiva interseccional. Ela ressalta que o conceito foi elaborado a partir das práticas políticas de movimentos sociais anteriores à sua formulação teórica, como as lutas de descolonização na África e Ásia (anos 1950-60), o combate ao Apartheid, o movimento dos direitos civis nos EUA e o feminismo de mulheres racializadas desde os anos 1960. A intelectual acrescenta ainda que:

Apesar de suas grandes contribuições, nem Fanon nem Césaire abordaram categorias como sexo e sexualidade. Tampouco o fazem os contemporâneos latino-americanos que escrevem sobre esses temas (Mignolo, Quijano, Dussel). Embora situem a raça como critério de classificação de populações que determina posições na divisão sexual do trabalho, apenas mencionam de passagem sua relação com o sexo e a sexualidade,

além de não se referirem às contribuições de muitas feministas na criação desse pensamento (Curiel, 2019, p. 232-233).

Para Mignolo, a genealogia do pensamento decolonial é planetária, abrangendo não apenas indivíduos, mas também os movimentos sociais indígenas e afrodescendentes (Mignolo, 2008, p. 258; apud Ballestrin, 2013, p. 106).

O trabalho de Curiel é decisivo ao incorporar as contribuições de feministas negras e indígenas, dando um rosto feminino à crítica da colonialidade. Ela reconhece a relevância de intelectuais-ativistas negras, como Maria Stewart, Sojourner Truth, Rosa Parks, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Barbara Smith e Audre Lorde, bem como do coletivo *Combahee River* e da editora *Kitchen Table: Women of Color Press*. Inclui ainda as feministas chicanas Gloria Anzaldúa, Chela Sandoval, Cherríe Moraga e Norma Alarcón, ampliando o horizonte epistemológico da crítica decolonial.

À luz das críticas de Oyèrónké Oyěwùmí (2021), compreendemos que todo conhecimento é situado e parcial. Nesta pesquisa, partimos da análise de María Lugones, que aprofunda a intersecção entre raça e gênero, expandindo o quadro de análise capitalista e eurocêntrico formulado por Quijano.

Essa confluência de campos teóricos — feminismo negro, pensamento decolonial e historiografia africana — revela a densidade e complexidade das disputas epistêmicas atuais. Como observa Frederick Cooper (2008, p. 21), o reexame da história colonial africana consolidou um intercâmbio intelectual entre África, América Latina e Ásia, diante de desafios comuns.

A historiadora Dayane Silva (2021) complementa que os feminismos africanos dialogam ativamente com as produções feministas negras da diáspora, constituindo uma rede transnacional de pensamento crítico e solidário.

A modernidade ocidental, estruturada pelo imperialismo e pelo colonialismo desde o século XIX, desembocou nas guerras do século XX. Segundo Muryatan Barbosa (2020, p. 20), o “processo de roedura” do continente africano começou décadas antes da Conferência de Berlim (1884-1885): cerca de 20% da África já se encontrava sob dominação colonial ou semicolonial.

Frente ao processo de roedura do continente no final do século XIX, os intelectuais africanos conceberam uma “modernidade africana”<sup>28</sup>, expressão de resistência e autonomia.

---

<sup>28</sup> A Conferência de Berlim realizou-se entre 15/11/1884 e 26/11/1885, sendo, portanto, aprovada a doutrina do Hinterland, que impunha a conquista e ocupação efetiva do território. Jamais um grupo de Estados de um

Em *A Razão Africana*, Barbosa (2020) apresenta um panorama das principais correntes do pensamento africano moderno — o pan-africanismo, a negritude e o socialismo africano. Dessa maneira, a proposta destaca seu compromisso com soberania, emancipação e valores civilizatórios próprios.

As modernidades ocidentais e africanas formam histórias interconectadas, entrelaçadas com múltiplos desdobramentos numa escala global. A expectativa dos intelectuais africanos de construir um caminho próprio para o desenvolvimento das sociedades no continente africano. Constituiu uma história de resistência à dominação colonial e ao racismo que teve ao longo do século XX avanços e recuos. (Barbosa M., 2020)

O historiador congolês Elikia M'Bokolo (2011), em *O Triunfo da Ideia Colonial*, observa que entre as duas Guerras Mundiais (1914–1945), as potências europeias diversificaram suas formas de administração colonial, ora diretas, ora indiretas. A Grã-Bretanha, por exemplo, adotou o “governo indireto” (Indirect Rule), mantendo as chefias locais como mediadoras do domínio imperial. Já a França alternou entre a assimilação e a associação, sob a justificativa de uma “missão civilizadora”.

Essas práticas se ajustavam às particularidades regionais, mas mantinham o mesmo princípio: a negação da autonomia dos povos colonizados.

M'Bokolo destaca ainda que o período entre guerras alterou a percepção dos africanos alistados nos exércitos coloniais, pois eles descobriram que o “homem branco” não era invencível. Ao retornarem, trouxeram consigo uma nova consciência de humanidade e poder (M'Bokolo, 2011, p. 445).

Na década de 1950 o político e poeta martinicano Aimé Césaire esquadrinhou o significado da colonização europeia para os povos colonizados. Césaire divergia do argumento etnocêntrico da Europa para justificar a colonização como emissária da civilidade para os “povos sem cultura” pois: “da colonização à civilização, a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas; de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais despachadas, não sobraria um único valor humano” (Césaire, 2020, p.11).

---

continente proclamou com arrogância o direito de negociar a partilha e a ocupação de outro continente. Para a história da África, esse foi o principal resultado da conferência. (UZOIGWE, 2021, p. 53). A princípio o suposto propósito da conferência era a discussão sobre os ideais humanitários e o fim da escravidão, o fato mais curioso é que na conferência não havia nenhum africano. Veja: UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In BOAHEN, A. Adu. (org.). **História Geral da África VII: A África sob dominação colonial, 1880-1935**. São Paulo: Ática; Unesco, 2021, pp. 43-67.

De modo convergente, o historiador ganês Albert Adu Boahen (2021) analisou os impactos da colonização nas dimensões política, econômica e social das sociedades africanas, mostrando como o continente foi transformado em mercado consumidor e fornecedor de matérias-primas (Boahen, 2021, p. 931).

Esse processo gerou crescimento sem desenvolvimento, uma modernização desigual que beneficiava apenas as metrópoles. As infraestruturas coloniais — ferrovias, estradas, exércitos profissionais<sup>29</sup> e burocracias bancárias — foram erguidas para servir aos interesses europeus, não aos das populações locais.

O testemunho de Maria Manue, em *O Livro da Paz da Mulher Angolana: as heroínas sem nome* (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 21), ilustra esse processo:

A estrada asfaltada que vocês conhecem que liga Porto Amboim a Ngunza (kuanza Sul, Sumbe) foi feita com a participação forçada das mulheres. Nas roças de café na Gabela, aquelas pedras do caminho de Ferro foi obra barata feita pelas mulheres, elas carregaram, cozinham, lavaram, regaram em troca de fubá tulha-munguluta (fubá de milho seco não tratado, moído muitas vezes com o seu “sapuru”, a espiga completa), peixe seco que cheirava nguano (carapau seco salgado não comercializável por estar em estado avançado de putrefação cheirando mal), e sardinha que também cheirava nguano. O nosso sofrimento dura muito tempo (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 21).

Como observa Jean-Michel Mabeko-Tali (2013), o trabalho forçado foi uma verdadeira economia política da violência, sustentada pelo uso sistemático da força para maximizar o lucro metropolitano.

Para o autor, a expropriação das terras constitui a matriz da violência colonial, pois retirava das comunidades sua base material e espiritual, submetendo-as às companhias concessionárias e mineradoras (Mabeko-Tali, 2013, p. 759).

As respostas africanas a essa economia da espoliação deram origem aos nacionalismos africanos. Esses movimentos traduziram a resistência à violência estrutural em projetos políticos de libertação.

---

<sup>29</sup> Boahen menciona que o exército profissional foi introduzido pelo colonialismo: “a maior parte dos Estados africanos ao Sul do Saara não tinha exército permanente. Em toda a África ocidental, só o Daomé (atual Benin) o possuía, com um “regimento feminino”, as célebres Amazonas. Na maior parte dos casos, não havia dicotomia entre civis e militares. Pelo contrário: todos os adultos do sexo masculino, inclusive os membros da aristocracia dominante, eram soldados em tempo de guerra e civis em tempo de paz.” (Boahen, 2021, p.926).

### 2.1.2 O Império colonial português em Angola

A colonização portuguesa estruturou-se sob uma administração de caráter assimilacionista, consolidada no Ato Colonial de 1935, que integrou as colônias à Constituição e as declarou “partes integrantes de Portugal” (M’Bokolo, 2011, p. 455). Internamente, Portugal vivia sob a ditadura do Estado Novo desde 1926, sustentando um regime fascista na metrópole e racista nas colônias africanas (Abadia, 2018, p. 20). As ideias de darwinismo social e o racismo científico do século XIX moldaram profundamente a estrutura da sociedade colonial em Angola.

Após a Conferência de Berlim, Angola deixou de ser apenas uma colônia de exploração com entrepostos litorâneos. A expansão portuguesa avançou para o interior, consolidando o controle militar e delineando as fronteiras coloniais. O ciclo das chamadas “guerras de pacificação” marcou o início do século XX, acompanhado da comercialização de produtos do sertão (Bittencourt, 2013, p. 296-326). Essas campanhas encontraram forte resistência local, como a dos kuvale, no sul, que enfrentaram o trabalho forçado e a expropriação de gado entre 1940 e 1941 (Bittencourt, 2013, p. 298).

A violência constituiu elemento estrutural do colonialismo europeu. De acordo com Dias (2002) a violência era um elemento comum entre as potências imperialistas, desdobrando nas práticas de tributação de impostos, o trabalho forçado, a cultura obrigatória. Deste modo:

A legislação laboral, expressa no “Regulamento do Trabalho dos Indígenas das Colônias” de 1889 e textos subsequentes, dava margem a ampla utilização do trabalho forçado dos colonizados, fosse “compelido” “em obras de interesse público”, ou “contratado” através dos sobas das aldeias sem direito a recusa ou escolha de local ou patrão. [...] A especificidade das atividades portuguesas não estão nem nas suas leis, nem na arbitrariedade com que eram aplicadas, estas, aliás, comuns a todos os regimes coloniais na África, mas sim em ter prolongado estas práticas de forma legal até 1961 (Dias, 2002, p.13).

No final do século XIX, Portugal atravessava grave crise econômica e instabilidade política decorrente da transição monárquico-republicana (Dias, 2002, p.11). Além disso, enfrentava um excesso populacional, que resultou no envio massivo de camponeses pobres e colonos empreendedores para Angola nas décadas de 1950 e 1960 (Meijer; Birmingham, 2004, p.12). Esse fluxo alterou profundamente a estrutura social da colônia. Segundo Bittencourt:

A população branca de Angola salta de 9.198 indivíduos em 1900 (o equivalente a 0,2% da população total) para 20.700 em 1920 (0,48%), 44.083 em 1940 (1,2%) e 172.529 em 1960 (3,6%). Mesmo após o início do conflito armado com os

movimentos de libertação, em 1961, esse número continua a crescer em proporção significativa, chegando a alcançar mais de 300 mil em 1974 (Bittencourt, 2013, p. 299).

Angola tornou-se uma colônia de povoamento, o que intensificou as tensões de gênero, étnicas, raciais e de classe, consolidando as desigualdades estruturais e sociais no país. Segundo Dias (2002, p. 54-55), o processo de migração portuguesa trouxe mudanças significativas, especialmente no modo de vida da população angolana. A elite crioula, que ocupava cargos importantes na administração colonial, também perdeu privilégios devido à decadência econômica e social, acelerada pelo fim do tráfico de escravos no século XIX e o aumento da migração de portugueses já no século XX. Essa transformação impactou profundamente a vida das mulheres, principalmente por dois motivos:

- a) As mulheres que trabalhavam no setor informal, como as quitadeiras, perderam espaço e oportunidades, compelindo as mulheres a desenvolver atividades domésticas.
- b) Com a escassez de recursos, muitos pais passaram a priorizar o investimento na educação dos filhos homens em detrimento das filhas.

Além disso, havia o cerceamento das meninas ao acesso à educação formal pelo regime colonial. A nacionalista Luzia Inglês com uma trajetória de vida como guerrilheira e política detalhou na entrevista concedida a historiadora portuguesa Dalila Mateus (2006) o seu acesso à escola foi indeferido nas três tentativas de seu pai, sendo a matrícula de seus irmãos mais novos aceites. Segundo a interpretação de Luzia Inglês na perspectiva do regime colonial:

as mulheres não precisavam de ir à escola, deviam limitar-se a aprender os trabalhos domésticos. No ano a seguir, o meu pai voltou a inscrever-me, mas também não me chamaram. Inscreveu-me novamente no terceiro ano. O meu pai viu, então, que eu estava a atingir os dez anos e não me chamavam para a escola, apesar da insistência dele (Mateus, 2006, s/p).

Após ir para Luanda, com muita insistência Luzia Inglês ingressou na escola já aos dez anos perfazendo a primeira e segunda classe, “mas, na terceira classe, voltei a não ser chamada para o exame. O meu pai resolveu, então, que devíamos voltar para o mato.” (Mateus, 2006, s/p).

Acrescentamos aqui o acesso desigual entre homens e mulheres aos espaços de educação formal, em parte também por uma questão cultural como demonstra a narrativa testemunhal, de Ana Isabel (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 97-99). Ana Isabel se identifica étnicamente como kwanhama Muila do Cunene, na tradição nhaneka as meninas eram proibidas de estudar, eram responsáveis por cuidar das pastagens. Enquanto os meninos estudavam. Na

contemporaneidade o somatório destes fatores impactou negativamente também na assimetria da produção cultural de autoria feminina.

Em 1930 o Ato Colonial, política portuguesa que estruturou a dominação do território e controle jurídico das colônias estabelecendo a discriminação racial e cultural. Por intermédio da lei do Estatuto do Indigenato a metrópole portuguesa criou categorias para enquadrar a discriminação jurídica entre os “cidadãos”, “indígenas” e “assimilados” nessa perspectiva colonial os colonos portugueses brancos eram sempre considerados civilizados. Assimilação criou uma sociedade dividida em camadas hierárquicas: os povos originários das diversas etnias, que formavam as comunidades aldeãs; os crioulos<sup>30</sup> constituíam uma classe intermediária na vida política e econômica formada majoritariamente por antigos comerciantes, desempenharam um papel central no controle e na manutenção do monopólio do tráfico de escravos durante a escravidão atlântica e os colonos portugueses brancos muitos deles migrantes pobres outros criminosos degredados, cujos filhos eram educados “para ser senhor nessa sociedade” (Neto, 2005, p.48).

Na década de 1930, a ideologia luso-tropicalista, formulada por Gilberto Freyre, reforçou a narrativa de que o colonialismo português seria mais “brando” e “mestiço” que o de outras potências (Bittencourt, 2013, p. 311).

Essa visão foi apropriada pelo Estado português entre 1950 e 1970 para maquiagem a violência colonial e responder à pressão internacional contra o imperialismo (Paredes, 2014, p.324). Na prática, o luso-tropicalismo serviu como retórica legitimadora da dominação. O isolamento político do salazarismo, destacado por Pereira (2004), agravou o descompasso de Portugal frente às demais potências e retardou o surgimento dos movimentos nacionalistas africanos.

Em Angola, o impacto dessa ideologia foi mais retórico que real. Conforme a tese do historiador angolano Alberto Oliveira Pinto, a teoria do luso-tropicalismo passou a ter impacto em Angola após 1951, em reação a esta conjuntura internacional, culminando na alteração na nomenclatura das colônias para províncias ultramarinas. Assim, juridicamente o governo

---

<sup>30</sup> Compreendemos a criouldade no sentido empregado pelo sociólogo brasileiro José Maria Nunes Pereira (1998) “...a criouldade produziu uma cultura de síntese da qual participavam negros, mestiços e brancos autóctones. Tiveram historicamente o papel de intermediação na vida política e econômica das principais cidades litorâneas – com destaque para Luanda e Benguela – e naquelas localidades ribeirinhas do rio Kwanza até Malange (os crioulos do “interior”, como os de Ambaca, por exemplo). Após o término do tráfico e face ao projeto colonial que se inicia, ainda timidamente, no final do século XIX, os crioulos perdem substância econômica e começa, então, a disputa por cargos com a então incipiente emigração branca. Não obstante, os crioulos ainda eram detentores de um capital intelectual, [...] e no início do XX, eles reivindicaram, através de uma imprensa muito ativa, uma Angola “civilizada” e com “progresso” onde eles, “filhos do país” teriam o lugar merecido. (PEREIRA, 1998, p.156). Ver Bittencourt (2013, p.300-303)

português reformulou a Constituição de 1951 para incorporar as colônias como extensão constitutiva do império. Pinto (2007, p. 48) demonstra, porém, que, no cotidiano colonial, a mulher — africana ou europeia — era vista como instrumento de dominação.

A Segunda Guerra Mundial alterou o cenário geopolítico e abriu caminho para a descolonização. A partir da década de 1950, Angola passou a abrigar uma economia mais diversificada e urbanizada, marcada pelo crescimento de oligopólios portugueses (Bittencourt, 2013, p.306) e pelo aumento da segregação racial e espacial em Luanda (Corrêa, 2025, p.01).

No mesmo período, instituições como a Casa dos Estudantes do Império e o Clube Marítimo Africano tornaram-se espaços de formação política e anticolonial, articulando lideranças que fundariam o MPLA, FRELIMO e PAICG (Mateus, 1999). A circulação de ideias pan-africanistas, a influência da Conferência de Bandung (1955) e os ecos da independência do Congo fortaleceram os movimentos de libertação.

A política de segregação alcançou seu auge com o Estatuto do Indigenato, que institucionalizou o racismo e limitou a mobilidade social dos povos autóctones. A historiadora Maria Conceição Neto (2015), no artigo *Maria do Huambo: uma vida de “indígena” colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961)*, analisou como essa legislação impôs um controle brutal sobre a vida das mulheres africanas, negando-lhes terra, educação e liberdade de circulação. A “caderneta indígena” tornava-se símbolo da submissão jurídica e econômica.

Como sintetiza Deolinda Rodrigues (2003, p. 35), “esta é a Angola da chicotada do branco nas costas nuas do preto que cava a terra sob um sol de março”. O testemunho evidencia o núcleo do projeto colonial: a desumanização pelo trabalho forçado e pela racialização da existência.

A formação da elite independentista angolana, portanto, emergiu sob um duplo regime de opressão: o fascismo metropolitano e o racismo colonial. Nessa conjuntura, a ideia de liberdade, cidadania e dignidade humana tornou-se o horizonte utópico da luta política e cultural. Posto que, o estatuto do indigenato legitimou a construção de uma sociedade colonial dividida em preto e branco, em cidade de asfalto e os musseques de chão batido, espaços nos quais as pessoas para transitarem tinham que ter em mãos bilhete de identidade e carta de condução para não serem enquadrados no trabalho forçado<sup>31</sup>:

---

<sup>31</sup> Para uma melhor compreensão do controle da mobilização urbana dos/das angolanas/os estiveram vinculadas a legislação sobre o trabalho. O fim do Indigenato impôs no plano legal o fim do trabalho forçado, porém permaneceu, “o trabalho correcional para o Estado, nos casos de comprovado delito dos africanos.” (Bittencourt, 2013, p.312) Veja o filme documentário *Independência* produzido pela Associação Tchiweka de Documentação

A divisão jurídica, ao contrário do que argumentavam defensores do sistema colonial, não se baseava em primeira instância na cultura e nos hábitos: os “brancos” podiam ser criminosos condenados, analfabetos, muito pobres, bêbados, politicamente indesejáveis, mas eram sempre “cidadãos”. Os “negros” e “seus descendentes” tinham de satisfazer vários critérios económicos, culturais e políticos para deixarem de ser “indígenas” e se tornarem “cidadãos” – e muito poucos conseguiam (Neto C., 2015, p. 121).

As palavras de Neto (2015) convergem com o pensamento da intelectual e nacionalista angolana Deolinda Rodrigues, para quem a opressão colonial reside na discriminação racial, conforme registrou em seu diário, em 3 de fevereiro de 1959:

Esta é a Luanda da chicotada do branco nas costas nuas do preto que cava a terra sob um sol de Março. Esta é a Angola do contratado. E é esta a Angola que deixei hoje. Mas temos de transformá-la: não sei como nem com que forças mas este mal não pode durar sempre (Rodrigues, 2003, p. 35).

Rodrigues (2003), na passagem acima propicia várias pistas para a compreensão da sociedade colonial em Angola, que se constituía racializada a partir da fratura, do não reconhecimento da alteridade. O contrato como forma de exploração do trabalho obrigatório, assim sendo, o trabalho era um motivo de desumanização para mulheres e homens sob domínio colonial como reverbera também no pensamento fanoniano.

Nesse caldo cultural a elite independentista se formou, “a ditadura salazarista implicava a impossibilidade de se travar a disputa política na esfera da legalidade, tanto na metrópole quanto nas colônias”. (Bittencourt, 2013, p.315) Neste sentido, a vivência de práticas de liberdade e uma formação cultural e política direcionada para o respeito aos direitos humanos ainda era um desafio na segunda metade do século XX tanto em Portugal quanto em suas colônias.

## **2.2 Debate historiográfico: a luta anticolonial pela Independência Angolana**

No contexto do nacionalismo angolano, os três principais movimentos de libertação com pretensões hegemônicas, legitimados pela luta armada foram: a FNLA, o MPLA e a UNITA.

---

- ATD no projeto Nos trilhos da independência. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-jK\\_k4IGcgU&t=2781s](https://www.youtube.com/watch?v=-jK_k4IGcgU&t=2781s). Acesso: 14 jan. 2024

O MPLA era composto por duas correntes nacionalistas distintas: “os que estavam na colônia – *os do interior* – e os que estavam na metrópole ou haviam passado recentemente por esse local – *os do exterior*” (Marzano; Bittencourt, 2017, p. 30).

Durante o conflito a cooperação cubana ultrapassou o apoio militar, atuando nas áreas de saúde e educação. Já a FNLA foi fundada com base em alianças étnicas do grupo bakongo, tendo como base a cidade de Léopoldville (atual Kinshasa), capital do então Congo.

A UNITA surgiu a partir de uma cisão na FNLA em 1966, sendo liderada por Jonas Malheiro Savimbi<sup>32</sup>, cuja experiência diplomática foi fundamental para a consolidação do movimento. A atuação da UNITA concentrou-se sobretudo no Planalto Central de Angola, especialmente nas províncias do Moxico e do Bié. Segundo Bittencourt “a guerrilha da Unita contou com o apoio no terreno das tropas sul-africanas e suporte financeiro, político e logístico dos EUA.” (Bittencourt, 2013, p. 398). Em certos momentos, esse movimento chegou a estabelecer tréguas tanto com Portugal quanto com a própria FNLA.

A FNLA surgiu em 1957, o MPLA conforme a história oficial em 1956, e a UNITA, como mencionado, em 1966. A importância desses movimentos reside no papel central que desempenharam na luta contra o colonialismo português. No entanto, além da resistência anticolonial, também protagonizaram disputas políticas entre si, o que acabou desencadeando a guerra civil após a conquista da independência política de Angola. (Bittencourt, 2013, p. 315-318)

A história de resistência angolana atravessa os séculos, tem como figura ícone a Rainha Jinga Mbandi no século XVII, símbolo do nacionalismo em Angola. Contudo, os autores Marzano e Bittencourt (2017), pontuaram duas grandes fases de contestação angolana ao processo de colonização de modo mais estruturado primeiro “os filhos da terra” desenvolveram um protonacionalismo, vinculavam suas ideias de emancipação nos jornais, como caso do jornalista José de Fontes Pereira que “Entre 30 de setembro de 1886 e 22 de junho de 1887, Fontes Pereira publicou, n’O Futuro d’Angola, uma série de 13 artigos denominada ‘A independência d’Angola’” (Marzano; Bittencourt, 2017, p. 14).

Contudo no final do século XIX e início do XX, devido aos privilégios que este grupo detinha, mantiveram-se distante dos “indígenas” porque exploravam sua mão de obra, nessa

---

<sup>32</sup> Curiosidade: o jogo *Call of Duty: Black Ops II* foi lançado em 2012, nele Jonas Savimbi é apresentado como personagem comandante de uma guerra cibernética e geopolítica. A família de Savimbi em 2016 perdeu o processo de difamação contra filial francesa da empresa norte-americana Activision Blizzard. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20160324-anulacao-do-processo-da-familia-de-savimbi-contr-call-duty>

primeira fase de contestação angolana “os filhos da terra” eram reformadores “Não questionava, portanto, a ideia de que Angola eram uma fração ou prolongamento da pátria portuguesa.” (Marzano; Bittencourt, 2017, p. 19). Na segunda fase de contestação angolana os mestiços seriam a geração nacionalista que se engajaram na luta anticolonial conscientes do processo de assimilação. Essa elite mestiça foi perdendo espaço de trabalho na administração colonial com a intensificação da migração portuguesa para a colônia entre as décadas de 1950 e 1960. Nessa segunda fase da contestação há uma abertura para a participação popular (Marzano; Bittencourt, 2017).

Na segunda metade do século XX desenvolve-se gradualmente o nacionalismo angolano com muitas concepções de nação em andamento. A historiadora brasileira Kelly Araújo (2005, p. 51), inspirada na obra *Nações e Nacionalismos desde 1780*, de Eric Hobsbawm, propõe compreender a história dos movimentos nacionalistas a partir de três fases: a primeira no campo cultural e literário. No caso angolano, até 1961 a cidade foi o espaço da construção de uma consciência nacional em associações culturais, sociais e desportivas em contestação ao colonialismo, como a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), espaço onde foi publicada a revista *Mensagem* que teve apenas quatro números publicados. Silveira (2017), colocou que, com o fim da revista *Mensagem*, formou-se o Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), com o lema “Vamos descobrir Angola”. As associações culturais, sociais e desportivas foram espaços importantes de resistência na formação de redes clandestinas na colônia (Silveira, 2017).

A segunda fase do nacionalismo esteve ligada à agência de um grupo de vanguarda e militantes políticos que estiveram empenhados na defesa da ideia de nação, no caso o MPLA defendeu o projeto de formação do Homem Novo. E por fim, a terceira fase de criação de programas políticos dos nacionalismos que fossem acolhidos pelas massas populacionais (Araújo, 2005).

A nação é imaginada no âmbito da formulação de movimentos políticos com um programa de luta pela independência, luta que a princípio ocorreu na clandestinidade, com atividades entre as quais Deolinda Rodrigues atuou na célula do grupo ELA (Exército de Libertação de Angola) de modo, a mobilizar as pessoas a contestar a ordem vigente via distribuição de panfletos em Luanda.

O historiador angolano Fidel Reis (2023) pontuou dois dados recorrentes na historiografia da luta anticolonial pela independência. Em primeira instância, na década de 50 ocorre a estruturação ainda em fase embrionária da maior parte das organizações políticas:

PCA - Partido Comunista Angolano; PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola; MIA - Movimento para a Independência de Angola; ELA - Exército de Libertação de Angola; UPA- União das Populações de Angola, (está com a particularidade de ter sido criada fora do território angolano) ou o MINA - Movimento de Independência Nacional de Angola (Reis, 2023, p.179).

Em decorrência dessa movimentação política de contestação ao governo português, instalou a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) em Angola em 1957 para investigar sobre estas organizações. (Marzano; Bittencourt, 2017). Em segunda instância, Reis (2023) explicou que a luta armada passou a ser organizada a partir do exterior da colônia devido à repressão.

A leitura do artigo intitulado “*Processo dos 50*”: *memórias da luta Clandestina pela independência de Angola*, da historiadora Anabela Cunha, proporcionou-nos uma compreensão mais aprofundada dos eventos que culminaram na revolta de 4 de fevereiro de 1961, nas prisões de Angola. Com a intensificação das ideias nacionalistas no final da década de 1950, as ações da PIDE resultaram no que ficou conhecido como “Processo dos 50” que se refere a três processos políticos que levaram à prisão de nacionalistas entre 29 de março e agosto de 1959, em Angola, Leopoldville e Lisboa, “mas os presos só foram a julgamento em dezembro de 1960, ficando à mercê da PIDE nas cadeias, para "mais esclarecimentos".” (Dias, 2002, p. 116)

A historiadora Anabela Cunha (2011) teve acesso a 14 entrevistas com os nacionalistas detidos, realizadas pelo Arquivo Nacional de Angola no âmbito do projeto “Nacionalismo e Luta de Libertação Nacional”. Cunha destacou o processo que levou as prisões dos nacionalistas: as perseguições perpetradas pela PIDE/DGS, a vigilância, violação de correspondências, calúnias, as prisões, julgamentos dos presos políticos, as condições de encarceramento em Angola, até o julgamento pelo Tribunal Militar Territorial, além das extradições para o campo de concentração do Tarrafal em Cabo Verde, conhecido como o campo da morte lenta.

Os desdobramentos das prisões políticas dos nacionalistas na interpretação de Cunha culminaram em revoltas em toda Angola:

Destaca-se o 4 de Fevereiro de 1961, que consistiu numa revolta que visava libertar os nacionalistas das cadeias. Tal como as prisões dos nacionalistas, as acções do 4 de Fevereiro repercutiram-se pelo mundo inteiro. A maneira inesperada como se deram os acontecimentos do dia 4 de Fevereiro de 1961 surpreendeu as autoridades coloniais. A estes acontecimentos seguiram-se mais prisões e mortes de patriotas (Cunha, 2011, p.92).

Posteriormente, o 4 de fevereiro tornou-se um símbolo da resistência e luta pela independência, conforme Cunha acrescentou “a luta pela independência passou então a

significar clandestinidade, fuga, acção militar, exílio, manobras políticas e procura de apoios diplomáticos” (Cunha, 2011 p.94). A partir da análise do “processo dos 50” Bittencourt (2013, p. 316-317), traçou características dos nacionalistas vinculados ao MPLA, um grupo anticolonial urbano heterogêneo, entrelaçando diferentes raças; crenças religiosas (mais principalmente por protestantes e católicos); profissões (funcionários públicos, operários, estudantes) e os estudantes do exterior com conexões internacionais, gradualmente transformar-se-ia num movimento socialista de esquerda.

Entre os nomes dos que fizeram parte do inquérito instaurado pela PIDE nomeado como “Processo dos 50”, Deolinda Rodrigues aparece como a única mulher angolana. Ela conseguiu fugir para o Brasil onde estudou na Faculdade Metodista de São Paulo. Deolinda Rodrigues registrou em seu diário sua fuga para o Brasil no dia 02 de fevereiro de 1959:

Caramba! Como custa deixar esta Angola onde vivi sempre. Ainda se a situação fosse normal, vá lá. Mas o meu Povo vai ficar a sofrer e vou safar-me, abandoná-lo. Que traição! É difícilimo deixar a família tão, tão querida, os amigos, os patrícios todos nas garras dos nguetas (Rodrigues, 2003, p.34).

Conforme Bittencourt o nacionalismo angolano fundado com fissuras entre os movimentos, acrescenta-se ainda as dissidências internas em cada movimento, balizadas por questões de base étnica e racial.

No decorrer dos 13 anos de luta armada (1961-1974), em contestação à dominação imperialista e colonial de Portugal, os movimentos de luta anticolonial mobilizaram “os condenados da terra” para usar a expressão de Frantz Fanon (1968, p. 38), para destruir a história da colonização e as suas implicações na então colônia e construir a história da nação. A independência política de Angola foi a utopia que mobilizou o pensamento político e cultural na segunda metade do século XX, expresso em diferentes linguagens e suportes de memória.

Os anos da Guerra Fria que sucederam a grande Segunda Guerra (1939-1945), foram de intensas transformações do cenário geopolítico a nível internacional. Entre as inovações deste período a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a instituição da Carta dos Direitos Humanos com artigo 73º em defesa da autodeterminação dos povos, a ONU “passou a pressionar os países que possuíam territórios coloniais a preparar os territórios sob o seu domínio para a independência” (Araújo, 2005, p. 26).

A historiografia apontou que a revogação do Estatuto do Indigenato no campo jurídico pôs fim ao trabalho forçado em 1961. Este fator trata se de uma reforma da política colonial como reação ao início das três revoltas anticoloniais em Angola: A baixa da Cassane, o Quatro de Fevereiro, revolta na qual presos políticos no “processo dos 50” foram libertados; bem como

a Revolta do 15 de março, todas elas acompanhadas de reações colonialistas. Assim, para situar o debate sobre as mulheres e a luta anticolonial na historiografia, é crucial abordar a tríade de levantamentos que fez eclodir a luta armada (Neto, 2015).

A primeira revolta foi a conduzida pelos camponeses algodoiros da Baixa de Cassange, província de Malange, região norte de Angola. No final de dezembro de 1960 os camponeses fizeram greve, e no início de janeiro atacaram lojas, postos administrativos e as missões católicas (Pélissier, 2009).

A historiadora Anabela Silveira (2013) em seu artigo *A Baixa de Cassange: Prelúdio da Luta Armada* considerou a revolta na Baixa de Cassanje<sup>33</sup>, ocorrida nos meses de janeiro e fevereiro de 1961, como o início da luta anticolonial armada. Os camponeses se sublevaram contra o trabalho forçado nas províncias de Malange e Lunda, tendo sua revolta sido violentamente combatida por duas Companhias de Caçadores Especiais e a Força Aérea Portuguesa em Angola com bombas de napalm, “fazem centenas de mortos nas aldeias arrasadas” (Mateus, 1999, p.188).

Conforme o historiador francês René Pélissier (Apud, Silveira, 2013, p. 46), o primeiro mandamento mariano: “não trabalhar para brancos” ameaçava a ordem colonial. Desde 1926, a população era obrigada a se deslocar das aldeias de suas cubatas para produzir a cultura intensiva do algodão e vender para a companhia luso belga a *Cotonang*, sobrevivendo em condições sub-humanas sem direito a salário e comida, sofrendo castigos corporais pelos funcionários.

Segundo René Pélissier (2009, p. 250), “os 31 652 produtores do distrito de Malange eram obrigados a vender a totalidade das suas colheitas a um preço fixado pelo governo, muito abaixo do mercado mundial”. A revolta da baixa de Cassange teve também o elemento da crença religiosa na base da mobilização dos camponeses que acreditavam estarem protegidos de balas.

Silveira (2013), a partir de pesquisas documental, assinalou que a sublevação da revolta da Baixa do Cassanje em 1961 ultrapassa as simples reivindicações laborais, tendo sido o primeiro confronto armado de canhangulos (armas de fogo de carregar pela boca), catanas e azagaias contra a soberania portuguesa em Angola.

---

<sup>33</sup> Baixa de Cassange - Região angolana situada no leste da província de Malange. A revolta interligou várias ideias políticas, sincréticas e proféticas "Para Pélissier a revolta dos plantadores algodoiros, uma «jacquerie» da contemporaneidade, basicamente uma revolta contra as condições de vida e de trabalho impostas pela «cotonocracia» da COTONANG, conseguiu congrega o elemento político, veiculado pela UPA, ABAKO ou PSA, da reacção contra a ocupação colonial portuguesa, com aspectos religiosos, salientando-se a crença de que as balas portuguesas não matavam, eram de água, pelo que os insurgentes ofereciam o peito à fuzilaria com que eram metralhados." (SILVEIRA, 2013, p. 52)

O testemunho da camponesa Elisa Kapunga inscreveu a participação das mulheres na história da resistência na Baixa de Cassange. De acordo com o relato, o medo foi superado pelo sofrimento, e pelas expectativas de mudanças trazidas pelos ventos da Independência do Congo, que ocorreu cinco meses antes do início da revolta. Paredes (2014) explicou que a etnia mbundu da região da Baixa do Cassange estendia-se para além da fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo. A camponesa Elisa Kapunga relatou:

Nós é que iniciámos a ação de correr com os portugueses e as suas mulheres. Não houve violência, reunimos em massa e ficámos a pensar que íamos ser livres. Os portugueses saíram daqui mais umas milícias, fugiram para Malange e depois informaram quem que lhes correu no terreno. Quando os portugueses vieram com muita tropa, tivemos que nos render. Foi uma revolta, fomos na jangada porque os portugueses iam atravessar o rio na jangada, fomos lá para travar e a tropa começou logo a nos matar (Paredes, 2014, p. 167).

Elisa Kapunga no testemunho concedido a Margarida Paredes diverge da análise da historiadora Anabela Silveira (2013, p. 167), quanto ao armamento, ao assinalar que “mesmo sem armamento arriscamos e fomos contra os portugueses”.

A segunda revolta anticolonialista foi realizada em 4 de fevereiro de 1961, desta vez em Luanda, com “um grupo estimado em 3.123 pessoas”, dividido em quatro segmentos atacaram a Casa de Reclusão, a cadeia de São Paulo, o palácio e os correios, culminando na libertação de presos políticos que fizeram parte do “processo dos cinquenta”.

A revolta de 4 de fevereiro agregou o sincretismo religioso, mesclando a reverência à Virgem Maria com tradições de matriz africana ao escolher uma menina virgem para preparar o ritual de proteção aos combatentes da revolta (Paredes, 2014). A adesão a luta anticolonial está ligada ao modo como a sociedade foi edificada sob mecanismos de opressão colonial, no caso de Engrácia Francisco Cabenha,<sup>34</sup> a virgem escolhida comprometeu-se com a luta decorrente a experiência de açoitamento vivenciado pelo pai, por não capinar a roça de algodão.

Segundo Engrácia Cabenha seu pai explicou-lhe que: “nós somos escravizados por eles, por isso a gente trabalha para eles. Nós estamos a cultivar esse algodão, quando chega o tempo da colheita nós vamos vender o algodão e não temos lucro” (Paredes, 2014, p. 178-179). Esse testemunho converge com o entendimento do historiador congolês Jean-Michel Makebo Tali, sobre a opressão vivenciada em Angola, conforme apurou Paredes (2014):

---

<sup>34</sup> Fala da nacionalista Cabenha no canal do youtube Rede Girassol intitulado: Programa “Biografia” com Engrácia Cabenha, a Rainha do 4 de Fevereiro (04.02.23), está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3AiTgLPHzk>. Acesso em 27 dez 2023.

O historiador Tali refere que a cultura política do grupo era “elementar e baseava-se na dura experiência da luta contra a parte mais visível da opressão – as humilhações e discriminações de todos os géneros, as expropriações e as prisões coloniais” (2001, II: 75). Engrácia Cabenha teve uma vida difícil, na era colonial vivia no musseque Rangel e era analfabeta, após o ataque fugiu à perseguição da PIDE escondendo-se na região de Catete mas afirma que os portugueses não sabiam que havia uma menina que “tinha matado brancos”, por isso não foi vítima da repressão que se abateu sobre os combatentes homens (Paredes, 2014, p. 180).

Segundo Paredes (2014), Cabenha se intitula a rainha, a única mulher que participou do 4 de fevereiro, a abençoar os locais antes do ataque. No período de represálias dos portugueses, Engrácia Cabenha seguiu para a aldeia do Catete, sua terra natal, conforme a tradição a família impôs um casamento forçado. Uma trajetória de vida perpassada pela criação da representação de rainha, posteriormente, em 1975 recomeçou a vida militar, inserindo-se no Centro de Instrução Revolucionário Hoji Ya Henda, no Comitê 4 de fevereiro e na Organização da Defesa Popular. Atualmente, possui patente de general e casou-se pela segunda vez, com o general Bravo.

A revolta organizada pelos camponeses da Baixa do Cassange, foi politicamente apropriada pelo MPLA, que assumiu também o protagonismo da coordenação do ataque nas prisões da revolta de 4 de fevereiro, versão que passou a ser contestada a partir de 1990. Para René Pélissier (2009, p. 253), “a UPA parece ter desempenhado um papel incerto, mas possivelmente mais importante do que sugere o MPLA, nos ataques de 3-4 de Fevereiro e nos de 10 de Fevereiro”.

A terceira revolta, a de 15 de março<sup>35</sup> ocorreu na região do norte de Angola, foi extremamente violenta conforme pode ser vista nas imagens do primeiro episódio de guerra colonial, a contraofensiva foi ideada pela UPA/FNLA sob gestão de Holden Roberto, conduzida pelos camponeses da etnia bakongo.

Para Silveira (2017):

Se, em Londres, MPLA assumiu publicamente que o colonialismo português só cairia pela luta revolucionária através da guerrilha, em silêncio, a direcção da UPA preparava as acções que levaria a cabo no norte de Angola em inícios de 1961. Na falta de outras fontes e tendo como suporte a biografia de Holden Roberto, pode concluir-se ter sido Franz Fanon que, em Agosto de 1960, gizou toda a estratégia e a tática dos massacres de 15 de Março. [A sua permanência em Léopoldville] foi aproveitada para a decisiva preparação do início da guerra de libertação em Angola. Fanon pede para ir ver a fronteira entre Angola e o Congo [...]. Levava consigo fita métrica, binóculos, blocos de apontamentos [...]. Detectou pontos favoráveis à entrada em Angola. Esquadrinhou a forma de deslocamento. Desenhou a forma de

---

<sup>35</sup> Primeira temporada com nove episódios disponíveis no youtube sobre a guerra nomeada pelos portugueses de guerra colonial. O primeiro episódio apresenta a revolta de 15 de março: [https://www.youtube.com/watch?v=GLtMAD\\_QfOg](https://www.youtube.com/watch?v=GLtMAD_QfOg) Acessado 30 dez 2023.

circulação e o tamanho dos grupos. Nada foi deixado ao acaso. Marcamos a data por causa das chuvas para o 15 de Março (N'Ganga 2008, 96) (Silveira, 2017, p. 284).

A guerra de guerrilha foi uma estratégia comum entre os movimentos nacionalistas angolanos, de utilizar o conhecimento do espaço físico, do clima como no exemplo acima de utilizar as limitações de mobilização devido à chuva como instrumento de luta e tática de defesa. Ou ainda, por intermédio de sabotagens, emboscadas num movimento de uma hora atacar e em outros momentos esconder-se na mata para compensar muitas vezes o menor número de militantes. Conforme explicou Gilberto Teixeira da Silva (1976):<sup>36</sup>

A guerra de guerrilha é praticada por pequenos grupos táticos, extremamente móveis e dificilmente detectáveis. A sua acção, de conteúdo profundamente político, tem por objetivo desgastar, fatigar, importunar, aterrorizar o inimigo, e simultaneamente levantar, mobilizar e unir toda a população do País. Para alcançar este objetivo, uma guerrilha, deve manter-se em ofensiva tático-operacional permanente (Silva G., 1976, p. 34).

Não se trata de defender a violência, mas compreender a complexidade do contexto histórico no qual ela se deu, uma vez que marcada por vivências em condições que aviltam a dignidade. Consideramos que a devastação produzida nas guerras degrada a vida humana, em muitos aspectos conforme explica o historiador Sílvio de Almeida Carvalho Filho (2000, s/p) “...a guerra traz para todos, inclusive para os homens: as mortes, as mutilações, os deslocamentos, o desemprego, a falta de promoção social, a superexploração econômica, a fome, as doenças e outros”

Em síntese acrescenta-se ainda a esses desdobramentos os desequilíbrios da saúde física e mental, a desestruturação das famílias com aumento do número de crianças órfãs, a prostituição, os deslocamentos para as matas, as migrações forçadas para os países fronteiriços e o surgimento da categoria das pessoas desaparecidas devido ao rapto nas aldeias.

Deste modo, tanto perpetrar a violência quanto ser afetado por elas, marcam a história de vida das pessoas como bem sinalizou Paula Tavares na obra, *A cabeça de Salomé* na crônica “Em Durban, o soldado”, após experiências de guerra desdobra-se distúrbios do sono, pois “as crianças, chegam em silêncio e velam para que não durma, nunca mais durma” (Tavares, 2004, p. 140). Também no *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, localizam-

---

<sup>36</sup> Gilberto Teixeira da Silva (1976), o diretor do CIR da 3ª Região Político Militar do MPLA, O comandante Jika também foi um teórico da guerra de libertação nacional que esteve vinculado ao MPLA. A fundamentação de sua interpretação acerca da guerra advém da conceituação desenvolvida por Clausewitz que compreendia que a “guerra é a continuação da política por outros meios” (Silva G., 1976: 23).

se os testemunhos de Zélia Pedro e da soba<sup>37</sup> Madalena que apresentam indícios similares de estresse pós-traumático:

A paz também precisa ser tratada. Por exemplo: quando o soldado volta da tropa, vem com muita confusão na cabeça. Para ficar em paz precisa ser tratado. Antes de ir na casa da família ficar, deve primeiro ser tratado pelo soba (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 57).

Trabalhei aqui com muitas tropas que vinham de muitos lugares de Angola, para a limpeza espiritual. Uns vinham malucos. Outros vinham confusos, agressivos. Outros não conseguiam dormir, por causa das coisas más que eles viveram. Um tropa, que vai à frente de combate, não pode entrar em casa só assim, mesmo que esteja de férias... (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 65).

O caso do conflito angolano não foi exceção, diversas formas de violência ainda permanecem permeadas no modo de viver em sociedade na aldeia global. Segundo o historiador Paulo Visentini (2012):

A violência sempre esteve presente na construção dos Estados nacionais e das revoluções, e as graves dificuldades enfrentadas pelos africanos não foram excepcionais; tampouco foram “culpa” de processos revolucionários desastrosos, como defende certa historiografia. Tratou-se de um momento supremo da emergência dos africanos no campo da grande política, inclusive pesando na balança de poder mundial (Visentini, 2012, p. 181).

Sem uma resolução da disputa por autodeterminação no plano diplomático a violência revolucionária como instrumento de luta como bem definiu Frantz Fanon foi o único caminho contra os crimes coloniais. Para Frantz Fanon:

A existência da luta armada indica que o povo está decidido a só depositar confiança nos meios violentos. Ele, de quem sempre se disse que só compreendia a linguagem da força, resolveu exprimir – se pela força. Com efeito, o colono jamais deixou de lhe mostrar o caminho que devia ser o seu se quisesse conquistar a emancipação (Fanon, 1968, p. 65).

Segundo Paredes (2014, p. 186), estima-se que 800 portugueses brancos e milhares de trabalhadores contratados da etnia bailundo e mbundo foram mortos. A reação militar portuguesa deixou um saldo de 20.000 mortes, desdobrando no deslocamento da população para as matas em busca de sobrevivência.

---

<sup>37</sup> Autoridade tradicional em Angola, convivem junto ao povo que lideram. O território que administram e denominado sobado ou quimbo. Veja em: <https://www.buala.org/pt/a-ler/expressoes-de-angola> Acessado em: 18 jun. 2024.

A historiadora portuguesa Dalila Mateus (1999, p. 188), fez apontamentos sobre a retaliação portuguesa à revolta de 15 de março, a Igreja Metodista foi profundamente afetada, dos 150 pastores na região dos Dembos, 135 foram mortos. Na obra *Memórias do Colonialismo e da Guerra*, de Dalila Cabrita Mateus (2006), contém entrevista com Ana Inglês e Luzia Inglês as duas filhas do pastor Guilherme Pereira Inglês, nacionalista que para além dos sermões, ensinava a população a ler e a escrever.

Ana Inglês nacionalista na década de 1960, atuava levando informações, sendo um elo na comunicação entre o pai e o padrinho. O marido de Ana Inglês após o treino militar, atuava na fazenda como enfermeiro, também era professor. Ana Inglês foi ao encontro do marido em 16 de março. Tornou-se presa política juntamente com as quatro filhas, Ana Inglês sobreviveu a violência física e sexual por mais de uma década nas prisões coloniais. O pai e o esposo foram torturados e mortos na reação portuguesa à revolta de 15 de março de 1961.

Sobre a participação das mulheres na revolta de 15 de março de 1961, Paredes (2014), abordou o testemunho de Ana Maria da Conceição Fernandes. O relato vincula à maternidade à resistência ao colonialismo português tardio mencionando que as mulheres participaram como nomeia a autora, como “mães patrióticas”; “as mães sacrificadas”. A memória da revolta de 15 de março foi vivenciada individualmente por diferentes atores sociais e compartilhada coletivamente, como sugere o exemplo das mães patrióticas.

Segundo o relato de Fernandes a Margarida Paredes (2014):

Lá na minha aldeia, as mulheres neste dia não foram. Mas houve um encontro de todas, e três mulheres, Nsamba Antónia, Maria Mambemba e Liliana Pedro, disseram: ‘Nós estamos prontas a dar os nossos filhos para combater. Os nossos maridos e os nossos filhos’. Então foi esta a primeira ação que as mulheres tomaram. Eu vi e acompanhei mesmo de perto, porque naquela noite ninguém dormiu (Paredes, 2014, p. 183).

É notório a distância temporal entre a entrevista concedida a Paredes (2014) no ano de 2010 e o acontecimento da revolta de 15 de março de 1961. Le Goff (2003, p. 424), sublinhou o processo de memorização, ordena não apenas os vestígios do passado, mas também a recordação. Deste modo, atualiza a releitura do conhecimento que temos acerca do passado, isto significa dizer, que “a recordação não é reflexo passivo de reconstituição, mas ato produtivo de uma nova percepção”. (Assmann A., 2011, p. 117) Nesse caso, a variável tempo pode ter influído no sentido da interpretação de Ana Maria da Conceição Fernandes. Mais que assinalar o compromisso e inscrever a atuação das mulheres como mães e esposas, o testemunho demonstra a compreensão de Fernandes quanto à importância do momento histórico em que

viveu. Conforme a antropóloga queniana Selina Makena citada por Paredes (2022), “a ideia de maternidade patriótica permitiu que as mulheres se percebessem como colaboradoras vitais para as lutas pela liberdade, tornando-se, assim, sujeitos políticos (Apud Paredes, 2022, p. 224, tradução nossa).<sup>38</sup>

A história da independência angolana, traz como legado a luta pela emancipação política, mas também de cidadania nas experiências particulares de mulheres e homens em defesa das melhores condições de vida para viver em paz. Esta foi a utopia de uma geração que lutou pela independência<sup>39</sup>.

Nos territórios conquistados pelo MPLA, formaram as zonas libertadas, espaços nos quais a nova sociedade socialista foi sendo gestada. A historiadora Dayane Augusta Santos da Silva (2021), por intermédio da análise de uma gama variada de fontes escritas, orais e visuais, argumentou que as mulheres angolanas foram nestes espaços responsáveis pela economia de guerra anticolonial. Pois ao trabalhar:

...nas lavras dos movimentos de libertação, nas atividades de pequena escala (agrícola, trocas, criação de víveres) a buscar manter certa autonomia para a luta, independente da administração portuguesa. A essência guerrilheira foi camponesa. Era atividade costumeira dessas mulheres. As angolanas camponesas percebiam seu envolvimento como inerente à vida rural (Silva D., 2021, p. 351).

A estrutura de uma guerra é muito mais abrangente que apenas a linha de frente, assim, lançando luz sobre a relevância da participação feminina através do trabalho agrícola e logístico na cobertura da retaguarda. Muitas camponesas anônimas, estiveram integradas no projeto político de luta de libertação nacional como produtoras e reprodutoras das condições de manutenção da vida em meio à guerra. As ações de guerra e enfrentamento ocorreram no interior, da então colônia, nas matas (maquis), onde foram estruturadas, no caso do MPLA, as seis Regiões Político Militares onde localizavam as bases guerrilheiras próximas às aldeias<sup>40</sup> (Silva D., 2021).

Em paralelo a estratégia de reação militar a guerrilha que ocorria nos maquis desde 1961 no interior da colônia, nos centros urbanos a estratégia lusitana foi investir no crescimento

---

<sup>38</sup> No original: “The idea of patriotic motherhood allowed women to view themselves as vital contributors to the freedom struggles, thereby becoming political subjects.”

<sup>39</sup> Essa forma de pensar a história do país na fronteira entre a utopia e a distopia está presente na obra *A Geração da Utopia*, do sociólogo e literato Pepetela.

<sup>40</sup> Veja Mayombe, de Pepetela. Com a apreciação da leitura é possível entender melhor aspectos da vida cotidiana nas bases das zonas libertadas, mobilização de população das aldeias, os confrontos contra os portugueses, e principalmente fazer uma leitura da organização política do movimento MPLA no exterior e interior de Angola e do lugar ocupado pelas mulheres na nova sociedade em gestação.

econômico com os “planos de fomento” ampliando as oportunidades de acesso à saúde, estudo e trabalho. Deste modo, Portugal enfrentou o dilema do isolamento em nível internacional e desenvolveu a colônia para dar suporte às necessidades crescentes dos migrantes portugueses.

Segundo Bittencourt:

Os investimentos estrangeiros diversificaram-se, mas é possível localizar alguns focos essenciais: o belga sobressaía na Diamang e na Cotonang (concessionária da exploração de algodão); os investimentos ingleses estavam concentrados nas estradas de ferro, no setor de seguros e na venda de mercadorias, como automóveis, combustíveis e determinados tipos de maquinaria pesada, não produzida em Portugal; nesses segmentos também se concentrava o interesse norte-americano (Bittencourt, 2013, p.309).

A Revolução dos Cravos<sup>41</sup> em Portugal, ocorrida em 25 de abril de 1974 foi um movimento de contestação ao Estado Novo em Portugal (1933-1974) instaurado no governo de António de Oliveira Salazar. O golpe conduzido pelas Forças Armadas de Portugal pelos capitães de abril, pôs fim à ditadura salazarista, dando início ao processo de redemocratização de Portugal. Além, de formular uma agenda política para as colônias era descolonizar, democratizar e desenvolver o que possibilitou a negociação do Acordo de Alvor<sup>42</sup> em janeiro de 1975, com as lideranças dos três movimentos de libertação (Silva A., 2018).

A mediação da linguagem artística como testemunho histórico pode ser vislumbrada na escultura: *Jaz morto e arrefece o menino de sua mãe*, de Clara Menéres construída em 1973, a escultura capturou as tensões e o sofrimento dos militares portugueses em manter a guerra colonial nas três colônias portuguesas, de então Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

---

<sup>41</sup> Vale a pena ouvir a canção Grândola Vila Morena de Zeca Afonso censurada pela ditadura salazarista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gaLWqy4e7ls>

<sup>42</sup> O acordo de Alvor tratou-se da assinatura entre Portugal e os três maiores movimentos de libertação nacional de Angola em Alvor, no Algarve em janeiro de 1975 com a finalidade de organizar um governo de transição até as eleições e a proclamação da Independência marcada para 11 de novembro de 1975. É possível acompanhar o discurso de Neto nesta ocasião em: <https://www.facebook.com/memorial.aneto/videos/627126511433665>. Acessado em:07/07/2021

Figura 1: escultura *Jaz morto e arrefece o menino de sua mãe*, de Clara Menéres (1973)



Fonte da imagem da escultura disponível em:

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/32718/1/Uma%20Hist%c3%b3ria%20de%20Regressos%20Imp%c3%a9rio%2c%20Guerra%20Colonial%20e%20P%c3%b3s-Colonialismo.pdf>

O acordo de Alvor previa em 11 de novembro de 1975 a proclamação da independência angolana. Além, da organização do governo de transição com a participação de componentes dos três movimentos de libertação que participaram da luta armada, juntamente com um representante de Portugal. O acordo não se efetivou e durante o período previsto para a transição, reiniciou o conflito entre os movimentos de libertação, os movimentos lutavam pelo domínio da capital nas Guerras por Luanda.

No início de novembro de 1975, ocorreu a batalha de Kifangondo, com a ajuda dos cubanos o MPLA, impediu a FNLA de tomar Luanda, ocorrendo a proclamação da independência do país por Agostinho Neto, primeiro presidente angolano na data prevista.<sup>43</sup>

Com a vitória do MPLA, a FNLA e a UNITA foram expulsas da capital do novo país. Com a proclamação da independência desencadeou o movimento acelerado de retorno dos portugueses para a metrópole, lembrando que nessa altura o exército português “na fase final da luta pela independência mais de 50% das forças militares e paramilitares coloniais eram compostas por angolanos” (Bittencourt, 2013, p.395)

O período em questão é marcado pela separação de famílias formadas no contexto do império colonial. O testemunho de Maria Imaculada Kaley (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 45) dialoga profundamente com a história do país. As relações familiares foram atravessadas pela

<sup>43</sup> Conforme José Manuel Mussunda da Silva (2021, p. 09), autor da Introdução – Angola uma breve narrativa histórica *In: Ngangu Vozes e Olhares sobre a literatura angolana*, a independência angolana foi proclamada pela FNLA no Bengo por Holden Roberto e no Huambo por Jonas Savimbi da UNITA.

história. Com um branco português teve dois filhos, com a independência de Angola em 1975 ele retornou a Portugal e levou consigo o filho. À época da entrevista, Kaley manifestava o desejo de aprender a ler e escrever, com o objetivo de manter contato com os filhos por meio de cartas. O depoimento de Mimi, bem como Angelina Caetana, natural de Quilenda, enfatizou a violência que permeou o processo de retirada dos colonos portugueses:

Em 1975, os brancos queimaram e massacraram aqui, na hora de irem embora. Fugimos para as roças, para as fazendas, para os capins. Passamos 3 dias fora das casas. Quando voltámos, encontrámos o bairro cheio de mortos e passámos 5 dias a fazer os enterros. Morreram famílias inteiras. Por vezes descobríamos os mortos pelo cheiro, e lá íamos enterrar. A situação melhorou, até que veio o 11 de Novembro (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 53).

Vivi os terrores da guerra de 1961. Os colonos cortaram dois dedos das mãos e dois dos pés ao marido da tia Chica e lhe tiraram todas as roças, Eu como mulher de branco, não sofri diretamente. Felizmente, em 1975 veio a paz. Vi muitos colonos abandonaram o que nos tinha arrancado à força, e a fugirem da própria consciência (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 25).

Em suma, os conturbados anos que seguiram a guerra fria, Angola tornou-se um campo de disputa no qual entrelaçou perspectivas e interesses globais e locais. Angola é um país localizado numa região geoestratégica da África Austral, rica em recursos naturais, diamantes e petróleo. Para além dos interesses da elite nacionalista de Angola que fizeram parte do processo de emergência do novo Estado-nação através da disputa acirrada pelo poder político.

Outro desdobramento desse contexto é “O sector estatal, dominante, mas cada vez mais corrupto, era controlado pelo partido no poder” (Meijer; Birmingham, 2004, p.14). No movimento de guerra entre avançar, conquistar e proteger a pretendida unidade territorial, as lideranças dos movimentos de libertação identificaram-se com atores externos como aliados ou adversários. A influência política e militar dos Estados Unidos e União Soviética, tornou o conflito angolano internacionalizado. Somam-se a este contexto as fraturas internas dentro dos movimentos.

### **2.3 Breves apontamentos sobre o período pós- independência e a guerra civil**

A fundação da nação angolana consolidou-se sob a narrativa da disputa pelo poder entre os movimentos nacionalistas — um embate que desembocou na guerra civil e frustrou as expectativas de um povo marcado pelas memórias coloniais, que ansiava por liberdade e justiça social. Com a assinatura de um acordo entre o governo angolano e o governo do Zaire, em

1978, a FNLA, sediada no exterior e baseada em Leopoldville, perdeu espaço e influência política (Paredes, 2022).

A guerra civil travada entre o MPLA e a UNITA teve uma breve trégua em 1991, com a assinatura do Acordo de Bicesse, marco da institucionalização do multipartidarismo e porta de entrada para as primeiras eleições democráticas de 1992. Segundo a pesquisadora angolana Danilsa Iracelma Morais de Almeida (2019, p. 22), "o objetivo do Acordo de Bicesse foi estipular as primeiras eleições livres e democráticas em Angola, e integrar todas as forças beligerantes nas Forças Armadas Angolanas (FAA)".

No entanto, tais esforços fracassaram. O resultado eleitoral foi contestado pela UNITA, reabrindo um longo período de guerra civil. Como aponta Silva J. (2021, p. 10), “ambas as forças continuaram com divergências internas, provocando muitos danos sociais. As populações migraram para os países vizinhos, vários cidadãos perderam vidas — crianças, mulheres, etc.”

Em 1993, a cidade de Cuito, na província do Bié, foi sitiada por nove meses, sob intensos bombardeamentos — episódio que ficou conhecido como “a guerra dos nove meses”. Nenhum dos lados, MPLA ou UNITA, concedeu tréguas.

Por meio das narrativas testemunhais que compõem *O Livro da Paz da Mulher angolana*, é possível compreender que todas as regiões do país foram afetadas, direta ou indiretamente, durante as guerras de libertação e civil. Mesmo as cidades sem confronto direto sofreram os impactos das migrações forçadas, da superlotação e da escassez de recursos.

Os depoimentos de Alda Dorina Kossengue (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 121), Faustina Maienguele (p. 123) e Manassés Albino (p. 128) registram esse período de extrema violência. O relato de Faustina Maienguele traduz de forma pungente o sofrimento da população de Cuito:

Chegou uma altura em que já não conseguia deixar uma lágrima. Só o coração chorava, com os olhos secos. [...] Muitas crianças tiveram que enterrar nacos de carne dos próprios pais, mães e irmãos, como quem enterra gatos mortos. Sem lágrimas. A esperança de vida era nula, morria-se em qualquer lugar e a qualquer momento (Kasembe; Chiziane, 2008, p.124).

Figura 2 – A estátua de uma mãe com o filho morto nos braços



**Fonte:** <https://www.h2foz.com.br/planeta-foz/historia/serie-memorias-de-guerra/>.<sup>44</sup>

A vida cotidiana da população foi marcada pela insegurança, pelo medo, pela fome e pela perda de familiares. A frase “só o coração chorava, com os olhos secos” transforma-se em metáfora que expressa o sentido da guerra para a população civil, simbolizando a exaustão emocional diante da barbárie. Muitos moradores enterraram os familiares nos quintais, e mais de sete mil corpos foram depois trasladados para o Cemitério Memorial dos Mártires do Cuito.

Segundo Guus Meijer e David Birmingham (2004, p. 15), a operação comandada pelo MPLA, que resultou na morte de Jonas Savimbi em combate, em 2002, pôs fim à guerra civil. A operação teria contado com dissidentes da UNITA e, possivelmente, com conhecimento estratégico do terreno, o que facilitou o êxito da ofensiva de “terra queimada”. Após décadas de destruição, o conflito terminou com a assinatura do Memorando de Luena, marco formal da paz, embora o enclave de Cabinda tenha permanecido em guerra contra o governo angolano, por meio da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC).

A socióloga angolana Ermelinda Liberato (2016) realizou um balanço sobre as condições de vida das mulheres quarenta anos após a independência. A autora destacou não

---

<sup>44</sup> No Memorial da Batalha do Cuito, as mães sacrificadas são lembradas com a escultura da mãe com filho morto nos braços. Fotografia de Alejandro Ramirez. Outras imagens do Cemitério Monumento podem ser vislumbradas na matéria Série memórias de guerra. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-a-pol%C3%A9mica-em-torno-da-guerra-de-resist%C3%A2ncia-do-cuito/a-58072489>. Acesso em: 16 fev. 2024.

apenas a escassez de dados confiáveis, mas também a distância entre as estatísticas oficiais e a realidade empírica. Segundo ela:

Apesar de os dados recolhidos para o período mais recente (2002-2015) serem mais otimistas e nos revelarem uma melhoria das condições de vida dos angolanos no geral, a realidade observada mostra-nos uma população a viver maioritariamente em condições de pobreza, com dificuldades de acesso às condições básicas e vivendo em condições precárias (Liberato, 2016, p.998).

Em relação às condições de vida das mulheres Liberato acrescenta ainda que:

A guerra civil foi o maior desafio que as mulheres angolanas enfrentaram no período pós-independência. A partida dos homens para o cumprimento do serviço militar fez com que assumissem a responsabilidade pela segurança e subsistência das suas famílias. No entanto, o seu baixo nível de alfabetização e a “ausência de um sector manufatureiro voltado para a exportação mantiveram a força de trabalho feminino nos sectores informais rurais e urbanos da economia (agrícola, de subsistência e não agrícola)” (UNCTAD, 2013, p. 14), dificultando ainda mais o seu processo de afirmação e, conseqüentemente, de melhoria da sua posição social, bem como as perspectivas de um futuro melhor, de modo que, quando finalmente as hostilidades cessaram e se alcançou a paz, as expectativas para alterar esse cenário aumentaram (Liberato, 2016, p.1001).

Com o fim da guerra civil, Angola ingressou num período de paz relativa, mas enfrentou graves desafios econômicos, sociais e políticos: pobreza estrutural, corrupção endêmica, desigualdade social e concentração de poder nas mãos do MPLA e de uma elite vinculada ao regime. Apesar dessas dificuldades, houve alguns avanços socioeconômicos. O escritor Felipe S. Fernandes (2015) observa:

Segundo um estudo do Standard Bank, «enquanto em 1990 cerca de 1,2 milhões de angolanos consumiam mais de um dólar por dia, hoje há 7,5 milhões nesta faixa», por outro lado, «apesar de hoje cerca de 54% da população de Angola viver na ou abaixo da linha de pobreza (dois dólares por dia), em 2000 a percentagem da população que vivia nesta categoria extraordinariamente vulnerável estava nos 92%»<sup>9</sup>. Este documento acentuava também que «em 1990, 88% das famílias em Angola estavam na classe de baixo rendimento; em 2010, este valor baixou para 68%, e, simultaneamente, o número de famílias na classe média saltou de 112 mil em 2000 para quase 700 mil em 2010, e 900 mil hoje (Fernandes, 2015, p.5).

Esses dados demonstram melhorias relativas na renda e no crescimento da classe média, embora a maioria dos angolanos ainda viva em condições de pobreza e com acesso limitado a serviços básicos (Fernandes, 2015, p. 3–5).

É preciso, contudo, ponderar os limites dessas estatísticas. Conforme lembra Liberato (2016, p. 999), “em Angola existe uma escassez de dados de toda a ordem, particularmente estatísticos, fazendo com que a informação disponível e credível seja bastante limitada, motivo

pelo qual o país é constantemente retirado de relatórios internacionais. Uma constatação, no entanto, é inequívoca:

A guerra não teve o mesmo significado para todas as mulheres. As mulheres usaram uma variedade de maneiras para sobreviver. E a realidade social das mulheres pobres, seja em áreas rurais ou urbanas, difere grandemente da realidade de mulheres mais privilegiadas. Um número maior de mulheres pobres perdeu seus maridos e filhos na guerra, ou foram deslocadas para campos de refugiados (Ducados, 2004, p. 61).

Os impactos da guerra revelam relações de opressão interseccionadas por gênero, classe e raça. Em síntese, seguimos a análise do historiador Marcelo Bittencourt (2010), que rejeita uma abordagem historiográfica reducionista para os conflitos angolanos. Segundo ele, três fatores principais ajudam a compreender sua complexidade:

- a) Conflito étnico: “o pressuposto dessa concepção reside na aliança que estabelece entre os movimentos de libertação, hoje partidos políticos, e base etno-regionais, numa arriscada, por ser automática, transposição de categorias socioculturais para o terreno da política”. (Bittencourt, 2010, p.131) Os grupos etnolinguísticos Mbundu estavam alinhadas ao MPLA, bakongo a FNLA e os Ovimbundo a UNITA. O processo de assimilação também favoreceu a estratificação da sociedade após o fim do período colonial.
- b) A internacionalização do conflito a nível continental e mundial: com a participação militar em solo angolano da África do Sul e do Zaire; em âmbito mundial as fragmentações produzidas no contexto de guerra fria com o MPLA recebendo apoio militar de Cuba e financeiro e logístico do bloco soviético. Enquanto a UNITA recebeu apoio das tropas sul-africanas e apoio financeiro dos Estados Unidos.
- c) O terceiro elemento é o conceito de vínculos de solidariedade, criado pelo autor para a análise do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Esse conceito dá visibilidade à agência de atores angolanos individuais e coletivos em diferentes segmentos sociais nos bairros, na região militar em que lutaram, na família, nas opções religiosas ou missões cristãs que frequentavam.

As narrativas sobre as guerras de libertação nacional e a guerra civil tecem uma realidade complexa da história contemporânea de Angola. Para algumas mulheres houve uma mudança significativa nos espaços que ocupavam em tempos de guerra e de paz. Segundo o

relato de Ana Maria da Silva Nzagi durante o período de guerra civil, “ninguém via que éramos mulheres”, o depoimento apontou para uma naturalização da discriminação de gênero.

Em suma, no período de paz, “a guerra terminou, os homens remetem-nos, de novo, ao silêncio das nossas cozinhas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 20). Mas como veremos no terceiro capítulo as lutas femininas em Angola e os enfrentamentos contra a violência e a falta de espaços para as mulheres mobilizam a luta pela cidadania através da construção de pautas femininas. Essas reivindicações trazidas nos testemunhos apontam para o que querem as mulheres angolanas, isto é, indicam, mas que seus propósitos. As narrativas testemunhais apresentam uma pluriversalidade de pensamentos em movimento que são simultaneamente constituídos e constitutivos das/nas práticas cotidianas.

As narrativas das guerras de libertação e da guerra civil revelam uma história de violência e reconstrução, onde as mulheres vivenciaram mudanças profundas nos papéis sociais. Como expressou Ana Maria da Silva Nzagi, “ninguém via que éramos mulheres” durante o conflito. Mas, na paz, “os homens remetem-nos, de novo, ao silêncio das nossas cozinhas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 20).

Esses testemunhos anunciam o próximo capítulo da história angolana: as lutas femininas pela cidadania, pela igualdade e pelo direito à voz, que emergem da memória e da resistência cotidiana.

#### **2.4 “A revolução e a emancipação da mulher”: um discurso político**

O movimento de mulheres bem como os movimentos feministas no continente africano conforme Casimiro (2014, p. 75-76), formam-se através do entrelace de quatro frentes de luta: do movimento endógeno de mulheres africanas; da resistência anticolonial; como resultado do movimento de libertação nacional que criou espaços para transformação dos papéis femininos na sociedade e por fim, como produto do grupo de mulheres profissionais e intelectuais que dispunham de independência financeira.

A emancipação da mulher foi uma questão comum entre os movimentos africanos de libertação que se levantaram contra a dominação colonial portuguesa na segunda metade do século XX. Nesse sentido, há uma clara aproximação nas estratégias de integrar as mulheres na revolução por meio de movimentos femininos: o União Democrática das Mulheres (UDEMU) vinculada ao PAIGC, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) ligada à FRELIMO, e a Organização da Mulher Angolana (OMA) associada ao MPLA.

A luta de gênero travada pelas mulheres em Guiné-Bissau e Cabo Verde, tanto face ao colonialismo português tardio quanto ao patriarcado africano interno, contou com o incentivo decisivo de Amílcar Cabral. Ele entendia a emancipação feminina como produto da participação ativa da mulher — por ela mesma — por meio do trabalho, do respeito próprio e do enfrentamento de situações de subordinação. Em seu discurso, Cabral “vinculou as lutas de gênero às mais amplas demandas nacionais e sociais pela liberdade. As leis e normas sobre o casamento, o divórcio e a filiação foram então elaboradas sobre a base da igualdade de gênero” (Abadia, 2018, p. 288).

Contudo, como sublinha Abadia (2018, p. 133), mesmo nos contextos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde — conforme exemplificado pelo testemunho de Ana Lopes (entrevistada por Monteiro, 2012, p. 133) — a participação feminina na luta armada não garantiu no pós-independência “espaços de gestão e direção”. De forma geral, esse aspecto também se estende a Angola e Moçambique.

A criação da UDEMU, em 1961 em Conacri, abriu um espaço em que mulheres ligadas ao PAIGC participaram da libertação nacional. Em Moçambique, a linha política da FRELIMO — conforme o discurso de Samora Machel proferido na I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana — afirmava que “a libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo” (Machel, 1979, p. 29). Esse texto vinculou a emancipação feminina à revolução, partindo da compreensão de que a luta não era contra os homens, mas contra a ordem social criadora pela sociedade colonizadora e imperialista que oprime a mulher.

No contexto angolano, surgem os movimentos de mulheres — OMA, AMA e LIMA — como braços dos movimentos políticos de libertação nacional. A OMA agremiação feminina do MPLA foi fundada em 1961, para suprir as necessidades de cuidado aos refugiados situados em Leopoldville no Congo, fronteira com Angola. E no interior de Angola, as mulheres também se engajaram nas redes clandestinas difundindo ideias de conscientização política por meio de panfletos em escolas, igrejas, associações culturais e apoio a presos políticos (Ferreira, 2007).

Nesse contexto, os projetos políticos de independência apresentaram um claro viés patriarcal, semelhante ao observado nas organizações femininas da FRELIMO e do PAIGC. O testemunho de Ana Maria da Silva Nzagi (2008) confirma essa perspectiva, ao questionar a inserção da mulher no projecto de nação sob a ótica da desigualdade de gênero: O testemunho

de Nzagi (2008), também corrobora com esta perspectiva de cogitar a inserção da mulher no projeto político de nação por via da desigualdade de gênero. Conforme Nzagi (2008):

Em tempos de guerra nós mulheres fomos importantes, os homens reconheciam o nosso valor. Por isso *nos* treinavam, vestiam a farda e davam arma, levavam-*nos* às frentes de combate. Nessa altura, *ninguém via que éramos mulheres*. Pena é que este mérito não seja reconhecido neste momento de paz. Muitas vezes os que comandam, aproveitam-se dos nossos feitos para enaltecer outros nomes. Mas agora que a guerra terminou os homens remetem-nos, de novo, ao silêncio das nossas cozinhas. Se no processo de guerra nós mostrámos a nossa valentia, porque é que hoje dificultam a nossa integração tanto na vida pública como na política? (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 20, grifo nosso).

A integração da mulher no MPLA, se deu na OMA, um movimento de mulheres, que se tornou uma organização de massa a fim de direcionar a mobilização e as tarefas da revolução em função dos interesses e metas do movimento de libertação. Conforme os apontamentos de Paredes (2022) o discurso de emancipação feminina de inspiração socialista, não é perceptível no plano discursivo dos outros movimentos de libertação angolanos, pois “nunca houve na FNLA o reconhecimento da contribuição das mulheres para a luta, nem um discurso de género vinculado à ‘emancipação feminina’” (Paredes, 2022, p. 236).

Sobre essa questão levantada por Paredes (2022, p.236) consideramos a colocação do historiador Nsambu Vicente (2025, p. 325-326) que problematizou a incúria com a preservação e sistematização da documentação de arquivo ligada a UPA/FNLA de luta anticolonial. Essa lacuna é muito mais expressiva quando referimos a participação das mulheres na luta anticolonial inseridas na AMA, bem como na LIMA. Vicente balizado no documento do arquivo da PIDE<sup>45</sup> sobre a Associação da Mulher Angolana – AMA apresentou os critérios para a adesão das mulheres nessa organização:

De acordo com esses estatutos, a associação admitia mulheres angolanas a partir dos 15 anos de idade, desde que os seus pais ou maridos fossem “verdadeiramente naturais de Angola” e tivessem alguma influência ou ligação política. Tal critério de admissão revela uma lógica de filiação política e genealógica elitista, marcada por uma exclusão implícita de mulheres sem vínculos masculinos reconhecidos, como solteiras, órfãs ou mulheres politicamente independentes. A exigência de legitimidade masculina reforça, assim, uma concepção patrilinear e patriarcal da pertença nacional, mesmo numa organização teoricamente voltada à emancipação feminina (Vicente, 2025, p. 119-120).

A partir dos critérios de adesão das mulheres estabelecidos nos estatutos da AMA constatamos uma contradição entre o discurso político sobre a emancipação feminina em Angola num contexto de expectativas de significativas mudanças estruturais com a

---

<sup>45</sup> PT/ANTT/ PIDE-DGS: Del Ang: Proc. Inf.11.27. B/2, *Associação das Mulheres de Angola* de 20 de setembro de 1964 (NT1857) fl.26.

independência e a experiência de pertença nacional das mulheres matizadas conforme Vicente (2025) entre a visibilidade feminina controlada dentro dos movimentos e os mecanismos de silenciamento histórico.

Para a historiadora angolana Aurora Ferreira (2007), a mulher foi submetida em diversas sociedades à invisibilidade histórica. Assim, lembrar a presença e questionar o lugar ocupado pela mulher é fundamental. A historiadora ao pensar a inserção das mulheres no exercício da docência universitária, delineou um panorama histórico sobre o espaço conquistado pela mulher em Angola e os seus limites. Na década de 1960 e 1970 com influência do movimento feminista, a teoria naturalista na percepção da mulher em relação ao homem como subalterna aos poucos foi sendo superada, as mulheres sob um prisma histórico e sociológico passaram a ter consciência do seu espaço enquanto objeto de estudo no qual vislumbrou-se sua condição social voltada para a reprodução.

Desde então, ocorreu uma renovação teórica na abordagem sobre a mulher, e o estudo dos papéis sociais de mulheres e homens numa relação de complementaridade (Ferreira, 2007).

Por outro lado, a reprodução, é concebida por uma ótica diversa, nas sociedades africanas originárias, a maternidade é símbolo de prestígio social, “[...] a procriação é considerada a razão de ser da existência humana” (Oyewùmí, 2021, p. 82). E o feminismo africano “[...] segundo Mikell, é marcadamente heterossexual e “pro-natalidade”, centrado em “bread, butter and power issues” e conta com uma abordagem própria sobre a vida pública e privada (Vieitez-Cerdeño, 2017, p. 151).

Nesse sentido, as pesquisas de Silva (2021), Ferreira (2020), e a Mama (2013) direcionaram para formarmos uma compreensão diferente da leitura da antropóloga estadunidense Gwendolyn Mikell. O continente africano é formado por 54 países. Com múltiplas vertentes de feminismos africanos, formam uma teia de complexidades. O que envolve diferentes posicionamentos autorais e pontos de vistas contemplados na historiografia feminista africana na delimitação de: agendas, demandas e terminologias para a luta pelos direitos das mulheres. Aqui, adotamos o posicionamento da feminista nigeriana Amina Mama (2013):

A Mikell depende da generalização e observação dedutiva. Descreve assim o feminismo africano tal como o vê do exterior, a partir de uma distância física e analítica, e não da perspectiva de alguém empenhado no activismo feminista no continente africano. A sua definição é mais perturbadora, especialmente quando afirma que o feminismo africano é “claramente heterossexual e pronatal” e está ligado ao que ela chama de “política de sobrevivência”. Isto parece-me ser uma definição muito conservadora. Pode dizer-nos algo sobre as taxas de fertilidade e pobreza, *mas*

*não se confronta com o status quo, nem descreve as formas como os patriarcas contemporâneos em África nos limitam e nos impedem de realizar o nosso potencial para além dos papéis tradicionais como trabalhadores, mulheres e mães. É um uso do termo “feminismo” que escapa a todas as outras aspirações que tu e eu sabemos que nós africanos temos, como se por sermos africanos esquecêssemos tudo o que outras lutas feministas perseguem (respeito, dignidade, igualdade, uma vida livre de violência e medo...). Parece-me óbvio que as mulheres africanas têm aspirações que vão além de assegurar a nossa sobrevivência: desejos políticos, económicos, sociais, intelectuais, profissionais e mesmo pessoais de mudança. É verdade que muitos africanos estão imensamente envolvidos no trabalho quotidiano de assegurar a sobrevivência, tanto a sua como a das suas famílias e comunidades, mas isto é apenas um sintoma global do poder patriarcal, e de todas as injustiças sociais, políticas e económicas que as mulheres, e os africanos em geral, sofrem (Mama, 2013, p.12-13, grifo nosso).*

Nesse sentido, no caso angolano percebemos as lutas por cidadania como um projeto em construção, nas narrativas testemunhais das mulheres angolanas do livro da paz são centrais o desejo político do enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero para a efetivação dos direitos humanos das mulheres. Ressaltamos ainda que “Em Angola, os feminismos africanos constituem-se a partir de meados da década de 1970 do século XX, não exatamente como grupos, mas a partir de questões reflexivas, colocadas em seus contextos culturais e sociais.” (Silva, D., 2021, p.104)

Na acepção de Amina Mama (2013, p.12), é a realidade que molda o conceito de feminismo, assim, “refere-se à prática política que emana de uma análise muito convincente das condições sociais, económicas e políticas que afectam as mulheres africanas”. Na esteira de Amina Mama percebemos que o denominador comum entre o mosaico de diferentes feminismos africanos, mulherismo africana, stiwanismo e o maternalismo entre outras terminologias são as lutas contra a injustiça social e o patriarcado.

A reflexão do historiador Joseph Ki-Zerbo (2006, p. 109), complementa esse raciocínio ao pontuar que a prioridade para as mulheres negras é “a luta pela não-dependência. Creio que essa luta se impõe em todos os domínios, não apenas no dos problemas de gênero, mas também no domínio da independência política, mental e religiosa: é preciso evitar, por toda parte, a exclusão e a dependência.”

O mote dos estudos durante a luta anticolonial e nos primeiros anos pós-independência abordava a condição feminina e sua inserção na sociedade por via do trabalho assim “a OMA propunha uma estreita associação entre emancipação e trabalho, no quadro da “Reconstrução Nacional”. (Figueiredo, 2021, p.71). Com a independência o processo de reconstrução nacional impunha a necessidade de formar quadros para ocupar funções antes desempenhadas pelos portugueses retornados.

Figura 3 – Postal publicado pela OMA (1979)



A mulher angolana consciente do papel que desempenha na Revolução, participa activamente na colheita do algodão.

Fonte: <https://www.tchiweka.org/iconografia/0700010002>

Vislumbramos que, essa é uma preocupação do MPLA/OMA, quanto a contribuição da mulher angolana na luta de libertação nacional através do trabalho, essa inquietação pode ser lida na produção intelectual do MPLA/OMA esse aspecto é um desdobramento político deste contexto histórico.<sup>46</sup>

Segundo o historiador Fidel Reis (2023, p.187) *O papel da mulher angolana na luta armada*, texto produzido para o primeiro seminário da OMA realizado em 1965, no Centro de Instrução Revolucionário na cidade de Dolisie no Congo Brazzaville, atual República do Congo de autoria de Deolinda Rodrigues na função de formadora político-ideológica das militantes da OMA agrega as funções de mãe e esposa uma nova função a da mulher como guerrilheira.

Neste sentido, o ideal de mulher emancipada era moldado pelo discurso revolucionário em oposição a submissão feminina pela opressão colonial e pela tradição, contudo, esse projeto ideológico formulou uma nova imagem para as mulheres angolanas<sup>47</sup> porém limitado por concepções patriarcais persistentes. Segundo a historiadora Dayane Silva (2021, p. 180): “Sob esse clima de contradição e negação, elaborava-se nova concepção sobre o angolano e a angolana aparentemente isentos de contradições, já “capturados” pela ótica homogeneizante da identidade nacional.”

<sup>46</sup> OMA. O papel da mulher angolana na luta armada. *In: I Seminário da OMA*. Realizado em Dolisie, 10 Out 1965 / 7 nov. 1965. Luanda: ATD /Arquivo Lúcio Lara, 1965. E os boletins. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0078000016>

<sup>47</sup> Para uma compreensão mais adensada sobre o paradigma da nova mulher angolana consultar o terceiro capítulo da tese: SILVA, D. A. S. **Na cobertura da retaguarda mulheres angolanas na luta anticolonial (1961-1974)**. 2021. 411p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

De acordo com a historiadora Dayane Silva: “Era a “nova mulher” com a tarefa dupla de mãe e combatente. Esses “novos” papéis sociais nos auxiliam na compreensão da construção da heroína nacional na sociedade angolana” (Silva, D., 2021, p.104). Neste aspecto também levamos em consideração a agência das pessoas frente ao processo de enquadramento desenvolvido pelo MPLA/OMA, pois: “O “homem novo” afinal não foi fabricado, mas novos homens e novas mulheres se criaram a si próprios e uns em relação aos outros, nas condições que se apresentavam e muitas vezes fora do alcance das fontes disponíveis à escrita da história acadêmica” (Figueiredo, 2021, p. 77-78).

Assim, a luta das mulheres por igualdade de direitos em Angola é indissociável da luta de libertação nacional, as mulheres atuaram em diversas frentes de luta transformando os papéis de gênero. A possibilidade de participação feminina no final da década de 50 era limitada, Deolinda Rodrigues registra em setembro de 1956: “Parece aceitarem-me no movimento nacionalista, embora o Sr. Benje e outros velhos estejam com receio por eu ser mulher”, o espaço feminino na luta anticolonial foi sendo construído aos poucos, em 30 de junho de 1959, Deolinda relata sua insatisfação no diário: “Disseram-me que não vou já pra Ghana porque sou mulher e o Barden não respeita senhoras. Esta discriminação só por causa do meu sexo, revolta-me. Se me apanho fora deste MPLA erudito e masculino, não volto em breve” (Rodrigues, 2003, p. 57).

Vilma Espín de Castro, ao prefaciá-la obra de Libânia Rodrigues pontuou que as guerrilheiras Deolinda Rodrigues, Irene Cohen, Lucrecia Pain, Tereza Afonso e Engrácia Santos foram as primeiras mulheres angolanas na história de luta pela independência angolana a empunhar armas inseridas no esquadrão Camy. Elas também pertenciam aos quadros da OMA.

A OMA como braço do MPLA, atuou como apoio na luta de libertação nos setores de produção de gêneros alimentícios, na organização logística para o abastecimento das bases, na comunicação e propaganda, na educação e suporte aos grupos guerrilheiros. Segundo Castro:

As mulheres angolanas destacaram-se no trabalho de enfermeiras, professoras, mensageiras; atuavam como elos entre as células clandestinas nas cidades e repassavam alimentos e remédios aos guerrilheiros; Exerceram também cargos de responsabilidade na organização da vida nos territórios libertados, cumprindo com êxito todas as missões que lhes foram confiadas (Castro Apud Rodríguez, 2009, p. 06).

Neste sentido, a partir da passagem acima, evidencia como as mulheres foram se envolvendo no cotidiano da guerra. No caso das mulheres inseridas no MPLA, sua participação nas zonas libertadas no interior, nas matas estavam vinculadas à OMA. Foi a partir do exterior do país, que as lideranças do MPLA começaram a organizar o futuro Estado-nação independente.

Neste projeto de governo as mulheres, desde a luta armada, participaram efetivamente da estruturação da nova nação atuando nas tarefas da revolução ligadas diversas frentes de combate, mas fundamentalmente à parte assistencial na função de cuidado. O olhar voltado para as questões sociais é fundamental na constituição e reconstrução de um Estado. No caso angolano, a estruturação de serviços sociais básicos ocorreu no ambiente precário das zonas libertadas, devido ao contexto de guerrilhas.

Para Reis (2023) a divisão sexual do trabalho na perspectiva da documentação oficial do MPLA entre os anos de 1960 a 1965 resulta de uma história de longa duração de relações sociais assimétricas, além da separação de tarefas entre homens e mulheres. De modo a criar hierarquia na construção da identidade masculina e feminina. Essas relações de poder podem ser estendidas para os outros movimentos nacionalistas, o exemplo de Elisa Glória Calado Henda, capitã das FALA/UNITA ilustra bem essa questão, ela e o esposo, tendo desempenhando tarefas na revolução. No final da guerra:

Ao contrário do marido que foi recompensado por ser combatente, a capitã Glória Calado não teve direito a uma reforma da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (CSS/FAA) nem a qualquer ajuda do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), porque as contribuições das mulheres durante as guerras não são consideradas relevantes e, na paz, ao contrário dos homens, não são vistas como parceiras da reconstrução nacional (Paredes, 2014, p. 114).

Sobre o discurso político de emancipação feminina as tensões e disputas veiculadas nas matérias d'O Jornal de Angola, diga-se de passagem, órgão oficial do Estado “no contraponto surdo das vozes oficiais e oficiosas podem-se inferir discursos e posições divergentes” (Figueiredo, 2021, p.47) conforme a tese do historiador Fábio Baqueiro Figueiredo o confronto entre modelos distintos de feminilidade, visões ideológicas sobre o papel da mulher e hierarquias entre espaços sociais e simbólicos. A disputa simbólica entre dois modelos de mulher emancipada: a guerrilheira revolucionária trabalhadora, disciplinada ligada ao Maquis e a OMA comprometida com a reconstrução nacional. Essa representação símbolo do progresso e modernidade socialista. Em contraposição as mulheres de Luanda buscavam liberdade, autonomia econômica e o uso não produtivo do tempo e do corpo. Conforme Figueiredo:

em dezembro de 1975 começava a ser preparado o I Seminário Regional da OMA em Luanda. Em entrevista ao Diário de Luanda, a dirigente Luísa Inglês introduzia no debate público uma tensão que dominaria boa parte do debate subsequente: A má-interpretação da emancipação da mulher, o conceito pequeno-burguês de que a OMA é para as camaradas menos cultas, a própria propaganda contra-revolucionária que certos indivíduos lançam no nosso meio, são umas das razões que levam várias camaradas a abandonar a Organização da Mulher Angolana. Verifica-se que a maioria das mulheres da cidade não participam na luta, na Revolução, interpretando a seu modo a sua própria emancipação, esquecendo que a libertação da mulher passa pela destruição do sistema de exploração. (FIGUEIREDO, 2021, p. 66)

As matérias de jornais reforçavam o protagonismo das militantes do MPLA e retratavam as mulheres da cidade como beneficiárias e não autoras da emancipação um conflito de legitimidade e representação. As mulheres da cidade, por sua vez, reivindicavam os benefícios da independência como creches e a divisão do trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Legitimando o seu lugar enquanto mães e esposas dos protagonistas da luta anticolonial, muitos deles vivendo nas regiões político-militares, outros presos nas cadeias coloniais, as mulheres da cidade tiveram que assumir a gestão financeira dos lares. À medida que a OMA se estruturava nacionalmente os debates sobre a emancipação foram perdendo espaço no Jornal de Angola (Figueiredo, 2021). Deste modo:

as mulheres de Luanda, enquanto sujeitos de perspectivas, problemas e agendas próprias, vão desaparecer das páginas do Jornal de Angola logo depois do 8 de março de 1977, ao mesmo tempo em que se acelerava o processo de institucionalização da OMA. Respondendo à percepção de ameaças internas e externas (representadas respectivamente pelo desafio nitista e por supostos planos de invasão de Angola a partir do Congo de Mobutu), essa institucionalização veio acompanhada de um sufocamento do debate público.

Em suma, a luta de libertação nacional foi uma base importante para formulação dos feminismos africanos. Em Angola, apesar da “participação das mulheres na luta armada anticolonial e pós-colonial reforçou a luta pela emancipação e igualdade de género, ao assumirem papéis que lhes estavam interditos anteriormente.” (Paredes, 2014, 11) Contudo, passados quase cinquenta anos da Independência compreende-se que parte das expectativas das mulheres comuns daquele período foram frustradas, no período da guerrilha elas compartilham o sonho de emanciparem-se político, economicamente e alcançarem a divisão das tarefas domésticas:

Com a independência, a emancipação feminina ganhou destaque frente à possibilidade de se promoverem mudanças radicais na estrutura social e ao quadro de conflito interno e desarticulação da produção econômica. Para o novo governo, era crucial enquadrar as mulheres nas tarefas da “reconstrução nacional (Figueiredo, 2021, p. 45).

As peculiaridades desse processo, indicam que no contexto de revolução, momento em que primeiro foi valorizada a independência da nação, por sua vez, a emancipação feminina ficou em segundo plano, Ferreira (2007); Paredes (2014). Porque o horizonte de expectativa foi formado no interior do regime colonial isto: “possibilitou as mulheres africanas a refletirem muito mais no sentido anticolonial do que antipatriarcal. Assim, a formação dos ‘feminismos africanos’ voltou-se para a luta pelas independências.” (Corrêa, 2023, p. 170)

Com efeito, consideramos que tanto a desigualdade quanto a colonialidade de gênero são frutos amargos de uma sociedade patriarcal. A diferença entre homens e mulheres no âmbito do MPLA como pode ser contemplado no texto O papel da mulher na luta armada (1965) e em outros textos do movimento naquele momento histórico eram lidas a partir do materialismo histórico e a etapa imperialista do capitalismo, e não sob a perspectiva de gênero.

A concepção de gênero foi importada, porém apropriada no contexto angolano, implementada na legislação. No plano internacional, regional e nacional, Angola ratificou compromissos contra a desigualdade baseada em gênero, embora como ensinou Joseph Ki-Zerbo (2006), o reconhecimento de direitos sociais nas leis é importante, embora existam fragilidades e possibilidade de esvaziamento. No plano interno o país desenvolveu o Decreto presidencial Nº 222/13 – com a nomenclatura Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género e a respectiva Estratégia de Advocacia e Mobilização de recursos para a Implementação e Monitoria da Política<sup>48</sup>.

A perspectiva de gênero é uma especificidade do momento de produção da fonte que compõe o corpus documental desta pesquisa, as narrativas testemunhais centradas no desejo de igualdade de gênero contemplam uma interpretação das mulheres angolanas sobre o passado de luta pela independência, por este motivo usamos as lentes teóricas da memória cultural.

---

<sup>48</sup> Conforme o censo de 2014 as mulheres constituem 52% da população angolana, daí a importância de um marco legal representativo. O decreto acerca da igualdade de gênero apontou que 70% das mulheres angolanas estão inseridas no mercado de trabalho informal, não recolhem percentual para o seguro social. Decreto presidencial Nº 222/ 13, resultou do enquadramento do país nas convenções internacionais de CEDAW (1979) e plataforma de ação de Beijing (1995), a Carta africana sobre os direitos da mulher em África, a nível regional SADC o protocolo e declaração sobre gênero e desenvolvimento. O decreto está disponível em: <https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/20131224 - decreto presidencial n.o 222-13 - politica nacional para igualdade e equidade de genero.pdf> No livro *Os direitos da mulher compromissos de Angola a nível nacional e internacional*, produzido pelo Ministério da justiça e direitos humanos da República de Angola apresenta uma síntese sobre a esfera jurídica que interpela a mulher angolana como sujeita de direitos. Disponível em: [https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2022-10/WEB\\_Direitos%20da%20Mulher%202022.pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2022-10/WEB_Direitos%20da%20Mulher%202022.pdf)

## 2.5 O processo de construção da memória política das heroínas de Angola

No documentário *A persistente fragilidade da memória*<sup>49</sup>, a historiadora Conceição Neto asseverou que milhares de pessoas estiveram envolvidas no processo de libertação nacional em Angola, com papéis e protagonismos diversos. Para Neto, a memória individual contribui para a formação de uma memória coletiva, e é nesse entrelaçamento que reside a relevância da luta para a construção de um patrimônio e de uma identidade nacional comuns. Como afirma Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 09).

É necessário refletir sobre esse dever de memória: apesar da fragilidade da memória frente à passagem do tempo, ela constitui um recurso valiosíssimo para a ampliação da historiografia nacionalista angolana. Os estudos históricos têm contribuído para esse processo analítico de materialização da memória coletiva ao destacar testemunhos da participação feminina, discursos, imagens e sinais do que foi o processo de luta pela autodeterminação angolana (Nora, 1993, p. 15).

Neste tópico iremos refletir sobre como o MPLA construiu uma memória oficial da mulher como símbolo da nação a partir dos usos políticos da memória das heroínas de Angola. Com Aleida Assmann (2011) compreendemos que a memória cultural forma-se no processo ativo da recordação, do qual os esquecimentos também fazem parte, assim como a “escolha dos valores de recordação e cuidado que ocupa posição central.” (Assmann A., 2011, p.438).

Significa dizer, que o processo de construção da memória cultural envolve as intenções sobre o que é lembrado ou esquecido, “é central o significado de uma recordação reconstrutivamente remodeladora, que sempre inclui o esquecimento como parte necessária do processo.” (Assmann A., 2011, p.23). E este é um dado importante para problematizar o fato de o governo incluir as cinco guerrilheiras do MPLA através do monumento às heroínas como modelo exemplar à luz da história oficial do país.

Com base em Figueiredo (2021), reforçamos a ideia de que é emblemática a centralidade atribuída à figura de Deolinda Rodrigues enquanto metonímia da participação das demais

---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=exscrO6EQbU>

guerrilheiras do Esquadrão Camy na luta pela independência por comunicarem uma “falsa excepcionalidade”. Ao ser escolhida para integrar o panteão dos heróis nacionais, Deolinda acaba representando a presença feminina na guerra de libertação como algo extraordinário, quando, na realidade, essa presença feminina foi mais ampla e significativa. Esse enquadramento contribui para silenciar a atuação de inúmeras mulheres anônimas, tanto do MPLA quanto de outros movimentos de libertação. (Figueiredo, 2021, p.74).

Paredes (2014, p.72) destacou a forma mítica como MPLA representou Deolinda, produziu silenciamento de sua própria história de vida. Consideramos que o MPLA fez da morte um triunfo político mais importante que seu percurso como militante pela independência do país.

Assim, constatamos que no contexto da revolução as heroínas de Angola não eram um caso de exemplaridade, embora pertencentes a uma elite política, o que envolve interseccionalidade de gênero e classe, bem como significa um certo distanciamento das mulheres comuns. As heroínas do MPLA foram pioneiras no treinamento militar, mas não foram as únicas mulheres nesse contexto de guerrilha a participar da luta de libertação nacional. Elas desafiaram os papéis tradicionais de gênero, mas sem deixar de desempenhar práticas cotidianas semelhantes as atividades também realizadas por mulheres comuns como carpir a lavoura. Contudo, é:

importante ressaltar que reconhecer a agência e protagonismo dessas mulheres nas bases dos movimentos de libertação não significa negar que havia ali lutas e disputas entre grupos, entre homens e mulheres, mas também entre mulheres, em função da posição social, do lugar de nascimento, da cor da pele, do grau de escolaridade, instrução e outras tensões inviabilizadas (Silva D., 2021, p. 322)

Em seu diário, Deolinda registrou para além divisões internas no movimento MPLA ligadas a raça. Havia outras vulnerabilidades manifestas na situação de escassez de comida, livros, produtos de higiene pessoal era comum a todas as pessoas na base das zonas libertadas. Muitas mulheres atenuavam essas adversidades com saberes locais, no uso do conhecimento de ervas nas matas para substituir sal, alimentação (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 159), o shampoo ou como apresenta no documentário *Mulheres de armas*<sup>50</sup> da Associação Tchiweka de documentação o feitiço de roupas a partir de cascas de árvores.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6XZAGQi5gks> Acessado em 12 mai. 2025

Deolinda Rodrigues já enfatizava naquela altura os efeitos da desigualdade entre a liderança que planejava a luta a partir do exterior de barriga cheia. Em 16 de julho de 1964, Rodrigues ponderou acerca dessa questão:

Há aqueles que fazem facilmente a “revolução” porque nunca lhes faltam os bifes, o “Le Monde” e os AC. Podem continuar a instrução que tiveram em Portugal, porque podem comprar livros. Nós pra comprar um envelope temos de estar a rogar a este e aquele. Vivemos, mas é como se estivessemos mortos para as nossas famílias. Cachorra da vida! Vou ficar e continuar a luta por causa do Povo que sofre lá dentro. Não é por esta elite que faz revolução de barriga cheia e no salão (Rodrigues, 2003, p. 59).

Neste sentido, as mulheres ligadas a OMA no início da década de 1960 também faziam atividades comuns como trabalhar na produção de alimentos agrícolas, nas bases das zonas libertadas, assim como mulheres camponesas anônimas referenciadas na tese de Silva (2021), atividades como capinar a plantação, buscar água, fazer o fungo, era uma forma de trabalho que podemos estender também às mulheres ligadas aos outros movimentos nacionalistas.

Argumentamos que a inclusão no panteão dos heróis nacionais com a finalidade de uso político da história de vida das guerrilheiras do esquadrão Camy pelo MPLA desdobrou-se na construção da imagem da heroína angolana. A partir daí, conjecturamos que a manipulação política da imagem das mulheres em diálogo com intertexto da heroína se deu no período pós independência. E este fato é posterior ao acontecimento da captura das guerrilheiras em Kamuna, no Congo Kinshasa, quando foram levadas para a prisão em 2 de março de 1967 no campo de concentração de kinkuzu, sendo posteriormente fuziladas pelos guerrilheiros da FNLA. Na publicação da OMA do dia 26 de agosto de 1967 as cinco guerrilheiras são mencionadas como camaradas.<sup>51</sup>

Naquela altura a manobra política do MPLA por meio das publicações da OMA procuravam sensibilizar a opinião pública internacional para intervir a favor das angolanas, “o MPLA serviu-se do acontecido para exercer forte propaganda contra as ações da UPA/FNLA, na tentativa de minar o apoio que aquela tinha no exterior e trazer para si” (Dias, 2002, p.72)

No discurso inaugural do Estado-nação Agostinho Neto<sup>52</sup>, presidente do MPLA e do país nascente declarava as intenções, prioridades, expectativas que orientam sua gestão nos

---

<sup>51</sup> panfleto intitulado: *Apelo no Seminário das Mulheres Africanas Sobre Prisão das 5 Camaradas*. Disponível em <https://www.tchiweka.org/documento-textual/0096000025> Acessado 08 mai. 2025.

<sup>52</sup> A partir dos 25 minutos de gravação do vídeo Agostinho Neto fala sobre a emancipação da mulher. **Discurso do Presidente Agostinho Neto na Proclamação da Independência de Angola**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c56W MPbMMw&t=32s> Acesso em: 15 mar 2024.

primeiros anos de Angola independente. Em relação às mulheres, Neto mencionou: “A República Popular de Angola, sob a orientação justa do MPLA, estimulará o processo da emancipação da mulher angolana, direito conquistado através da sua participação na luta de libertação nacional e na produção para a resistência generalizada do nosso povo.”

Para esse momento da história do país as mulheres angolanas ainda não eram imaginadas como heroínas nos discursos políticos. A emancipação não significava igualdade de direitos ou divisão dos trabalhos, “o discurso nacionalista dos movimentos formou uma imagem da mulher vinculada ao povo, tornando questões como a poligamia e a completa desinformação sobre os cuidados para prevenir ou resguardar uma gravidez, subsidiárias.” (Dias, 2002, p. 57).

Na declaração da independência de Angola, são os homens que ingressam no panteão dos heróis. Agostinho Neto falou:

Em nome do Povo angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o Mundo a Independência de Angola. Nesta hora o Povo angolano e o Comité Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela Independência da Pátria. [...]De Cabinda ao Cunene, unidos pelo sentimento comum de Pátria, cimentado pelo sangue vertido pela liberdade, honramos os heróis tombados na longa resistência de cinco séculos e seremos dignos do seu exemplo. [...]HONRA AO POVO ANGOLANO GLÓRIA ETERNA AOS NOSSOS HERÓIS A LUTA CONTINUA! A VITÓRIA É CERTA! (Agostinho Neto, 2015).

Deste modo, seria quase vinte anos depois da prisão das guerrilheiras do esquadrão Camy, que o monumento às Heroínas foi inaugurado em 2 de março de 1986, um ano após a publicação do livro *Heroínas de Angola*, obra escrita pela tenente-coronel, Libânia Jiménez Rodríguez. O monumento às Heroínas Angolanas é uma reorganização emblemática da memória nacional.

Conforme Paredes (2014, p.73), tanto o monumento, bem como o feriado nacional consagrando 2 de março como dia da mulher angolana não contemplam o reconhecimento de todas as mulheres angolanas na imaginação nacional. Posto que, essa comemoração através da data da prisão das heroínas, 02 de março de 1967, celebra o martírio não reconhece a participação feminina vinculada a UNITA /LIMA e as mulheres que lutaram integradas na FNLA/ AMA.

Deste modo, no período pós independência a engenharia política do governo visava substituir/ destruir os símbolos vinculados ao passado colonial, nesse aspecto Berta Maria Oliveira Jacob (2011) analisou como a toponímia de Luanda foi se transformando deixando de refletir a memória do colonizador para lançar luz aos nomes escolhidos pelos novos governantes

políticos. Um período de mudança, mas também de permanência da patrimonialização da memória. Instigante as substituições de monumentos como a explosão de parte do monumento dedicado a Maria da fonte, sobre o mesmo pedestal foi colocada a estátua da Rainha Jinga Mbande<sup>53</sup>.

A memória oficial trabalhará a memória para construir novos mitos. Com base na planta de Luanda de 1977 que consta na obra *Luandando*, de Pepetela Jacob mencionou que os antropônimos das heroínas já faziam parte dos nomes de ruas:

Os Heróis colectivos – figuras anónimas, às quais, num dado momento da História de Angola, se reconhecem feitos dignos de lembrança, caso dos Lusíadas ou dos Restauradores de Angola, em 1974 e das Heroínas e do Povo, em 1977 - compõem um subgrupo dos antropónimos considerado para os dois períodos em análise (Jacob, 2011, p.11).

A propaganda do governo materializou o mito das heroínas por intermédio dos lugares de memória como livros de história, cartazes, imagens, por fim monumento, “ao mesmo tempo em que promovem as memórias de algumas dessas mulheres, propagam uma política de esquecimentos do ponto de vista oficial.” (Silva D., 2021, p. 67)

Na esteira de pensar os monumentos como “lugares de memórias” é interessante o artigo *Conflating the Party and the Nation in Angolan Monuments*, do historiador Jeremy Ball ao esquadrihar como a memória comemorativa nos monumentos angolanos apresentou a narrativa nacionalista oficial no período pós independência em suas afirmações e silêncios hegemônicos, aqui detemo-nos no monumento as heroínas um dos quatro monumentos analisados pelo autor.

Segundo Ball (2017, p. 06) a inscrição no pedestal do monumento as Heroínas, enunciou uma longa tradição de luta, porque “Elas seguem a tradição de N'Jinga e de muitos outros povos históricos, figuras que lutaram contra o colonialismo e a dominação estrangeira com tenaz resistência”<sup>54</sup>. É instigante a vinculação feita no pleito do governo de José Eduardo dos Santos, da imagem das guerrilheiras do MPLA a imagem da rainha Njinga Mbande<sup>55</sup> - no pedestal do

---

<sup>53</sup> Para uma compreensão mais aprofundada sobre as alterações na toponímia de Luanda ver: Jacob, Berta Maria Oliveira. *A Toponímia de Luanda: das memórias coloniais às pós-coloniais*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património. Universidade Aberta de Lisboa. 2011. Sobre as destruições das estatuas coloniais veja: <https://www.publico.pt/2020/07/04/mundo/noticia/maka-estatuas-visao-angola-1922981>

<sup>54</sup> No original: ““They follow in the tradition of N'Jinga and of so many other historical figures who fought colonialism and foreign domination with tenacious resistance.”” (Ball, 2017, p. 06)

<sup>55</sup> Para aprofundar a compreensão acerca da história da rainha Njinga Mbande veja *Angola e as Angolanas. Memória, sociedade e cultura*, livro organizado por Selma Pantoja, Edvaldo A. Bergamo e Ana Cláudia da Silva. Njinga Mbande é uma personagem em profusão nas obras literárias, a exemplo cito Rainha Ginga (2015) de

monumento - uma imagem de resistência consolidada na história de luta anticolonial e amplamente incorporada na cultura angolana.

A história de resistência angolana atravessa os séculos, tem como figura ícone a Rainha Jinga Mbande no século XVII. A imagem da rainha Jinga Mbande perpetua-se na memória cultural angolana como heroína nacional, “porque deixou uma herança de liderança transcultural, remetendo o seu exemplo para um passado histórico comum que outras etnias reivindicam, transpondo portanto a fronteira étnica *mbundu* e as linhagens” (Paredes, 2014, p. 74) A autora Jacob (2011, p.74) mencionou que -Rainha Njinga - substituiu as designações portuguesas de duas ruas – a de Salvador Correia e dos Restauradores de Angola – e de um largo – o Largo do Infante D. Fernando. Por outro lado, lembramos que a imagem da rainha Jinga Mbande traz a ambiguidade de estar ligada também às memórias da escravidão atlântica.

A história do monumento trata-se de homenagem póstuma às heroínas, segundo o general Benigno Vieira Lopes responsável pelo esquadrão Camy, asseverou “o MPLA concedeu às cinco mulheres o título póstumo de "Heroínas de Angola", e a OMA erigiu em sua homenagem um imponente monumento em Luanda.” (Dias, 2002, p. 71).

Como vemos logo abaixo as três esculturas de heroínas carregam símbolos que suportam o peso da revolução, uma delas empunham a enxada o que vincula a mulher à produção agrícola, a arma liga-as à guerrilha e a escultura da mulher carregando a criança e o livro reflete a imagem da mulher reproduz fronteiras culturais e biológicas da nação – remete para política nacional de formação do “Homem novo”.

---

José Eduardo Agualusa, no campo cinematográfico o filme: *Njinga, Rainha de Angola*, de Sérgio Graciano disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GIWVPOuSYXA> No ensino fundamental para fins didáticos é interessante o livro da série UNESCO mulheres na história da África: *Njinga a Mbande Rainha do Ndongo e do Matamba* em formato HQ. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230931>

Figuras 3 e 4: Monumento às Heroínas Angolanas.





Fonte: <http://m.redeangola.info/multimedia/largo-das-heroínas/>

Paredes (2014, p.72) problematizou a representação simbólica das heroínas quanto a indumentária escolhida “para retratar as heroínas de panos valorizando as feminilidades e redomesticando as combatentes que durante a guerrilha usaram camuflado como os seus homólogos masculinos.” A lógica imperial da narrativa de gênero de modo estática, presa a um passado mítico é uma forma de continuísmo que se manifesta como violência epistêmica no contexto do nacionalismo do MPLA como explicou autora zimbabuense Anne McClintock “o princípio dinâmico que anima a hierarquia da degeneração da raça e do gênero, transformando uma descrição estática de rebaixamento numa narrativa de progresso histórico, é o princípio da conquista imperial.” (Mcclintock, 2010 p.354).

Nesse sentido, a imagem mítica da mulher na literatura angolana do movimento “Vamos descobrir Angola” centrada no sofrimento e sacrifício gerado pela exploração colonialista, configurou a imagem de África como mãe. O movimento “Vamos Descobrir Angola”, voltava-se para o processo de reelaboração das tradições culturais africanas, valorizando o patrimônio cultural africano. Desdobrando num embate cultural contra o domínio colonial. Dias

mencionou que as escritoras Ermelinda Xavier, Noémia de Sousa e Alda Espírito Santo fizeram parte deste movimento que difundiu a imagem mítica e institucional das mulheres. Elas eram vislumbradas como Mãe África, Mãe Provedora, Mãe Força, assim, “a condição mulher não era o foco de análise do grupo, e quando isso acontecia ela não era vista como sujeito histórico.” (dias, 2002, p.52-54). Esse conteúdo seria apropriado e repensado na formulação política do MPLA. De acordo com a historiadora Dias:

O discurso nacionalista vai atribuir à mulher um papel fundamental: "*ajudar a guerrilha na realização de seus objetivos políticos e militares.*" Baseados na 'unidade' do movimento, o que interessava era a união de forças, com o objetivo comum de derrubar o colonialismo. Com a fundação das organizações femininas, as mulheres acabam sendo afastadas dos centros de poder e decisão política e militar dos movimentos, e o discurso nacionalista hegemônico tornou-as "Mulheres do Povo". [...] Daí as especificidades do ser mulher não poderiam impor limites às necessidades de libertação do Povo (Dias, 2002, p.56-57).

Concebemos que essa dinâmica do MPLA em caracterizar as mulheres ligadas ao movimento como “mulheres do povo”, hierarquizou o lugar da mulher na formação da nação. Diante do exposto argumentamos nesta dissertação que a imagem da mulher angolana como heroína, é um artefato político cultural do nacionalismo moderno de Angola. Assim nos debruçamos para refletir sobre o significado que as mulheres comuns do livro da paz fazem da perspectiva da heroína.

Consideramos que a imagem da mulher angolana tem sido veiculada a História Contemporânea de Angola pelas vias militares e na luta por cidadania, nesse âmbito lembramos que “a invisibilidade é um meio eficaz de discriminação das mulheres e as guerras e as armas, ao serem associadas às masculinidades, levam a que a participação das mulheres geralmente seja obliterada e esquecida.” (Paredes,2014:155).

Vislumbramos como uma mudança significativa o posicionamento político das mulheres frente a invisibilidade social. Na luta por reconhecimento dos direitos, e acesso a novos espaços. O questionamento das estruturas sociais é uma constante na produção cultural de Angola. Exemplos de enfrentamento desta lógica de sacrifício é a luta por valorização da imagem mulher angolana são as obras: *Heroínas de Angola*, Libânia apresentou-as como protagonistas guerrilheiras do MPLA/OMA mortas na operação militar da FNLA; *Heroínas da Dignidade*, de Florbela Malaquias documenta situações de abuso sexual na Jamba, o artigo *Jovens mulheres e a participação política em Angola: o caso 15+DUAS*,<sup>56</sup> no qual a autora

---

<sup>56</sup> Disponível em: [https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/ANG\\_ART\\_24\\_JOVENS\\_MULHERES\\_E\\_A\\_PARTICIPACAO\\_EM\\_ANGOLA.pdf](https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/ANG_ART_24_JOVENS_MULHERES_E_A_PARTICIPACAO_EM_ANGOLA.pdf)

Florita Telo mencionou a página de facebook intitulada “Apoio as heroínas da liberdade Rosa & Laurinda + 15” centraliza a imagem das ativistas políticas presas, *O livro da paz da mulher angolana heroínas sem nome* traz à baila o questionamento da ausência das mulheres na arena política das negociações para o termino da guerra civil. As angolanas reivindicam espaço de pertencimento na história do Estado-nação. Numa perspectiva dialógica o espaço do monumento em homenagem às heroínas de Angola foi apropriado e ressignificado por distintos movimentos sociais. O Largo das Heroínas tornou-se lugar de encontro para abertura ou finalização de marchas contra a violência contra mulheres e meninas angolanas. Ball pontuou como os:

Ativistas demonstraram que as paisagens mitológicas são dialógicas, não fixas. O discurso hegemônico do Estado (o Monumento a Neto) não é a palavra final. Resta saber se essas pequenas e transitórias aberturas superarão a cultura do medo e os modos hegemônicos de nacionalismo que estão sendo construídos na Angola independente (Ball, 2017, p.17).<sup>57</sup>

Em 2017 a Ondjango Feminista organizou uma marcha em repúdio à violência sexual, doméstica e institucional com lema “Parem de matar as mulheres” a manifestação contou com a participação de mulheres e homens. O site DW e Observador registrou essa manifestação. Cesaltina Cutaia declarou ao Observador que os:

Índices elevados de violência contra a mulher” que o país regista. “Apesar de nós não termos estatísticas completas e sistemáticas, os números que nos chegam são muito grandes. Só no ano passado a média de casos de violência contra a mulher foi de 170 por dia e vários casos – às centenas – de violência sexual, que foram atendidos no Hospital Esperança (Cutaia, 2017).<sup>58</sup>

As marchas em Luanda com término ou começo no largo das heroínas. Assim, ao invés de comemorar a memória oficial do MPLA/Estado através do espaço público dedicado as heroínas, as marchas organizadas por distintos movimentos femininos de Angola apontam como o espaço institucional foi apropriado na luta por existência e reexistência contra a violência contra as mulheres. Os folders divulgados nas mídias evidenciam o largo das heroínas como espaço de reivindicação ao Estado por políticas públicas efetivas na proteção das angolanas.

---

<sup>57</sup> No original: “activists demonstrated that mythscapes are dialogical, not fixed. The state’s hegemonic discourse (the Neto Monument) is not the final word. It remains to be seen whether these small and transitive openings will overcome the culture of fear and hegemonic modes of nationalism being constructed in independente Angola.” “(BALL, 2017, p.17)

<sup>58</sup> Fonte: <https://observador.pt/2017/11/25/dezenas-saem-a-rua-em-luanda-contraviolencia-sobre-mulheres/>

Figura 6 – Cartaz do Facebook Central Angola 7311.



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2548889011840767&set=a.740241202705566>

Figura 7 :Cartaz da Marcha pelo fim da violência contra as mulheres

ondfeminista e unidassomosmaisf... :

**UNIDAS SOMOS MAIS FORTES**  
Pela liberdade de todas

**NOSSO GRITO É JUSTIÇA!**

Não esqueçamos, não nos calarão!

**MARCHA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

**DATA:**  
**29 MAR 2025**

LOCAL DE CONCENTRAÇÃO:  
**LARGO DAS HEROÍNAS | 9H:**

ORGANIZAÇÃO:  
**UNIDAS SOMOS MAIS FORTES**

58 2 18

Fonte: <https://www.dw.com/pt-002/mulheres-marcham-contravio%C3%Aancia-em-angola/a-41531862> ;  
<https://observador.pt/2017/11/25/dezenas-saem-a-rua-em-luanda-contravioencia-sobre-mulheres/>

## CAPÍTULO - 3. “A NOVA MULHER ANGOLANA”: AS HEROÍNAS DO POVO

### 3.1 As heroínas sem nome: protagonistas da própria história

Partindo do alerta da africanista brasileira Thuila Farias Ferreira (2020), que a finalidade de estudar a questão de gênero em África, não se trata de definir uma identidade africana, essencializar ou romantizar as vivências e fragmentos da história de vida contidas nas narrativas testemunhais d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*. Mas de adquirir uma percepção do “desenvolvimento da questão de gênero na África a partir de mulheres africanas, reconhecendo sua diversidade e pluralidade advindas das diferentes nacionalidades, etnias, culturas, costumes, filosofias, ou, simplesmente, reconhecendo sua humanidade.” (Ferreira,2020:26)

De acordo com Oyèrónke Oyewùmí (2021), “as histórias do colonizado e do colonizador foram escritas do ponto de vista masculino – as mulheres são periféricas, quando aparecem” (Oyewùmí, 2021, p. 185). Essa lógica de pensar a história por um viés masculino também permaneceu no contexto de luta anticolonial e nos primeiros anos de Angola como nação politicamente independente. O que corrobora a existência de um campo aberto para o desenvolvimento de pesquisas que tragam contribuição para a história das mulheres em Angola.

A antropóloga portuguesa Margarida Paredes, sob a perspectiva dos estudos subalternos asseverou que “*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (Kasembe & Chiziane, 2008), apresentou-se como uma obra fundadora em relação ao testemunho das angolanas sobre as guerras” (Paredes, 2014, p. 96).

Em alguns casos as narrativas acompanham as fases da vida dessas mulheres pontuando momentos da infância à maturidade, o que envolve lembranças de diferentes contextos históricos em que viveram, tendo em vista que as idades dessas mulheres variam entre 14 a 85 anos. Neste sentido, é possível fazermos uma leitura plural de diferentes processos históricos. Concebemos que, *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008), tem sido pesquisado como fonte sob três tendências diferentes quanto a temporalidade:

- a) As estudiosas Margarida Paredes (2014) e Maria Salette Darós Souza (2015), vinculam o livro ao contexto de guerra civil e reconstrução, considerando os idos anos de 2008, data da publicação e o seu percurso de produção. Assim, “*O Livro da*

*Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, organizado por Dya Kasembe e Paulina Chiziane tem, igualmente, valor histórico e autoral feminino por tirar do anonimato depoimentos/testemunhos de mulheres que viveram os dois lados<sup>59</sup> da Guerra Civil em Angola (1975 a 2002)” (Souza, 2015, p. 25). Paredes (2014) com auxílio da ONG APN, conseguiu entrar em contato e entrevistar duas mulheres que também deram seu testemunho para a escrita d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*: Ana Maria da Silva Nzagi (Paredes, 2014, p. 63-64), e Elisa Glória Calado Henda capitão na UNITA (Paredes, 2014, p. 102-115), com histórias de vida ligadas a guerra civil.

- b) Simone Pereira Schmidt (2017), foca na percepção da emergência de novas paisagens políticas para a reelaboração da identidade feminina. Para Schmidt (2017) as mulheres têm um lugar, no caso das autoras do *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, a partir da autoria evidencia-se a experiência e percepção das guerras entre os anos de (1960- 2000), a escrita é vislumbrada como forma de contribuição ao nível global com o testemunho de uma vivência local. A imagem da mulher de Schmidt (2017), constitui-se a partir da autoria feminina (Prado, 2023).
- c) A historiadora Dayane Augusta Santos da Silva (2021, p. 142) traz outra constatação importante sobre a metodologia para abordar as experiências das mulheres que participaram na luta pela independência, trata-se de “relacioná-las com o contexto social mais amplo, [...] que são os discursos normatizadores e políticas daí decorrentes sobre/para essas mulheres na sociedade.” Para tal, Silva (2021) balizada no contexto político angolano, sistematizou os testemunhos em três grandes grupos de acordo com a idade das mulheres: no primeiro grupo a geração de mulheres que nasceram entre as décadas de 1940-1950, inerente ao Estatuto do Indigenato. As mulheres desta geração viveram dentro do sistema colonial que legitimava a discriminação racial e social, a segunda geração é a das mulheres nascidas entre os anos de 1960 - 70, conforme Silva (2021, p. 146), esclareceu “período em que o colonialismo tardio tentava se impor, agora sob a justificação lusotropicalista”,

---

<sup>59</sup> Por intermédio de uma leitura minuciosa em alguns relatos é possível identificar a vivência destas mulheres ligadas a UNITA ou ao MPLA. O que não significa que não houvesse narrativa testemunhais de mulheres ligadas ao FNLA. O objetivo do projeto editorial de *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* é “ser uma contribuição das mulheres angolanas ao processo de paz e reconciliação nacional” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 13). Supomos que tenha sido uma estratégia da ONG APN neste projeto editorial em assumir o anonimato das mulheres que deram o seu testemunho a favor de uma memória política mais conciliadora.

período de luta armada. E o terceiro grupo, reunia as mulheres que não deixaram registros da idade ou da data de nascimento (Prado, 2023, p. 571).

Partindo da terceira tendência, percebemos que ao relacionarmos os testemunhos dessas mulheres a contextos mais amplos nos permitem esquadrihar a opressão colonial; luta de libertação nacional iniciada em 1961 ou ainda guerra civil após a independência. Além disso, a obra é considerada uma referência pelas mulheres angolanas da organização Ondjango Feminista,<sup>60</sup> o que indica uma dinâmica de recepção, circulação e apropriação da obra em Angola por mediadoras culturais angolanas.

Diante disso, selecionamos *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008), para ser a fonte do nosso corpus documental. A referida obra foi estruturada com prefácio, introdução, 76 narrativas testemunhais, sendo que quatro delas tratam-se de relatos coletivos, conclusão, bibliografia, a secção de apresentação das entrevistadoras e os anexos. Para além disso, entre os relatos são trazidos provérbios, poemas de autoria feminina e o mapa de Angola. Sistematizamos dados acerca dos fragmentos da história de vidas das mulheres angolanas, que contribuíram com seus testemunhos para a elaboração d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008) – o que apresentamos no formato de quadro explicativo no apêndice desta dissertação.<sup>61</sup>

As mulheres de *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, são mulheres comuns com histórias de vida entrelaçadas à história de luta pela independência política e reconstrução da nação. Essas angolanas residem nas províncias<sup>62</sup> de Bié, Cabinda, Huíla, Cuanza Sul, Luanda e Malanje.

Concebemos a especificidade das mulheres de *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* pela autorrepresentação. Nas narrativas testemunhais selecionadas no projeto de elaboração do livro as mulheres são apresentadas como sujeitas com direitos, interpretamos as reivindicações não como expressão da “economia-ideologia da falta” como adverte Vergès (2020, p. 38-39), mas como ato político.

---

<sup>60</sup> No site da Ondjango Feminista *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, é indicado na secção de livros e filmes <https://www.ondjangofeminista.com/filmes-e-livros>. Acesso em 24 fev. 2024.

<sup>61</sup> No anexo, estão digitalizadas duas narrativas testemunhais. Esperamos que seja um subsídio para facilitar a leitura, e indique temáticas para outras pesquisas.

<sup>62</sup> O termo província é equivalente a Estados no Brasil.

Os testemunhos narrados apresentam uma multiplicidade de mulheres com diferentes idades, profissões, classes sociais, cultos religiosos e experiências muito diversificadas, denotando o caráter heterogêneo da categoria mulher. Assim, as narrativas de vida subsidiam formas de pensar a história das mulheres vinculada à nação, pois “na “era das catástrofes” a identidade coletiva (e mesmo nacional) tende a se articular cada vez menos com base na “grande narrativa” dos fatos e personagens heróicos e a enfatizar as rupturas e derrotas” (Seligmann-Silva, 2005, p. 87-88).

Na esteira de Seligmann-Silva o significado da “era das catástrofes”, que foi um acúmulo de violência extrema no século XX corroborou para uma mudança de perspectiva historiográfica ao invés da valorização exclusiva dos grandes heróis e heroínas do panteão nacional, dos grandes feitos na trama de uma grande narrativa da nação direcionada para a visão de progresso.

O testemunho de mulheres comuns lança luz ao cotidiano de guerra, a inclusão do sofrimento, das perdas, das expectativas frustradas nesse movimento historiográfico validando uma multiplicidade de experiências. Essa abertura a escuta sedimenta um novo pacto ético que tenta impor limites ao esquecimento e a repetição da violência. Por isso, as narrativas testemunhais d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* são importantes por trazer o ponto de vista feminino. Corroborando os apontamentos da historiadora e socióloga moçambicana Isabel Casimiro, segundo os quais:

As mulheres não foram vítimas passivas, mas sim actoras das diferentes fases históricas, engendrando **estratégias de acomodação, resistência e luta**, que foram mudando temporal e espacialmente e de acordo com os diferentes tipos de mulheres (Casimiro, 2014, p. 98, grifo nosso).

Neste sentido, a articulação entre mulher e a nação por via da reelaboração da memória coletiva e individual pode ser um instrumento não apenas para a (re)construção identitária, mas para a escrita da história. Tendo em vista que “a função identitária do *testimonio* é fundamental: ele aglutina populações, etnias e classes em torno de uma mesma luta” (Seligmann-Silva, 2005, p. 91). Acrescente-se que é uma forma de construir um sentido africano para os discursos de gênero, como propõe Oyèrónke Oyewùmí (2021), após a década da mulher na ONU, que indicou a necessidade de se refletir sobre quais são as inquietações das mulheres do mundo inteiro. Oyèrónke Oyewùmí (2021) ressaltou ainda o questionamento de “Aline K. Wong, uma estudiosa de Cingapura, corretamente afirmou: “Penso que seja: o que as mulheres querem ser como mulheres?” (Oyewùmí, 2021, p. 260).

Assim, para compreendermos melhor a história de vida e o que querem ser as mulheres angolanas que participaram da produção de *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, elaboramos um quadro explicativo (disponível no apêndice da presente dissertação) como forma de apresentar e sistematizar as principais informações sobre os fragmentos da história de vida expostos em cada narrativa testemunhal nas seguintes secções: identificação, palavras-chave, resumo e citações sobre os desafios rememorados pelas mulheres de *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*.<sup>63</sup>

De modo direto ou indireto, a história de vida das mulheres angolanas foi impactada pelo longo período colonial, como também pelas guerras de libertação anticolonial e civil. Na multiplicidade dos relatos as angolanas de *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, aparecem como narradoras, sobreviventes de um longo período de guerras, mulheres que lutam como lideranças e ativista em suas comunidades movimentando-se em torno das Associações de mulheres e ONG's. Estratégias semelhantes a que a historiadora Casimiro (2014) nomeou em Moçambique como um “feminismo popular” posto que as “mulheres do povo” que necessitam de respostas imediatas às necessidades objetivas de sobrevivência e que incorporam reivindicações de gênero, ainda que sem consciência da luta feminista” (Casimiro, 2014, p. 269)

*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* contemplem 99 testemunhos de mulheres, é correto afirmar que são noventa e nove narrativas testemunhais, já descontando a narrativa Nº 36 que está duplicada. O testemunho nº 60 possui uma pequena alteração apenas no título trata-se do mesmo testemunho, parece-nos que faltou uma última revisão editorial, que não compromete o trabalho realizado. A luta pela sobrevivência e o cuidado com os filhos são práticas socioculturais que aproximam as experiências de mulheres de diferentes classes sociais. Para as mulheres do livro da paz, assim, como as que viveram nas zonas libertadas abordadas no estudo de Silva (2021), a valorização da maternidade já estava incorporada no modo de viver dos povos da então colônia de Angola, “o “matricentrismo” como princípio organizador dessa sociedade” (Silva D., 2021, p. 58).

---

<sup>63</sup>Como nos testemunhos narrados são apresentados apenas siglas dos nomes das mulheres que colaboraram para a realização da obra e na bibliografia são apresentados os nomes das mulheres, mas sem conexão com as narrativas. Na seção identificação, procuramos buscar estabelecer uma conexão para nomear as heroínas sem nome. Para tal, utilizamos a bibliografia agregando as siglas aos nomes disponíveis, em alguns casos como não tinha siglas correspondentes homenageamos as heroínas anônimas com nomes de renomadas literatas. No item Identificação, apresentamos os dados referentes à profissão, quantidade de filhos, educação formal, cônjuge ou companheiro, autoridade coletiva, significado da paz, posicionamento e o contexto de guerra no qual a história de vida insere-se. O quadro explicativo está disponível no apêndice desta dissertação.

Das noventa e nove narrativas apresentadas na obra *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, 58% das mulheres se apresentam como mães biológicas, 35% das mulheres não mencionam filhos ou a maternidade em seus relatos<sup>64</sup>. Em quatro narrativas testemunhais as mulheres afirmam não terem filhos. Em dois depoimentos as mulheres assumem-se como mães afetivas, no caso do testemunho da ex-atleta Ana Isabel Elias (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 99), que cuida dos 24 filhos de seus irmãos falecidos e no testemunho Catarina (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 106), devido ao trauma de ter sofrido violência sexual em cativeiro após o conflito dedicou a sua vida ao cuidado dos outros, havendo sob sua responsabilidade 14 pessoas. Daí autodenominar-se, na narrativa de si, como mãe afetiva. A maternidade adquire uma centralidade nos relatos das entrevistadas e nos do mini currículo das entrevistadoras.

Nas narrativas testemunhais (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 53-55; 130-131; 156; 165-166; 173), as mulheres assumem-se como parteiras, pessoas vitais nas práticas de cuidado na vida comunitária das zonas rurais de Angola. À título de exemplo, trazemos o relato da Soba Madalena (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 64), que apresentou a estrutura do seu sobado, sendo composto por doze bairros. Com parteiras tradicionais ligadas ao sobado e ao hospital. Mas pertencer à categoria de parteira, não excluía essas mulheres de outras categorias. Assim, em seus relatos, elas podem exercer funções, simultaneamente, de parteira e camponesa, parteira e professora.

No desenvolvimento do quadro no item sobre o estado civil das mulheres de *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008), optamos por cônjuge ou companheiro, devido à dificuldade em compreender que a oficialização das relações afetivas advém do contexto social.<sup>65</sup>

Nas zonas libertadas, nas frentes de luta anticolonial, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), passou a intervir na constituição das famílias, sancionando os casamentos revolucionários, rompendo com a tradição do alambamento (Paredes, 2011). O testemunho de Ana Maria dialoga com esta realidade, assim, “apesar de estarmos na mata, tínhamos estabilidade. Realizávamos grandes eventos como casamentos, festas de batizados. Éramos um Estado dentro do Estado” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 133).

---

<sup>64</sup> Classificamos no quadro quantidade de filhos como indefinido nos casos em que as mulheres não mencionam filhos ou maternidade.

<sup>65</sup> O direito consuetudinário com práticas socioculturais de alambamento nos quais os casamentos tradicionais realizados nas aldeias eram estabelecidos por acordo financeiro entre as famílias, vigorou por longo período. A temática do alambamento é pouco privilegiada na obra, sendo mencionado diretamente apenas no depoimento, intitulado *Quero partilhar as minhas ideias* (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 160) dando pistas sobre aspectos culturais de Angola.

Deste modo, percebemos uma multiplicidade de formas de se relacionar, fator que converge com os dados do último censo de 2014, sobre o estado civil da população angolana. Nele, a categoria de: “solteiro caracteriza a maior parte da população com 12 ou mais anos de idade com 46%. A união conjugal formalizada através do casamento representa 14%, enquanto que a união de facto representa 34%” (Angola, 2016, p. 46).

Por intermédio, das narrativas das mulheres d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, constata-se que, apesar da situação de guerra, muitas dessas mulheres mantiveram nos momentos de calma uma dinâmica cotidiana que lhes permitiam estabelecer relacionamentos conjugais (35%), sendo o número das que se disseram se encontrar solteiras ou que viviam sozinhas é significativamente reduzido (10%). Outras mulheres, por razões não explicitadas, separaram-se de seus cônjuges, filiando-se à categoria de mulheres separadas (5%). Além disso, naquele contexto, marcado por violência e mortes, 14% das mulheres declararam-se viúvas. Contudo, se por incertezas, próprias de tais cenários, ou por razões interpessoais, o fato é que 35% das entrevistadas não explicitaram o estatuto de suas relações afetivas.

Ainda, assim, o foco das narrativas voltou-se para a própria história de vida das mulheres, como nos testemunhos de superação de dificuldades econômicas como no exemplo da tia Felipa<sup>66</sup> proprietária do restaurante Tubiakanga ou testemunhos que abarcam situações limites como Luísa Eduardo (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 185), que perdeu a vontade de viver após ter perdido uma perna ao pisar sobre uma mina, ou ainda no caso dos testemunhos coletivos com menor espaço de descrição de características individuais.

Invariavelmente, as mulheres fizeram menção a práticas de trabalho. Para melhor compreender a inserção dessas mulheres no espaço econômico, agrupamos seus relatos em 5 segmentos sociais do mundo do trabalho, classificando suas ocupações e carreiras, tais como: a agricultura, o comércio informal, o comércio formal, de profissionais liberais e da esfera militar.

O pertencimento a uma categoria profissional não encerra a possibilidade de participação em outras, como as mulheres camponesas ligadas ao trabalho informal, podendo

---

<sup>66</sup> Texto sobre a história de vida da Tia Felipa proprietária de um restaurante que leva o nome de Tubiacanga, cidade fictícia da novela brasileira Fera Ferida. Está disponível na página do facebook do Restaurante TubiaKanga

<https://www.facebook.com/photo?fbid=806421551488308&set=pb.100063614107066.-2207520000> Acessado em: 17 jun. 2024. Veja em: KASEMBE, Dya; CHIZIANE, P. **O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome**. Luanda, Angola: Nzila, 2008. p.100

vender parte da produção excedente como fazem as zungueiras. Com isso, compreendemos que as experiências e história de vida das mulheres narradas na obra de Paredes (2014), estão enraizadas no universo social e cultural de Angola. De acordo com Revel:

Cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos – e, portanto, se inscreve em contextos – de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global (Revel, 1998, p. 28).

Assim, percebemos que as experiências de vida dessas mulheres angolanas também estão conectadas com a história global. Dialogam com os debates políticos sobre gênero e as discriminações tecidas nas relações sociais em âmbito local. Conforme Simone Schmidt, Angola é: “um país atravessado pela guerra ingressa no mundo global contemporâneo a acertar contas com suas feridas do passado recente” (Schmidt, 2017, p. 209).

Um aspecto que chama a atenção nos relatos sobre a inserção profissional diz respeito à inserção das mulheres na carreira militar. Aproximadamente, vinte e sete mulheres mencionam a experiência de ter a história de vida ligada à essa área militar. Em comum as narrativas testemunhais das mulheres do livro da paz e os escritos da intelectual e ativista Deolinda Rodrigues e reivindicar um lugar no mundo das armas, “santuário dos homens”: É a luta para a redução das desigualdades.

Segundo Paredes (2014), após a revolução dos cravos em Portugal, as mulheres recusaram os espaços tradicionais nas guerras, alcançando espaço nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), o primeiro exército nacional. Para Paredes o destacamento feminino produziu uma:

Cultura revolucionária do DF, para utilizar a retórica da época, contribuiu para questionar a “mulher nova” e o modelo da emancipação feminina numa sociedade socialista, estimulou os debates sobre as lutas específicas de gênero ainda ancorados naquele contexto ao discurso da luta de classes e confirmou o processo de feminização das Forças Armadas Angolanas (Paredes, 2014, p. 329).

Mesmo com menor visibilidade às mulheres comuns, sempre estiveram atuantes como as camponesas anônimas nas zonas libertadas objeto de estudo de Silva D. (2021). Ou como no depoimento da camponesa (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 160), de armas nas mãos que lutou como civil na Organização de Defesa Popular (ODP). Contudo, isso não deve causar estranhamento, ao se considerar que se tratava de um período de guerra, que impunha desafios a todos os segmentos sociais, e que as mulheres não estavam alheias à dinâmica político-

econômico-social do período, sobretudo, quando não se menospreza o papel que elas exercem socialmente.

Desse modo, para algumas, o ingresso na luta significou uma aventura (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 141), para outras uma atitude frente à perda dos familiares (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 41), e outra como no caso da guerrilheira Alica foram mobilizadas na igreja: “o nosso pastor falou-nos da situação do país e da importância da nossa contribuição nessa luta. Achei a causa importante e me alistei de livre vontade” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 135).

Confrontando duas narrativas conseguimos perceber a existência de diferentes níveis de compreensão política. A primeira narrativa está inserida no relato coletivo intitulado: *Com estas eleições, as mulheres devem colher o produto do seu esforço, devem candidatar-se*, a terceira fala diz sobre o ingresso na luta de modo alienado, esta guerrilheira afirma que: “ainda adolescente, fui iniciada nas ideias revolucionárias, aderi sem saber o porquê das coisas. [...] Mas nunca me arrependi” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 141).

Na segunda narrativa testemunhal, concebemos como diferencial uma compreensão maior do contexto político. Benita Mbandi (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 34-35), ingressou na luta em 1961 e decidiu sair das matas e regressar para casa depois da independência em 1975, não participando da guerra civil. Benita Mbandi, antiga combatente do MPLA, durante a luta de libertação nacional contra o domínio português atuou na logística de material transportando da Zâmbia para as províncias angolanas do Moxico, Cunene, Cuando Cubango. Benita Mbandi, no momento em que concedeu a entrevista, entendia as eleições políticas como outra frente de combate.

Outro relato refere-se ao fim da guerra civil (2002), como podemos verificar no testemunho de Ana Maria da Silva Nzagi (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 20). Período em que o uso político da definição das mulheres como guerrilheiras, combatentes ou mulher soldado foi um ponto de complexidade e contradições no momento da desmobilização, desarmamento e reintegração. O reconhecimento por parte do Estado via Lei Nº 13/02 de 15 de outubro, tinha a finalidade de salvaguardar legalmente direitos sociais numa categoria especial de pessoas que lutaram pela causa da independência: os antigos combatentes, deficientes de guerra e parentes de primeiro grau de combatentes tombados durante os conflitos.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Veja o marco legal: Lei n.º 13/02 de 15 de outubro Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra. Disponível em: [https://www.saflii.org/ao/legis/num\\_act/ldacdg259.pdf](https://www.saflii.org/ao/legis/num_act/ldacdg259.pdf) Acesso em 14 mar. 2024. Paredes (2014) e Silva (2021).

Embora Perrot (1998) não seja interprete da realidade angolana, sua reflexão corrobora para a compreensão de que diferentes relatos sugerem a relevância da participação das mulheres na vida pública, “em tempos de guerra, os homens estão na frente de batalha, as mulheres na retaguarda. Fazem tarefas masculinas e, com isso, invadem espaços que antes não ocupavam” (Perrot, 1998, p. 93). Essas mulheres em seus testemunhos narram eventos da vida cotidiana que legitimam seu pertencimento à vida militar, defendendo valores patrióticos e a relevância em ter participado da luta, que agregou o sentimento de terem conquistado a própria liberdade e segurança (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 134).

Em muitos relatos há a convergência em pensar a participação na vida pública candidatando-se para cargos políticos para poderem defender os direitos das mulheres e apontam como caminho para melhorar as condições de vida, o trabalho e os estudos.

Sete mulheres são profissionais liberais, cinco delas são professoras e duas outras jornalistas. A primeira jornalista mencionou ter sido afetada pela violência doméstica devido a não aceitação do marido aos deslocamentos em função do trabalho. A violência doméstica é uma situação partilhada por outras mulheres, pois ainda “há muito que se fazer no combate à violência e na defesa dos Direitos Humanos, aqui nesta região.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 122). A segunda jornalista, Regina Ngombe (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 159), assessora de direção na Rádio Nacional de Angola e realizadora do Programa Huíla em movimento, conta o caminho de superação na história de vida pessoal e familiar.

Localizamos ainda o testemunho de Ana Isabel Elias da etnia nhaneka, ex-atleta profissional, que teve de se reinventar como educadora física, após uma lesão na perna. A meia maratonista, ao narrar sua história de vida n’ *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, aproveitou para reivindicar publicamente o prêmio prometido pelo governo. Conforme a matéria do jornal de Angola<sup>68</sup> ela terminou obtendo auxílio para a construção de sua escola. A ex-atleta também orientou as mulheres a enfrentarem os obstáculos sociais ou os impostos pela tradição para estudarem. Atualmente, as meninas já não precisam fugir e mentir serem órfãs para ter acesso à educação como Ana Isabel Elias fez (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 99).

Já as inquietações das professoras são diversificadas, uma delas Teresa António (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 130), quer repassar o que aprendeu fazendo partos para as mulheres mais jovens; já Filomena Matos (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 143), vive num profundo estado de apatia devido a relação abusiva com o ex-companheiro. Filomena pontuou,

---

<sup>68</sup> <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=324298> Acesso em 17 jun.2024.

as dificuldades em encontrar um novo parceiro. Segundo ela, o perfil dos homens em idade adulta, já tem esposas, bêbados ou são portadores de vírus HIV. Enquanto as demais defendem a educação e a instrução das mulheres para lutarem para obter acesso à formação e para se candidatarem a cargos políticos. Na visão de mundo de Margarida, uma dessas professoras, será através da participação na vida pública que as mulheres serão reconhecidas, respeitadas e poderão intervir (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 175-176).

No mundo do trabalho informal, as vinte e sete mulheres têm a história de vida ligada ao comércio, destacando as zungueiras que são vendedoras ambulantes que carregam os produtos sob as cabeças ofertando uma gama variada de produtos. Como a zungueira, de cabrito, de carne, óleo de palma, peixes ou ainda como Kinguila (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 144), uma mulher jovem que trabalha na casa de câmbio para pagar o curso de direito e zunga cervejas e cimento para complementar a renda familiar. Em comum, muitas mulheres tiveram que zungar devido ao impacto das guerras na vida familiar. É o que uma das mulheres zungueiras explica ao buscar soluções para suas dores e conflitos na solidariedade a outras mulheres que compartilham as mesmas lutas. Assim,

Nós, mulheres precisamos de trabalhar de forma comum para resolver os problemas que nos afectam. A guerra foi feita pelos homens. Nós, mulheres de diferentes gerações, independentemente das crenças políticas, é que perdemos os nossos maridos e haveres, e hoje zungamos por todas as cidades, para sustentar as nossas famílias. Precisamos estar mais unidas. Evitamos ferir umas às outras. A intolerância política pode prejudicar a paz que é o sonho de todos os angolanos (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 135).

Outro testemunho que trata dos desdobramentos da guerra na vida familiar, é o de Laurinda do Lobito, teve onze filhos, três deles morreram de fome. Laurinda passou a zungar no mercado para conseguir alimentar a família, como não foi suficiente endividou-se, tendo que mudar. Ela atribuiu a responsabilidade pela pobreza do marido e pela marginalização do filho à guerra (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 46). A situação de conflito armado e as consequências disso foram tão nefastas que outras mulheres preferiram não recordar aquele contexto. Já outras mulheres, vinculadas às religiões, manifestaram agradecimentos a Deus por reencontrar os filhos com vida. Dentro do segmento de trabalho informal vislumbramos também duas profissionais do sexo, cujos testemunhos lançam luz à condição de vida de meninas e mulheres marginalizadas.

As mulheres que trabalham no segmento de trabalho formal defendem acesso a este espaço para outras mulheres. Concebem o trabalho como instrumento para a construção da paz.

E ao invés de serem interpeladas como propriedade, reivindicam que as mulheres também sejam donas, proprietárias. Trazem como estratégia a união e a solidariedade entre as mulheres para que juntas possam lutar pela garantia do direito à educação, à saúde, ao abastecimento de energia. Há o compartilhamento da expectativa quanto ao desenvolvimento chegar a regiões afastadas da capital do país, como a ilha do Mussulo, com a construção de escolas e postos de saúde, hospitais, defendem que as autoridades apoiem o cuidado com os idosos.

Neste grupo de mulheres, o acesso à educação é uma causa comum compartilhada entre elas. Por isso, reforçam o que foi defendido por outros grupos, já mencionados, quanto ao investimento em formação e capacitação. No testemunho coletivo intitulado *Nós, as mulheres, queremos apoio para atingir mais lugares de cargos de chefia*, uma das mulheres em situação de desemprego defendeu a oportunidade de acesso aos estudos e cargos de chefia. Com esse propósito, desenvolveu o argumento de que o país tem mais mulheres que homens (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 189).

Os testemunhos vinculam que o crescimento da nação passa pela abertura de oportunidades para as mulheres, assegurando-lhes acesso à aprendizagem. Neste sentido, a soba Madalena (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 66), renuncia à “tradição antiga”, que não permitia que as mulheres estudassem. Forja uma nova tradição em seu sobado. Orientou a sua sucessora a estudar para ser uma liderança comunitária com conhecimento também do mundo dos livros.

As vinte e duas mulheres com história de vida ligadas ao trabalho formal apresentam uma condição econômica mais estável, o que é perceptível no modo como posicionam as reivindicações, direcionando-as ao dever de o governo acolher a necessidade deste segmento e fomentar políticas públicas para diminuir a desigualdade social, possibilitando às mulheres formação para apreenderem a investir com segurança e a ampliação da oferta de crédito bancário para que as mulheres angolanas possam empreender. Orientam e motivam as mulheres angolanas a acreditarem em si mesmas, sem medo de empreender rumo a novos ramos como a floricultura, para que o país pare de importar rosas.

Essas mulheres coadunam dois caminhos para resolução das desigualdades sociais, em primeira instância, a intervenção do governo com a implementação de políticas públicas. Em segundo lugar a mudança de mentalidade ao invés de esperar ajuda, as pessoas devem trabalhar.

A comecem a partir das potencialidades que já possuem. Neste sentido, tia Felipa avaliou como positiva a participação feminina na gestão dos lares angolanos:

Nós, mulheres angolanas estamos no bom caminho. Somos batalhadoras, trabalhadoras, responsáveis. É só olhar para as estatísticas e veremos quantos lares são geridos e sustentados com muita competência por mulheres, sem estudos nem empregos (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 101).

Domingas António Mondo conhecida como tia Mingas rememora o dia 29 de março de 1999, a memória da destruição em Malanje (Tia Mingas também oferece seu depoimento para o documentário *Heroínas Sem Nome*). Muitas mulheres, assim como Tia Mingas no contexto de reconstrução nacional defendem a participação de todas as pessoas na construção de Angola. Para tia Mingas a:

Paz é ver os filhos a crescer, as filhas a estudar, a subir até alcançar patamares mais altos. Paz é ver as meninas a usufruir das oportunidades que nós, suas mães não tivemos. Paz é colocar as habilidades de cada um na construção de Angola. Minha filha, fazendo as minhas broas, no meio da guerra, eu participei na construção da paz (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 91).

Assumir o pertencimento na arena política como instrumento de mudança é a orientação da maioria das mulheres que compõem esse grupo. Elas aconselham as outras mulheres angolanas a lutarem por seu espaço na nação, elegendo e sendo eleitas para os cargos públicos, conforme indicado anteriormente. De acordo com Teresa Domingos Morais, Chefe de casa mortuária:

Não vamos esperar que o governo nos entregue a meta de 30% de mulheres nos lugares de decisão, sentadinhas no conforto das nossas cozinhas. É preciso ir à luta. Batalhar pelos nossos direitos. Ir às urnas. Elegermos e sermos eleitas. As eleições são produtos da paz é uma oportunidade para reduzirmos a desigualdade. As mulheres devem se candidatar (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 168).

Lutando ainda para ampliar os estudos e se promover profissionalmente para desenvolver um espírito empreendedor e a capacidade de adaptação para melhor sobreviver. Neste sentido, “os relatos das “heroínas sem nome” podem efetivamente ser interpretados como práticas políticas de contestação” (Schmidt, 2017, p. 217). Portanto, para as mulheres inseridas no mercado de trabalho formal, a consolidação da paz é inerente à redução das desigualdades.

Do conjunto de mulheres que participaram do livro *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008), dez testemunhos são de pessoas ligadas à terra, com interesses variados que visam a melhoria na vida no campo. Para a camponesa Zélia Pedro:

Paz é preciso também organizar, senão fica confusão. [...] quando as mulheres forem para alfabetização, tudo vai melhorar. Eu costumo fala: nós ainda estamos a aprender a sentar, mas não podemos ficar só sentados. Temos que aprender a engatinhar para apanhar o pão para comer. Se o que está a andar ajudar, se o que está a ver, ajudar todos vamos avançar. Esta é a paz de verdade, que eu quero (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 56).

Deste modo, defende a agricultura como meio de renda para as mulheres, práticas solidárias, valorizando os processos de mediação e aprendizagem coletivas. Os testemunhos de Zélia Pedro e Angelina Caetano apontam para a necessidade de modernização dos processos produtivos ao invés do trabalho desgastante na lavoura manual. O título da narrativa testemunhal: “*Com a moagem, haverá mais tempo para a alfabetização*” não elucida o teor do testemunho sobre a dificuldade em promover a mulher e incentivar sua participação na vida política e pública. A reivindicação de uma moagem dá a falsa impressão de ser um bem já adquirido e não uma expectativa. Segundo o relato de Vitória da Graça:

As mulheres gastam mais tempo mesmo é nas pedras, a preparar fubá, não sobra tempo para nada. Quando são convidadas a participar em reuniões onde se debatem assuntos da comunidade e da própria mulher, dificilmente elas aparecem, estão muito ocupadas. Com a paz a vida da população do quimbo melhorou, mas a participação da mulher no desenvolvimento poderia ser melhor se fosse instalada em primeiro lugar uma moagem, fontes de água potável e eletricidade. Isso iria aliviar a carga de trabalho e as mulheres teriam algum tempo livre. Mesmo agora vai ser difícil participar na educação cívica para as eleições que se aproximam por causa do trabalho. Dificilmente poderão participar em atividades para sua própria promoção, e nem conseguirão participar na vida pública e política (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 49).

A cafeicultora Luzia Chilombo da cidade de Gabela, na província do Cuanza Sul, reivindicou apoio do governo com políticas públicas na arena econômica que sejam capazes de beneficiar a categoria com assistência técnica:

Nós, mulheres em Angola, excluídas da educação e do emprego formal, temos na terra o principal recurso de sobrevivência, por isso devíamos merecer a atenção do investimento público e privados. Somos mais de 50%. Somos uma força laboral muito activa, mas não dispomos de tecnologias básicas. O nosso trabalho é manual, com enxada, mas nas fazendas dos homens, já se vê tractor, carro ou moto. Aqui na Gabela não há empresa de lavoura, e mesmo que houvesse, as mulheres nunca podem sonhar em alugar uma máquina para sua lavoura, porque os preços são altíssimos. Os adubos e pesticidas também são caros (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 76).

Além disso, outra preocupação comum é sobre a necessidade de práticas de cuidado no pós-guerra. Para a camponesa Faustina Maienguele (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 125), o

governo deveria oferecer tratamento psicológico para que as crianças superassem os traumas e conseguissem lidar com as marcas da violência de guerra.

Angelina Caetano, parteira tradicional defende que as parteiras tenham acesso a luvas e materiais descartáveis para fazer os partos com segurança, cuidados básicos para evitar contaminações decorrente da AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis.

A história de vida da camponesa Tchapona (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 172), semelhante à vida de muitas mulheres afetadas pela tradição das viúvas, com a morte do marido, são expropriadas dos bens e dos filhos. Para ficar com os filhos são obrigadas a casarem com parentes do finado. Tchapona perdeu tudo com a morte do primeiro marido, convenceu o segundo esposo a fingir um roubo de gado para salvaguardar a formação dos filhos. Viúva pela segunda vez, a família do marido novamente levou todos os bens. A estratégia de driblar a tradição das viúvas ao esconder uma reserva de recursos lhe rendeu o estigma de feiticeira. O tratamento dispensado a mulheres inteligentes como feiticeira é uma forma de violência epistêmica.

Abordaremos no próximo tópico as narrativas testemunhais (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 61-62; 85-86; 103-104; 105-106; 126-127; 185) nas quais a inserção no mercado de trabalho não é plausível de ser identificada, nomeamos como profissão indefinida. No cerne destas seis narrativas, sobressaem episódios sobre a violência no cotidiano da guerra.

### **3.2 Violência contra às mulheres na constituição do Estado Nacional**

#### MULHER DA COR DO TEMPO

Há no teu olhar  
 Toda a violência que Angola tem  
 Há nesse olhar  
 Toda a bondade da humanidade  
 No teu olhar  
 Mulher da cor do tempo  
 a ironia da vida, e a dor do mundo habitam  
 Eu vi no teu olhar  
 Mulher da cor do tempo  
 O mar se afogar nas tuas lágrimas  
 Nesse olhar  
 Mulher da cor do tempo  
 Perdi-me  
 Encontrei-me  
 Nesse olhar  
 Mulher da cor do tempo  
 Vi olhares de todas as MULHERES

Dya Kasembe  
(Kasembe; Chiziane, 2008, p. 67)

Nesta seção refletiremos acerca da memória de violência exercida contra as mulheres na constituição do Estado-nação com base nas visões e dilemas apresentados pelas mulheres angolanas, nas narrativas testemunhais de *O livro da paz da mulher angolana heroínas sem nome*. As narrativas testemunhais das heroínas do povo que compõem nosso corpus documental aproximam-se da síntese feita por Paredes (2014) em seu trabalho de campo a partir das entrevistas com mulheres ex-guerrilheiras. Pois compreender o

palimpsesto de memórias de guerra é recuperar uma multiplicidade de passados e percursos de vida que, se por um lado foram de violência, sofrimento, humilhação, traumas, perdas, rancor e tragédia, também foram de resistência, luta, criatividade, inovação, superação, paixão, amor, solidariedade e esperança. São estes sentimentos (ressignificados no presente) que dão sentido e humanidade aos indivíduos e às comunidades (Paredes, 2014, p. 47).

O arquivo de memórias das mulheres angolanas compõe e propõe um sentido para o imaginário da nação por meio de distintas experiências que engendraram versões de um passado de guerra. A antropóloga Luena Pereira assevera “a violência como elemento determinante na formação da nação angolana” (Pereira, 2004, p.35). Ao afirmar isso, a autora referia-se à fratura do nacionalismo angolano dividido nos três principais movimentos nacionalistas.

Como vimos anteriormente, a luta anticolonial armada contra a colonização portuguesa foi o caminho para alcançar a almejada soberania política. No período pós-independência, os movimentos de libertação utilizaram da violência para obter êxito em suas pretensões hegemônicas. O governo angolano utilizou a lei da força para impor a unidade nacional, centralizando cada vez mais o poder com a imposição do partido único. Para isso, eliminou os rivais externos e internos, e não só na representação dos monumentos.<sup>69</sup>

Os escritos de Deolinda Rodrigues na década de 1960 dão visibilidade à participação feminina na revolução, mas também sinalizam motivos para enfrentar a violência colonial. A

---

<sup>69</sup> O 27 de maio de 1977, nomeado pela memória oficial do MPLA golpe de Estado Angolano, e as memórias dissidentes coadunam um tema relevante e polêmico da História de Angola. A temática merece uma análise minuciosa, devido a extensão do nosso trabalho não temos a intenção de pesquisarmos neste momento sobre as acusações de Agostinho Neto aos dissidentes de fracionismo nitista (este último termo se refere à Nito Alves, pseudônimo de Alves Bernardo Baptista e José Van Dun líderes da insurreição ou golpe?). O inegável é que milhares de vidas humanas foram perdidas neste conflito. Para o que foi considerado como traição pelo MPLA, a pena foi a morte. Ver MARQUES, Inácio. Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2012.

partir da carta de Bebiana<sup>70</sup> de 18 de dezembro de 1960, Deolinda divulga informações acerca da situação vivida pelas mulheres de Angola, então colônia de Portugal. Segundo a autora,

as mulheres de Angola sofrem todas as espécies de crueldades na mão dos portugueses. Inúmeras são violentadas, até as crianças de 8, 10 anos. É de lamentar a vida que levamos em Angola. Não se pode andar 7 horas ou 8 horas nos musseques. A guarda militar não veio em Angola manter a paz mas sim para violar toda a espécie de mulher: velha, nova, criança. No entanto este é o panorama mínimo de Angola. Isto que eu disse passa-se em Luanda. Agora imagina tu no interior. Sempre que puderes, conta à toda a gente o nosso muitíssimo sofrimento (Rodrigues, 2004: 87).

Em convergência com a passagem da carta acima, Dias (2002) afirma, a partir da documentação produzida pelo discurso da PIDE que as mulheres angolanas são apresentadas como “terroristas e prostitutas”. Tal representação constituiria, supostamente, justificativa para:

as ações dos soldados portugueses. Estes invadiam e assaltavam as casas nos muceques, onde normalmente os homens estavam fora, cumprindo o regime de "contrato de trabalho", e molestavam, espancavam, quando não estupravam as mulheres presentes (Dias, 2002, p.40).

As narrativas testemunhais convergem com o que aponta a historiografia sobre as memórias traumáticas das mulheres angolanas. O depoimento de Maria Manue denuncia o sofrimento e humilhações:

Eu aqui onde estou já vi muitas guerras: a guerra do kwata-kwata<sup>71</sup>, era quando os sipaios agarravam os pretos para irem nas lavras do algodão dos colonos, capinar nas estradas, ou para ir ser servente, cozinheiro e a mulheres para servir o branco e mesmo ser mulher dele só na cama (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 21).

Os apontamentos de Maria Manue registram que, no momento da entrevista, ela tinha 80 anos de idade, o que nos auxilia “a entendermos o alcance da organização do sexo e do gênero sob a força do colonialismo e no interior do capitalismo global eurocêntrico (Lugones, 2020, s/p).

---

<sup>70</sup>Supõe-se que talvez Bebiana seja LUZIA BEBIANA DE ALMEIDA SEBASTIÃO, a filha de Adriano Sebastião, professor e funcionário administrativo (em 1960 passou 7 anos preso por receber a delegação do MPLA em sua casa, escreveu o livro sobre suas memórias intitulado *Dos campos de algodão aos dias de hoje*.) O sofrimento do pai influenciou Bebiana a vincular-se ao MPLA, mas tarde, tornou-se professora, advogada, ascendeu na profissão e em 2009 tornou-se juíza do Tribunal Constitucional (Paredes, 2014, p. 121-122).

<sup>71</sup> Maria Manue aponta para memórias da escravidão atlântica com o termo guerra do Kwata-kwata. Essas guerras foram conflitos entre diferentes grupos étnicos, estratégia levada a cabo pelos portugueses para capturar os povos indígenas. Informação sobre o termo guerra do Kwata-kwata. Disponível em: <https://www.hoteisangola.com/inner.php/nao-perder/luanda/fortaleza-muxima.html?print=1> Acesso em: 11 jun. 2025.

Para além do desejo de não lembrar o sofrimento duradouro compartilhado por todos os angolanos e angolanas, seu testemunho delineia como a experiência de opressão vivida pelas mulheres racializadas no âmbito do regime colonial foi distinta frente aos angolanos. Desse modo, Maria Manue rememorou os padrões de dominação nas relações sociais entre os colonos e as mulheres colonizadas. Esse exemplo ilustra bem a denúncia de que “o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis” (Vergès, 2020, p.11).

As análises das historiadoras Dayane Silva (2023) e Yasmim Corrêa (2025) corroboram para a compreensão do imaginário colonial que fomentou o processo de migração. A propaganda colonial contribuiu para a construção de um imaginário na metrópole marcado pelo exotismo e hierarquia racial. Assim, durante o Estado Novo, os colonos hipersexualizavam a imagem das mulheres africanas. O caso de Rosita ou Rosinha, a mulher natural da Guiné, ilustra bem essa questão; e ambas as historiadoras o mencionam. A imagem fotográfica do corpo de Rosinha (Figura 8) tornou-se selo e cartão postal da exposição colonial portuguesa de 1934.

Figura 8 – Postal de Rosinha, mulher da Guiné-Bissau



Fonte: Domingos Alvão. Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa. Porto, Litografia Nacional, 1934



Fonte: Revista Civilização, n. 69, de outubro de 1934

**Fonte:** <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/207266/199594>

Conforme Franco Silva (2019, p. 23 *apud* Yasmim Corrêa (2023, p.51):

A relação de Rosinha e das demais mulheres africanas trazidas para a vitrine da Exposição na cidade do Porto nos traz semelhante analogia: de um harém ao alcance dos homens portugueses que vinham vê-la, desejá-la, alguns na tentativa de levar um beijo ou levar um pedaço de sua nudez em um cartão postal para admirar Rosinha em suas próprias casas. Assim, a tentativa do Estado Novo de criar um pertencimento a

este “Portugal Grande”, como no mapa de Henrique Galvão, obtém êxito (Franco Silva apud Correia, 2023, p. 51).

O domínio do território das colônias, tornando-as colônias de ocupação, perpassou pelo domínio abusivo dos corpos. Tal como preconizava a ideologia do lusotropicalismo, como vimos no tópico Império colonial português em Angola.

Logo, na passagem abaixo, o depoimento de Maria Manuela Barros – já no contexto de guerra civil – menciona um passado que não passa. A autopercepção de Barros acerca da violência de gênero nas palavras do marido coloca em evidência a naturalização da colonialidade de gênero ao evocar a violência sexual contra o corpo feminino como forma de defesa. Esse caso revela, assim, formas de pensar a mulher, o corpo e a sexualidade a partir de um olhar imbuído da dinâmica do sistema patriarcal e heteronormativo. Segundo o depoimento de Barros:

o meu próprio homem dizia-me: vocês, mulheres, já nasceram com a vossa defesa, nada te vai acontecer. Eu tenho de fugir. E ele saía, mas não ia para as matas, mas sim para a casa de outra mulher... Sofremos. [...] Noutro dia eu estava a vestir, quando abriram a minha porta. Só tive tempo de apanhar o lençol, amarrar o bebé e fugir. Fui assim mesmo, natural. Só no dia seguinte de manhã, todos viram que estava nua. Até homens. Eu também descobri aí mesmo e era vergonha, já. [...] Naquele tempo conversa com criança era só palavra de raptar e de morrer. Vivíamos muito juntos, mas não era união, era opressão. Paz é deixar os filhos passear, brincar longe. Paz é falar do futuro, do amanhã (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 62).

Nessa esteira, Maria Manuela revela como é viver com medo. O relato aponta para vivências maternas e da infância atravessadas por um “estar juntos” que não simbolizava união. Era uma vivência conjunta compartilhando diversas formas de opressões no cotidiano de guerra. Uma vida sob o signo da opressão devido à ameaça constante de morte ou rapto.

As mulheres, por um longo período, estiveram privadas do direito de ir e vir. Assim, a colonialidade de gênero foi manifesta no controle sob o corpo e a sexualidade das mulheres. Os despachos da PIDE reforçam essa ideia: “as mulheres andam pelas ruas a provocar nossos rapazes, que estão tão longe de casa e precisam do carinho e da hospitalidade dos locais. Se quiserem sossego, que se mantenham longe” (Dias, 2002, p.40).

Confrontando a percepção de Maria Manuela e as afirmações da historiografia apresentada, percebemos que a questão central trata-se que mesmo com a passagem do tempo, ou a transição de regimes políticos no poder, a tônica de violência e controle sobre os corpos e a sexualidade feminina não se modificou. Em 1964 Deolinda Rodrigues ponderou sobre sua revolta sobre a violência exercida contra as mulheres no âmbito da guerrilha do MPLA:

A fome, a insegurança e a situação, em geral, fazer descarrilar os nossos guerrilheiros cada vez mais reclamantes e exigentes. Coitados! O que me desgosta e revolta é a atitude sexual deles demais para com as mocinhas do povo: começam logo a apalpá-las. Parece que assim estão a mobilizar o povo ao contrário (Rodrigues, 2003, p. 95).

O historiador brasileiro Silvio de Almeida Carvalho Filho registrou permanências de violência sexual nos anos seguintes a revolução, tanto nas tropas do governo do MPLA quanto no movimento nacionalista da UNITA. O historiador afirmou ainda que as garotas e mulheres sequestradas pela UNITA na década de 1980 tinham a finalidade de fazer companhia aos militares via os casamentos forçados. Segundo Carvalho Filho:

Durante o conflito civil, as acusações de estupros são imputadas tanto às tropas da UNITA como aquelas ligadas ao MPLA. Savimbi, em 1976, por exemplo, ordenou a execução de dezessete soldados cubanos, aliados do MPLA, por um pelotão de fuzilaria composto somente por mulheres, acusando-os de terem violado 4 angolanas num pequeno povoado entre Huambo e Silva Porto. A escolha de um esquadrão exclusivamente feminino para a realização para tal tarefa deve ter sido simbólica: os reais ou supostos estupradores seriam penalizados pelo gênero contra o qual cometeram o ultraje. Mas, por sua vez, as tropas da UNITA não estavam isentas de violarem mulheres e meninas ovimbundos quando ocuparam a região em torno de Huambo em 1993 (Carvalho Filho, 2000, s/p).

Henda Ducados (2004, p. 59) também converge com Carvalho Filho (2000) ao apontar como consequência da guerra civil além das mortes de mulheres em combate, “que muitas foram violadas por combatentes de ambos os lados. Embora os soldados deversem proteger a população, muitos aproveitaram-se de sua posição para subjugar as mulheres”.

Observamos na imagem da capa da Revista Meridiano (Figura 9), uma publicação da Casa dos Estudantes do Império, que, no ano de 1953, já fazia crítica a situação da mulher africana. Na imagem a mulher aparece no centro tentando se defender de ambas as conjunturas do mundo partido, enfrentando assim, como observou Vergès, uma “dupla subjugação: a dos colonizadores e a dos homens colonizados.” (Vergès, 2020, p.56). A ilustração para além da crítica traduz a perspectiva da mulher e a sua sexualidade enquanto posse. Mas também expõe a fragilidade masculina num contexto de colonização, “os homens eram privados do papel social de pai e de companheiro” (Vergès, 2020, p.53).

Figura 9 - Capa da Revista *Meridiano*

Fonte: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11123.007.003> Acesso em: 14 abr. 2025.

Outro ponto a destacar refere-se ao impacto da guerra na sexualidade e nas relações afetivas de homens e mulheres. *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008) traz narrativas como a de Isabel Gomes (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 145) que durante a guerra civil construiu um patrimônio não só material, mas um relacionamento afetivo feliz com o marido pautado na ajuda mútua. Longe desta perspectiva é o caso de Maria Sambwambwa que viveu a ampliação da violência doméstica em casa:

Naquele tempo de guerra, em casa era pancadaria daqui, pancadaria dali. Quando o marido conseguia o seu dinheiro, ia embora comer na rua, porque achava que em casa eram muitas bocas. Eu quase me separei dele, mana! Naquele tempo azar bateu na porta. Não tenho vergonha de dizer mesmo isso: afinal quando há fome em casa, não há cá marido que dorme com mulher. O homem não tem força de nada, dorme tipo criança, aquilo é cada um por si. Deus por todos. Eh, mana, os homens só enterram os mortos quando estão de barriga cheia. Naquele tempo de fome, nós as mulheres é que fazíamos as covas e enterrávamos os mortos (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 153).

As passagens acima em consonâncias com as ponderações sobre a categoria de violência como uma chave de leitura para a compreensão da formação do Estado-nação angolano

demonstram que, a guerra teve efeitos significativos sobre o modo de viver em família, bem como nas relações afetivas e sexuais das/os angolanas/os.

A historiadora Dayane Silva (2023) propõe a necessidade de refletir acerca da lacuna historiográfica que diz respeito sobre as “zonas cinzentas” na história do nacionalismo angolano. Apontando para:

Ausência de um debate crítico sobre a violência – epistêmica, física e estrutural – no contexto das décadas de 1960 e 1970, seus silêncios profundos, tem gerado “zonas cinzentas” na história do nacionalismo angolano, mesmo porque esse debate envolve a legitimidade de uma estrutura de governo no contexto pós-colonial (Silva, 2023, p. 24).

Refletir acerca de zonas cinzentas do nacionalismo angolano ainda é um debate incipiente, apesar dos desafios devido ao cenário político. Isso constitui espaço aberto para outras pesquisas por mexer “com narrativas hegemônicas e contribui para pensar identidades nacionais “outras”, quase sempre excluídas da grande narrativa que é a nação.” (Paredes, 2014, p.104).

Nesse sentido, as narrativas testemunhais d’ *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* (2008) corroboram para uma escrita da nação mais empática por ouvir e tornar pública memórias e histórias de vida de mulheres que são constitutivas da formação da nação. Ainda como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, a legitimidade da estrutura de governo no contexto pós-colonial também tem influência sobre o posicionamento das ONGs. Reforçamos esse entendimento sobre as ONGs em relação às mulheres, a partir de apontamentos de Vergès:

As ONGS as condenavam a limpar e reparar infinitamente os cacos das vidas estilhaçadas de suas comunidades, mas sem atribuir a responsabilidade aos verdadeiros responsáveis. Por que não reservar um tempo para compreender quem as despedaçou e como essas sociedades foram deterioradas? (Vergès, 2020, p.70).

Com a crítica de Vergès reconhecemos a complexidade política do tecido social e as tensões vivenciadas nessas estruturas sociais perpassadas pela colonialidade do poder. Mas, como assinala Lugones (2014):

O movimento desses corpos e relações não se repete a si próprio. Não se torna estático e fossilizado. Tudo e todos/as continuam respondendo ao poder e na maior parte do tempo respondem sem ceder – o que não quer dizer na forma de desafio aberto, mesmo que às vezes seja em desafio aberto – de maneiras que podem ou não ser benéficas para o capital, mas que não são parte de sua lógica. A partir do lócus fraturado, o movimento consegue manter modos criativos de reflexão, comportamento e

relacionamento que são antitéticos à lógica do capital. Sujeito, relações, fundamentos e possibilidades são transformados continuamente, encarnando uma trama desde o lócus fraturado que constitui uma recriação criativa, povoada. Adaptação, rejeição, adoção, desconsideração e integração nunca são só modos isolados de resistência, já que são sempre performados por um sujeito ativo, densamente construído pelo habitar a diferença colonial com um lócus fraturado (Lugones, 2014, p. 948-949).

Aqui, consideramos os “vínculos de solidariedade” formados em resposta às tensões de habitar a diferença colonial com um lócus fraturado produtivo devido a escolha das mulheres pelas vivências comunitárias nas ONGs buscando soluções conjuntas para problemas comuns. Embora as ONGs estejam inseridas numa lógica de mercado que conflua para o capital, as vivências comunitárias fogem a está lógica.

Os depoimentos que selecionamos d’ *O livro da paz da mulher angolana heroínas sem nome* formam uma narração cultural da nação, apresentando certa manifestação da colonialidade de gênero, que foi incorporada à constituição do Estado-nação. A narrativa testemunhal de uma angolana anônima complementa essa compreensão: “aconteceu no dia 11 de novembro de 1975; apesar da guerra, cada um queria passar aquele dia de independência de forma especial. Para alguns militares, celebrar a independência era apanhar estas “estudadas” e violar” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.103).

Esse trecho é um dos depoimentos com menos dados pessoais disponíveis devido ao teor da violência. Essa mulher enumera várias situações em que se viu obrigada a fugir, se esconder para não ser estuprada. A historiadora Dayane Silva (2021) citou a elaboração de Selina Makena que aprofunda o entendimento que “o estupro não pode ser interpretado apenas como efeito colateral da guerra, mas também, em muitos casos, como uma linha de frente destes combates armados. [...] as narrativas de trauma e múltiplas formas como elas são representadas nos corpos das mulheres” (Silva D., 2021, p.323).

Conforme o depoimento, no dia da independência fugiram para a missão católica, a madre escondeu-as três irmãs. Os militares chegaram, a madre mentiu para que não levassem as meninas. Com medo de ser descoberta a madre organizou para que as meninas fossem para o hospital com uma irmã enfermeira.

No hospital tinha um chefe militar estava internado, ele obrigou as três meninas cuidarem dele, uma para dar-lhe os remédios, outra para a comida e outra para lavar lhes os pés, “a mais clara, aquela que lhe lavava os pés, só Deus sabe...ela ficou traumatizada” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.104). Elas fugiram novamente, antes que o militar melhorasse.

Essa narrativa se distânciava em relação às outras por levantar a reeducação sexual como pauta, ressignificando o sentido da paz. De acordo com o depoimento “A paz é também combater a violência e o assédio sexual e educar o homem a reconhecer que a mulher é um ser humano” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.104). Essa heroína sem nome apontou caminhos alternativos para a vida das mulheres angolanas. Tem consciência de suas vivências de opressões e reflete buscando uma forma de intervenção contra elas. Porque almeja não ter o seu corpo ultrajado, quer ser respeitada como ser humano.

Na segunda narrativa testemunhal selecionamos o depoimento de Catarina por compartilhar uma experiência de ter sido sequestrada e viver em cativeiro por duas vezes durante o contexto de guerra civil. Por intermédio desse exemplo compreendemos a violência como parte constitutiva do Estado-Nação angolano. Segundo Catarina mencionou:

Foi nesse cativeiro que aprendi a dormir em cima de uma árvore. Tinha de ser assim se não quisesse ser violada por soldados... Depois de três anos de cativeiro, fomos libertados. Meu pai não me reconheceu, eu já não era a mesma, estava completamente modificada fisicamente, muito magra e mentalmente muito frustrada e traumatizada (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 91).

Este é o relato de uma memória traumática, Catarina foi raptada duas vezes, na primeira vez por 24 horas. Depois disso a família encaminhou a jovem para a missão católica por ter a esperança de assim protegê-la. A missão foi invadida e até mesmo o bispo foi raptado. Uma atmosfera de insegurança, medo e violência.

Nesse relato tem-se a descrição cotidiana das violências vividas nos três anos em cativeiro, configurando ultraje a dignidade humana em diversas dimensões. Catarina viveu situações limites: longas caminhadas forçadas com sol ou chuva, fome ao ponto de comerem terra, passou sede, pois era permitido beber água uma vez ao dia no rio amarrada por uma corda. Também não tinha a liberdade de cuidar da higiene do próprio corpo, em período da menstruação não havia nenhum recurso básico.

Catarina é uma mulher que encontrou no ato de ajudar ao próximo condições para sobreviver à dor e ao trauma. Acolhendo outras pessoas em sua casa, deu sentido à vida através do exercício de uma “maternidade espiritual”, conforme sugeriu em seu relato.

No período de reconstrução nacional um dos efeitos “no que concerne ao lar, os longos anos de conflito criaram situações que dificultam a decisão das mulheres se casarem ou voltarem a casar-se, especialmente se tiverem sofrido abuso sexual.” (Ducados, 2004, p. 59)

Os modos de vida e costumes da sociedade colonial não desapareceram de vez com a declaração da independência em 11 de novembro de 1975. Do mesmo modo que as guerras vividas em Angola no período pós independência não impactaram os indivíduos do mesmo modo, nem eclodiu em todas as regiões da mesma forma.

As narrativas testemunhais de mulheres comuns de nosso corpus documental corroboram para a formação de uma identidade nacional construída com base em recordações históricas ligadas ao trauma. Como na narrativa de Beatriz João:

O vício de sexo das meninas daqui, apanharam naquele tempo. Nós éramos usadas muito mal, que nem dá para falar. Eu quero mesmo é a paz e não lembrar mais esses tempos. Agora trabalho na administração como copeira. Com esta paz meu sonho é aprender a ler e a criar em paz está filha que o pai não quis assumir (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 152).

Conforme o relato de Beatriz João, as mães na sanzala do kanhama tinham como estratégia esconder as filhas do outro lado das chanas para protegê-las com auxílio dos pescadores e lenhadores que levavam comida. Naquela altura, “os mais velhos andavam a apanhar raparigas dos 10 até aos 20 anos para carregar armamento e servir a eles como mulher” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 152).

Beatriz João tinha dez anos quando foi capturada, devido a mãe estar doente regressou para a sanzala. Para além do medo de tortura física também havia a tortura psicológica as meninas eram obrigadas a cantar: “Nos puseram na fila e cantávamos: vamos ou não vamos? Vamos. Caminha ou não caminha? Caminha. Se sair fora da fila sente só nas costas um chicote de rabo de hipopótamo. Continuávamos a cantar: apanha porrete ou não apanha? Apanha.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 152).

Para a historiadora Dayane Silva, a violência sexual é um problema pouco pesquisado na historiografia angolana:

Essas narrativas de trauma, de dor e humilhação, impactam na memória nacional. Elas intervêm diretamente no curso dos eventos históricos aqui analisados e nos oferecem histórias alternativas às narrativas oficiais de guerra. Não somente, histórias silenciadas, esquecidas e apagadas por eventos históricos traumáticos como é o caso destes conflitos armados aqui analisados (Silva D., 2021, p. 325).

O significado do trauma se fez presente através dos limites ou na ausência de interesse editorial em apresentá-lo em algumas das narrativas testemunhais d’ *O Livro da Paz da mulher*

*angolana: As heroínas sem nome.* A experiência de memórias traumáticas marcadas por violências profundas como o caso do testemunho da heroína Elisa Calado da UNITA, cujo conteúdo do relato não contempla a paz, não foram plenamente incorporadas. Este aspecto é perceptível a partir da comparação entre o depoimento de Elisa no livro da paz (Kasembe; Chiziane, 2008, p.141) suas oito linhas abordando aspectos da vida cotidiana no contexto de guerra sobre a dificuldade em manter a higiene dos cabelos e a entrevista concedida a Margarida Paredes (2014, p.102-115), intitulada: *2.3.1 – Elisa Glória Calado Henda, uma narrativa-coração* compõe doze páginas importantes pela densidade das experiências que articulamos a história de formação do novo país.

A trajetória da angolana Elisa Glória Calado Henda é atravessada pela diferença racial e de classe, auto identifica-se como mestiça ou branca nascida em 1964 no Bié, seu pai de ascendência portuguesa, Jorge Sousa Calado foi comerciante no Andulo e sua mãe Emília, uma lavadeira da etnia Katabola. Dos quatro aos dez anos foi criada por padrinhos portugueses abastados em Cabinda inserida num modo de viver do Alentejo.

Quando eles retornaram para Portugal, devolveram a Elisa ao senhor com quem havia pegado aos quatro anos para que devolvesse a menina à sua mãe. Ao invés de entregá-la, o senhor tentou abusar dela. Ela fugiu com auxílio de um carteiro vizinho que encontrou sua mãe. Ela não se lembrava do fato da mãe ser negra. Conviveu com extrema dificuldade de adaptar-se e aprender a viver no universo cultural de sua mãe.

Com a intensificação da guerra, se refugiou na delegação da UNITA, tornou-se uma menina-soldado. Entre os anos de 1976 a 1980 experienciou longas caminhadas conforme movimento da guerra impunha avançar ou recuar. Em 1980, tornou-se prisioneira do MPLA após ser ferida com uma bala no pé. Elisa conta que:

Levaram-nos para Nharea, um dos municípios do Andulo, fiquei numa cela com a sargenta Mélvore e a São, eu era a mais nova, na altura tinha 15 anos. Não havia água na Nharea, a distância do rio era de uma hora e éramos obrigadas a levar água num tambor cortado ao meio nas costas como se fôssemos um cavalo. Fiquei um ano e seis meses presa na esquadra principal da CPPA [Corpo de Polícia Popular de Angola] de Nharea. Não tínhamos mantas, dormíamos em cima de papelões. Não tínhamos tratamento nenhum, saíam bichos da carne podre das feridas. Um dia fui levada e violada por um polícia chamado Jacinto. Naquela altura não sabia nada de sexo. Foi a primeira vez que conheci um homem. Fui violada duas vezes por ele. Soltaram-nos porque gritávamos muito ‘Estamos a sofrer!’ e a Dona Cecília, a esposa do comissário do Caieí, ouviu e perguntou se havia mulheres na cadeia. Foi à nossa cela e perguntou ‘vocês têm uma criança aqui na cela?’ Eu lhe mostro a minha ferida, estavam a sair bichos e ela disse que ia tentar tirar-nos dali. Era uma boa pessoa, levou-nos para casa dela. Nos fez raspagem nas feridas, um enfermeiro nos cuidou bem, graças a Deus, e depois nos mandou para as nossas famílias com um fardo de comida e roupa. Em todo o lado existe pessoas humanas (Paredes, 2012, p. 110).

Convivendo no território do lado do governo em 1981 teve sua família sob ameaça sendo assim forçada a juntar-se com um policial, com quem teve um filho. Teve que acompanhar o policial para o Bailundo em 1982. No momento em que a UNITA atacou o Bailundo, Elisa foi capturada novamente. Andou por quase um ano com o filho nas costas para chegar à Jamba. Nesse período já havia mais alimentos. Segundo Elisa:

Quando chegámos na Jamba nos colocaram numa esquadra de reeducação onde nos ensinavam política de base, história do presidente, onde nasceu, como cresceu. Conhecer a bandeira, o que significa a tira vermelha, a tira verde, do meio, a de cima e mais outras coisas como os slogans, ‘combater, produzir e aprender mais’. O presidente Savimbi falava nos comícios e os homens começaram a respeitar as mulheres, porque as mulheres trabalhavam nos mesmos gabinetes que os homens, as mesmas funções que o homem fazia, a mulher também tinha que fazer. Então, havia mais igualdade e os homens começaram a respeitar a mulher como guerreira, como mulher, como mãe de filhos, tá a ver? Fiquei a trabalhar nos assuntos sociais e aos 19 anos conheci o meu marido e casei-me com ele, foi mesmo paixão de verdade, os dois... ele também era católico. Na altura era tenente, agora é tenente-coronel e foi desmobilizado, recebe reforma das Forças Armadas Angolanas, é jornalista do ‘Terra Angolana’, a rádio da UNITA (Paredes, 2014, p.111).

A história de vida pessoal de Elisa entrelaça -se com a história do país concatenando as suas vivências em diferentes culturas, as violências, discriminações e superações. Segundo Paredes (2014) pelo fato de Elisa pertencer a elite da UNITA<sup>72</sup>, teve a oportunidade de ser professora primária na cidade, fazer um curso de farmácia, depois outro de enfermagem junto aos médicos sem fronteira. O que possibilitou trabalhar por 7 anos na Cruz Vermelha. Em sua trajetória de vida: “Glória incorpora várias categorias de vítima, mas ao contrário do que seria de esperar não se vitimiza, não parece apegar-se à dor e ao sofrimento. A sua retórica é de resistência, sem possibilidade de fazer escolhas, ser da UNITA revelou-se uma estratégia de sobrevivência” (Paredes, 2014, p. 115).

No caso de Elisa, inserida na UNITA no âmbito dos assuntos sociais, após o fim da guerra não recebeu a reforma. A partir daí concebemos que a posição das mulheres na UNITA e no MPLA estavam validadas como auxiliares proporcionando apoio como mães e esposas. Nuanças da cultura sexista daquele momento histórico.

Diante do exposto, argumentamos a necessidade de uma leitura ponderada que não retire o mérito da agência das mulheres inseridas no panteão de heróis nacionais do MPLA na luta

---

<sup>72</sup> Para momento podemos apenas perceber as divergências entre os depoimentos de Florbela Malaquias na obra *Heroínas da Dignidade* que ressaltou o ato de feminicídio coletivo - “a queima às bruxas em setembro de 1983” - e o apontamento de Elisa Calado aproximadamente em 1983 acerca do crescimento da igualdade e o respeito entre homens e mulheres. É um ponto que pode ser no futuro melhor explorado.

pela independência nacional. Levando em consideração que as violências epistêmicas, físicas e estruturais vivenciadas pelas heroínas do MPLA, também são experiências compartilhadas por milhares de mulheres comuns, anônimas ligadas aos diferentes movimentos de libertação no decurso deste processo histórico. Nesta chave entrevemos a constituição de uma memória cultural do processo de luta pela independência política em construção.

O título da narrativa testemunhal: *A paz devolveu-me a família e o lar que tinha perdido* (Kasembe; Chiziane, 2008, p.38) suaviza a situação. O teor do relato é outro, aquele lar perdido nunca foi refeito, seus pais morreram sem reencontrar os três filhos sequestrados. A entrevistada foi raptada por combatentes da UNITA aos três anos de idade, junto com os seus três irmãos e duas tias. Viveram na mata, a posteriori ficaram num internato até os 14 anos. O depoimento evocou a necessidade de esquecer o sofrimento vivenciado durante o período da guerra civil. Segundo o relato dessa estudante, em 1998 a região de Andulo e Bailundo foi tomada pelas forças do governo. Forçando a UNITA se deslocar para o Moxico. Segundo Hassane Dendo Kopenala:

Eu faço de tudo para esquecer todo o sofrimento que passei, as longas caminhadas a pé, pelas matas fora, a ansiedade e o desespero. A paz é uma coisa boa. Com ela consegui retomar os meus estudos. Estou a formar-me para ajudar Angola a se desenvolver. Estou feliz por saber que nunca mais vou marchar naquelas matas, por destinos desconhecidos; nunca mais vou ouvir estrondos de bombas nem de granadas. Nunca mais ver gente morta ao relento. Nunca mais vou ficar longe da minha família, nunca mais... (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 38).

Muitas vezes as reticências funcionam como uma interrupção brusca do desejo de se apresentar, de ser reconhecida como exemplificamos na narrativa da soba Madalena “Sou ...58 anos de idade.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 63). Em outras narrativas as reticências expressas junto com nunca mais... tem o peso de diversas formas de violências não ditas. É o caso do relato de Hassane que viveu por dezessete anos em cativo, onze deles num internato.

A descrição que Bela Malaquias faz de internatos da UNITA também reitera essa tendência de violência contra mulheres. Segundo relata a autora a instituição configurava-se num “viveiro de meninas, um internato onde as meninas, para além de estudar, ficavam ao sabor dos apetites dos dirigentes.” (Malaquias, p.114). Essa reflexão nos auxilia a compreender a necessidade de Hassane querer contar aos seus pais já falecidos “o sofrimento que passamos”. Com Seligmann-Silva compreendemos a função social do testemunho, pois:

A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar essa nova dimensão aos fatos antes enterrados e não narrados. Conquistar essa nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente

para voltar à vida. Significa ir da sobrevivência à vida. É claro que nunca a simbolização é integral e nunca essa introjeção é completa (Seligmann-Silva, 2022, p. 145).

O ato de testemunhar religa as mulheres sobreviventes ao tempo presente. No caso de Hassane a família precisou ser reconstituída e o lar refeito. A convivência em família que ela perdeu ao ser sequestrada nunca pôde ser recuperada, do mesmo modo como se entristece por não lembrar do rosto dos pais, essa situação extrapola o que deixa explícito no título dessa narrativa testemunhal. Porque envolve uma experiência de cárcere e do viver como deslocada a andar pelas matas sem a possibilidade de escolher como, onde e com quem conviver por 17 anos.

Com o memorando de Luena de 2002, estabeleceu-se a paz em Angola. Momento em que Hassane tinha 20 anos quando pode retornar para casa e refazer os laços afetivos com os familiares sobreviventes. Apesar da lembrança de todo sofrimento, medo e insegurança, essa heroína busca se reinventar e mudar sua trajetória de vida, bem como tantas outras angolanas.

Outra forma de violência na constituição do Estado-nação tendo os conflitos como catalisadores foi o uso político das experiências maternas. Sylvia Walby no capítulo intitulado *A mulher e a nação*, apresentou uma síntese das maneiras como as mulheres participam dos projetos nacionais e étnicos, contidos na obra *Woman-Nation-State*, de Yuval-Davis e Anthias. Para a socióloga Walby as mulheres participam:

(a) Como reprodutoras biológicas dos membros de coletividades étnicas; (b) como reprodutoras de fronteiras dos grupos étnicos ou nacionais, (c) como tendo participação central na reprodução ideológica da coletividade e como transmissoras de sua cultura; (d) como significantes de diferenças étnicas/nacionais, um foco e um símbolo dos discursos ideológicos usados na construção, reprodução e transformação das categorias étnicas/ nacionais; (e) como participantes das lutas nacionais, econômicas, políticas e militares (Walby, 2000, p. 250-251).

Uma das maneiras como as mulheres participaram dos projetos nacionais em Angola é vislumbrada na narrativa testemunhal intitulada *A paz é também para os idosos. É preciso resolver os problemas deles* (Kasembe; Chiziane, 2008, p.95). Deste modo é apresentada a forma como muitas mulheres participaram da revolução com o filho amarrado às costas. A sobra Margarida afirma ter começado:

Há muito tempo essa coisa de lutar por Angola. Fiz juramento de bandeira no Lombe. Entrei na guerra contra o colonialismo em 1962. Fui guerrilheira, defendi o meu país, mesmo sem ler nem escrever como até hoje ainda não sei. O meu marido foi preso na política, nos tempos do colono em Luanda. Eu era miúda, esperei mesmo até o meu marido sair e depois casámos. Marchámos com *os nossos filhos nas costas*. Fizemos

*a revolução assim mesmo. Nas costas a criança e no ombro a arma. As armas nos ombros das mães foram os primeiros objectos que os nossos filhos tocaram. Naquele tempo, em 1975 tinha um filho pequeno (Oman Dias) mas nunca deixei de marchar. No dia do juramento de bandeira o meu bebê foi comigo nas costas até o Lombe, não lhe deixei (Kasembe; Chiziane, 2008, p.95 grifo nosso).*

O relato acima traz informações sobre a forma como a maternidade e a infância foram vivenciadas no cotidiano da guerrilha. Mas por outro lado também diz sobre a forma como os discursos nacionalistas que visavam naquela altura “transformar as esposas dos militantes em militantes activas elas próprias, em autênticas mães da revolução” (Machel, 1979, p.11) foram sendo apropriados pelas mulheres angolanas, no início da década de 1970, quando tiveram seus filhos e filhas a engrossar as fileiras dos movimentos de libertação durante a luta de libertação nacional e posteriormente durante a guerra civil. Frente as possibilidades de tensões, contestação ou apropriações – o discurso oficial de “homem novo” e “mulher nova” - a narrativa testemunhal da soba Margarida apresenta uma apropriação deste discurso.

O MPLA fez uso político da imagem das mulheres como símbolo de revolução - as mães da revolução – assim a memória institucional o MPLA visibilizou “na condição de uma “nova mulher”, na figura da “mãe patriótica” que entrelaça seu trabalho reprodutivo com a política do nacionalismo” (Silva D., 2021, p. 204). O que significa pensar, a maternidade como frente de combate na qual as mulheres atuaram como reprodutoras biológicas e símbolo dos discursos ideológicos homogeneizadores usados na construção da nação. A ilustração abaixo evidencia a mulher empunhando armas de fogo junto ao filho, essa imagem foi amplamente difundida pelo MPLA/OMA.

Figura 10 – “Mãe da Revolução” (Arquivo OMA/MPLA)



Fonte: imagem do Boletim da "OMA", nº 1, 1973, Dar es Salaam, Fundação Mário Soares / Mário Pinto de Andrade. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10201.026>

*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, traz uma multiplicidade de formas de participar do projeto de libertação nacional, configurando imagens de mulheres que lutam pela liberdade coletiva na nação. O emblemático conforme podemos constatar com a observação da historiadora Dayane Silva foi a forma como as mulheres foram visibilizadas no discurso político do MPLA produzindo uma representação estereotipada “em geral as associam ao seu status de esposa, mãe, irmã. Ou na posição de cuidado [...] “a mulher angolana é oficina onde se forja o “homem novo” da nova Angola rumo ao Socialismo”. Ela não é uma pessoa, um ser com existências própria, é uma oficina.” (Silva D., 2021, p. 191).

Após o termino da guerra civil entre as narrativas testemunhais d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, há mulheres que questionam a existência da paz devido os problemas sociais. Como esclarece Juliana, auxiliar de limpeza de um hospital:

Eu ainda não sei explicar bem se a paz existe ou não. [...] Há falta de segurança no meu bairro, lá na lixeira. O caso é tão sério que por vezes me pergunto: paz é isto? Sofrer para comer, sofrer a trabalhar, sofrer até mesmo para descansar. [...] Se a paz é isto então não vejo, porque a guerra das armas acabou, mas outras guerras continuam. [...] Também é muito difícil encontrar emprego. Numa casa com muitas pessoas, por vezes só a mulher é que trabalha, como é o meu caso, porque os homens também têm pouco estudo, o que para mim é outra guerra mais (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 23).

Consideramos que, se a guerra é a política praticada por outros meios, conforme Gilberto Teixeira da Silva (1976), diretor do CIR da 3º Região Político Militar do MPLA apreendeu com Carl Von Clausewitz no contexto pós-colonial as mulheres enxergam a ausência de implementação de políticas públicas que atendam com eficácia às questões sociais como outras formas de guerra. Assim, consideramos que as inquietações das mulheres mais jovens estão centradas em demandas do tempo presente, nas batalhas pela sobrevivência. E denunciam a desigualdade social, que aqui concebemos como um desdobramento de uma violência estrutural. Em consonância, com essas questões a assertiva de Vergès de que “as feministas decoloniais, analisar os trabalhos de limpeza e cuidado nas configurações atuais do capitalismo racial e do feminismo civilizatório é uma tarefa de primeira ordem” (Vergès, 2020, p. 116). É importante por lançar luz em histórias de vida de mulheres racializadas como exemplificamos com o depoimento de Juliana que articula o seu direito à existência digna.

O caminho que abrimos é o de uma leitura que propõe descolonizar a visão sobre o cuidado, ao não considerá-lo como algo menor. O ato de cuidar é atravessado por binarismos de um viés de cultura sexista, posto que “o mundo colonial [...] era de fato um mundo de

homens, onde as mulheres não eram estimuladas a desempenhar um papel importante” (Boahen, 2021, p. 943).

No trabalho pioneiro de Paredes (2014, p. 84), a imagem da mulher como cuidadora é omitida no texto produzido pela OMA em 1965, intitulado *O papel da mulher na luta armada* que consta como anexo da tese de doutorado. Ao longo do seu trabalho, essa informação não é apresentada. Segundo Reis (2023) Deolinda em seu papel de formadora política-ideológica das militantes da OMA acrescenta aos papéis da mulher como mães e esposa a imagem da mulher enquanto guerrilheira ultrapassando os papéis tradicionalmente aceitos.

Mas, nenhum Estado-nação constitui-se destituindo o campo social voltado para assistência, principalmente no contexto de guerras, quando este se torna ainda mais essencial. A colonialidade de gênero é uma construção social e histórica, e “não há apenas uma história que instala a episteme da colonialidade do poder, e a raça como seu classificador, mas também uma história da raça dentro da episteme, e uma história das relações de gênero dentro da própria matriz do patriarcado.” (Segato, 2021, p.95). O emblemático como apreendemos com a socióloga angolana Henda Ducados é a questão da reserva masculina como obstáculo para a superação da desigualdade de gênero:

O maior obstáculo à realização das provisões constitucionais é que a sociedade angolana continua sendo predominantemente uma ‘reserva masculina’ onde os direitos da mulher são frequentemente violados para a preservação da estrutura patriarcal herdada dos ‘valores tradicionais’ africanos (Ducados, 2004, p. 61).

A interdição de acesso à educação, em especial as meninas e mulheres é uma forma de violência epistêmica, constitui-se como legado da matriz do patriarcado, que por sua vez, não é universal, como quer o feminismo eurocêntrico, porta especificidades históricas e culturais.

Em Angola, a partir da leitura do livro da paz, constatamos por meio das tradições que subjagam as meninas e mulheres “a existência de uma estrutura patriarcal, nessas sociedades, embora diferente do gênero ocidental” (Segato, 2021, p.99) conforme o conceito elaborado por Segato de patriarcado comunitário de baixa intensidade. Após a colonização portuguesa tornou-se ainda mais exacerbada as desigualdades de gênero após a independência política.

Com efeito, tanto a desigualdade quanto a colonialidade de gênero são frutos amargos de uma sociedade patriarcal, contudo, “nenhuma prática de violência pode ser justificada com argumentos socioculturais” (Casimiro, 2014, P. 21). Nesse sentido, convergimos com Patrícia Goldinho (2017) e Isabel Casimiro (2014), demonstrando a necessidade de uma mudança cultural.

Gomes (2017, p. 43), propõe que, “na humanidade inteira, as mulheres, na sua globalidade, são excluídas dos processos culturais, então se torna prioritário proceder à mudança dessa cultura”. Neste sentido, as resistências e lutas das mulheres por cidadania é um movimento fundamental na história.

Como vimos no primeiro tópico deste capítulo os testemunhos das mulheres d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* apresentam as mulheres comuns como sujeitas dos seus próprios desejos, as heroínas falam sobre o que querem. E ao invés de aderirem ao objetivo da ONG APN para falarem sobre o significado da paz numa perspectiva liberal. Muitas delas pedem mudanças estruturais, dizem o que querem para suas vidas e comunidades.

De acordo com Helena Zefanias as heroínas do d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* falavam sobre a guerra para dar sentido à paz. Consideramos que as mulheres comuns falam da guerra e dos traumas para dar sentido à própria vida, “as angolanas continuam, como sempre, desafiando os papéis de gênero nos espaços públicos e privados, e reivindicando dizerem elas mesmas de si.” (Figueiredo, 2021, p. 78). Esse movimento é essencial para compreendermos as mudanças culturais. Patrícia Mcfadden (2020) explicou que:

A agência de mulheres, especialmente de mulheres pobres e de comunidades de trabalhadoras por todo o continente africano, é central para a minha definição de pós-colonialidade como estado de consciência, como um momento de transição e como uma performance política (MCFADDEN, 2020: 304).

E essa é a mudança que identificamos nas narrativas testemunhais das mulheres do Livro da paz e nas leituras historiográficas de Dias (2002), Paredes (2014), Figueiredo (2021). Se considerando que nos anos 1980 a mulher sujeito de seu próprio desejo:

Permanecia assim indizível, nas palavras de Maria do Céu Carmo Reis, a mulher sujeito de seu próprio desejo, em qualquer âmbito da experiência – das relações afetivo-sexuais e dos arranjos familiares ao universo acadêmico, passando pelo mundo do trabalho e pela participação política (Figueiredo, 2021, p. 77).

Nesse sentido, as narrativas testemunhais das mulheres d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* trouxeram uma contribuição significativa por tornar públicas as disputas da narrativa pelo significado do passado, assim, através de diversos pontos de vistas pudemos articular, isolar elementos de suas memórias pessoais para compreender sob a ótica feminina um pouco mais sobre a história política de Angola na contemporaneidade. E a apropriação dos discursos nacionalistas pelas mulheres do livro da paz defendendo a

participação política, a unidade nacional e estratégias de solidariedade, faz uma inversão da perspectiva política da nação projetada para as mulheres. O paradigma das heroínas de Angola que se sacrificam pela nação. N *‘O livro da paz da mulher angolana heroínas sem nome*, muitas dessas mulheres fazem um movimento inverso ao buscarem direitos sociais para construir uma nação de bem viver.

### **3.3 A inserção das mulheres na nação: lutas pela cidadania e uma ética do cuidado**

Os conceitos de ética do cuidado desenvolvido pela intelectual Patrícia Hill Collins (2023) e autoridade coletiva por Maria Lugones (2020) foram centrais para compreendermos a agência das mulheres angolanas frente ao legado de um longo contexto de guerras que atravessam não só a história contemporânea do país, bem como a história de vida das pessoas.

A ética do cuidado na perspectiva de Collins é cogitada a partir das experiências de mulheres negras que ao “falar com o coração tangencia a ética do cuidado” (Collins, 2023, p.156). Deste modo as mulheres são apresentadas como conhecedoras conectadas ao utilizarem suas experiências como critério de validação do conhecimento. Entrelaçando os três componentes interrelacionados da ética do cuidado: “o valor da expressividade individual, o lugar das emoções e a capacidade de empatia – emergem em combinações variadas na sociedade civil negra” (Collins, 2023, p.158).

A reflexão de Lugones sobre: “toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade”, lançou luz a todas essas formas de controle que são produtoras de desigualdades. Assim, Lugones teoriza a perspectiva da diferença colonial, bem como aponta a crítica à universalidade do termo “mulher”. Tanto a regra quanto as transgressões as formas de controle coloniais iluminam nossa compreensão acerca das narrativas testemunhais.

A partir da análise desses aspectos formulamos no quadro explicativo do apêndice desta dissertação uma leitura da identificação das mulheres angolanas, na qual consideramos importante a autoridade coletiva. Aqui compreendida como “compromisso com a integridade comunal em uma direção libertária” (Lugones, 2020, s/p), perspectiva diversa do sistema de gênero heterossexualista que estrutura impõe uma heterossexualidade “já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção – inclusive de conhecimento – e da autoridade coletiva” (Lugones, 2020, s/p). Deste modo o sistema de gênero

heterossexualista classifica quem tem o poder para produzir conhecimento e exercer o poder na esfera pública.

vislumbramos como algumas mulheres inseridas em organizações, instituições e/ou movimentos sociais constroem experiências que validam seus conhecimentos e visões de mundo ao aprender umas sobre as outras e se posicionando falando com outras mulheres e em nome delas, reivindicam e pensam a situação das mulheres numa dimensão coletiva.

Nesse sentido, dar visibilidade à essas conexões com a colonialidade, o lado escuro produzido pela modernidade é um movimento rumo ao entendimento que “o feminismo<sup>73</sup> não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela” (Lugones, 2014, p.940). Assim, suscita o reconhecimento e aprendizado de ouvir, umas das outras a partir do lócus fraturado.

Aspecto comum nas narrativas testemunhais, é que todas essas narrativas trazem a interpretação dessas mulheres sobre suas vidas, vinculadas a um passado de dor, que por vezes são limitantes das expectativas de um futuro melhor. Além do desejo das mulheres que as atrocidades não se repitam mais. Nessa esteira, percebemos a importância das dimensões da epistemologia feminista negra apontadas por Patrícia Collins (2023,161) da “experiência vivida como critério de significação, o uso do diálogo, a ética da responsabilidade pessoal e a ética do cuidado” dão forma as lutas contra a violência constituindo o testemunho oral ou escrito como dispositivo para construção de uma ética do cuidado e responsabilidade no agir humano.

Nesse sentido, a percepção da camponesa da fala como estratégia válida para lutar contra a injustiça. Segundo a mesma: “as mulheres têm de ser mais corajosas. Nós devemos respeitar os homens assim como eles nos devem respeito. Sempre que se sentirem injustiçadas, não devem calar porque cada um de nós, homem ou mulher, tem direito à justiça” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 161). Outro depoimento apontou como caminho para a construção de políticas públicas de inclusão e valorização das mulheres, a formulação de uma:

---

<sup>73</sup> Nesta pesquisa não tivemos o objetivo de apontar as divergências e convergência entre as diferentes vertentes do feminismo. Ou ainda as conexões e aproximação dos feminismos na América Latina, feminismo negro nos Estados Unidos e as múltiplas vertentes de feminismos africanos, formam uma teia de complexidades. Casimiro optou por nomear como feminismo popular aplicando a realidade das mulheres moçambicanas, Lugones utilizou o termo feminismo descolonial e Vergès adotou a nomenclatura de feminismos de política decolonial constituindo “um feminismo político decolonial amplo, transnacional e plural” (Vergès, 2020, p.33), provavelmente mais adequado a nossa análise.

Agenda da reconstrução da nossa nação Angola, tem que incluir a valorização da mulher, o seu acesso à igualdade de direitos e oportunidades, o seu crescimento e dignificação, o reconhecimento da sua vocação de mulher, educadora, artífice da Angola que desejamos e merecemos! Se nos anos passados, a mulher ficou retida na área restrita do lar, da geração e da criação dos filhos, no trabalho do campo para subsistência da família, hoje outras portas terão que lhe ser abertas, para que, ao lado do homem ela possa realizar-se com igualdade de direitos e competências (Kasembe; Chiziane, 2008, p.88).

No relato da Madre Maria José Fernandes (Kasembe; Chiziane, 2008, p.87 - 89) propõe uma agenda política para as mulheres com intuito de sua valorização e participação ativa na reconstrução nacional. Com esse posicionamento demonstra a importância da literatura de testemunho porque incide na construção de novos espaços políticos, possibilitando:

Justamente, servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-catástrofe. A uma era de violência e de acúmulo de crimes contra a humanidade corresponde também uma nova cultura do testemunho. **O testemunho tanto artístico/literário como o jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacular a sociedade como para construir novos laços políticos.** Esta *passagem pelo testemunho* é, portanto, fundamental tanto para indivíduos que vivenciaram experiências-limite, como para sociedades.... (Seligmann-Silva, 2010:12 grifo nosso).

O testemunho por intermédio do campo literário e das artes balizado na relação entre literatura e ética torna-se possível uma forma de apresentar o indizível, transsubstanciar a dor em testemunho, como é o caso das “heroínas sem nome”, sobreviventes das guerras que assolaram Angola.

No período de reconstrução nacional as mulheres angolanas continuam tendo uma participação significativa. Intervém através do trabalho em ONGs locais, associações e cooperativas, desempenhando diferentes papéis, formando assim redes de cuidado e acolhimento às pessoas que ainda sofrem os impactos do processo de constituição do Estado-nação tendo os conflitos como catalisadores. Assim, a criação de “vínculos de solidariedade” em novos “espaços de sociabilidade” como ONGs, associações e organizações femininas fomentam novos laços políticos. Desse modo, as mulheres angolanas têm desenvolvido um feminismo popular nos termos de Casimiro. Algumas das narrativas testemunhais d’*O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* mencionam a agência feminina na Associação dos Camponeses do 11 de Novembro de Kapunde, ASSOMENA Associação da Mulher Empresária e de Negócios do Namibe, Cooperativa Agrícola Wakinga M’bote, Associação de

Parteiras, Associação das Camponesas do Bié, Associação das mulheres viúvas e Associação de Viúvas e Órfãos. Assim, o associativismo é uma resposta coletiva às demandas sociais.

Paulina Nhama, natural da província da Huíla, durante o contexto de guerra civil, desenvolveu trabalhos junto à ajuda humanitária. Desde então, engajou-se a participar de ONGs no seu município tornando-se palestrante sobre igualdade de gênero, valorização da mulher e luta contra a violência doméstica. É um relato importante pelo nível de compreensão do contexto histórico e pelas estratégias de engajamento social a partir de sua atuação em ONGs.

Segundo Paulina Nhama a “Organização das mulheres em associações é uma das formas que contribuem para a maior unidade entre as mulheres de Angola, pois só unidas a nossa voz pode ser ouvida” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 169-170). A união e solidariedade entre as mulheres, é uma estratégia comum sendo as associações de mulheres um instrumento para alcance de direitos na busca de valorização, reconhecimento da sua força na família, na comunidade e no país. Segundo Lugones:

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo espaços e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos (Lugones, 2014, p. 949).

As narrativas das histórias de vidas das mulheres angolanas expõem uma vivência que conjugam opressões e resistência configurando a experiência como sabedoria que rompe com a lógica de uma história única, ao buscar soluções alternativas criativas como nos relatos abaixo:

Tenho muito trabalho, mas isso não me impede de participar nas reuniões onde as mulheres discutem os seus problemas e dão os seus pontos de vista sobre várias situações. Faço parte da direcção da ASSOMENA - Associação da Mulher Empresária e de Negócios do Namibe, onde dou o meu contributo, regularmente. Eu respeito-me como mulher, porque a semelhança de muitas outras, estou a gerir um negócio, tenho um lar onde sou chefe de família, sei que muitas mulheres estão a lutar em várias esferas da sociedade para alcançar a independência econômica, social e cultural (Kasembe; Chiziane, 2008, p.101).

Sempre acreditei que as mulheres podem fazer muitas coisas e bem por isso, na altura em que achei que devia dar o meu contributo, entrando nas forças armadas eu decidi e entrei em outubro de 1978. [...] Acredito que a mulher pode, deve e ela tem essa capacidade de auxiliar com as suas tarefas, por isso, estou integrada em algumas associações que lutam por melhores condições de trabalho, da Saúde, vida social das famílias etc... (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 162).

Os nossos maridos foram mortos pela guerra. Alguns deles eram o mesmo soldados e muitas de nós não temos ainda conhecimento dos nossos direitos e nem sabemos como reclamar as nossas pensões. Sofremos o peso das tradições, porque há sempre alguém achando que a mulher tem alguma culpa na morte do marido mesmo sabendo que ele foi morto por uma bomba. Pior ainda é a situação das viúvas que também são mutiladas: não conseguem deslocar-se para as lavras; as que conseguem produzir milho e feijão, não conseguem transportá-lo para casa ou para o mercado; não há transportes e as vias de acesso estão todas degradadas pela guerra e pelas chuvas. Foi por isso que fundámos a associação das mulheres viúvas. Associação cresceu conta já com 975 mulheres viúvas e 143 mutiladas. [...] O Ministério da Agricultura fornece sementes e fertilizantes, por kilapi (a crédito). Só que esses produtos são mesmo caros, depois da colheita, não há rendimento suficiente para pagar a dívida (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 123-124).

Nos exemplos acima respeitada as particularidades, estratégias de resistência e conquistas frente a ausência do Estado e da sociedade no acolhimento das demandas das mulheres. Percebemos em comum nesses relatos que por intermédio da luta pela independência do país configurou – se a consciência que cada pessoa precisa dar a sua contribuição para o desenvolvimento da nação. Esse é um dos legados da história de luta pela libertação nacional de Angola. As mulheres a duras penas estão no enfrentamento das lutas cotidianas construindo um caminho próprio para o autodesenvolvimento.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de nossa pesquisa, procuramos compreender melhor o lugar social da mulher angolana — estigmatizado pela desigualdade de gênero — como um paradoxo frente à significativa participação das mulheres na sociedade. Assim, a partir da historiografia com viés de gênero e nação, bem como da produção cultural da literatura de testemunho em Angola, vislumbramos a construção de uma memória cultural sobre as heroínas.

Dessa forma, articulamos essa leitura historiográfica com as narrativas-testemunhais d'O Livro da Paz da Mulher Angolana: As Heroínas sem Nome. A inserção dessas narrativas — com suas potencialidades e limitações — na esfera pública constitui um importante registro da participação das mulheres na vida política do país para a posteridade, configurando-se como um lugar de memória da representação das mulheres comuns como heroínas do povo.

Como estratégia de pesquisa, nossa interpretação da fonte histórica abordada contemplou dois movimentos historiográficos. Primeiro, a percepção das mulheres comuns acerca de suas histórias de vida, que buscamos articular à história política da nação — sob esse prisma, o corpus documental configura-se como fonte primária. Por outro lado, quando optamos por focar apenas as narrativas-testemunhais que compõem o corpus sobre a memória das lutas anticoloniais e da independência angolana, nossa fonte torna-se secundária — pois trata-se de uma narrativa que captura o tempo vivido a partir da lembrança das experiências de guerra, transformando-se em ato pensado a partir do tempo presente da escrita do livro, configurando-se assim como uma memória cultural da luta pela independência.

Tendo em vista tal panorama, delimitamos espaço-temporalmente nossa pesquisa a partir do arquétipo da heroína — importante intertexto que lança luz às formas de participação e emancipação da mulher angolana no contexto político angolano. Esse arquétipo de heroína aparece nos discursos, nos projetos políticos e no monumento que corroboram para a construção simbólica da nação. A partir dessa categoria, presente no título da obra que compõe nosso corpus documental e também perceptível na produção cultural que envolve a literatura de testemunho de mulheres em Angola, identificamos a conexão de temporalidades diferentes. Apresentamos como um dos resultados de nossa pesquisa a defesa de que o arquétipo da heroína constitui um artefato político-cultural do nacionalismo moderno de Angola, construído após a independência política do país.

Portanto, consideramos que as mulheres angolanas do livro, ao narrar suas histórias de vida, ressignificam sua inscrição na história da nação ao interpretarem e reelaborarem suas memórias do passado. Desenvolvem consciência histórica, porque “afinal os olhos das mulheres podem ser testemunhos da história!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 136).

Argumentamos, como um dos resultados desta dissertação, nossa percepção da mudança no posicionamento das mulheres angolanas frente à pesquisa acadêmica. Ao confrontarmos o trabalho de Dias (2002) e Paredes (2014), concebemos a configuração de uma mudança de perspectiva historiográfica entre os anos de 2002 e 2014.

Dias (2002) analisou mais de 200 processos nos arquivos da PIDE/DGS no ANT. A princípio, o trabalho centrava-se nos testemunhos orais e escritos de mulheres para traçar o imaginário sobre a participação feminina na luta de libertação nacional. Contudo, no contexto ainda instável da guerra civil, a maior parte das mulheres preferiu não conceder entrevistas; algumas concederam apenas sob a condição de manter anonimato. Essa limitação fez com que os processos produzidos pela PIDE/DGS invertessem seu lugar na pesquisa.

Uma década depois, quando Margarida Paredes iniciou sua tese de doutorado, a pesquisa foi demandada pelo campo. O posicionamento das mulheres angolanas marca um outro contexto temporal — o período da reconstrução nacional: as ex-guerrilheiras reivindicaram que sua participação fosse inscrita na história do país. Desse momento histórico emergiu uma abertura para que os testemunhos das mulheres pudessem emergir como forma de pensar suas experiências e expectativas no passado da construção de uma Angola independente.

No corpus documental, enfatizamos uma leitura da mudança na forma como as mulheres pensam a história do país, apropriando-se do discurso de luta pela independência e da reconstrução nacional para reivindicar seu lugar na nação. O ato de testemunhar representa uma mudança significativa na forma da mulher angolana se pensar como sujeito da história. Os testemunhos de mulheres de *O Livro da Paz* apresentam experiências de empreendedorismo e gestão da própria vida e configuram habilidades de negociação e interação — instâncias que durante longo período histórico foram cerceadas, produzindo culturalmente subjetividades femininas em função de interesses externos. Os símbolos culturais desenvolvidos pelo regime colonial patriarcal, que representava a mulher como escravizada, hipersexualizada, coisificada, mera mercadoria, e a cultura tradicional, que representava a mulher como propriedade privada, desumanizavam-as. A representação da mulher no enquadramento da Organização da Mulher Angolana (OMA) — como mãe da revolução ou heroína-mártir — também não comporta os significados de liberdade e garantia de direitos para as mulheres. Igualmente, a constituição do

Estado-nação sob o viés da memória cultural da violência contra as mulheres, com base nas visões e dilemas apresentados pelas mulheres angolanas nas narrativas-testemunhais d’ O Livro da Paz, delinea as marcas da colonialidade de gênero no tecido nacional.

As histórias de vida das mulheres angolanas relatadas no livro manifestam-se fortemente na vida comunitária e participativa das associações e ONGs. Acrescidas de práticas empreendedoras no cotidiano, são de suma importância. Apesar dos avanços no marco legal, a igualdade de gênero em Angola avança a passos lentos, com acesso à cidadania ainda desigual. Contudo, em microescala, algumas narrativas-testemunhais mostram vivências de independência e autonomia — como no caso da tia Felipa. Soma-se a isso a criação de “vínculos de solidariedade” em novos “espaços de sociabilidade” — ONGs, associações e organizações femininas. Assim, as mulheres angolanas têm desenvolvido um feminismo popular, nos termos de Casimiro.

Como a história das mulheres em Angola é um campo em construção, novos estudos são bem-vindos para aprofundar as temáticas que envolvem a luta pela emancipação feminina a partir da linha interpretativa gênero e nação. Uma sugestão de pesquisa seria aplicar a literatura de testemunho *Heroínas da Dignidade: Memórias de Guerra* (Florbela Malaquias) — um teste invulgar de feminicídio e da desmistificação da figura idólatra de Jonas Savimbi — como fonte histórica. Seria uma perspectiva interessante para aprofundar nossa compreensão acerca da memória cultural da guerra civil sob a ótica das mulheres da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Jeremy Ball e Cláudia Gastrow, no artigo *Angola: Nationalist Narratives and Alternative Histories*<sup>74</sup>, apontaram que “uma das novas áreas de pesquisa é o trabalho de memória e nacionalismo, especialmente diante de um país que ainda está lutando para consolidar uma narrativa compartilhada sobre sua guerra civil”. É um campo promissor, porém com muitos desafios; ainda assim, “a dimensão testemunhal se encarregava de fazer história, congregando problemas a serem avaliados metodicamente em etapa subsequente.” (Fredrigo; Gomes, 2020, p. 13)

Devido aos desafios que o campo impõe, há grande ausência de trabalhos sobre a trajetória de vida das mulheres ligadas à UNITA e à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Até agora tivemos contato com as pesquisas da antropóloga Margarida Paredes (2014) — especialmente com o depoimento de Elisa Glória Calado Henda, capitã das FALA/UNITA, intitulado *Elisa Glória Calado Henda, uma narrativa-coragem*, bem como o artigo *A História*

---

<sup>74</sup> BALL, Jeremy & GASTROW, Cláudia (Org.). *Angola: Nationalist Narratives and Alternative Histories*, Kronos (Southern African histories), Vol. 45, n. 1, 2019. [https://scielo.org.za/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0259-01902019000100001](https://scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0259-01902019000100001) Acesso: 08 abr. 2025

*de Luta de Maria Henriqueta Miguel Pedro na FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola.* Outra contribuição fundamental para a pesquisa sobre a participação das mulheres vinculadas à UPA/FNLA e AMA é, sem dúvida, a tese de doutorado do historiador angolano Nsambu Baptista Vicente — *As mulheres da UPA/FNLA na luta de libertação nacional de Angola: a Associação da Mulher Angolana (AMA) entre a visibilidade e o silêncio (1961-1974)* — ainda não publicada.

Angola, no próximo dia onze de novembro de 2025, completará meio século da Dipanda (independência política) e cinquenta anos com o MPLA sendo único partido no poder. Assim permanecem as disputas pela memória da nação, delineando narrativas alternativas da nação — como mencionam Ball e Gastrow na história recente de Angola. Entre elas, “organizações feministas como a Ondjango Feminista trouxeram as questões das mulheres à tona.” (Ball; Gastrow, 2019, s/p). O livro da paz da mulher angolana: heroínas sem nome faz parte do corpus de referências da Ondjango para as mulheres angolanas que lutam por uma Angola liberta das violências contra as mulheres. As mulheres não são subalternas: foram subalternizadas nas narrativas institucionais hegemônicas dos movimentos de libertação nacional. Novas narrativas que, se não conseguem descentrar velhas narrativas persistentes, expõem e questionam as estruturas de poder que constituem as opressões do paradoxo da condição feminina — abrindo caminhos.

O segundo resultado desta pesquisa foi apresentarmos as histórias de reivindicações das mulheres angolanas expostas nas narrativas-testemunhais d’ *O Livro da Paz da Mulher Angolana: heroínas sem nome*, lidas não como expressão da “economia-ideologia da falta” (Vergès, 2020, p. 38-39), mas como atos políticos. Porque ao questionarem a violência estrutural, configuraram um posicionamento. Nesta pesquisa, as reivindicações funcionam como indicadores sociais; as narrativas-testemunhais tornam-se pautas femininas de ordem pública, dando visibilidade aos temas que as mulheres angolanas consideram urgentes para a transformação das estruturas e para a implementação efetiva de políticas públicas nos campos da educação, saúde, trabalho, segurança e moradia — expressão do desejo feminino por um novo pacto social.

De modo direto ou indireto, a história de vida das mulheres angolanas foi impactada pelo longo período colonial, bem como pelas guerras de libertação anticolonial e civil. Na multiplicidade dos relatos, as angolanas de *O Livro da Paz* aparecem na esfera pública como narradoras — por isso guardiãs de uma memória cultural — e como sobreviventes de um longo período de guerras. Parte dessas mulheres atuaram como lideranças e ativistas em suas

comunidades, movimentando-se em torno de associações de mulheres e ONGs. Estratégias semelhantes às que Casimiro (2014, p. 269) nomeou em Moçambique como “feminismo popular” — mulheres do povo que necessitam de respostas imediatas às necessidades objetivas de sobrevivência e que incorporam reivindicações de gênero, ainda que sem consciência da luta feminista.

Diante do exposto, e considerando que o corpus documental é uma fonte dialógica, por meio da análise dos testemunhos identificamos dois discursos distintos: a ONG APN dialogou com os objetivos da agenda da ONU — Mulheres, Paz e Segurança — enquanto as falas das mulheres delineavam suas experiências como sobreviventes, com as cores da guerra, da violência e da desigualdade na constituição do Estado-nação. Assim, a polifonia das narrativas-testemunhais de *O Livro da Paz da mulher angolana: as heroínas sem nome* serve para radiografar o lugar das mulheres angolanas na sociedade, com as particularidades de suas lutas cotidianas, de seus desafios, conquistas e interesses plurais que subsidiam a escrita da história das mulheres no contexto da Angola contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ABADIA, D. M. As mulheres africanas e a libertação. In: **As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo-Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974).** 2018. 353 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

A PERSISTENTE FRAGILIDADE DA MEMÓRIA. Direção: Gretel Marin. Roteiro: Gretel Marin Angola: Associação Tchiweka de Documentação e Geração 80. Vídeo (26 min.). 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1Av7XfyaIwo&t=25s>

ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANGOLA – NOS TRILHOS DA INDEPENDÊNCIA. Direção: Fradique. Produção: Fradique, Conceição Neto e Paulo Lara. Angola: Associação Tchiweka de Documentação e Geração 80. Vídeo (105 min.), 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1j57rwC2q2U&t=5s>

AGUALUSA, J. E. "Recensão crítica a 'Patriotas', de Sousa Jamba" . In: *Revista Colóquio/Letras. Recensões Críticas*, n.º 132/133, Abr. 1994, p. 264-265. Disponível em: [completohttps://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=132&o=s](https://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=132&o=s) . Acessado em 27 nov. 2023.

AGUALUSA, J. E. A tentativa de explicar Angola. A componente etno - cultural da guerra civil. Portugal: **Revista Política Internacional.** Nº 6, 1993. Disponível em: [https://www.ipris.org/files/6/06\\_Tentativa\\_de\\_explicacao.pdf](https://www.ipris.org/files/6/06_Tentativa_de_explicacao.pdf) . Acessado em: 15 out. 2023.

ALMEIDA, D. I. M. **Antigos combatentes e veteranos da pátria: políticas sociais e medidas do estado angolano na proteção dos seus direitos fundamentais.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais, Santo André, 2019.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade.** São Paulo: Editora Jandaíra. 2021.

ARAÚJO, K. C. O. **“Um só povo, uma só nação”** O discurso de Estado para a formação do homem novo em Angola (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ASSIS, J. Práticas sociais e políticas das ongs em Angola. metodologias e relações de poder. o caso da ADRA e da Visão Mundial. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v.1, n.1, Jan./Jun. 2016, p. 168-188.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação formas e transformações na memória cultural.** Trad. Paulo Soethe. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook.** Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

BÂ, Amadou Hampâté. Confrontações culturais: entrevista concedida a Philippe Decraene. **THOT África**, São Paulo, nº 80, p. 03-12, abr 2004.

BALL, J. Conflating the Party and the Nation in Angolan Monuments, Basileia: **7ª Conferência Europeia sobre Estudos Africanos**, 2017. Disponível em: <https://nomadit.co.uk/conference/ecas7/p/4750>

BALL, Jeremy & GASTOW, Claudia (Org.). Angola: Nationalist Narratives and Alternative Histories, **Kronos** (Southern African histories), Vol. 45, n. 1, 2019.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira De Ciência Política**, V. 11, 89–117, 2013.

BALLESTRIN, L. Para transcender a colonialidade. Entrevista concedida à Luciano Gallas e Ricardo Machado. **Revista IHU On-Line**, Nº 431 v. 04, 2013.

BARBOSA, M. F. Nação, um discurso simbólico da modernidade. **Crítica Cultural**, v. 6, p. 203-216, 2011.

BARBOSA, M. **Razão Africana**: Breve história do pensamento africano contemporâneo. São Paulo: Todavia, 2020.

BARROS, J. A. **A Fonte Histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARROS, J. A. **Fontes Históricas**: Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

BARROSO, M.M.; NICAISE, N. Culturas morais e políticas de desenvolvimento na Noruega e na União Europeia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 41 “Antropologia e políticas globais”, P. 51-86, 2014.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. *In*: **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

BITTENCOURT, M. Angola: tradição, modernidade e cultura política. *In*: Daniel Aarão Reis; Hebe Mattos; João Pacheco de Oliveira; Luís Edmundo de Souza Moraes; Marcelo Ridenti. (Org.). **Tradições e modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, pp. 129-144.

BITTENCOURT, M. Estudo de caso: o colonialismo em Angola; Estudo de caso: guerra civil e paz em Angola. *In*: Andrea Marzano, Marcelo Bittencourt (Org.). **História da África**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013.

BOAHEN, A. A. O colonialismo na África: impacto e significação In: **História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935. Volume VII. 3. ed.** Brasília: UNESCO: Instituto Humanize, 2021.

BORGES, V. R. História e literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, v. Ano 1, p. 94-109, 2010.

CARVALHO, E. S. Regulação e autorregulação do jornalismo: o cenário angolano. In: Carlos Camponez; Rogério Christofoletti; José Manuel Simões. (Org.). **Jornalismo e qualidade no mundo de expressão portuguesa**. 1ed. Macau: USJ - University Library and Academic Press, 2022, v. 1, p. 21-34.

CARVALHO FILHO, S. de A. **Angola: vivências femininas de uma guerra sem fim**. In: I Simpósio Internacional: O Desafio da Diferença. Salvador: UFBA, GT-3, 2000.

CASIMIRO, I. **Paz na terra, guerra em casa**. Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Recife: Editora UFPE, 2014.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. Ilustrações de Marcelo D\`Salette. São Paulo: Veneta, 2020.

CHIZIANE, P. **Niketche uma história de Poligamia**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

CHIZIANE, P. Eu, mulher. Por uma nova visão do mundo. [Testemunho] **Abril – NEPA / UFF**, 5(10), 2013, 199-205. <https://doi.org/10.22409/abriluff.v5i10.29695>

COOPER, F. (2008). Conflito e Conexão: Repensando a História Colonial na África. **Anos 90**, nº15 v. 27, 2008.

COLLINS, P. Epistemologia feminista negra. In: **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CORRÊA, Y R. **Vivências e resistências de mulheres em Luanda (1930 - 1975)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

CORRÊA, Y R. A Luta das Mulheres em Angola nos Movimentos de Libertação. **TEKOA**, vol. 4, 2025.

CUNHA, A. “Processo dos 50”: memórias da luta clandestina pela independência de Angola, **Revista Angolana de Sociologia**, v. 8, 2011, 87-96.

CURIEL, O. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. Tradução GENEROSO, L. M. A., **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 231–245, 2019.

DIAS, D. C. **Um outro lado da guerra colonial: História das mulheres que participaram da luta pela libertação de Angola (1961-1975)**. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, 2002.

DIAS, H. M. **Voices e escritas femininas em Angola: a luta pela sobrevivência e emancipação de mulheres (1961-2002)**. 2013. 127p. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

DUCADOS, H. **A mulher angolana após o conflito**. In: Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano. Londres: Conciliation Resources, 2004. E-book. 96 p.

ERLL, A. Cultural Memory Studies: An Introduction. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p.1-15.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1968.

FEDRIGO, F.S.; GOMES, I. L. Formas de narrar o trauma: perspectivas historiográficas. In: **História e trauma: linguagens e usos do passado**. Vitória: Editora Milfontes. 2020.

FERNANDES, F. S. **Isabel dos Santos - Segredos e Poder do Dinheiro** (Portuguese Edition). Casa das Letras, 2015. Edição do Kindle.

FERREIRA, A. F. A contribuição da mulher na formação do saber e do conhecimento. in: **A MULHER EM ÁFRICA** Vozes de uma margem sempre presente. Org. Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha. Lisboa: Edições colibri. 2007. p.51 - 68.

FERREIRA, T. F. **Africanas: Gênero e Feminismo em Perspectiva Afrocentrada**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

FIGUEIREDO, F. B. Emancipação feminina em questão: tensões e disputas simbólicas na independência angolana. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, p. 45-80, 2021.

FRITZ, J. M. Mulheres, resolução do conselho de segurança das nações unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 23, jan./abr. 2010.

GASPARETTO, V. F.; AMANCIO, H. P. Gênero e Feminismos Em África: Temas, Problemas e Perspectivas Analíticas. In: 13. Congresso Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11, 2017, Florianópolis. Anais do 13 Congresso Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Florianópolis: IEG, 2017.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GOMES, Â. C.; HANSEN, P. S. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, P. G. De emancipadas a invisíveis: as mulheres guineenses na produção intelectual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. *In: Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras*. Salvador: EDUFBA, 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HEROÍNAS SEM NOME. Direção: A; GUTIERRÉZ, P.; GUILAR, D. Produção: BALBINA, P. A; GUTIERRÉZ, P.; GUILAR, D. Angola: Haurralde Fundazioa e Zazpiterdi. Vídeo (29 min.), 2010. Disponível em: <https://vimeo.com/9154962>

INGE A. ; ABREU, C. **Sociedade Civil em Angola: Incursões, Espaço e Responsabilidade**. Bergen: Chr. Instituto Michelsen (Relatório CMI R 2007: 8), 2007.

ITURRA, J. M. Linhas de memória: testemunhos gráficos e estratégias narrativas. *In: História e trauma: linguagens e usos do passado*. Vitória: Editora Milfontes. 2020.

JACOB, B. M.O. **A Toponímia de Luanda: das memórias coloniais às pós-coloniais**. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património. Universidade Aberta de Lisboa, 2011.

KASEMBE, Dya; CHIZIANE, P. **O livro da paz da mulher angolana: as heroínas sem nome**. Luanda, Angola: Nzila, 2008.

KASEMBE, Dya. **Mulheres Honradas e Insubmissas de Angola**. 2.ed. Luanda: Editora Mayamba, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?** entrevista com René Holenstein. Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LARA, P. O Esquadrão Camy e a rede clandestina no Congo-Kinshasa. **DOSSIER "Caminhos da História"**- *Angolense* 20-27 de Março de 2004 e 03-10 de Abril de 2004. Disponível em: <https://www.tchiweka.org/o-esquadrao-camy-e-rede-clandestina> .

LE GOFF, J. Documento/Monumento. *In: História e Memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990. p. 535 – 550.

LIBERATO, E. 40 anos de independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, 2016.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *In: Pensamento feminista hoje perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MABEKO-TALI, J. Considerações sobre o despotismo colonial e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, nº 51, p.745-770, set/dez. 2013.

MACHEL, M. S. **A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo.** Maputo: Coleção Estudos e Orientações, nº 4, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/mulher.pdf>

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.* Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MALAQUIAS, F. C. **Heroínas da dignidade:** memórias de guerra, um invulgar testemunho de um feminicídio e da desmistificação da figura idólatra de Jonas Savimbi. Edição do Kindle. Editora: Nellcorp Publishing, 2020.

MAMA, A. Amina Mama: sobre feminismos africanos. Concedida à Elaine Salo. *In: Africana: aportaciones para la descolonización del feminismo.* Barcelona: Oozebap. Tradução disponível em: <https://www.buala.org/pt/cara-a-cara/amina-mama-sobre-feminismos-africanos>

MARZANO, A. B.; BITTENCOURT, M. Contestação e nacionalismo em Angola. *In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; LIMONCIC, Flávio. (Org.). A experiência nacional. Identidades e conceitos de nação na África, Ásia, Europa e nas Américas.* 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, v., p. 11-50.

MATA, I. Mulheres de África no espaço da escrita: a inscrição da mulher na sua diferença. *In: A MULHER EM ÁFRICA* Vozes de uma margem sempre presente. Org. Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha. Lisboa: Edições colibri. 2007. p.421 - 440.

MATEUS, D. C. **A luta pela independência:** A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC. Portugal: editorial inquérito. 1999.

MATEUS, D. C. Ana Inglês e Luzia Inglês. *In: Memórias do colonialismo e da guerra.* Alfragide: Edições Asa, 2006.

M'BOKOLO, Elikia. "O Triunfo da ideia colonial". *In: África Negra. História e Civilizações,* tomo II. Do Século XIX aos nossos dias. Salvador: EDUFBA, 2011.

MCCLINTOCK, A. "Adeus ao nacionalismo futuro". Nacionalismo, gênero e raça. *In: MCCLINTOCK, A. Couro imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial.* Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

MCFADDEN, P. Perspectivas feministas africanas de pós-colonialidade. **AbeÁfrica:** Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v.04, n.04, abril de 2020.

MEIJER G.; BIRMINGHAM D. O passado e o presente de Angola. *In: Da paz militar à justiça social? O processo de paz angolano.* Londres: Conciliation Resources, 2004.

MOORMAN, M. J. Intimating Nationalism: Gender in the MPLA's maquis. *In: PANTOJA, S.; BERGAMO, E. A.; SILVA, A. C. (org.). Angola e as Angolanas: memória, sociedade e cultura.* São Paulo: Intermeios, 2016. p. 186-203.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, nº. 94, 2017, pp. 1-18

MUELLER, R. M. Testimônio: história oral de mulher a Mulher. **Espaço Acadêmico**. Nº 130, 2012.

MULHERES DE ARMAS. Direção: Kamy Lara. Produção: Fradique e Kamy Lara. Angola: Associação Tchiweka de Documentação e Geração 80. Vídeo (12 min.), 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6XZAGQi5gks>

NASCIMENTO, W. S. Minha mãe me entregou nas mãos do professor para fazer de mim o que quisesse e pudesse”: memórias da educação escolar em Angola. *Revista HISTEDBR Online*, v. 55, p. 231-249, 2014.

NETO, M. B. **História e educação em Angola**: do colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA). Tese de doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2005.

NETO, M. C. Maria do Huambo: uma vida de indígena. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926 – 1961). **África**, [S. l.], n. 35, p. 119–127, 2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 7-28, jul./dez. 1993.

OYERÓNKE, O. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PADILHA, L. C. Do Silêncio à construção de uma memória feminina das guerras em África. **Guavira Letras**, n.18, jan- jul. 2014.

PAREDES, M. **Mulheres na Luta Armada em Angola: memória, cultura e emancipação**. Tese de Doutorado em Antropologia. Lisboa: ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa, 2014.

PAREDES, M. “Heroínas sem nome”. **África 21**, Luanda, v. 37, p. 88-89. 2010.

PAREDES, M. A História de Luta de Maria Henriqueta Miguel Pedro na FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola, **Cadernos de Estudos Africanos**, V. 43, 2022.

PAREDES, M. Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o Papel da Cultura na Política. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 20, p. 11-26, 2011.

PÉLISSIER, R. Parte Dois. In: **História de Angola**. Org. Douglas Wheeler e René Péliissier Lisboa: Tintas da China. 2009.p.231-319.

PENNA, J. C. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *In: História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2020, p. 297-350.

PEREIRA, J. M. N. Angola: Identidade Nacional e Africanidade. *In*: DOPCKE, W (org). **Crises e Reconstruções**. Brasília: Ed. L.G.E., 1998.

PEREIRA, L. N. N. Os Bakongos de Angola: a nacionalidade na fronteira. In: tese de doutorado: **Os Bakongos de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda**. 2004, 237p., São Paulo. Departamento de Antropologia – FFLCH/USP I. São Paulo, 2004.

PERROT, M. Escrever a história das mulheres. *In*: **Minha história das mulheres**. Tradutora: Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007. p.13-40.

PERROT, M. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação da editora UNESP, 1998.

PINTO, A. O. O colonialismo e a "coisificação" da mulher no cancionário de Luanda, na tradição oral angolana e na literatura colonial portuguesa. *In*: **A MULHER EM ÁFRICA** Vozes de uma margem sempre presente. Org. Inocência Mata e Laura Cavalcante Padilha. Lisboa: Edições colibri. 2007. p.35-50.

PRADO, P. M.A. O Livro da Paz da Mulher Angolana: heroínas sem nome - o estado da arte. In: NAZARENO, Elias.; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa; MARINHO, Thaís Alves. Anais do **III Fórum Goiano da Pós-Graduação em História & XVI Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/ PUC Goiás**. Goiânia: UFG e PUC Goiás, 2023.

PRADO, Patrícia M. A. do. Pepetela e a narrativa da nação angolana em a geração da utopia. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p. 229 - 244, mai - ago 2023.

RABELLO, R. B. Crônicas. *In*: **Entre textos e contextos: a poesia e a crônica de Ana Paula Tavares** - 2019. 250 p. Tese de doutorado (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RABELLO, Rosana Baú. Dya Kassembe e a representação das vozes de mulheres angolanas. **Caderno Seminal**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 27, 2017.

REIS, F. R. C. Olhar a face escondida da lua: uma reflexão em torno do papel da mulher na luta de libertação nacional. O caso do MPLA (1960-1965). **Muiraquitã**: Revista De Letras E Humanidades, nº11 v.1, 2023.

REVEL, J. Microanálise e construção do social. *In*: Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, D. **Diário de um exílio sem regresso**. Luanda: Editorial Nzila, 2003.

RODRIGUES, D. **Cartas da Langidila e outros documentos**. Luanda: Nzila, 2004.

RICOEUR, P. O testemunho. *In*: A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

RODRÍGUEZ, L. J. **Heroínas de Angola**. Edição Especial.2009.

SALGUEIRO, W. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). **Matraga** - Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Letras Da UERJ, 2012.

SANTOS R., ROQUE S.; MOURA T., Conexões perdidas: Representações de gênero, violência (armada) e segurança na Resolução 1325, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], V. 96, 2012.

SCHMIDT, S. P. A guerra segundo as mulheres: por uma visão feminista e pós-colonial dos relatos de guerra em Angola. **Crítica Cultural–Critic**, Palhoça, SC, v. 12, n. 2, p. 209-218, jul./dez. 2017.

SCHMIDT, S. P. Mulheres e memória da guerra nas crônicas de Ana Paula Tavares. **Mulemba**. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, pp. 14-23, jan/jul 2010.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradutora: Christine R. Dabat; Maria B. Ávila. 1989.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. Projeto História, **São Paulo**, nº. 16, 1998.

SECCO, C. L. T. As veias pulsantes da terra e da poesia. *In: Amargos como os frutos*: poesia reunida. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial moderno. *In: Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Tradução: JATOBA, D.; GONTIJO, D. – 1 ed – Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. São Paulo: **Projeto História**, v. 30, 2005.

SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. **Revista tempo e argumento**: Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3 – 20, jan. / jun. 2010.

SELIGMANN-SILVA, M. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, M. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Revista do mestrado em Letras da UFSM**, p. 9-37, jan/jun.1998.

SELIGMANN-SILVA, M. Introdução. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2020, p. 07 - 44

SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Revista Projeto História**, [S.l.], v. 30, dez. 2005.

SILVA, A. C. M. da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **NEARI em Revista**, v. 4, n. 5, 2018.

SILVA, D. A. S. **Na cobertura da retaguarda mulheres angolanas na luta anticolonial (1961-1974)**. 2021. 411p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SILVA, D. A. S. As mulheres angolanas no imaginário colonial português: uma breve análise histórica. **Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)**, V. 32 N° (2), 2023.

SILVA, D. A. S. Gênero e os feminismo(s) africano(s). **Revista Transversos**. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n°. 22, 2021.

SILVA, G. T. da. **Reflexões sobre a luta de libertação nacional. (outubro de 1971)**. Edição MPLA/DOP. Luanda: Tipografia Real, 1976.

SILVA, J. M. M. da. Introdução Angola uma breve narrativa histórica. *In: NGANGU: Vozes e olhares sobre a literatura angolana*. Rio de Janeiro: Pachamama, 2021.

SILVEIRA, A. A Baixa de Cassange: o prenúncio da luta armada. **Revista Porto**, v. 2, n. 3, p. 40-57, 25 out. 2013.

SILVEIRA, A. Muito os unia, tanto os separava: o encontro impossível entre o MPLA e a UPA: das fundações a guerrilha. *In* Ferreira, Ana S., Madeira, João & Casanellas, Pau (org.). **Violência política no século XX, um balanço**. Lisboa: Instituto de História Contemporânea.2017.

SOUZA, M. S. D. **Cabe o amor no relato da guerra?** Testemunhos femininos e o atlântico pós-colonial.2015. 325 p. Tese (doutorado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TAVARES, A. P. **A cabeça de Salomé**. Crônicas. Lisboa: Editorial caminho outras margens, 2004.

TAVARES, A. P. **Amargos como os frutos: poesia reunida**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In BOAHEN, A. Adu. (org). *História Geral da África VII: A África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo: Ática; Unesco, 2021, pp. 43-67.

VERGÉS, F. Um feminismo decolonial. Trad. de Dias, J.; CAMARGO, R. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VICENTE, N. B. **As mulheres da UPA/FNLA na luta de libertação nacional de Angola: a Associação da Mulher Angolana (AMA) entre a visibilidade e o silêncio (1961 - 1974)**. Tese de Doutorado em História Contemporânea. Universidade de Évora, 2025.

VIEITEZ-CERDEÑO, M. S. Gêneros, feminismos e culturas africanas: repensando os estudos africanos a partir da universidade. *In: Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras*. Salvador: EDUFBA, 2017.

VISENTINI, P.F. A revolução angolana. *In: As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. Direção da coleção Emília Viotti da Costa – São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2012.

WALBY, S. A mulher e a nação. *In: Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2000.

**APÊNDICE:**

<b>QUADRO EXPLICATIVO SOBRE O LIVRO DA PAZ DA MULHER ANGOLANA: AS HEROÍNAS SEM NOME</b>			
CAPA			
SUMÁRIO			
<p>Prefácio foi escrito por Eunice Inácio gestora do programa de paz e cidadania no Development Workshop - Angola</p> <p>“As histórias contidas neste livro refletem como a mulher foi afectada, nas diferentes áreas geográficas onde foram recolhidas. São uma evidência do clamor da mulher, face aos obstáculos de sua participação e acesso aos escalões de tomada de decisão. Exigem, ainda, mais educação para todos, acesso às oportunidades de negócios, respeito e tolerância abrangentes, etc” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 12).</p>			
Introdução foi escrita por Helena Zefanias (APN)			
<p><b>Epígrafe</b></p> <p>THENDÓ MUMBULE MU KIXIBO OBILUKA DIKOMA</p> <p>Cuide do Coconote e em tempo de cacimbo far-se-à palmeira</p> <p>As crianças serão os homens e mulheres de amanhã contando que hoje sejam bem cuidadas</p> <p><i>In</i> :“Colectânea de provérbios e contos” de Serafim Quintinto</p>			
<b>1.CANTAR A PAZ E A RECONCILIAÇÃO DE CABINDA AO CUNENE P. 19 - 20</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b></p> <p>A. M. S.</p> <p>Ana Maria da Silva Nzagi</p> <p>Idade: Não identificada</p> <p>- <b>Profissão:</b> Cantora / Guerrilheira</p> <p>Trabalho informal</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Rapto</p> <p>- Cuidado</p> <p>- Trabalho como guerrilheira</p> <p>- Identidade</p> <p>- Sarau: paz em meio a guerra</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Ana Maria da Silva Nzagi viajava a negócios quando foi raptada. Nzagi (2008), fazia o percurso de Luanda a Lunda suponho que uma distância de pouco mais de 1000 Km. Durante a guerra as mulheres defendiam direitos humanitários ao dar falsas informações para os superiores acerca da localização de outras</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>TRABALHO DE CUIDADO/ RECONHECIMENTO</b></p> <p>“Eu fazia viagens de Luanda para Lunda. Mas um dia foi raptada e levada para as matas e a partir daí para vários pontos deste país. Mudei de vida: de mulher de negócios para guerrilheira. Nesse tempo, compreendi quão preciosa é a mulher nos tempos de guerra, porque ela não perde o sentimento humanitário. O</p>

<p>Não quantifica. Filhos no plural</p> <p><b>Ed. Formal:</b></p> <p>- Não identificada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>- Dois relacionamentos desfeitos nos meandros da guerra</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz:</b> - Para Ana Maria a paz representa oportunidades. de formação musical, investimento nas condições de trabalho das cantoras anônimas</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Defende</b> - união e solidariedade entre as mulheres para lutar pela garantia do direito a educação.</p> <p><b>guerra civil</b> (definição a partir da entrevista que Nzagi concedeu a Paredes (2014))</p>	<p>- Condições desumanas</p> <p>- Gênero</p> <p>- Maternidade</p> <p>- Educação como reivindicação</p>	<p>tropas. A valorização da vida é um valor que a testemunha atribui à mulher. Deslocando por vários pontos do país, Nzagi mencionou a existência de momentos de paz em meio a guerra, os saraus eram momentos de alívio com música, recitação de poemas, danças e brincadeiras para as crianças. Foi neste espaço que Nzagi descobriu o poder de sua voz tornando-se cantora. Outra questão levantada foi a discriminação que as mulheres sofreram, durante a guerra elas eram vistas como importantes, “ninguém via que éramos mulheres”. O que modificou se no período de paz, “a guerra terminou os homens remetem-nos, de novo, ao silêncio das nossas cozinhas”. Nzagi também reivindicou “queremos usufruir de melhor educação, formação, informação, para melhor servir a família e a nação.”</p>	<p>nosso trabalho como guerreiras, incluía também os cuidados das crianças, dos feridos, produzir os alimentos, buscar água, cuidar do bem-estar da comunidade. Nas nossas deslocções para a lavra e para a busca de água ou lenha, também fazemos o trabalho de reconhecimento” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 19).</p> <p><b>DESIGUALDADE DE GÊNERO</b></p> <p>“Em tempos de guerra nós mulheres fomos importantes, os homens reconheciam o nosso valor. Por isso nos treinavam, vestiam a farda e davam arma, levavam-nos às frentes de combate. Nessa altura, ninguém via que éramos mulheres. Pena é que este mérito não seja reconhecido neste momento de paz. Muitas vezes os que comandam, aproveitam-se dos nossos feitos para enaltecer outros nomes. Mas agora que a guerra terminou os homens remetem-nos, de novo, ao silêncio das nossas cozinhas. Se no processo de guerra nós mostrámos a nossa valentia, porque é que hoje dificultam a nossa integração tanto na vida pública como na política?” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 20).</p> <p><b>INTEGRAÇÃO NA NAÇÃO</b></p> <p>“Há muitas cantoras talentosas vivendo no anonimato que, como eu, esperam melhores oportunidades, patrocínios, para cantarem a mensagem de paz de Kabinda ao Cunene. [...] Em Angola, as mulheres têm de ser mais unidas, mais solidárias, para combater a discriminação, defender melhor os seus direitos e lutar pelas mudanças. As mulheres não podem ser excluídas das oportunidades que a paz oferece. Queremos usufruir de melhor educação, formação, informação, para melhor servir a família e a Nação” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 20).</p>
<b>2.A PAZ É A ÚNICA COISA QUE É BOA P.21-22</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M.M. 80 anos</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p>	<p><b>RESUMO:</b> Em 1961 Maria Manue tinha 33 anos – A testemunha narrou o desejo de não lembrar o</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p>

<p>2008 - 80 = 1928</p> <p>(não foi guerrilheira)</p> <p>Maria Manue</p> <p><b>Profissão:</b> - Menciona trabalho forçado no período colonial. Não é mencionado se Maria Manue recebe reforma.</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Não quantifica. Filhos no plural</p> <p><b>Ed. Formal:</b> - Alfabetizada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> - Casada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz:</b> - Para Maria Manue “É a única coisa que é boa” - sossego</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Defende –</b></p> <p>Educação Formal – como caminho ao invés de reivindicação finaliza com um conselho.</p> <p>Testemunho aborda um período temporal longo desde a colonização a pós independência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colonialismo</li> <li>- Perdas</li> <li>- Desigualdade de gênero</li> <li>- Educação Formal – como caminho. Ao invés de reivindicação finaliza com um conselho é uma mais velha</li> <li>- Trabalho forçado</li> <li>- Deslocamento para fugir da guerra civil</li> </ul>	<p>sofrimento duradouro da população. Manue (2008), mencionou a guerra do kwata-kwata, a guerra de 1961, a guerra de 1975. Durante o colonialismo português tardio o trabalho forçado de mulheres capinando, lavrando, asphaltando estradas era pago com peixe e fubá em estado de putrefação. Por vezes além do trabalho braçal as mulheres eram obrigadas a “servir o branco e mesmo ser mulher dele só na cama”. Na guerra de 1961 Maria Manue perdeu amigos e familiares. Os assimilados vestiam se de mulher para fugir da guerra, este foi o caso do maquinista de comboio “senhor Andonho, meu marido, escapou com vida, graças a minhas saias” Em 1975 a guerra civil não atingiu Porto Amboim, houve uma superlotação na cidade com a imigração de pessoas vindas das províncias de Huíla, Benguela e Huambo. A casa de Maria Manue ficou cheia de filhos, netos e sobrinhos. Houve escassez de alimentos, a pesca foi um caminho para alimentar as famílias. Manue teve a perda dos filhos soldados mortos na guerra civil.</p>	<p><b>MULHERES E O TRABALHO FORÇADO</b></p> <p>“Eu aqui onde estou já vi muitas guerras: a guerra do kwata-kwata, era quando os sipaios agarravam os pretos para irem nas lavras do algodão dos colonos, capinar nas estradas, ou para ir ser servente, cozinheiro e a mulheres para servir o branco e mesmo ser mulher dele só na cama. A estrada asphaltada que vocês conhecem que liga Porto Amboim a Ngunza (kuanza Sul, Sumbe) foi feita com a participação forçada das mulheres. Nas roças de café na Gabela, aquelas pedras do caminho de ferro foi obra barata feita pelas mulheres, elas carregaram, cozinham, lavaram, regaram em troca de fubá tulha-munguluta (fubá de milho seco não tratado, moído muitas vezes com o seu “sapuru”, a espiga completa), peixe seco que cheirava nguano (carapau seco salgado não comercializável por estar em estado avançado de putrefacção, cheirando mal), e sardinha que também cheirava nguano. O nosso sofrimento dura muito tempo” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 21).</p> <p><b>CONSELHO</b></p> <p>“Eu até aprendi a ler, agora, na alfabetização, eu vos aconselho para vocês que estão a crescer, é estudar e trabalhar e não deixar mais outra guerra vir. A paz é a única coisa que é boa” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 22).</p>
<b>3. QUERO QUE AS MINHAS MÃOS TAMBÉM AJUDEM A CONSTRUIR ANGOLA P.23</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> J. 25 anos</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p>	<p><b>RESUMO:</b></p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p>

<p>2008 – 25 = 1983</p> <p>(não foi guerrilheira)</p> <p><b>Ed. Formal:</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Tem companheiro desempregado</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>- Auxiliar de limpeza hospitalar Trabalho formal</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> - Indefinido</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz:</b></p> <p>- Indaga a existência da paz, compreende os problemas sociais como outras formas de guerras.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Defende</b> segurança e educação. Denúncia ausência de políticas públicas como outra forma de guerra.</p> <p><b>Questões Sociais</b></p>	<p>Outras guerras;</p> <p>Denuncia a ausência de políticas públicas.</p>	<p>Juliana nasceu no contexto de guerra civil. A narrativa trata-se de uma percepção crítica de uma jovem que trabalha no setor de limpeza de um hospital. Juliana fez uma leitura de diferentes problemas sociais com os quais convive como outras formas de guerra.</p> <p>A falta de segurança, de transporte público, as más condições de moradia “lá na lixeira”, desemprego fomentado pela falta de qualificação. Evidenciou o desejo de poder estudar para tornar -se enfermeira ao invés de trabalhar na limpeza. Para Juliana, “o futuro se constrói com as mãos. Quero que as minhas mãos também ajudem a construir Angola”.</p> <p>Desafios do tempo presente: Crítica às formas de vida, carregadas de um profundo desejo de mudança social.</p>	<p><b>PAUTA DE SEGURANÇA SOCIAL</b></p> <p>“Eu ainda não sei explicar bem se a paz existe ou não. [...] Há falta de segurança no meu bairro, lá na lixeira. O caso é tão sério que por vezes me pergunto: paz é isto? Sofrer para comer, sofrer a trabalhar, sofrer até mesmo para descansar. [...] Se a paz é isto então não vejo, porque a guerra das armas acabou, mas outras guerras continuam. [...] Também é muito difícil encontrar emprego. Numa casa com muitas pessoas, por vezes só a mulher é que trabalha, como é o meu caso, porque os homens também têm pouco estudo, o que para mim é outra guerra mais.</p> <p>[...] Com a paz, gostava também de poder estudar. Se eu estudar posso até ser chamada de enfermeira. A minha colega Ema começou na analfabetização, hoje já sabe “dar pica”, já é enfermeira, mas era também da limpeza. O futuro se constrói com as mãos. Quero que as minhas mãos também ajudem a construir Angola” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 23).</p>
<p><b>4.ESTOU EM PAZ COMIGO MESMA P. 24</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. 65 anos</p> <p>Mimi</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Colonialismo</p> <p>- Tradição</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Alda Lara no poema <i>As belas meninas pardas</i> tem um verso que diz: “Sabem muito</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>INTERSEÇÃO DE OPRESSOES: GÊNERO E RAÇA</b></p> <p>“A minha maior guerra foi pela</p>

<p>2008 – 65 = 1943</p> <p>Em 1961 Mimi tinha 18 anos – Contexto de luta anticolonial.</p> <p>(não foi guerrilheira)</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Criada/ Costureira/ Funcionária reformada do Estado</p> <p>Trabalho informal e formal</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 5 filhos</p> <p><b>Ed. Formal:</b> Alfabetizada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Abandonada por 2 vezes</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz:</b></p> <p>Um bem supremo. O testemunho separa a paz coletivo e a individual</p> <p><b>Posicionamento:</b></p>	<p>- Educação Formal (falta de acesso)</p> <p>- Racismo</p> <p>-Maternidade solo</p> <p>-Mulher e o trabalho forçado</p> <p>- Valorização da resistência feminina</p>	<p>escolarmente/ Sabem pouco humanamente”. Experiência bem diversa é traçada na narrativa de vida de Mimi que traz a sabedoria forjada na vida, “Constrói a vida pela prática: a teoria vem depois.” Esta é uma narrativa pautada pelo sonho de menina aprender a ler e escrever. No período colonial, ter acesso à educação formal era privilégio de uma minoria. A autora asseverou ter passado por 17 anos de patroa em patroa. Começou aos 7 anos numa casa prestando serviços domésticos e cuidados a um recém-nascido em troca de estudos. A mãe de Mimi era lavadeira de um funcionário na administração o que possibilitou o acordo, porém nunca houve cumprimento das promessas por parte das patroas. Na última casa que trabalhou como criada viveu em Porto Amboim na província de Huambo e depois em Quilenda com a mesma família. Mimi tornou-se prisioneira, foi muito maltratada.</p> <p>Quilenda foi uma região profundamente afetada pela revolta de 15 de março e principalmente pela reação portuguesa. A relação afetiva com o primeiro companheiro foi uma forma de proteção, ela “como mulher de branco” não sofreu violência durante a guerra de 1961. Mas não tratou se um relacionamento com as cores do lusotropicalismo, posto que viveu um relacionamento marcado pelo racismo</p>	<p>realização do meu sonho: eu só queria aprender a ler e escrever. A tradição me negou essa oportunidade por ser mulher. O regime negou me por ser preta. [...] Fico muito triste quando vejo gente nova a desperdiçar as oportunidades que têm de estudar e formar-se, agora que estamos em paz. Eles não imaginam o sofrimento do povo angolano para a conquista desta liberdade.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 24).</p> <p><b>MAUS -TRATOS</b></p> <p>“Essa patroa dava falsas notícias à minha mãe dizendo que eu estava a estudar bem, estava gordinha e era inteligente. Ela mantinha-me prisioneira e não me deixava ver ninguém. No dia que pedi para ir ver os meus pais ela disse: já te sentes mulher, queres ir amigar. O teu pai já tem muitos filhos e não te pode sustentar. Vais para lá passar fome, fica, estás melhor aqui” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 24).</p> <p><b>EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS</b></p> <p>“Mais tarde aprendi a costurar e tornei-me costureira famosa, mesmo sem saber ler. Casei depois com um branco, que me abandonou por causa do racismo e me deixou uma filha mulata. Voltei a casar-me com um negro e tive mais quatro filhos. Este casamento também acabou, porque este marido preferiu trocar por uma prima. Vivi os terrores da guerra de 1961. Os colonos cortaram dois dedos das mãos e dois dos pés ao marido da tia Chica e lhe tiraram todas as roças. Eu, como mulher de branco, não sofri diretamente. Felizmente, em 1975 veio a paz. Vi muitos colonos abandonaram o que nos tinham arrancado à força, e a fugirem da própria consciência” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 25).</p> <p><b>SOBREVIVENTE</b></p> <p>“Finalmente, aprendi a ler e a escrever só os 40 anos. Fui funcionária do Estado e hoje sou reformada. Lutei muito para sobreviver e eduquei os cinco filhos sozinhos, transmitindo-lhes valores aprendidos na escola da vida[...]” (KASEMBE; CHIZIANE, 2008, p.</p>
--	---	---	---

<p><b>Defende:</b> educação, o testemunho vincula que o crescimento da nação passa pela abertura de oportunidades para as mulheres terem acesso a aprendizagem.</p>		<p>Supomos que provavelmente tenha sido filiada ao MPLA pois afirmou ter sido funcionária do Estado reformada.</p> <p>Mimi vincula o crescimento da nação a abertura de oportunidades para as mulheres terem acesso a aprendizagem</p> <p>(Testemunho integral foi inserido como anexo no final da dissertação)</p>	<p>25).</p> <p><b>DESIGUALDADE DE GÊNERO</b></p> <p>“Se a todas as mulheres fosse dada a oportunidade de aprender, quão grande seria a nação angolana! Por experiência, também aprendi, que a mulher é rija como o pau-preto, pau-ferro resiste a tudo, à violência, ao sofrimento. Mesmo sendo discriminada pelas leis e pelas tradições ela faz sobreviver gerações, porque é dura como diamante. Mulher é petróleo bruto. Refinada, dá muitos derivados. Mulher é livro fechado, enciclopédia. Aberto, revela mundos maravilhosos. Mulher é sabedoria” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 25).</p>
<b>5. PAZ É TER UM TRABALHO SEGURO PARA ALIMENTAR OS FILHOS P.27</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b></p> <p>testemunho coletivo das mulheres da salga de peixe</p> <p>(não foram guerrilheiras)</p> <p>1ª J</p> <p>Joana</p> <p>2ª M</p> <p>Maria</p> <p>3ª R M – 65 anos</p> <p>Rosa do Moxico</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Trabalho informal</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>3ª menciona ter filhos, mas não quantifica</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Trabalho</p> <p>- Maternidade</p> <p>- Vulnerabilidade Social</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>É uma narrativa de três mulheres abordando as vulnerabilidades compartilhadas no mercado de trabalho informal. Antes de trabalharem com a salga de peixes, eram agricultoras. Mas ficaram sem terras. Elas não têm um espaço próprio para trabalhar e garantir o sustento dos filhos, no período da entrevista viviam sob ameaça de serem despejadas, Rosa do Moxico afirmou</p> <p>“não sabemos para onde ir.” p. 28 A vulnerabilidade no trabalho é um dos desafios enfrentados no tempo presente, questões de ordem social. A guerra não faz parte deste relato de forma direta. Com a paz “já não morre ninguém.”</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>MATERNIDADE E TRABALHO INFORMAL</b></p> <p>“A paz veio sim, já não morre ninguém, mas nós ainda não temos a paz de cada dia. Paz significa ter um trabalho seguro para alimentar os filhos. Não ter que andar hoje aqui e amanhã ali, sempre a ser tirado porque cada lugar tem dono. Paz para nós é a mulher ser dona também” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 28).</p>

<p><b>Ed. Formal</b> Não é mencionado</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>1ª Joana casada</p> <p>3ª Rosa do Moxico casada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> ter um trabalho seguro para alimentar os filhos. Logo, as mulheres da salga de peixes não têm paz.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Defendem</b> acesso ao trabalho formal, e que as mulheres tenham acesso a propriedade.</p> <p><b>Questões Sociais</b></p>			
<b>6.O NOSSO MAIOR INIMIGO É A TEMPESTADE NO MAR ALTO P.29</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> L. 23 anos</p> <p>Lalé</p> <p>2008 - 23 = 1985 natural de Luanda</p> <p>(não foi guerrilheira)</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Pescadora / Vendedora de peixes, trabalho informal</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Violência doméstica</li> <li>- Maternidade</li> <li>- Trabalho</li> <li>-Educação Formal como necessidade</li> <li>- Desigualdade de gênero</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Lalé nasceu no contexto de guerra civil</p> <p>Lalé tem uma relação afetiva com o marido desestruturada por diversos tipos de agressões. Com o trabalho da salga e venda de peixes gesta os cuidados e sustento de toda a família, inclusive do marido que lhe vende o peixe. Na ilha de Mussulo (Luanda) conforme o relato de Lalé não há oportunidades</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>MATERNIDADE E TRABALHO</b></p> <p>“Sou pescadora, aprendi com meu marido a pescar. Sou até boa pescadora. Isso de que as mulheres não podem ir ao mar é falso! A pesca é boa. Dá rendimento! [...] Por causa das crianças, poucas vezes vou à pesca e optei pelo negócio de venda de peixes. Compro o peixe ao meu marido, escalo e seco. Depois espero pelos clientes que me compram o peixe à porta de casa. [...] Com os lucros que ganho compro os alimentos e todo o sustento da família. Compro também o material escolar, os livros, as batas, o calçado</p>

<p>Não quantifica. Filhos no plural</p> <p><b>Ed. Formal</b> Analfabeta</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Viver em paz com o marido, sem violência e macas. Paz social</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Defende</b> a construção de escola e abastecimento de energia elétrica</p> <p>Viveu período de guerra civil, porém a guerra não chegou na ilha do Mussulo.</p>		<p>para as crianças e jovens. Quando a jovem senhora concedeu a entrevista não havia escolas.</p>	<p>e roupas para todos “(Kasembe; Chiziane, 2008, p. 29-30).</p> <p><b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b></p> <p>“Nesta Ilha houve sempre muita paz. Aqui não chegou à guerra, este lugar é pacífico. Mas temos as nossas guerras. [...] Poderia até dizer que estou no paraíso, mas o meu marido é que me tira paz. Apesar do trabalho que faço, ele continua a dizer que eu não faço nada, só ele é que trabalha, só porque traz o peixe do mar, que ainda por cima me vende, e gasta o dinheiro dele, por aí em coisas que ninguém sabe. Mas então vou fazer mais como? Ele me violenta. Se não encontra comida feita, banho preparado quando chega do mar é “maca”. Muitas vezes me bate. É um ingrato. Até parece que o valor da mulher é só de nascer os filhos. Apesar destas falhas nos esforçamos por sermos felizes. Há dias que ele até é bom marido. Só às vezes” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 28).</p>
--	--	---	--

#### 7.A TERRA ESTÁ EM PAZ MAS EU NÃO P.32

<p><b>IDENTIFICAÇÃO: I.</b> 30 anos</p> <p>2008 – 30 =1978</p> <p>Irondina</p> <p>Não é militar</p> <p>Irondina nasceu no contexto de guerra civil – Incoerência temporal no livro, informação pode estar incorreta. Ela não poderia ter 30 anos se era criança em 1961.</p> <p><b>Profissão:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Colonialismo</p> <p>- Trabalho forçado</p> <p>-Movimento de mulheres</p> <p>- Morte de familiares em guerra</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>A delimitação temporal em uma pesquisa facilita a compreensão do mundo social contextualizado na representação historiográfica. Mas isto não significa perceber que os marcos temporais fixem definitivamente a interpretação de práticas sociais vivenciadas no passado. Os modos de vida e costumes da sociedade colonial não desapareceram de vez com a declaração da independência em 11 de novembro de 1975. Do</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>TRABALHO FORÇADO</b></p> <p>“Em 1961, eu era ainda criança quando minha mãe e meu pai foram para a mata fugindo a tropa tuga (tropa portuguesa), eu fiquei com a minha avó e meu avô. Alguns anos depois meu avô morreu. Ele sofreu muito por minha causa, porque a tropa tuga dizia que eu era filha dos turras (terroristas) por lhe acharem cúmplice. Davam-lhe muita porrada, trabalho forçado nas lavras, muito cedo tinham que pegar as enxadas</p>
---	---	---	---

<p>Sem trabalho formal remunerado declarado. Ela relatou ser pensionista pela morte do marido</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>3</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Viúva</p> <p>Autoridade coletiva – participa de Movimento de Mulheres supõe se que seja a OMA.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Consolidada como fim da guerra.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Expectativa</b> de ser ouvida e ter os documentos pessoais</p> <p>Afirmou ter vivenciado a guerra de 1961, a guerra civil de 1975</p>		<p>mesmo modo que as guerras vividas em Angola não impactaram os indivíduos do mesmo modo, nem eclodiu em todas as regiões.</p> <p>Dito isto, Irondina</p> <p>teve uma trajetória perpassada pelo sentimento de desamparo. É o retrato de vidas atravessadas pelo colonialismo português tardio e por guerras. Os pais fugiram para a mata, cresceu em meio às práticas de trabalho forçado. Teve perdas pais morreram na guerrilha. Com a morte dos avós passou a viver na rua, casou-se com um socorrista na tropa, ficou viúva sem documentos pessoais. O único alento para cuidar dos 3 filhos é o recebimento de uma pequena quantia financeira e moradia na casa dos antigos combatentes. O que demonstra alinhamento político ao MPLA. Irondina tem esperança que a vida possa melhorar ao ter em mãos os seus documentos pessoais, expectativa de acesso à cidadania.</p>	<p>para ir para o trabalho” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 32).</p> <p><b>MOVIMENTO DE MULHERES</b></p> <p>“Na guerra de 75, minha mãe voltou para a mata e foi morta. Ela foi uma grande guerreira, por isso eu digo que pela mesma causa eu hei de morrer. Fui do movimento da juventude, agora sou do movimento das mulheres, onde morreu minha mãe também vou morrer.” (KASEMBE; CHIZIANE, 2008, p. 32).</p> <p><b>EXPECTATIVA DE TER ACESSO A DOCUMENTOS PESSOAIS</b></p> <p>“A paz veio para todos, tenho fé que um dia vamos ser ouvidos e teremos os nossos documentos” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 33).</p>
<b>8.MUITO OBRIGADA A PAZ P.34</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> B. M. 60 anos</p> <p>Benita Mbandi assume-se como antigo combatentes/ Reformada?</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Logística de material: transporte da Zâmbia para as províncias angolanas</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O testemunho da ex-guerrilheira Benita Mbandi discorre sobre um dos papéis da mulher durante a luta de libertação nacional contra o português – a logística de material – transporte. Na Zâmbia é mais uma mulher de armas nas mãos. Apontou no relato as condições precárias de vida na mata com fome e sede. Orgulho de ter usado farda passou a</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>GUERRILHA E MATERNIDADE</b></p> <p>“A gente somos antigos combatentes a gente fez guerra com os portugueses. Você mulher ir sozinha na mata, lutar contra o português, ninguém te mandou. Você só querer acabar vingança de português contra a nossa terra. Mulher na mata a combater, nós eramos muitas. A gente lutou mesmo ao lado do homem, nós viu, às vezes a mulher tem mais coragem que homem.</p>

<p><b>Profissão:</b> Indefinido</p> <p><b>Qt. De filhos:</b>  Supõe se seja mãe</p> <p><b>Ed. Formal</b> Analfabeta</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b>  Solitária. Objeção abandono e violência</p> <p><b>Sem Autoridade coletiva:</b> ela está integrada na vida pública num grupo de bordado. Mas não tem poder de decisão.</p> <p><b>O significado da paz</b>  Ressignifica a paz como acesso a alimentação, água e roupas. Gratidão.</p> <p><b>Posicionamento:</b>  <b>Defende</b> a melhoria de condições de vida das mulheres via ocupação de cargos políticos.</p> <p>2008 – 60 = 1948</p>	<p>- Violência doméstica</p> <p>- Eleições Políticas</p>	<p>combater na vida depois da guerra para enfrentar as discriminações. Uma questão aberta pelo testemunho é que no contexto de guerra foi possível esquecer que era mulher. Neste período as mulheres de farda sentiam-se reconhecidas. Essa questão modificou-se no período pós independência. Para além disso, sinaliza a naturalização da mulher num lugar subalterno na sociedade. O que este testemunho tem de diferente é o fato de com a independência em 1975, Benita Mbandi saiu das matas. Não lutou durante a guerra civil. No momento em que concedeu a entrevista entendia as eleições políticas como outra frente de combate.</p> <p>(Testemunho integral em anexo no final da dissertação)</p>	<p>Quando os prortuguês ficar zangado, o homem mesmo te foge, te abandona: e você tens que se defender, mesmo com tua arma, com filho nas costas e o outro agarrado na calça da tua farda (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 34-35).</p> <p><b>OBJEÇÃO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b></p> <p>Agora que a paz chegou marido quer te bater? Quer te mandar parece tua mãe que te nasceu ou mesmo teu dono que te comprou? Eu B M vou dizer a verdade, esta paz também veio para as mulheres. Nós lutou, até prortuguês fugir, lutou até guerra acabar, por isso eu vou cantar...(cantava). Eu usava farda sim; as outras também. Era a nossa roupa. <i>Ali você esquece mesmo que é mulher</i>” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.35, grifo nosso).</p> <p><b>ELEIÇÕES POLITICAS</b></p> <p>“Esperar homem para te dar lugar? Pruquê (porquê), se na mata às vez te fugia, com arma, com criança, com população? Não é preciso ter medo, nada. Estou a combater na vida agora mesmo. Tudo é lutar, mas não é como na mata. Agora é fácil. Se eu era Juventude? Ah, ia candidatar mesmo. Vir outras mulheres para me voltar bem mesmo. Eleições é nova frente de luta, para a mulher ganhar e ficar bem. Temos que participar!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 35).</p>
--	--	---	---

<p>Em 1961 tinha 13 anos</p> <p>– Contexto de luta anticolonial</p>			
<b>9.AGORA COM A PAZ FICAMOS COMO? P.36</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> Avó 85 anos</p> <p>Avó Mingas do Mussulo</p> <p><b>Profissão:</b> Limpeza de peixes/trabalho informal</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 6</p> <p><b>Ed. Formal</b> Analfabeta</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Teve 2 relacionamentos</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> A avó não ressignifica a paz no texto.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Reivindica</b> acesso a políticas de educação e saúde no Mussulo.</p> <p><b>Questões Sociais</b> 2008 – 85 = 1923</p> <p>Em 1961 avó tinha 38 anos – Contexto de luta anticolonial</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Colonialismo</p> <p>- Atividade pesqueira: divisão entre raça e gênero</p> <p>- Reivindicação posto de saúde e escola.</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>A avó nasceu e viveu na ilha de Mussulo. A pesca era atividade desenvolvida pela família no período colonial, o pai ia no barco do colono ao mar pescar, as mulheres arrumavam os peixes e o branco vendia fora. A família continuou na atividade de pesca. O primeiro e segundo marido eram brancos. Teve uma filha do segundo. Com um angolano teve mais 4 filhos.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>ATIVIDADE PESQUEIRA</b></p> <p>“Nós aqui vivemos da pesca. Antigamente, os brancos tinham as canoas, os pretos iam no alto mar pescar e nós as mulheres ficávamos à espera deles. Quando eles chegassem, nós é que fazíamos o tratamento do peixe: escalar, salgar, secar e arrumar era connosco. Comecei nesse trabalho miúda, eu ajudava a minha mãe. Era assim aqui na ilha. O meu pai ia pescar e quando vinha com o peixe os brancos pagavam os pescadores, e as mulheres ocupavam-se do peixe, depois os brancos faziam a venda fora da ilha” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 36).</p> <p><b>POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO E SAÚDE</b></p> <p>“Eu não estudei, falo mesmo a verdade, aqui na ilha as pessoas preferiam ir à praia e pescar. Quando se olha para esta beleza toda, a vontade é só mesmo viver. [...] Bonita como eu era todos os homens que vinham aqui na ilha me queriam. Davam-me vinho. [...] A gente também sabemos que as coisas mudaram e que a escola é muito importante. Nascemos aqui, crescemos aqui, não nos deram pelo menos um posto médico, e não construíram mais nenhuma escola... Então assim ficamos como? Eu estou muito velha, a minha filha também. Assim, fica como então?” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 36-37).</p>
<b>10.A PAZ DEVOLVEU-ME A FAMÍLIA E O LAR QUE TINHA PERDIDO P.38</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> H. D. 26 anos</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p>	<p><b>RESUMO:</b></p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p>

<p>2008 – 26 = 1982</p> <p>H. D.</p> <p>Hassane Dendo Kupenala</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Indefinido</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>Não tinha</p> <p><b>Ed. Formal</b> Teve acesso a instrução</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Indefinido. Parece que não tem companheiro</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>A paz representa ter uma vida com a tranquilidade outrora perdida, o reencontro com familiares e a oportunidade de estudar, crescer para auxiliar o país a se desenvolve.</p> <p>contexto de guerra civil</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Defende</b> que a guerra nunca retorne</p> <p><b>guerra civil</b></p>	<p>- Rapto (4 crianças e 2 tias)</p> <p>- Memória traumática</p> <p>- prisioneir@s em contexto de guerra</p>	<p>O título deste testemunho suaviza a situação, o teor do relato é outro, o lar perdido nunca foi refeito, os pais morreram sem reencontrar os filhos. A entrevistada foi raptada por combatentes da UNITA aos três anos junto com os 3 irmãos e 2 tias. Viveram na mata, posteriormente ficaram num internato até aos 14 anos.</p> <p>A fala da personagem faz alusão ao discurso de reconstrução nacional por meio da educação. É a narrativa de uma memória traumática que evoca a necessidade de esquecer o sofrimento vivenciado durante o período da guerra civil.</p>	<p><b>MODOS DE VIVER EM CATIVEIRO</b></p> <p>“Em 1998, quando as tropas do governo tomaram o Andulo e o Bailundo, fomos parar nas matas do Moxico. Lá sofremos muito por causa da guerra, da fome e sede, a área era muito deserta e muita gente morreu... Depois houve os acordos de paz. Voltei, mas já não encontrei os meus pais com vida” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 37).</p> <p><b>RECONSTRUÇÃO NACIONAL</b></p> <p>“Encontrei uma parte da minha família que tinha perdido, graças a essa paz que vivemos agora, e trouxe-me de volta a tranquilidade que não tinha, e estou a formar-me para contribuir para a reconstrução do país. Apesar de todo sofrimento a vida continua” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 37).</p> <p><b>MEMÓRIA TRAUMÁTICA</b></p> <p>“Eu faço tudo de tudo para esquecer todo o sofrimento que passei, as longas caminhadas a pé, pelas matas fora, a ansiedade e o desespero. A paz é uma coisa boa. Com ela consegui retomar os meus estudos. Estou a formar-me para ajudar Angola a se desenvolver. Estou feliz por saber que nunca mais vou marchar naquelas matas, por destinos desconhecidos; nunca mais vou ouvir estrondos de bombas nem de granadas. Nunca mais ver gente morta ao relento. Nunca mais vou ficar longe da minha família, nunca mais...” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 37).</p>
<p>RONDA</p> <p>Na dança dos dias meus dedos bailaram...</p> <p>Na dança dos dias meus dedos contaram contaram, bailando cantigas sombrias...</p>			

Na dança dos dias  
meus dedos cansaram...

Na dança dos meses  
meus olhos choraram  
Na dança dos meses  
meus olhos secaram  
secaram, chorando  
por ti, quantas vezes!

Na dança dos meses  
meus olhos cansaram...  
Na dança do tempo,  
quem não se cansou?!

Oh! dança dos dias  
oh! dança dos meses  
oh! dança do tempo  
no tempo voando...

Dizei-me, dizei-me,  
até quando? até quando?

In: poemas de Alda Lara

#### 11.AS ELEIÇÕES SÃO UM PRODUTO DA PAZ P. 41

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	
<p>M. B. 45 anos</p> <p>2008 - 45 = 1963</p> <p>Maria Bernardes</p> <p>Guerrilheira</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Coordenadora de um Grupo de Liderança Feminina a nível de sua província</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>6</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Formação em comunicação</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Indefinido</p>	<p>- Perca de familiares</p> <p>- Vida militar</p> <p>-Liderança feminina</p> <p>- Desigualdade de gênero</p> <p>- Política</p>	<p>Maria Bernardes alistou ainda jovem no serviço militar devido o sentimento de raiva, reação por ver o assassinato do pai e familiares e não ter como impedir. Foi laureada com o curso de comunicação em reconhecimento de sua competência em combate. No período de paz atua estimulando as mulheres camponesas a exercer a liderança. Fez uso de argumento religioso, da Bíblia para mobilizar as mulheres a participarem na liderança na vida pública.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>PRÁTICAS DE CUIDADO</b></p> <p>“Como militar e mulher dediquei-me, também, a apaziguar conflitos, a proteger as crianças, jovens e mesmo alguns militares da parte oposta que estivessem em dificuldades ou fossem feitos prisioneiros...</p> <p><b>DESIGUALDADE DE GÊNERO</b></p> <p>Nós, as mulheres, apesar de termos participado na guerra pela libertação de Angola, ainda não temos o devido reconhecimento. Enquanto a guerra existia nós éramos úteis e nos tratavam como iguais, mas agora que a guerra terminou, dificilmente somos chamadas a exercer qualquer cargo de direção, ao lado dos homens. Só agora coordenadora do Grupo de Liderança Feminina (G L I F) a nível da minha província. Trabalho com as mulheres do meio rural, sensibilizando-as para a</p>

<p><b>Autoridade coletiva:</b> exerce papel de liderança no GLIF e religiosa.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Ressignifica a paz ao associá-la ao papel da democracia, paz é poder participar da tomada de decisão.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Orienta:</b> aponta o caminho da política, as mulheres devem lutar por seu espaço na nação, elegendo e sendo eleitas para os cargos públicos.</p> <p>Luta armada de libertação nacional</p>			<p>importância da participação da mulher na liderança. Sensibilizo as camponesas, uma vez que são quase sempre esquecidas, mostrando-lhes que as eleições são produtos da paz que as mulheres devem assumir.</p> <p><b>ORIENTAÇÃO POLÍTICA</b></p> <p>Mesmo nas minhas pregações do evangelho, digo-lhes que elas se devem candidatar aos cargos de poder em todos os níveis, sem medo, porque mesmo a Bíblia confirma que as mulheres foram as primeiras pessoas a visitar o túmulo do Cristo, e as primeiras a apregar a boa nova de que Jesus já tinha ressuscitado, por isso hoje são chamadas a erguer bem alto a bandeira da paz. Com a democracia que se vive em Angola as mulheres devem lutar pelo seu espaço. Devem eleger e serem eleitas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 41).</p>
---	--	--	---

**12. PAZ É VER AS CRIANÇAS BEM, SEM ESTA POBREZA QUE NOS CASTIGA P.43**

<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. F. 51 anos</p> <p>2008 - 51 = 1957</p> <p>Não foi guerrilheira</p> <p>Marcela Filipe</p> <p><b>Profissão:</b> Zungueira/ trabalho informal</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>5</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva.</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>-Mulher mutilada</p> <p>- órfã</p> <p>- Maternidade</p> <p>- Abandono institucional</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Uma mulher que viveu muitas perdas, morte dos pais no contexto de guerra. Ficou mutilada devido à explosão de uma mina. Marcela Filipe em sua fala demonstra a dificuldade de ser integrada como deficiente de guerra na sociedade. Uma fala que reivindica respeito pelas pessoas mutiladas, espaço para trabalhar. Direito à propriedade. Tem o sonho que os filhos prosperem para poderem ajudá-la</p> <p>Obs: Na página 124 no relato de outra mulher ela fala só mutilada ao invés de mulher mutilada. Na obra mesmo confirma o posicionamento de</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>ÓRFÃ</b></p> <p>“é por causa da guerra que primeiro o meu pai morreu na tropa e depois a minha mãe; naquele tempo de fugir lhe apanharam para transportar as coisas que eles roubaram, mas ela não aguentava e lhe deram um tiro. Fiquei órfã (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 43).</p> <p><b>MUTILAÇÃO</b></p> <p>A outra coisa que me dói é a mina que me tirou a perna. Acionei uma mina no quintal da minha própria casa” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 43).</p> <p>“Mulher mutilada, parece que perde o nome de mulher, fica só mutilada. Ainda não vi mulher mutilada como professora, deputada, director ou o quê...A vida dela é o mercado, a lavra, a desenrascar... Ensino os</p>
---	---	---	--

<p>Ressignifica a paz ao associa lá as questões econômicas para melhoria das condições de vida.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Reivindica</b> Acesso a hospitais e escolas</p> <p>Em 1961 Marcela tinha 4 anos – Contexto de luta anticolonial</p>		<p>revolta de ter deixado de ser tratada como mulher para ficar só mutilada.</p>	<p>meus filhos os bons comportamentos para não roubar, não pegar na armas nem nas drogas, ensino que é bom estudar, trabalhar com sinceridade ainda que é para ficar no mercado vender mas é teu, é limpo e assim um dia Deus ajuda e consegue viver bem mesmo” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 44).</p>
<b>13.PARTICIPOU NA CONSTRUÇÃO DA PAZ COMO LAVADEIRA</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. I. 57 anos 4 filhos</p> <p>2008 - 57 = 1951</p> <p>Maria Imaculada Kaley</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Guerrilheira/ militar/ lavadeira</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>4</p> <p><b>Ed. Formal</b> Analfabeta</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>2 relacionamentos .</p> <p><b>Sem autoridade coletiva.</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>A paz tem sentido de práticas de cuidado por via do trabalho.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Rapto dos pais</p> <p>- Separação da família</p> <p>- Retornados</p> <p>-Educação como necessidade</p> <p>- Vida militar</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O testemunho de Maria Imaculada Kaley dialoga profundamente com a história do país. As relações familiares foram atravessadas pela história. Com um branco português teve dois filhos, com a independência de Angola em 1975 ele teve que retornar a Portugal e levou consigo o filho. Ela ficou com a filha. Em 1977 ingressou na vida militar na região de Huambo. Teve os pais raptados, a posteriori a mãe foi assassinada. Envolveu-se num segundo relacionamento afetivo e com este marido teve dois filhos. Devido a gravidez foi obrigada a afastar-se da tropa. Como não teve oportunidade de estudar, tornou-se lavadeira. Em sua narrativa construiu uma argumentação para valorizar o seu trabalho de lavar roupas. Porém, tem a expectativa de receber pensão militar.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>ANSEIO POR ACESSO À EDUCAÇÃO</b></p> <p>“Com a paz chegou a altura de fazermos tudo que não fizemos por causa da guerra. Eu vou aprender a ler e a escrever para poder escrever cartas aos meus filhos que estão em Portugal e em Luanda. Não tive oportunidade de estudar e muito cedo comecei com os trabalhos domésticos e aprendi a lidar com a casa. [...] Apesar de estar contente com o meu trabalho, o rendimento não compensa. Espero receber a pensão militar para sair desta miséria em que me encontro, afinal o estudo faz muita falta.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 45).</p> <p><b>PRÁTICAS DE CUIDADO</b></p> <p>“Participo na construção da paz como lavadeira. Acho que o meu trabalho é importante. Cuido da higiene das pessoas.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 45).</p>

<p><b>Defende</b> o trabalho como instrumento para a construção da paz.</p> <p>Em 1961 Maria tinha 10 anos – Contexto de luta anticolonial e <b>guerra civil</b></p>			
<b>14.MEU FILHO TORNOU SE MARGINAL POR CAUSA DA GUERRA P.46</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> L. 47 anos natural do Lobito</p> <p>2008 - 47 = 1961</p> <p>Laurinda do Lobito</p> <p><b>Profissão:</b> Zungueira/ trabalho informal</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 11</p> <p><b>Ed. Formal</b> Alfabetização</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> Simboliza esperança de com acesso à educação obter uma oportunidade de trabalho formal no governo.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Culpa:</b> Laurinda do Lobito colocou a responsabilidade pela pobreza do marido e o fato do filho ter tornado marginal na Guerra</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Marginal</li> <li>- Desigualdade social</li> <li>- Fome</li> <li>- Dívidas</li> <li>- Educação</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>É um testemunho que versa sobre a luta por sobrevivência para não passar fome, de uma mulher que cuida dos filhos sozinha, o marido guerrilheiro estava lutando no Huambo. Laurinda do Lobito teve 11 filhos. Perdeu 3 devido à fome no período de guerra, “não havia alimentação.” Ficaram 7 filhas e 1 filho, duas se casaram e foram viver em Luanda. O filho foi viver com uma das irmãs casadas em Luanda e passou a roubar. Acabou expulso de casa. Laurinda do Lobito recebeu o marido gravemente ferido no Lobito. Assumiu a gestão financeira do lar vendendo coisas no mercado. Mas não era suficiente para alimentar todos, passou a fazer dívidas. Como não tinha como pagar mudou-se</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>GUERRA</b></p> <p>“Felizmente, as minhas duas filhas já estão com seus maridos em Luanda. Mas o meu grande desgosto é ver o meu único filho homem transformado em marginal. Ele não quer estudar. Saiu daqui para ir viver em Luanda com uma das irmãs. Começou a roubar e por isso foi expulso de casa. Sei que o meu filho anda assim, por falta de amparo. O pai foi empobrecido pela guerra, e não lhe pode dar uma vida melhor. E eu, com este trabalho só consigo o necessário para comer. Em Luanda, ele assiste todo aquele luxo, ele é jovem, sonha ter também alguma coisa boa para ele e acha que a melhor maneira é tirar do outro” (KASEMBE; CHIZIANE, 2008, p. 46).</p> <p><b>ALFABETIZAÇÃO</b></p> <p>“Com a paz eu estou a estudar mesmo para poder arranjar trabalho no governo. Por isso estou a estudar. Quando saio daqui da praça 19 horas, vou às aulas de alfabetização.” (KASEMBE; CHIZIANE, 2008, p. 47).</p>

<p>Nasceu em 1961 – Contexto de luta anticolonial</p>			
<b>15.COM A MOAGEM, HAVERÁ MAIS TEMPO PARA A ALFABETIZAÇÃO P.48</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> V. G. 62 anos 9 filhos</p> <p>2008 - 62 = 1946</p> <p>Vitória da Graça</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Ex- guerrilheira/ camponesa</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>9</p> <p><b>Ed. Formal</b> Iltrada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Indefinido</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b></p> <p>Assume se como membro da Associação. Pensa a partir das questões coletivas reivindica energia elétrica, água potável e moagem como formas de melhorias para o desenvolvimento comunitário.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>A paz trouxe melhorias para o quimbo, mas insuficiente para contemplar as mulheres com acesso a recursos para sobrar tempo para o autocuidado.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Deslocamento para as matas</p> <p>- Associação dos Camponeses 11 de Novembro de Kapunde</p> <p>- Trabalho X Alfabetização</p> <p>- Desenvolvimento comunitário</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O título não aponta o teor do testemunho sobre a dificuldade em promover a mulher e incentivar sua participação na vida política e pública. A reivindicação de uma moagem dá a impressão de ser um bem já conquistado. Vitória da Graça contou que participou do movimento de libertação em 61, momento de deslocamento para as matas para garantir a sobrevivência.</p> <p>Na guerra civil Vitória da Graça, a mudou de posicionamento e não ingressou na vida militar, fugiu para as matas e lutou para sobreviver junto com os seus a guerra.</p> <p>No contexto em que a narrativa foi produzida, o que era relevante para Vitória da Graça era fazer parte da Associação dos Camponeses do 11 de Novembro de Kapunde. O associativismo é uma resposta coletiva às demandas sociais.</p> <p>Apontou ainda as adversidades vividas pelas mulheres camponesas no trabalho manual na lavoura.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>DESLOCAMENTOS</b></p> <p>“As pessoas iam para as matas fugindo dos portugueses. Quando a nova guerra começou, durante o período, de guerra, várias vezes tive que fugir de casa com os filhos às costas, arrastando toda a família, como faziam todas as mulheres da minha zona” (KASEMBE; CHIZIANE, 2008, p. 48).</p> <p><b>TRABALHO X ALFABETIZAÇÃO</b></p> <p>“As mulheres gastam mais tempo mesmo é nas pedras, a preparar fubá, não sobra tempo para nada. Quando são convidadas a participar em reuniões onde se debatem assuntos da comunidade e da própria mulher dificilmente elas aparecem estão muito ocupadas com a paz a vida da população do quimbo melhorou mas a participação da mulher no desenvolvimento poderia ser melhor se fosse instalada em primeiro lugar uma moagem fonte de água potável e eletricidade isso iria aliviar carga de trabalho e As mulheres teriam algum tempo livre mesmo agora vai ser difícil participar na educação física para as eleições que se aproximam por causa do trabalho dificilmente poderão participar em atividades para sua promoção própria para sua para a sua própria promoção e nem conseguiram participar na vida pública e política”</p> <p>(Kasembe; Chiziane, 2008, p. 49).</p>

<p><b>Defende</b> a obtenção de um moinho como horizonte de expectativa que facilite as mulheres gastarem menos tempo moendo milho para fazer o fubá, e possa estudar.</p> <p>Em 1961 tinha 15 anos – Contexto de luta anticolonial</p>			
<p>DA BARRIGA DE UMA MULHER É COMO NUMA LAVRA SAI BOA COLHEITA E ÀS VEZES MÁ COLHEITA</p> <p>Isto para dizer que os filhos da mesma mãe não são iguais; Isto conduz-nos a tolerância.</p>			
<p><b>16. CHORO DE BEBÊ QUE NASCE É UM GRITO DE PAZ! P.53</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> A. C. 65 anos, natural de Quilenda</p> <p>2008 - 65 = 1943</p> <p>Angelina Caetano</p> <p><b>Profissão:</b> Parteira e camponesa</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Não quantifica. Filhos no plural</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Marido (soba)</p> <p><b>Autoridade coletiva:</b> está integrada na vida da comunidade. Ela como mulher do soba escolheu as mulheres que fariam o curso para parteira comunitária.</p> <p><b>O significado da paz</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Parteira tradicional</li> <li>- Retornados</li> <li>- Rapto do filho</li> <li>- Aids</li> <li>- Cangila (nenês nascidos no tempo de guerra)</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O testemunho de Angelina Caetano apontou que no período colonial não se podia vender a capuca de banana era proibido, mencionou ainda um cotidiano de violência com as rugas nos bairros, o trabalho forçado nas fazendas.</p> <p>E a narrativa de uma mulher dinâmica, Angelina Caetano, além de cuidar da sua lavra e da família. Ajudou as parturientes a darem à luz, para tal por vezes teve que abandonar o marido no momento de intimidade para socorrer as mulheres do quimbo.</p> <p>Durante a guerra, Angelita viveu a experiência de ser separada do filho. Essa experiência de angústia foi comum para muitas famílias sem ter notícias</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>RETORNADOS</b></p> <p>“Em 1975, os brancos queimaram e massacraram aqui, na hora de irem embora. Fugimos para as roças, para as fazendas, para os capins. Passamos 3 dias fora de casas. Quando voltámos, encontrámos o bairro cheio de mortos e passámos 5 dias a fazer os enterros. Morreram famílias inteiras. Por vezes descobríamos os mortos pelo cheiro, e lá íamos enterrar. A situação melhorou, até que veio o 11 de Novembro” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 53).</p> <p><b>SEPARAÇÃO DE FAMILIARES</b></p> <p>“A mulher traz filho na barriga, vem um homem qualquer com arma e mata. É só dor. Só calar. Só chorar. Vou perguntar a quem? Até o meu filho que nasceu deste meu ventre, foi raptado. Falou-se muito da sua morte e o meu coração ficou de luto. Mas ninguém sabia a verdade, era só falas. Agora que a guerra acabou, ele escreveu e diz que está no Congo, já é casado e tem já dois filhos. A menina tem o meu nome. Não sei se</p>

<p>“Para mim, paz, significa ajudar Angola a parir os seus filhos num ambiente de tranquilidade. Paz significa dar a luz, crianças com saúde, livres de ameaças de guerra. É bonito ouvir um bebê a soltar o primeiro grito, como feliz cidadão do futuro.”</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Defende</b> que as parteiras tenham acesso a luvas e materiais descartáveis para fazer os partos, devido a SIDA</p>		<p>de seus familiares, saber se estão vivos ou mortos.</p> <p>Apontou preocupação em fazer os partos sem material adequado devido a AIDS.</p>	<p>é verdade!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 55).</p>
---	--	---	--

**17. PAZ É PRECISO TAMBÉM ORGANIZAR, SENÃO FICA CONFUSÃO P.56**

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>Z. P. 76 anos</p> <p>2008 – 76 = 1932</p> <p>Zélia Pedro</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Camponesa</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Ilustrada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Viúva</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Zélia associa a paz a desenvolvimento</p>	<p>-Ritual mortuário de um soba</p> <p>- Tratamento tradicional</p> <p>- Associação de Camponeses</p> <p>- Indício de doenças mentais</p>	<p>A narrativa de Zélia Pedro apontou as práticas mortuárias do funeral do marido soba.</p> <p>Abordou a crença no tratamento tradicional feito pelo soba para eliminar as maldições, maus espíritos depois da guerra. Indício das doenças de ordem mentais desdobradas dos traumas vivenciados devidos os sofrimentos psicológicos seja por ter causado ou ter sido impostos.</p> <p>Crítica o fato de ganharem sementes da associação fora de época do plantio.</p> <p>O testemunho de Zélia reforça a colocação de questões sociais como falta de moinho e água tratada. Limitando o tempo das mulheres para</p>	<p><b>TRABALHO FORÇADO</b></p> <p>“Saber ler ou mesmo saber fazer qualquer coisa naquele tempo, era proibido, era proibido pelos brancos; só o que eles mandavam fazer é o que podia fazer. Era só trabalhar nas roças deles de café, como criada na casa deles” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 56).</p> <p><b>ANSEIO POR ACESSO A EDUCAÇÃO</b></p> <p>“Eu, Z., já escrevia algumas coisas quando havia alfabetização, mas infelizmente tudo parou, não temos alfabetizador aqui. As mulheres reclamam, querem aprender. Se a alfabetização recomeçar, quero lá voltar, porque apesar dos meus 76 anos, quero aprender. É!... Eu não posso morrer sem saber escrever o meu nome” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 57).</p> <p><b>MEDIAÇÃO</b></p>

<p>comunitário, aprender para conquistar o pão.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Defende</b> práticas solidárias, valorizou a mediação e aprendizagem</p> <p>Em 1961 tinha 29 anos – Contexto de luta anticolonial em 1961.</p>		<p>viverem práticas de autocuidado e formação.</p>	<p>“Paz é preciso também organizar, senão fica confusão. [...] quando as mulheres forem para alfabetização, tudo vai melhorar. Eu costume fala: nós ainda estamos a aprender a sentar, mas não podemos ficar só sentados. Temos que aprender a engatinhar para apanhar o pão para comer. Se o que está a andar ajudar, se o que está a ver, ajudar todos vamos avançar. Esta é a paz de verdade, que eu quero” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 56).</p>
--	--	--	--

**18.COM A PAZ A MULHER PODE TER DOR DE PARTO À VONTADE P.59**

<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> A. F. 50 anos</p> <p>2008 – 50 = 1958</p> <p>Alice Fernando</p> <p><b>Profissão:</b> Camponesa</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 3</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Sim</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Alice ressignifica a paz como oportunidade de poder dar à luz em um hospital sem a preocupação de ter que silenciar a dor.</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Maternidade em tempos de guerra</li> <li>- Roubo</li> <li>- Gravidez</li> <li>- Abandono</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Narrativa descreve situação limite, Alice Fernando fugiu com o filho menor nas costas e abandonou duas crianças de 4 e 6 anos. Difícil mensurar a tensão psicológica e o equilíbrio mental das pessoas frente a situações de morte. Também narra sua ajuda no parto de outra mulher em meio a guerra. As mulheres grávidas tinham que fugir sozinhas pra mata. Alice em sua fala comparou o nascimento de um nenê a uma bomba. O choro do nenê oferecia perigo, ao mostrar a localização de esconderijos nas matas.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>MATERNIDADE</b></p> <p>“Ficávamos muitos dias escondidos nos capins. Quando os movimentos de guerra abrandavam, nós as mães, corríamos para as Lavras para conseguir algum alimento. Foi nessas ocasiões que muitas mulheres perdiam a vida, eram raptadas ou pisavam minas. Não era difícil ver quem era o inimigo. Eles quando chegavam, levavam mantas, roupas panelas. Alguns gatunos mesmo, que aproveitar a guerra. Porque os inimigos vinham com armas e farda e botas, já com guerra. Tirava a arma para matar e matava mesmo...” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 60).</p>
---	---	--	---

<p><b>Posicionamento:</b></p> <p>Contou histórias sobre a dor de ser mãe em tempos de guerra.</p> <p>Em 1961 tinha 03 anos – Contexto de luta anticolonial</p>			
<b>19. PAZ É FALAR DO AMANHÃ P.61</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. 46 anos</p> <p>Maria Manuela Barros</p> <p><b>Profissão:</b> Indefinido</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 9</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Sim</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>A paz simboliza ter a expectativa de um amanhã. Poder sonhar.</p> <p><b>Posicionamento:</b> Conta o episódio quando fugiu só com o bebê amarrado com lençol em suas costas sem perceber que estava nua.</p> <p>Contexto de luta anticolonial? A opressão repete se em diferentes contextos</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Violência de gênero</li> <li>- Poligamia</li> <li>- Morte</li> <li>- Rapto</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>A narrativa apontou a violência de gênero por via das palavras do marido, por interpretar a violência sexual contra o corpo feminino como forma de defesa. Compreender que por ser mulher, Maria Manuela não corria risco de vida. Além disso, o marido utilizava como subterfúgio a guerra para ir ficar com outra mulher. Outro ponto levantado por Maria Manuela Barros, é que estar juntos não simbolizava união, mas a vivência conjunta de formas de opressões. Uma vida sob o signo da opressão devido a ameaça constante de morte ou rapto.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>VIOLÊNCIA DE GÊNERO</b></p> <p>“O meu próprio homem dizia-me: vocês, mulheres, já nasceram com a vossa defesa, nada te vai acontecer. Eu tenho de fugir. E ele saía, mas não ia para as matas mas sim para a casa de outra mulher... Sofremos. [...] Noutro dia eu estava a vestir, quando abriram a minha porta. Só tive tempo de apanhar o lençol, amarrar o bebé e fugir. Fui assim mesmo, natural. Só no dia seguinte de manhã, todos viram que estava nua. Até homens. Eu também descobri aí mesmo e era vergonha, já. [...] Naquele tempo conversa com criança era só palavra de raptar e de morrer. Vivíamos muito juntos, mas não era união, era opressão. Paz é deixar os filhos passear, brincar longe. Paz é falar do futuro, do amanhã” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 62).</p>

<p>históricos o testemunho poderia abarcar ambas as guerras: luta de libertação nacional como guerra civil</p> <p>2008 – 46 = 1962</p>			
<b>20.OS SOBAS DEVEM FALAR TAMBÉM NA LÍNGUA DOS LIVROS P.63</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> Soba 58 anos</p> <p>Madalena</p> <p><b>Profissão:</b> Soba</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 7</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ilétrica</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Viúva</p> <p><b>Autoridade coletiva</b> por ser uma liderança comunitária que ajuda a diminuir o sofrimento das pessoas.</p> <p><b>O significado da paz</b> Para Madalena o sentido da paz é melhorar o sobado com aceso a novos conhecimentos e trabalho para gerar desenvolvimento</p> <p><b>Posicionamento:</b> <b>Renuncia</b> a “tradição antiga” que não permitia que as mulheres estudassem. Forja nova tradição em</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Gênero: Soba mulher</li> <li>- Poligamia</li> <li>- 13 meninas raptadas</li> <li>- Indício de doenças mentais</li> <li>- Reivindicação de Educação e trabalho</li> <li>- Associação de Camponeses</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>“Sou ...58 anos de idade.” P.63 A soba Madalena diz o seu nome para as entrevistadoras, os pontos de reticências simbolizam o corte do desejo de se apresentar.</p> <p>A soba, constrói um discurso que o marido tem que lhe obedecer com o argumento de ter sido escolhida pelos espíritos antepassados mortos. Com este argumento a soba legitima o governo e impõe ao marido o hábito de não praticar a poligamia.</p> <p>Madalena apresenta a estrutura do seu sobado sendo composto por doze bairros. Com parteiras tradicionais ligadas ao sobado e ao hospital. Apontou que uma das funções do soba é fazer a limpeza espiritual. Os soldados que foram para frente de combate quando regressam para casa, voltam perturbados. Por vezes, os tratamentos espirituais tem a finalidade de costurar a união familiar. Tem muitos casos de irmãos que lutam em diferentes frentes de combate.</p> <p>A soba afirmou não sofrer discriminação por ser uma soba mulher!?</p> <p>Destaca que o</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>ANTEPASSADOS</b></p> <p>“Foram três anos de preparação para receber o sobado, longe dessa vida, deste mundo. Durante esse período vivi separada do meu marido, de este mundo. Durante esse período vivi separada do meu marido. Foi o próprio espírito que se encarregou de nos separar, para prepará-lo a obedecer a autoridade, os mandamentos dos antepassados que me possuíam, coisa que, a princípio, ele não aceitava. Depois desse tempo, os próprios espíritos encarregaram-se de nos unir, quando ele já estava devidamente preparado para aceitar o meu destino.</p> <p><b>POLIGAMIA</b></p> <p>“Uma mulher soba, não pode fazer coisas à toa, segundo a vontade do marido. O marido da soba mulher deve obedecer os espíritos que habitam na sua mulher. Os espíritos não aceitam a poligamia. O homem soba, também não pode ter muitas mulheres, porque quando as mulheres são muitas, distraem atenções do homem. O bom soba não se pode guiar nas queixas das suas mulheres, porque se distrai de cumprir os mandamentos dos antepassados. Os sobas polígamos aqui na região são aqueles que não respeitam a tradição. Quando não se respeita tradição é o povo que sofre” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 64).</p> <p><b>DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO</b></p> <p>“Sou soba mulher e todos me respeitam, porque não foi da minha vontade querer governar como mulher. Foi a vontade dos mortos, dos antepassados que são de todos</p>

<p>seu sobado. a soba <b>orienta</b> a sua sucessora a estudar para ser uma liderança comunitária com conhecimento do mundo dos livros.</p> <p>2008 – 58 = 1950</p> <p>Em 1961 Madalena tinha 11 anos – Contexto de luta anticolonial</p>		<p><b>importante é a linhagem.</b></p> <p>A soba Madalena difunde um discurso nacionalista de inclusão, pois o sobado é sem partido no sobado todos são filhos da bandeira, filhos de Angola.</p>	<p>nós, por isso o povo tem que me respeitar. Esta questão de não respeitar uma sopa porque é mulher, respeitar outro porque é homem, entre nós não existe. Essa coisa de discriminação que se fala aí, não é problema dos mortos nem dos espíritos, é coisa dos vivos e das ambições deles. Mesmo que seja uma criança pequena a ser eleita, respeita-se. O que conta aqui é a linhagem, o espírito que se encarnou, que representa o nosso passado e todos os antigos. O meu sobado tem 12 bairros e todos me respeitam profundamente” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 65).</p> <p><b>REIVINDICAÇÃO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO</b></p> <p>“Durante a guerra as crianças não estudaram. Estão atrasadas. Com a paz queremos recuperar o tempo perdido. Queremos mais vida e mais saúde para ir à frente. Para as mulheres e para os adultos queremos é alfabetização. As mulheres aqui reclamam mesmo. A questão do emprego é muito importante. Queremos trabalhar. As sementes, os meios de trabalho não são suficientes. Produz-se apenas para consumir, ainda não conseguimos produzir para render. Ouvimos falar de associações de camponeses, mas da actividade deles aqui, não se vê nada” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 66).</p> <p><b>EDUCAÇÃO</b></p> <p>“Nós sobas falamos a língua dos espíritos, mas a vida nova existe outros conhecimentos. Por isso a minha adjunta tem que ir mesmo na escola aprender coisas novas, para daqui a dez anos ser uma soba doutora, para poder falar também a língua dos livros” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 66).</p>
<p><b>MULHER DA COR DO TEMPO</b></p> <p>Há no teu olhar Toda a violência que Angola tem Há nesse olhar</p>			

Toda a bondade da humanidade  
 No teu olhar  
 Mulher da cor do tempo  
 a ironia da vida, e a dor do mundo habitam  
 Eu vi no teu olhar  
 Mulher da cor do tempo  
 O mar se afogar nas tuas lágrimas  
 Nesse olhar  
 Mulher da cor do tempo  
 Perdi-me  
 Encontrei-me  
 Nesse olhar  
 Mulher da cor do tempo  
 Vi olhares de todas as MULHERES

Dya Kasembe

## 21. PAZ É PARA AGENTE TRABALHAR P. 69

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>D. F. 26 anos 2 filhos.</p> <p>Domingas Fernandes</p> <p><b>Profissão:</b> Zungueira de cabritos / trabalho informal</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 2</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>Sem Autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>O sentido da paz, e poder trabalhar, comprar e vender sem precisar fugir o tempo todo.</p>	<p>- Zungueira de cabrito</p> <p>- Caldeirada prato típico de Angola</p>	<p>Em 2005, seu irmão adoeceu e Domingas Fernandes pensou em um negócio para manter a família e cuidar do irmão. Passou a revender cabritos na Gabela, província de Benguela. Devido a paz pode vender os cabritos sem precisar fugir. Domingas menciona ser procurada pelas mulheres no mercado, preocupa-se com ajudar outras mulheres também levar pão para casa. Por isso, vende no mercado ao invés de vendê-los no parque ou à beira da estrada diretamente para os viajantes de Luanda, do Sumbe, Porto Amboim.</p>	<p><b>EMPREENDEDORISMO</b></p> <p>“Sou fornecedora habitual, já tenho clientes fixos e estou bem integrada no mercado. Vendo a estas senhoras que, por sua vez, vedem aos viajantes. Tenho clientes fixas, e o meu negócio já é direccionado” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 70).</p>

<p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Planeja</b> ampliar os negócios.</p> <p>2008 – 26 = 1982 → D. F. nasceu no contexto de guerra civil</p>			
<b>22.CONSTRUO A PAZ EDUCANDO AS RAPARIGAS CARENTES P. 72</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> C. M. 67 anos viúva, 5 filhos</p> <p>Cândida Matos</p> <p><b>Profissão:</b> Professora</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 5</p> <p><b>Ed. Formal</b> Sim.</p> <p><b>Autoridade coletiva</b> – Educadora intervém na educação de moças carentes. Dispõe seu próprio ambiente para cuidar da formação de meninas que vem de outras sanzalas.</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Viúva</p> <p><b>O significado da paz</b> Cândida Matos ressignifica a paz ao percebe lo como possibilidade de formar pessoas com bons princípios.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Orienta</b> que “Nesta paz, deve-se investir muito na educação desta gente nova.” P.73</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Retorno dos portugueses</p> <p>- Formação de quadros nacionais</p> <p>(-Mito do lusotropicalism o historiador Alberto Pinto (2007))</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Cândida Matos foi abandonada pelo pai português que casou-se com uma mulher branca. Em 1961 afirma que devido o pai ser português não foi morta. Foi cuidada pela mãe e avó, teve a oportunidade de estudar até a 4 classe, com o retorno dos portugueses, parou de trabalhar na cantina da escola e passou a alfabetizar. A posteriori deu sequência aos estudos. Cândida teve um filho morto na guerra.</p> <p>Percebo que por intermédio da luta pela independência do país configurou – se a consciência que cada pessoa precisa dar a sua contribuição para o desenvolvimento de nação. Esse é um dos legados da história de luta pela libertação nacional de Angola.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>FORMAÇÃO QUADROS NACIONAIS</b></p> <p>“Fui professora de posto na Escola de Posto do Sanga de 1972 a 1975. Quando as confusões começaram, os portugueses que eram professores nos Liceus e Colégios que começaram a fugir e então chamaram para ocupar esses lugares. Foi assim que comecei a lecionar o II e III nível. Só mais tarde é que nos formaram” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 72).</p> <p><b>EDUCAÇÃO</b></p> <p>“Oferecendo educação às raparigas carentes, estou a dar a minha contribuição na construção da paz do nosso país” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 73).</p>

<p>2008 – 67 = 1941 → Em 1961 M. tinha 20 anos – Contexto de luta anticolonial</p>			
<b>23.A PAZ VEIO, MAS A MALDADE TIRA A MINHA PAZ, TENHO MEDO, COMIGO É MEDO SEMPRE P.74</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> P. V. 58 anos</p> <p>Priscila Vitória</p> <p><b>Profissão:</b> Zungueira óleo de palma</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 6</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Viúva</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> Priscila Vitória não vive em paz. O fim da guerra dificulta as pessoas terem acesso a bombas, este é o sentido da paz.</p> <p><b>Posicionamento:</b> <b>Expectativa</b> que o único filho vivo realize seu sonho de tornar se médico.</p> <p>2008 -58 = 1950</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Medo</li> <li>- Bombas</li> <li>- Trauma</li> <li>- Doença de feitiço: tala</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Por uma desavença entre o irmão de Priscila Vitória com seu vizinho, após o irmão que era funcionário do governo pedir transferência de Huambo para Sumbe. O vizinho colocou uma bomba em seu quintal que matou seu marido e 5 filhos. Restou-lhe um filho que sonhava em ser médico. Supõe-se que tenha sido um conflito político, pois, “O caso foi levado para as autoridades, esse vizinho foi preso e nunca mais soubemos dele.” P.74</p> <p>Priscila Vitória já não sonha mais, só tem medo. Dois irmãos morreram por doença tradicional: tala(?).</p> <p>Ela revende óleo de palma para o filho poder estudar.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>MEDO</b></p> <p>“Tenho medo de desenvolver o meu negócio, para não atrair mais cobiça que pode matar este filho que me resta” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 74).</p> <p><b>DISCRIMINAÇÃO</b></p> <p>“Faço tudo por ele, porque a mulher, por muito sacrifício que faça é sempre mal falada. Se ele não tiver condições para estudar, um dia ele vai dizer que, se o meu pai estivesse vivo, estaria formado.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 74).</p>

Em 1961 M. tinha 11 anos – Contexto de luta anticolonial			
<b>24. PAZ É APOIAR AS PRODUTORAS DE CAFÉ, UMA DAS MAIORES DIVISAS DO PAÍS P.75</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> L. C. casada 9 filhos</p> <p>Luzia Chilombo</p> <p><b>Profissão:</b> Cafeicultora</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 9</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ilétrica</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> casada</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> fala em nome das mulheres, reivindica e pensa a situação das mulheres numa dimensão coletiva</p> <p><b>O significado da paz</b> Representa o desejo de acesso a oportunidades de formação e trabalho para produzir em maior qualidade e quantidade.</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Cafeicultora</p> <p>- Reivindicação de apoio as mulheres camponesas</p> <p>- Pensa a nação e a Política econômica do país</p> <p>- Terra como fonte de vida</p> <p>- Desigualdade de gênero</p> <p>Exclusão feminina do trabalho e educação formal</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>L C teve o pai morto em 61 p.75</p> <p>Luzia Chilombo é cafeicultora, sua visão de mundo está ligada à terra e a ideias de gestão. Apontou que com a guerra Angola tornou-se um país consumidor passivo. Luzia Chilombo se propõe a pensar os rumos da nação, a necessidade de políticas que protejam a indústria nacional e ajude aqueles que trabalham a terra a prosperar, modernizar as formas de trabalho. Durante a guerra não fugiu para Luanda. Permaneceu no campo, o sustento da família vem da terra.</p> <p>Esta mulher apropria do discurso sobre o processo de independência do país e ressignifica o, como cafeicultora vislumbra-se como parte desta história, capaz de contribuir para que a produção e o consumo de alimentos sejam nacionais. Peticiona barreiras de proteção aos produtos internos, para que os alimentos não percam no campo por falta de estrutura de logística. “Para mim, a independência do país significa produzir e consumir alimento nacional” p. 77</p> <p>Relação à passado de guerra pela</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>DESIGUALDADE DE GÊNERO</b></p> <p>“Nós, mulheres em Angola, excluídas da educação e do emprego formal, temos na terra o principal recurso de sobrevivência, por isso devíamos, merecer a atenção do investimento público e privadas. Somos mais de 50%. Somos uma força laboral muito activa, mas não dispomos de tecnologias básicas. O nosso trabalho é manual, com enxada, mas nas fazendas dos homens, já se vê tractor, carro ou moto. Aqui na Gabela não há empresa de lavoura, e mesmo que houvesse, as mulheres nunca podem sonhar em alugar uma máquina para sua lavra, porque os preços são altíssimos. Os adubos e pesticidas também são caros” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 76).</p> <p><b>POLÍTICA ECONÔMICA</b></p> <p>“A guerra destruiu infra-estruturas e transformou o nosso país em mercado dos países mais industrializados. Isso me choca. Fomos transformados em consumidores passivos de produtos vindos do exterior. Angola pode e deve reactivar a sua indústria, produção de sabão, queijos, chouriço, para lutar contra o desemprego, abastecer o mercado, reduzir os níveis de importação.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 76).</p> <p><b>VALOR DA TERRA</b></p> <p>“Com a paz se deve incentivar o amor a terra. Por ela fomos colonizados. Por ela tivemos todas essas guerras. As guerras que existiram foram pela libertação da terra. É tempo de acariar a terra e apoiar as mulheres que desde sempre souberam extrair dela, o sustento de</p>

<p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Reivindica</b> apoio do governo com políticas públicas na arena econômica que sejam capazes de beneficiar as mulheres camponesas com assistência técnica.</p> <p><b>Contexto</b> luta armada pela independência e guerra civil. Teve a história de vida impactada com a morte do pai na guerra de 1961 e perda de parte dos cafezais.</p>		<p>independência esta cafeicultora perdeu o pai e parte dos pés de café. No tempo presente, luta por fazer a terra produzir com técnicas manuais. Tem como perspectiva a união das mulheres para reivindicar do governo investimentos na agricultura. Tem uma visão consciente que não é papel do governo resolver tudo, que a independência vem do trabalho na terra. Mas percebemos que Luzia Chilombo reconhece que as políticas públicas tem um papel importante.</p>	<p>gerações” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 77).</p> <p><b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b></p> <p>“Nós as cafeicultoras, precisamos de maior formação para produzir em qualidade e quantidade. Precisamos de lutar em conjunto para o governo dar mais apoio. Precisamos de nos organizar para fazer ouvir a voz das mulheres. Nunca houve uma conferência para debater questões específicas das mulheres produtoras de café. Seria bom que ela houvesse, para debatermos os sonhos e as nossas dificuldades” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 77).</p>
---	--	---	---

**25.PAZ É, TAMBÉM, VENCER AS BATALHAS DA SOBREVIVÊNCIA P.78**

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>M. D. 47 anos</p> <p>Marta Ricardo Domingos</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Comerciante</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>2</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Quarta classe / Centro de Formação Feminina</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>2 relacionamentos</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b></p> <p>Tem 8 empregados e atua na formação de costureiras e empregadas domésticas no seu ateliê.</p> <p><b>O significado da paz</b></p>	<p>- Centro de formação feminina</p> <p>-Poligamia</p> <p>- Violência doméstica</p> <p>Empreendedorismo</p> <p>- Comerciante</p> <p>- Desejo por prazer sexual</p>	<p>É uma história de vida rica de uma mulher comerciante.</p> <p>No Centro de formação feminina aprendeu a costurar e a cuidar da casa, essa aprendizagem foi base para os negócios que criou.</p> <p>O primeiro marido de Marta era professor, não aceitava o fato dela ganhar mais, bebia e batia nela.</p> <p>Enquanto esteve no Sumbe como refugiada no tempo de guerra sobreviveu a partir do trabalho de costura e pastelaria. Teve um segundo marido muito mais jovem e a guerra impactou os relacionamentos afetivos. Marta recusa-se a viver num lar poligâmico, deseja ter um homem só para ela. Buscou ser uma pessoa bem resolvida não só na vida financeira, mas</p>	<p><b>VIOLÊNCIA DOMESTICA</b></p> <p>“Eu tinha mais dinheiro que o meu marido e ele me agredia. Não aceitava o meu dinamismo e queria a minha submissão” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 78).</p> <p><b>AUTOCONHECIMENTO E SOBREVIVÊNCIA</b></p> <p>“Muitas pessoas e até mesmo os governantes pensam que as mulheres precisam só de ajuda financeira. Está errado. Mesmo com dinheiro na mão, se a mulher não conhece os caminhos e não sabe o que escolher, acaba sendo aldrabada. É preciso alargar a visão de vida das mulheres. Para se conhecerem a si próprias. Descobrir o tipo de força que está dentro delas. Para vencer, nós precisamos de identificar o talento que Deus nos deu. Então já podemos definir o que fazer. A paz, nas mulheres deve passar pelo seguinte: reconhecer as suas forças. Saber aproveitar as oportunidades que existem. Lutar por uma vida nova. A comunicação entre as mulheres do mesmo ramo é muito importante. A troca de experiências com outras</p>

<p>Para Marta a simboliza a oportunidade de poder ampliar o seu negócio e vencer as batalhas pela sobrevivência</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Reivindica</b> orientação e formação para as mulheres apreenderem a investir com segurança.</p> <p>2008 – 47 = 1961</p> <p>Contexto de luta anticolonial</p>		<p>sua sexualidade também. Uma história de sobrevivência e empreendedorismo atravessa vigaristas e falta de acesso a uma educação financeira.</p>	<p>mulheres abre novos horizontes, porque é bom que haja associações de mulheres de negócios” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 79).</p> <p><b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA</b></p> <p>“É preciso ensinar as mulheres a comprar com segurança. A investir em negócios seguros para que a riqueza que elas criam não acabe nas mãos de vigaristas e criminosos, tal como se passou comigo. É preciso que as mulheres sintam que todos os serviços públicos existentes em Angola, também lhe pertence.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 80).</p> <p><b>SABEDORIA</b></p> <p>“Não tenho diploma. Só tenho estudos básicos, não passei da quarta classe. Mas tenho propriedades. Educo. Formo. Crio um emprego. [...] Comecei a corrida da vida aos 21 anos e nunca desistir. Agora com a paz, penso em concentrar as minhas atividades num só lugar. Quero construir uma casa com dois pisos e fazer uma hospedaria no primeiro andar e embaixo ter o bar, as lojas, a boutique, o salão de beleza e outros serviços. Para mim a paz é também vencer as batalhas da sobrevivência” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.80).</p>
<p>Ô HOMBO IA KISANGELA IFUILA BUMUKOLO</p> <p>O cabrito de muita gente morre fora do curral</p> <p>In Colectânea de Provérbios e Contos, de Serafim Quintino</p>			
<p><b>26.COM A PAZ, A MULHER DEVE ESTUDAR. ALFABETIZAÇÃO AQUI TEM, PRÓXIMO ANO VOU ENTRAR P.83</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> F. L. 46 anos 7 filhos</p> <p>Faustina Luciano</p> <p><b>Profissão:</b> Comerciante na área de refeições</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 7</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Maternidade solo</p> <p>- Comerciante</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Faustina Luciano narrou sua luta para criar os dois filhos sozinha. Afirmou que a guerra destruiu seu local de trabalho, a fábrica de bonecas na Gabela. Passou então a cozinhar e vender prato feito de funge, kizaka, carne, peixe grelhado, abóbora.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>ESTUPRO</b></p> <p>“O meu negócio não parou por causa da guerra. O movimento nesse tempo era maior ainda. Os militares também apareciam e diziam: dá lá comida. E você tinha que dar, não havia outra maneira, eles não pagavam, mas estavam com fome. Era prejuízo, mas o que fazer? Nesse tempo, quando a guerra vinha, tinha que misturar o funge, o calulu e</p>

<p><b>Ed. Formal</b> Ilustrada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b>  Casada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> Para Faustina com a paz a mulher pode voltar a ter liberdade de ir e vir de madrugada sem ser violentada.</p> <p><b>Posicionamento:</b>  Orienta as mulheres a trabalhar e ajudar a prover a casa e ter suas coisas.</p> <p>2008 – 46 = 1962</p> <p>Contexto de luta anticolonial o relato não aborda o período colonial</p>	<p>- Valorização dos estudos</p> <p>- Falta de água tratada – data de publicação do <i>O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome</i> 2008</p>	<p>Conseguiu se realizar no segundo relacionamento e teve mais cinco filhos.</p>	<p>fugir. Os negócios se estragavam, mas logo a seguir estávamos a recomeçar. No tempo de guerra, nós mulheres não podíamos vir muito cedo à praça, porque no caminho os homens nos violavam, tanto civis como militares, você não podia fazer nada, guerra não tem lei, não tens para onde se queixar. Mas foi no tempo da guerra que ganhei mais dinheiro.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.84).</p> <p><b>FALTA DE ÁGUA TRATADA</b></p> <p>“Tenho 3 trabalhadoras fixas e 2 a meio tempo que fazem a limpeza, lavam loiça e vão buscar água” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.84).</p> <p><b>ALFABETIZAÇÃO</b></p> <p>“Eu já penso em mudar o negócio, estou cansada de trabalhar com fogo. Mas se deixar, hei-de ir aonde? Não sei ler nem escrever, não sei fazer outro serviço. As mulheres que estudaram arranjam bom serviço, ganham bom dinheiro, com marido ou sem marido a vida delas vai. Alfabetização aqui no mercado tem, próximo ano vou entrar.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.84).</p>
<b>27.PAZ, PARA MIM É TUDO. É DORMIR À VONTADE, DENTRO DE CASA SEM MEDO P.85</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> A. F. 21 anos</p> <p>Ana Bela de Fátima</p> <p><b>Profissão:</b>  Não menciona</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Cangila (todos que nascem no capim ou no céu)</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Ana Bela de Fátima identifica -se como filha da guerra, Cangila. É uma narrativa de imagens traumáticas da guerra, imagens que sobreviveram ao tempo. Ana Bela de Fátima</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>IMAGENS DE GUERRA</b></p> <p>“Uma vez, uma senhora pisou numa mina quando ia apanhar lenha, e impressionou-me ver a perna dela a saltitar até desaparecer no meio do capim. Outra imagem que me</p>

<p>Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Não menciona</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Não menciona</p> <p><b>SEM AUTORIDADE COLETIVA</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Para Ana Bela paz representa poder planejar o amanhã e dormir em segurança, sem medo.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p>Tem a <b>expectativa</b> que as atrocidades não se repitam.</p> <p>2008 – 21 = 1987</p> <p>nasceu no contexto de guerra civil</p>	<p>coberto de pólvora)</p> <p>- Imagens de guerra</p> <p>- Memórias traumáticas</p> <p>- Rapto</p> <p>- Refugiados</p>	<p>cresceu em meio a guerra civil, assim como muitas outras crianças tiveram a infância roubada. Não podia brincar, não podia se afastar da avó, tinha que ter cuidado onde pisa. Descreve imagens das amigas mortas e a experiência de uma bala ter passado próxima a sua cabeça. Narrou a lembrança das aulas que não prosseguiram devido a guerra, coleguinha morta, o professor que foi raptado, a professora da outra turma se refugiou em Luanda onde não houve confronto direto. Descreve cenas difíceis de esquecer.</p>	<p>marcou, foi ter visto um homem morto cuja barriga tinha sido aberta. Mas o maior susto mesmo, foi quando vi uma mão decepada no meio do caminho. Só a mão, sem o dono. Naquele tempo eu às vezes só senti as lágrimas a correr assim de qualquer maneira, chorava sozinha sem saber porquê, até hoje eu não gosto de dormir, porque no sono, aquelas coisas antigas voltam a aparecer” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.86).</p> <p><b>ESPERANÇA</b></p> <p>“Paz para mim é tudo. É dormir à vontade dentro de casa sem medo. É poder pensar fazer alguma coisa amanhã” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.86).</p>
---	--	--	--

<b>28.COM A PAZ, A MULHER DEVE LUTAR PARA SE DESENVOLVER, AUMENTAR OS SEUS ESTUDOS, PROMOVER SE PROFISSIONALMENTE P.87</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. J. - Leiga da Igreja Católica</p> <p>Madre Maria José F</p> <p><b>Profissão:</b> Madre / Educação Profissional</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b> Não menciona</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Não menciona, provavelmente seja uma missionária a residir em Angola a partir de 1964</p> <p><b>AUTORIDADE COLETIVA</b></p> <p><b>O significado da paz</b> Maria Domingos José não restringe o conceito de paz a ausência de violência. conceitua a paz a partir da perspectiva mais ampla de bem estar social e dignidade humana.</p> <p><b>Posicionamento:</b> <b>Orienta</b> que as mulheres devem lutar para ampliar os estudos e se promoverem profissionalmente</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Atuação da Caritas</p> <p>- O papel da mulher na retaguarda da guerra</p> <p>-Agenda feminina</p> <p>- Desigualdade de Gênero</p>	<p><b>RESUMO:</b> A narrativa de Maria José F, uma leiga da Igreja Católica ligada a Cáritas na região de Malanje, apresentou as adversidades enfrentadas pelas mulheres. Seja pelos maridos que estão presos às relações de trabalho forçado, ou recrutados em um dos movimentos nacionalistas de Angola ou ainda fugindo da guerra nas matas. As mulheres que estavam na retaguarda tiveram que cuidar e provê a vida dos filhos através da agricultura de subsistência.</p> <p>O testemunho de Maria José Fernandes propõe uma agenda política para as mulheres com o intuito de sua valorização e participação ativa na reconstrução nacional. O ponto crucial no discurso é na transformação social estar condicionada na criação de oportunidade “hoje outras portas terão que lhe ser abertas”; indica que as mudanças sociais para que a mulher alcance igualdade de direitos são possíveis coletivamente. Esse é um diferencial do feminismo africano, pauta-se na busca de realização e luta por igualdade ao lado dos homens. (vídeo da marcha contra a violência contra a mulher)</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>RETAGUARDA</b> “A guerra de libertação de Angola tinha começado e ia crescendo. Admirei a paciência das mulheres, o seu grande espírito de sacrifício, as privações que tinham que passar, porque o marido estava no contrato, tinha sido recrutado para a guerra, ou seguirá voluntariamente para as matas. Nestes anos todos a libertação incluiu e contou com a participação humilde sacrificada das mulheres que, na retaguarda geravam e criavam os filhos cultivavam no campo o sustento da família e providenciavam, também, o apoio aos quartelamentos e unidades dos combatentes. A nossa história reserva seu “quadro de honra” o lugar de tantas mulheres das quais nos orgulhamos” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.86).</p> <p><b>DESIGUALDADE DE GÊNERO</b> “Agenda da reconstrução da nossa nação Angola, tem que incluir a valorização da mulher, o seu acesso à igualdade de direitos e oportunidades, o seu crescimento e dignificação, o reconhecimento da sua vocação de mulher, educadora, artífice da Angola que desejamos e merecemos! Se nos anos passados, a mulher ficou retida na área restrita do lar, da geração e da criação dos filhos, no trabalho do campo para subsistência da família, hoje outras portas terão que lhe ser abertas, para que, ao lado do homem ela possa realizar-se com igualdade de direitos e competências” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.88).</p>

29.FAZENDO AS MINHAS BROAS, EU PARTICIPEI NA CONSTRUÇÃO DA PAZ P. 90			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> T. M. 56 anos 8 filhos</p> <p>Domingas António Mondo</p> <p><b>Profissão:</b> Comerciante de broas</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 8</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ilustrada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Não menciona</p> <p><b>Autoridade coletiva</b> Assume se como liderança de um grupo de mulheres católicas. Preocupa se em matar a fome de outras pessoas .</p> <p><b>O significado da paz</b> Para Domingas paz está relacionada com justiça social ver os filhos a crescer, as filhas a estudar e alcançar patamares mais altos.</p> <p><b>Posicionamento:</b> <b>Defende</b> a participação de todos na construção de Angola.</p> <p>2008 – 56 = 1952</p> <p>Em 1961 T. M. tinha 09 anos – Contexto de luta anticolonial</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Liderança feminina</li> <li>- Luta pela vida</li> <li>- Solidariedade</li> <li>- Reconstrução nacional</li> <li>- Reconciliação</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b> Domingas António Mondo conhecida como tia Minga rememora o dia 29 - 03 - 1999 a memória da destruição em Malanje.</p> <p>Neste dia, decidiu resistir e continuou em meio ao bombardeamento fazendo as broas para vender. Tia Mingas com o fubá ganhado do Programa Mundial para Acção Alimentar (PAM) aprendeu a fazer broas para alimentar os filhos e obter renda. Como não tinha possibilidade de migrar para Luanda fez das broas sua arma. Durante o bombardeamento decidiu não fugir e permanecer fazendo suas broas para matar a fome das crianças. Tia Mingas decidiu celebrar a vida. Interessante associação de bombas ao nome João. No tempo do “João”</p> <p>Mingas se inscreve como participante da construção da paz por ter feito broas em meio a guerra.</p> <p>✚ Depoimento de tia Mingas também aparece no documentário Heroínas Sem Nome</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>SOBREVIVÊNCIA</b></p> <p>“Tinha tomado a minha decisão: hoje o “João” não me levará facilmente. Ele me encontrará armada, lutando. Fiz das broas a minha arma. Comecei a enrolar a massa das broas, ora escondendo-me ora aplacando no chão quando sentia o perigo mais perto, ora levantando. Movia-me a revolta por tudo aquilo. Só dizia para mim mesma: se a morte me escolher, que me leve. Mas quero que me encontre a lutar pela vida. E se ela não me levar, as crianças sobreviventes do bairro chamarão por mim, mortas de fome. As vizinhas virão, à procura das broas. Então, decidi mostrar à morte maligna que eu escolhia a vida, desprezando-a por completo naquele instante. Fazer as minhas broas era a única forma de resistir, de lutar pela minha vida, pela vida dos meus filhos, contra os olhos famintos nos rostos das crianças. Enquanto as bombas caíam, eu amassava, amassava, colocando na massa todos os meus nervos e a minha raiva.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.91).</p> <p><b>CONSCIÊNCIA DE SER UMA SUJEITA HISTÓRICA</b></p> <p>Paz é ver os filhos a crescer, as filhas a estudar, assubir até alcançar patamares mais altos. Paz é ver as meninas a usufruir das oportunidades que nós, suas mães não tivemos. Paz é colocar as habilidades de cada um na construção de Angola. Minha filha, fazendo as minhas broas, no meio da guerra, eu participei na construção da paz. (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 91).</p>

Seu relato aborda o período da guerra civil			
<b>30.O MEU MARIDO JÁ TINHA MORRIDO, MAS OS FILHOS GRAÇAS A DEUS, ESTAVAM TODOS VIVOS P.92</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. J. 65 anos</p> <p>Maria José Fernandes</p> <p><b>Profissão:</b> Camponesa/ Zungueira</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 7 filhos</p> <p><b>Ed. Formal</b> Iltrada (azules)</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Viúva</p> <p><b>O significado da paz</b> Não ressignifica a paz</p> <p><b>Posicionamento:</b> Apenas <b>agradece</b> a Deus por reencontrar os filhos com vida.</p> <p>2008 – 65 =1943</p> <p>Em 1961 M. J. tinha 18 anos – Contexto de luta anticolonial</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Rapto</p> <p>- Estratégia</p> <p>durante o cativoiro ganhou dinheiro escondido.</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Maria José Fernandes</p> <p>contou que foi raptada quando ia buscar mandioca para fazer comida para o marido.</p> <p>Ficou 3 anos feita prisioneira, obedecia e não tentava fugir para não ser morta.</p> <p>Porém, aproveitava em alguns momentos para vender batatas, fubá enquanto obedecia às ordens e escondia o dinheiro. O grupo que libertou Maria José é lembrado como os capacetes azuis. (não tenho como saber quem aprisionou e nem quem libertou)</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>RAPTO</b></p> <p>“Tinha sido raptada e fiquei lá por três anos. [...] Disseram-me que o pensamento é que lhe matou, ao meu marido. Sentia culpa de me ter mandado ir na lavra buscar mandioca porque estava com fome.”</p>
<p>Eis o mapa da guerra:</p> <p>Territórios,</p> <p>Fronteiras e montanhas alinhadas inscritas em preto e branco.</p> <p>É o mapa de um mundo novo.</p> <p>As crianças patinam</p>			

ao longo deste mapa  
 com carrinhos feitos de latas,  
 Seus corpos  
 Esbranquiçados com a ventania  
 navegando no mundo  
 nos seus limites mais longínquos.  
 Ana Paula Tavares, poeta angolana

**31.A PAZ É TAMBÉM PARA OS IDOSOS. É PRECISO RESOLVER OS PROBLEMAS DELES p. 95**

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>M. – soba</p> <p>Margarida</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Soba/ guerrilheira</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>Pelo menos um</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Ilustrada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Casada</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b></p> <p>A soba Margarida exerce uma liderança com foco no cuidado com os mais velhos.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Paz representa a oportunidade de poder trabalhar e cuidar dos idosos.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Reivindica</b> apoio do governo para cuidar dos idosos.</p>	<p>- Cuidado com os idosos</p> <p>- Revolução</p> <p>-Infância roubada</p> <p>- Maternidade</p>	<p>Soba inquieta durante o tempo de guerra com a proteção dos idosos no lar. Organizou e articulou com as autoridades o treinamento de cinco mulheres com uso de arma de fogo para proteger o abrigo de idosos. Elas atuavam em colaboração com a polícia passaram a fazer a segurança. Em seu depoimento fez crítica ao governo pela ausência de políticas públicas – as pensões para cuidar dos idosos, mutilados, das mães que perderam seus filhos na tropa.</p>	<p><b>MULHERES ARTÍFICES DA SOBREVIVÊNCIA</b></p> <p>“Hoje vejo com tristeza que as mulheres é que pegaram o comando das famílias. Elas são: <b>zumgueiras, lavradoras, mães</b>. Cartam água lá longe e vai fazer fubá na pedra. Os homens não trabalham, não há empregos. Outros são preguiçosos de natureza” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 95-96).</p> <p>“A paz é também para os idosos, queremos que o governo nos apoia a resolver problemas deles” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 96).</p>

Testemunho abarca o contexto de luta pela libertação.			
<b>32.AS RAPARIGAS DEVEM SUBIR AOS PÓDIOS DO MUNDO E BRILHAR P.97</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> A. I. ex atleta</p> <p>Ana Isabel <b>Elias</b></p> <p><b>Profissão:</b> Ex- atleta/ educadora física</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Cuida de 24 sobrinhos</p> <p>Maternidade afetiva</p> <p><b>Ed. Formal</b> Estudou</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Sim</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> Conforme o depoimento do <i>O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome</i> treinava 50 moças e rapazes sem auxílio.</p> <p><b>O significado da paz</b> A paz simboliza oportunidades para as mulheres e meninas estudarem, praticarem esporte.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Reivindicou</b> receber o prêmio prometido pelo</p>	<p><b>PALAVRAS - CHAVES</b></p> <p>-Tradição nhaneka</p> <p>-Missão católica</p> <p>- Atletismo</p> <p>- Educação</p> <p>- Narrativa de superação</p>	<p><b>RESUMO:</b> E uma história de vida de superação e luta contra a discriminação de gênero pautada nos valores tradicionais. Ana Isabel se identifica étnicamente como kwanhama Muila do Cunene. Na tradição nhaneka as meninas eram proibidas de estudar, eram responsáveis por cuidar das pastagens. Enquanto os meninos estudavam. Um dia, escondeu-se num carro de um Padre, quando chegou na missão católica mentiu, afirmando que os pais tinham sido mortos para ficar na missão. Assim, teve a oportunidade de ir estudar no colégio das mãres onde descobriu a paixão pelo atletismo. Atletista premiada em várias provas, teve uma lesão, passou a treinar rapazes e raparigas. Afirma-se realizada afetivamente com companheiro. A guerra impactou sua vida com uma herança de 24 órfãos, filhos dos irmãos mortos durante a guerra.</p> <p><b>MATÉRIAS DA INTERNET</b></p> <p>A partir da matéria publicada no jornal de Angola no dia 15/01/2015, tivemos conhecimento do nome completo de Ana Isabel Elias, a corredora de meia distância também conhecida pelo apelido de Gazela. A matéria</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>EDUCAÇÃO</b></p> <p>“Com a paz, as mulheres devem praticar desporto, para ganhar mais força e saúde. A ideia de que só os rapazes têm direito ao estudo e ao desporto, há muito foi ultrapassada. Para estudar, tive que fugir de casa e mentir. Hoje, já ninguém precisa de fazer isso e as escolas estão cada vez mais muito perto de casa. As raparigas devem agarrar essas oportunidades que se abriram. Desafiar os obstáculos e vencer. Subir aos pódios do mundo e brilhar!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 99).</p> <p><b>ÓRFÃOS</b></p> <p>“A guerra deixou-me como herança, 24 crianças órfãs sobre os meus ombros. Aceitei este desafio e irei vencer, com certeza. Eles estão a estudar, a crescer. [...] Tenho a minha mãe quase centenária. Ela é o meu suporte moral, a força dela que me coloca de pé.”</p>

<p>governo e também <b>orientou</b> as mulheres enfrentarem os obstáculos e estudarem.</p> <p>Supõe-se que tenha vivido o contexto de guerra civil.</p>		<p>intitulada Ana Isabel passa testemunho, aborda a abertura de sua escola de atletismo na cidade de Lubango capital da província de Huíla no mês de fevereiro. A atleta representou Angola nas pistas até 2007 quando teve uma lesão no joelho. Foi vencedora da São Silvestre em 2003.</p> <p>Foi campeã do “4º Prémio Gala da Mulher e Desporto - Comité Olímpico Angolano”, na categoria B prestação de serviços desportivos relevantes. Matéria publicada em 23/11/20216 Disponível em:  <a href="http://www.aooangola.com/?pag=noticiasdetalhe&amp;id=384">http://www.aooangola.com/?pag=noticiasdetalhe&amp;id=384</a></p> <p>Site:  <a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=324298">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=324298</a> ;  <a href="https://www.olympedia.org/athletes/64317">https://www.olympedia.org/athletes/64317</a></p> <p><a href="https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=438898">https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=438898</a></p> <p>Acessado em: 13 fev 2024</p>	
---	--	---	--

**33.A PAZ DEVE SIGNIFICAR NOVAS ABERTURAS DE CRÉDITOS BANCÁRIOS PARA QUE AS MULHERES CRESCAM AINDA MAIS P. 100**

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>T. F.</p> <p>Tia Felipa do Namibe</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Proprietária de restaurante Tubiakanga</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p>	<p>- Batalhas do cotidiano: mulheres chefes de família</p>	<p>É a narrativa de uma mulher empreendedora, que venceu. Para sustentar os três filhos, começou vendendo bolas de Berlim para as crianças levarem de lanche para escola, depois passou a servir encomendas de refeição.</p>	<p><b>VIDA POLÍTICA</b></p> <p>“Não foi fácil. Tive que juntar cada tostão para chegar onde estou. Com um pouco que tinha construir este império. “Foram as bolas de Berlim que me elevaram até este nível.” Fora deste trabalho, participo na vida política. Vou aos encontros, vou às</p>

<p>3</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido. Provavelmente formada na escola da vida.</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b>  Sem companheiro mencionado</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b>  Participa de forma ativa na ASSOMENA, como também de projetos sociais.</p> <p><b>O significado da paz</b>  Para tia Felipa, a paz representa possibilidade de desenvolvimento econômico com abertura de créditos bancários para as mulheres.</p> <p><b>Posicionamento:</b>  -Tia Felipa <b>reivindica</b> que seja ofertado mais crédito bancário as mulheres angolanas. <b>Orienta</b> as mulheres a trabalhar para construir o seu mundo. E por fim, <b>avalia</b> como positiva a participação feminina na gestão dos lares angolanos.</p> <p>-Pela idade mencionada tia Felipa nasceu em 1954, porém seu relato não versa sobre nenhuma das guerras. O depoimento tem cerne o empreendedorismo e associação.</p>	<p>-Maternidade solo</p> <p>- empreendedorismo</p> <p>- ASSOMENA Associação da Mulher Empresária e de Negócios do Namibe</p> <p>- Reconstrução nacional</p>	<p>Aos poucos no quintal de casa construiu o Restaurante Tubiakanga. (Nome da cidade ficcional da novela brasileira Fera Ferida) Tia Felipa do Namibe</p> <p>é uma mulher ativa na vida política no momento da entrevista fazia parte da direção da ASSOMENA. A ideia da reconstrução nacional está presente nesta narrativa. Está mulher ao invés de levantar pautas avalia como positiva o protagonismo feminino e apontou que as mulheres tem assumido a gestão e sustento das famílias com competência.</p> <p>Essas mulheres mobilizam saberes ancestrais, atitudinais constituído experiências e práticas para vencer as batalhas do cotidiano.</p> <p> Texto sobre a história de vida da Tia Felipa está disponível na página do facebook do Restaurante TubiaKanga</p> <p><a href="https://www.facebook.com/photo?fbid=806421551488308&amp;set=pb.100063614107066.-2207520000">https://www.facebook.com/photo?fbid=806421551488308&amp;set=pb.100063614107066.-2207520000</a></p>	<p>conferências. Uma vez recebi no meu restaurante 50 crianças de rua que integravam um projecto de melhoramento da auto estima que se dirigiam ao Namibe. Proporcionei-lhes um final de semana feliz: foram conhecer o mar e aí puderam saborear as iguarias do meu Tubiakanga. Pagaram um preço bonificado. Participei com aquilo que pude, para aliviar a situação social difícil das crianças desfavorecidas de Angola. A mulher deve arregaçar as mangas nas batalhas do quotidiano, construindo o seu mundo com pequenos gestos, pequenos actos, neste país de difícil ascensão para as mulheres” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.101).</p> <p><b>BATALHAS DO COTIDIANO</b></p> <p>“Tenho muito trabalho, mas isso não me impede de participar nas reuniões onde as mulheres discutem os seus problemas e dão os seus pontos de vista sobre várias situações. Faço parte da direcção da ASSOMENA - Associação da Mulher Empresária e de Negócios do Namibe, onde dou o meu contributo, regularmente. Eu respeito-me como mulher, porque a semelhança de muitas outras, estou a gerir um negócio, tenho um lar onde sou chefe de família, sei que muitas mulheres estão a lutar em várias esferas da sociedade para alcançar a independência econômica, social e cultural. Nós mulheres angolanas estamos no bom caminho. Somos batalhadoras, trabalhadoras, responsáveis. É só olhar para as estatísticas e veremos quantos lares são geridos e sustentados com muita competência por mulheres, sem estudo nem emprego” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.101).</p> <p><b>RECONSTRUÇÃO NACIONAL</b></p> <p>“quero contribuir com todas as minhas forças para a reconstrução do país” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.102).</p>
--	---	--	--

34. PAZ É EDUCAR O HOMEM A RECONHECER QUE A MULHER NÃO É BRINQUEDO SEXUAL P. 103			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> 51 anos 8 filhos</p> <p>Deolinda Rodrigues<sup>75</sup></p> <p><b>Profissão:</b> Não especificado</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 8</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ensino Médio</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Viúva</p> <p><b>Sem Autoridade Coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> Paz é combater a violência e assédio sexual</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Reivindica</b> ação educativa de orientação sexual para os homens.</p> <p>2008 – 51 = 1957</p> <p>Em 1961 tinha 4 anos – Contexto de luta anticolonial</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>-Educação sexual para os homens (desejo de ruptura com o legado de uma sociedade colonial, patriarcal e machista)</p> <p>- Missões católicas (refúgio)</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Neste relato essa heroína sem nome e sem siglas representativas de seu nome enumera várias situações em que teve que fugir, se esconder para não ser estuprada. No dia da independência fugiram para a missão católica, a mãe escondeu-as três irmãs. Os militares chegaram à mãe mentiu. Com medo de ser descoberta a mãe organizou para as meninas irem para o hospital com uma irmã enfermeira. No hospital tinha um chefe militar em tratamento, colocou as três meninas para cuidar dele, uma para dar-lhe os remédios, outra para a comida e outra para lavar-lhes os pés, “a mais clara, aquela que lhe lavava os pés, só Deus sabe...ela ficou traumatizada” p.104</p> <p>Elas fugiram novamente, antes que o indivíduo melhorasse. Posteriormente, teve que abandonar seus projetos de vida para fugir novamente. Foi morar com a irmã casada e retomou os estudos. Casou-se com um homem violento, que deixou-lhe todos os bens hipotecados quando ficou viúva. Buscou auxílio de um político para ser seu avalista, este também assediou-lhe. É um dos</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>VIOLÊNCIA</b></p> <p>“Aconteceu no dia 11 de novembro de 1975; apesar da guerra, cada um queria passar aquele dia de independência de forma especial. Para alguns militares, celebrar a independência era apanhar estas “estudadas” e violar” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.103). (relato lembra o livro de Bela Malaquias)</p> <p><b>OBJETIFICAÇÃO DA MULHER</b></p> <p>“Tive que largar tudo para fugir de seres humanos iguais, que se comportavam como irracionais, e essa consciência de que muitos homens de que a mulher é objecto para se usar, abusar, fazer dela o que bem entender. Consegui chegar ao Lubango, onde tinha uma irmã já casada, senti-me segura e retornei os estudos e aprendi a trabalhar sozinha, porque nos meses que andei a deambular a fugir de outros seres humanos, aprendi a autodefesa... Mais tarde casei-me com um marido que nunca quis que eu estudasse, mas às escondidas consegui fazer o médio” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.104).</p> <p><b>REEDUCAÇÃO SEXUAL</b></p> <p>“A paz é também combater a violência e o assédio sexual e educar o homem a reconhecer que a mulher é um ser humano” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.104).</p>

<sup>75</sup> Na bibliografia de *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome* constam o nome de mulheres que testemunharam sobre suas experiências de vida, contribuindo para construção de narrativas plurais sobre a vida cotidiana em Angola. Porém, muitas mulheres não deram o nome. Aqui homenageio estas heroínas sem nome com nome de literatas renomadas.

		<p>depoimentos com menos dados pessoais disponíveis devido ao teor da violência.</p> <p>A pauta levantada por esta mulher é a reeducação sexual, educar os homens para respeitar as mulheres como ser humano.</p> <p>Essa heroína sem nome não quer ter o seu corpo ultrajado. Quer ser respeitada como ser humano.</p>	
<b>35.PAZ. EXISTE COISA MELHOR? P.105</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> C. H. 43 anos</p> <p>Catarina (não tem na bibliografia sobrenome H com nome iniciado com consoante C, no testemunho Catarina diz que seu nome significa segredo e mistérios.)</p> <p><b>Profissão:</b> Indefinido.</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Sem filhos biológicos. Maternidade afetiva cuida de 14 pessoas</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ensino médio técnico na área de saúde</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Sem companheiro</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> Exerce maternidade espiritual/afetiva. Investe a própria vida na formação de outras pessoas.</p> <p><b>O significado da paz</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Raptada 2x</p> <p>-Missão católica</p> <p>- Violência de gênero (para além do texto, mas sem força-lo este relato é narrativa da memória do trauma por variadas formas de violência, dentre elas o estupro.)</p> <p>- Solidariedade</p> <p>- Vida em cativo</p> <p>-Fé em Deus</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Este é o relato de uma memória traumática, Catarina foi raptada duas vezes, na primeira vez por 24 horas. A família o encaminhou para a missão católica por pensar ser uma forma de protegê-la. A missão foi invadida e até mesmo o bispo foi raptado. Uma atmosfera de insegurança, medo e violência. Nesse relato tem-se a descrição cotidiana das violências vividas nos três anos em cativo um ultraje a dignidade humana. Nas entrelinhas é uma mulher que passou por violência sexual, ao ponto de não querer casar e ter os próprios filhos. Viveu situações limites: longas caminhadas forçadas com sol ou chuva, fome ao ponto de comerem terra, passou sede era permitido beber água uma vez ao dia no rio amarrada por uma corda, sem a liberdade de cuidar da higiene do próprio corpo, menstruação sem nenhum recurso. Uma fase em que Catarina teve que aprender a dormir em uma árvore para não ser estuprada pelos soldados.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>CATIVEIRO</b></p> <p>“Foi nesse cativo que aprendi a dormir em cima de uma árvore. Tinha de ser assim se não quisesse ser violada por soldados... Depois de três anos de cativo, fomos libertados. Meu pai não me reconheceu, eu já não era a mesma, estava completamente modificada fisicamente, muito magra e mentalmente muito frustrada e traumatizada” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 91).</p> <p><b>SOLIDARIEDADE</b></p> <p>A única saída era a fé em Deus, por isso dediquei-me aos estudos com muito afinco. Fiz o Instituto Médico de Saúde e trabalho para ajudar membros da minha família e todos aqueles que precisam, sem os tornar dependente mas sim auto-suficiente. Nesse momento, tenho sob a minha responsabilidade 14 pessoas entre sobrinhos, filhos de primo-irmão e crianças carentes. Junto de mim eles ficam com tudo pago, mas é como se estivessem numa universidade a formarem-se. São obrigados a fazer alguma coisa para poderem ir às suas vidas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.91).</p>

<p>Com a indagação sobre se existe algo melhor que a paz. Ela valoriza viver com paz.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p>Tem <b>expectativa</b> de permanecer ajudando outras pessoas.</p> <p>Em 1961 C. H. tinha 4 anos – Contexto de luta anticolonial</p> <p>2008 – 43 = 1965.</p> <p>Não está claro no testemunho em que período de guerra Catarina viveu em cativo.</p>		<p>Catarina é uma mulher que encontrou na ajuda ao próximo condições para sobreviver à dor e ao trauma. Acolhendo outras pessoas em sua casa deu sentido à vida através do exercício de uma maternidade espiritual.</p>	<p><b>MATERNIDADE AFETIVA</b></p> <p>“Foi a fé em Deus e Jesus Cristo que me ajudou a apagar todo esse período negro da minha vida. A Diocese dá-me muito apoio e com a benção de Deus, tudo vai. Não penso em casar, nem ter filhos. A força que me guia é para poder ajudar os outros. Espero não parar por aqui. É a isto que eu chamo ser mãe.” (KASEMBE; CHIZIANE, 2008, p.106).</p>
--	--	---	---

**36. TODAS AS MULHERES PODEM AUMENTAR OS SEUS CONHECIMENTOS E CUIDAR DO FUTURO DOS FILHOS P.107**

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>Sem identificação.</p> <p>T. R natural de Cabinda - Juelma</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Conselheira familiar</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>Não quantifica. Filhos no plural</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Universitária</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Casada</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> por via do trabalho de orientação para</p>	<p>- Violência doméstica</p> <p>- Abandono de maternidade</p> <p>- Não assumência de paternidade</p> <p>- Educação</p>	<p>E um relato de uma universitária que narra sua experiência profissional como conselheira familiar, trabalha no aconselhamento às famílias com foco na reconciliação familiar. A maior parte dos casos atendidos trata-se da recusa em assumir a paternidade. Mas, há casos que é a mulher que abandona os filhos. Em casos de violência doméstica o conselho busca a intervenção da polícia.</p>	<p><b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b></p> <p>“Há casos em que temos de apelar para intervenção da polícia. Já tivemos alguns casos de violência doméstica” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.107).</p> <p><b>EDUCAÇÃO</b></p> <p>“Com a paz, todas as mulheres podem aumentar os seus conhecimentos, para melhor se defenderem no seio da família saber dos seus direitos e deveres. Cuidar do futuro dos seus filhos.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.107).</p>

<p>restauração das famílias.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Para a conselheira familiar com a paz abre-se a possibilidade das mulheres terem acesso a educação.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Orienta</b> que as mulheres cuidem do futuro dos filhos.</p> <p>Testemunha abordou questões sociais do tempo presente.</p>			
<p>Mapa de Angola (pág. 108)</p>			
<p><b>37. FAÇO A REABILITAÇÃO ESPIRITUAL DE QUEM SOFREU AS SEQUELAS DA GUERRA PARA QUE POSSA VIVER EM PAZ P. 109</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> I. J. 55 anos</p> <p>Isabel Jamba</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Religiosa/homeopata</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Indefinido</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b></p> <p>Tem uma preocupação com as questões sociais, porém tem ganho financeiro com reabilitação espiritual</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>-Igreja Espiritual de Deus em Angola</p> <p>- Reabilitação espiritual</p> <p>- Indício de doenças mentais</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Esse relato aborda a trajetória de uma mulher que fundou uma igreja – Igreja Espiritual de Deus em Angola. Oferece atendimento a ex-militares e a outras pessoas com perturbações psíquicas como desdobramento de experiências traumáticas de guerra. O tratamento dura entre um a três meses com banhos e rezas. Conforme o título expõe, a guerra deixa um legado difícil de lidar. Parece-nos uma igreja balizada no sincretismo religioso, mistura crenças católicas e espíritas.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>DOENÇAS MENTAIS</b></p> <p>“Tenho recebido muitos ex-militares, aqui na minha igreja. Vêm buscar remédios. Uns a queixarem-se de zumbidos constantes nos ouvidos. Outros ouvem vozes e choro pela madrugada. Outros têm pesadelos, insônias. Eles andam perturbados, por causa da vida difícil que levaram. Nós tratamos das suas almas torturadas pelos momentos difíceis que passaram. Esta é a nossa contribuição na construção da Paz” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 96).</p>

<p>de ex- militares.. Afirmar cuidar dos idosos sem família.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Vincula a paz ao desenvolvimento do país por meio da trabalho.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Orienta</b> o amor ao próximo e lutar para desenvolver o país.</p> <p>→ 2008 – 55 = 1953 Em 1961 C. H. tinha 8 anos – Contexto de luta anticolonial. Relato aponta apenas as sequelas psíquicas em decorrência a guerra. Não dá pra especificar qual guerras.</p>			
<b>38.COM A PAZ, ENCORAJA AS MULHERES CONTRA A DISCRIMINAÇÃO DENTRO DAS FORÇAS ARMADAS P.111</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. 50 anos</p> <p>Malessso</p> <p><b>Profissão:</b> Chefe das relações pública/ militar</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b> Escola de instrução militar</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Indefinido</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Paz representa a possibilidade de</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Discriminação nas forças armadas</p> <p>- Questão de gênero – igualdade</p> <p>- Ex guerrilheira 5ª região político militar</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Esse testemunho versa sobre a discriminação por ser mulher vivenciada nas forças armadas. É uma mulher que se sentiu discriminada na sociedade, pelo fato dos estudos ser uma opção para os meninos e não pelas meninas. Teve acesso à instrução formal, porque na casa onde ela começou a trabalhar os patrões viram que ela era inteligente. Estudando poderia servir melhor. Frequentou escola de instrução militar, mas não teve a ascensão almejada nas forças armadas. Supomos que Malessso tenha sido membro do MPLA na 5ª região.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>DISCRIMINAÇÃO</b></p> <p>“Fui discriminada na família. Na sociedade. Nas fileiras onde dediquei a minha juventude e toda a minha melhor energia. A discriminação existe em todo lado, mas é no exército que se faz sentir com maior intensidade. O mundo das armas foi sempre o santuário dos homens. Eles defendem-no. Até parece que tem medo que as mulheres penetrem. Com a paz, encorajo a todas as mulheres a engajarem-se na defesa dos direitos da mulher, dentro das forças armadas. Chega de sofrer...as mulheres não são inúteis, pelo contrário, sem elas a sociedade não seria o que é!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 112).</p>

<p>alcançar um espaço nas forças armadas.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Orienta</b> as mulheres a lutar pela defesa dos direitos da mulher.</p> <p>2008 – 50 = 1958</p> <p>Em 1961 M. tinha 3 anos – Contexto de luta anticolonial.</p>			
<b>39.A PAZ SÓ SERÁ DURADOURA QUANDO OS VALORES MORAIS ESTIVEREM REABILITADOS P.113</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> K.</p> <p>Keila</p> <p><b>Profissão:</b> garçonete</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Sem filhos</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> solteira</p> <p><b>Sem Autoridade Coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>União familiar, a reabilitação dos valores morais.</p> <p><b>Posicionamento</b></p> <p>Reivindica tomada de consciência dos outros no que diz respeito a família.</p> <p><b>Questões sociais</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>Desestruturação familiar</p> <p>- Problema de ordem pessoal.</p> <p>- Abandono de crianças</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Testemunho é um relato sobre o abandono de duas crianças pelos pais que se separaram. Deixando na porta de Keila seus sobrinhos com 2 anos e a outra criança de 8 meses. A tia relatou não ter tido opção de escolher cuidar dos sobrinhos. Queixa-se de não ter possibilidade de estudar, casar ou ter os próprios filhos. Considera a deterioração dos valores um legado da guerra.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>FAMÍLIA</b></p> <p>“A guerra em Angola foi um dos factores que destruíram o tecido social e as pessoas perderam o controlo sobre a importância da família. [...] A paz em Angola só será duradoura quando a família, o tecido social e os valores morais estiverem reabilitados” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 113-114).</p>

40.COM A PAZ, QUEREMOS QUE AS PESSOAS TRABALHEM, EM VEZ DE ESPERAR AJUDA P.115			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. F.</p> <p>Maria de Fátima Manuel</p> <p><b>Profissão:</b> Professora nível I e presidente da cooperativa agrícola Wakinga M'bote</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 8 filhos e 5 netos</p> <p><b>Ed. Formal</b> Teve acesso à educação formal.</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Não menciona</p> <p><b>Autoridade coletiva</b> Liderança na cooperativa. Atuação na vida pública como professora.</p> <p><b>O significado da paz</b> Paz é oportunidade para as pessoas trabalhar e estudar</p> <p><b>Posicionamento</b> Orienta mudança de pensamento ao invés de esperar ajuda, que as pessoas trabalhem.</p> <p><b>Contexto</b> Nascida no ano 1960, o relato menciona o impacto da guerra na vida dos jovens poderia enquadrar na guerra de</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Cooperativa</p> <p>-Agricultura manual: enxada</p> <p>-Órfãos</p> <p>- Cultura Patriarcal: Mulher como propriedade</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Essa narrativa abordou o testemunho de uma mulher que desempenha a função de presidente da cooperativa agrícola Wakinga M'bote. Composta por 38 mulheres e 32 homens. A cooperativa é inscrita na UNAC União Nacional dos Camponeses Angolanos.</p> <p>Maria de Fátima Manuel avalia que devido a guerra os jovens não aprenderam a trabalhar a terra. Apenas vendem produtos. Maria de Fátima relatou a existência de muitos órfãos. Preocupa-se em ensinar a nova geração o valor do trabalho na terra.</p> <p>Apontou que não se pode esperar tudo do governo. Indicou o trabalho na agricultura como caminho de superação dos problemas sociais. E meio para obtenção de recursos para custear os estudos.</p> <p>Pesquisa sobre Wakinga M'bote, indica que a cooperativa permanecia com dificuldades de modernizar as formas de plantio. Disponível em:</p> <p><a href="http://www.centrop.org/images/publicacoes/PAP_DAR/6.%20Tractor_Kafundanga.pdf">http://www.centrop.org/images/publicacoes/PAP_DAR/6.%20Tractor_Kafundanga.pdf</a></p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>MULHER COMO PROPRIEDADE</b></p> <p>“Nós, as mulheres daqui, por falta de condições, trabalhamos tudo na mesma lavra de 20 mubangas (50 metros), pomos mandioca, batata-doce, milho, ginguba inhame, tudo na mesma lavra: no fim, a colheita é o marido que recebe. A terra para produzir é pequena. O trabalho é feito só com enxada, por isso o rendimento é pouco. Os homens ficam com tudo depois da colheita, porque acham que são donos da mulher que produziu. Mas também porque não tem emprego, e os produtos da mulher são a única maneira de conseguirem dinheiro. Elas próprias pensam que não sabem vender, e entregam aos maridos porque ele sabe vender melhor, a bom preço. Mas noutros sítios, as mulheres têm o seu campo de dois a quatro hectares, cada produto tem seu canto, o marido também tem seu campo e trabalha a parte. Os homens vendem os produtos deles, as mulheres vendem produtos delas. Fica melhor assim. Quando precisam vão ao governo” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 115).</p>

<p>libertação nacional como na guerra civil. Supõe se quando menciona os órfãos, seja resultado da guerra civil.</p>			
<p><b>41. PAZ É TAMBÉM ISTO: DESFRUTAR DAS DOCES MEMÓRIAS DO MEU PAI, QUE VIVE DO OUTRO LADO DO MUNDO! P.117</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> T. S. M. 33 anos</p> <p>Teresa Sorte</p> <p><b>Profissão:</b> soldado</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 1</p> <p><b>Ed. Formal</b> Fez curso militar</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b> Testemunho ligado a vida individual.</p> <p><b>O significado da paz</b> Para Sorte paz é apreciar as memórias que possui de seu pai.</p> <p><b>Posicionamento</b> Defender a Pátria como militar.</p> <p>2008 – 33 =1975</p> <p>nasceu no contexto de <b>guerra civil</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Soldada</p> <p>- Narrativa de superação</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Teresa sorte nasceu em 1975 quando a família deslocava-se buscando um abrigo seguro em outra aldeia. Escolheu seguir a vida militar, tendo como inspiração o pai, assim lutou para vencer os desafios. Do mesmo modo que o pai, ela tornou-se “um soldado em defesa da minha Pátria!”</p> <p>Expressa a palavra <b>soldado</b> ao invés de soldada como uma inscrição do feminino no universo masculino.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>DESLOCAMENTO/ MATERNIDADE</b></p> <p>“Nasci no dia 27 de março de 1975. Para quem conhece um pouco da história de Angola sabe bem o que isto significa. Nasci debaixo de fortes combates quando estávamos de retirada para uma zona mais segura. Minha mãe teve dores pelo caminho e eu nasci na presença do meu pai e meus irmãos.” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.96).</p> <p><b>CURSO MILITAR</b></p> <p>“Quando anunciei ao meu marido que iria fazer o curso militar, quase destruí o meu casamento. O meu marido disse não, mas eu parti. O curso de formação militar era duro, com restrições alimentares a que não estava habituada. Tinha deixado a família longe e um marido zangado. Rendi-me perante o meu marido, dizendo que queria desistir por causa da dureza dos exercícios. Ele já conformado com a situação, disse-me: “agora quem não quer que voltes sem formação sou eu” terás que te esforçar bastante só te aceitei como mulher, se voltares como um oficial do exército. Esforcei-me e ganhei as duas coisas ser oficial do exército e manter o meu lar” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.118).</p> <p><b>SOLIDARIEDADE</b></p> <p>“...menina, na frente de combate não se recua, abrem-se alas, avança menina, nós estamos contigo!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 118).</p>
<p>LIHALA LYERI TCIMBUMBA WASOMBAKA KALISI</p> <p>Enquanto casada, não se conhecem os dissabores da viuvez</p> <p>Adágio Popular</p>			

42. PAZ É RECUPERAR O TEMPO PERDIDO NA GUERRA E FAZER COM QUE TODOS OS CIDADÃOS GOZEM DOS BENEFÍCIOS DO DESENVOLVIMENTO P.121			
IDENTIFICAÇÃO:	PALAVRAS - chave	RESUMO:	CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:
<p>K. 25 anos</p> <p>Alda Dorina Kossengue</p> <p><b>Profissão:</b> Jornalista da rádio Kuito</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 1</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ensino médio</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> A paz simboliza reconstruir o país e propiciar acesso aos benefícios fomentados pelo desenvolvimento a toda sociedade</p> <p><b>Posicionamento</b> <b>Defende</b> que a muito por se fazer no combate à violência.</p> <p><b>Contexto</b> da guerra civil. Em 1993 a cidade de Kuito foi sitiada pela UNITA por 9 meses.</p> <p>2008 – 25 = 1983</p> <p>nasceu no contexto de guerra civil</p>	<p>- Viuvez</p> <p>-Violência doméstica</p> <p>-Doença bócio</p> <p>-Discurso de desenvolvimento</p> <p>-Solidariedade</p> <p>- Guerra dos 9 meses em Kuito</p>	<p>E um relato de uma mulher que não conheceu o pai. Um testemunho marcado pela perda do pai na guerra. A luta da mãe viúva para cuidar da família e abrigar outras pessoas da comunidade. Durante a guerra sua casa foi abrigo para 29 pessoas. Alda Dorina Kossengue fez referência à guerra dos 9 meses na cidade de Kuito da província do Bié. Devido a um bombardeio sua mãe teve que viver com estilhaços de projétil no corpo. Alda perdeu um tio e um irmão. Outro ponto importante é que conseguiu realizar o sonho de ser jornalista e trabalha na rádio kuito. Porém, para exercer a profissão vive situação de violência, o marido não concorda com as deslocamentos de trabalho.</p> <p>Os relatos de agressão e violência doméstica contra as mulheres estão presente em todas as sociedades do mundo. Também difunde um discurso sobre o acesso aos benefícios de modo desigual entre os cidadãos, nem todos conseguem ter acesso ao desenvolvimento em Angola.</p>	<p><b>DOENÇA BÓCIO</b> “Nesse tempo, por falta de alimentos, comemos raízes de bananeira, que cozíamos; abatemos cães e gatos para as nossas refeições. Na falta de sal, fervíamos certas ervas e o caldo que dali se extraía era adicionado na comida. Quando movimento a minha mão, os ossos dão um estalo. É uma espécie de bócio, devido ao consumo desta planta e a falta de iodo. Esta doença afectou muita gente, aqui no kuito, que ainda tem esse problema” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 122).</p> <p><b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA</b> Tenho encontrado dificuldade de desempenhar rigorosamente a minha profissão de jornalista, porque o meu marido não concorda com as deslocamentos de trabalho, mas eu esforço-me por minimizar essa situação. O que se passa comigo acontece com outras mulheres. A minha colega, que também é jornalista, foi violentada pelo marido que lhe arrancou metade de uma orelha, por causa do trabalho dos turnos. Aqui temos muita violência doméstica. No momento da dor, as mulheres apresentam o problema às autoridades, mas logo a seguir retiram a queixa. É porque não se podem sustentar, com a guerra, não tiveram oportunidade de se formar. Pensam na importância da família e na união dos filhos e por isso perdoam os esposos escondem a violência. Há muito que se fazer no combate à violência e na defesa dos Direitos humanos, aqui nesta região” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 122).</p>

43.O POVO NÃO QUER NEM OUVIR A PALAVRA GUERRA, MUITO MENOS NÓS, QUE FICAMOS VIÚVAS POR CAUSA DELA P.123			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> F. M. 60 anos</p> <p>Faustina Maienguele</p> <p><b>Profissão:</b> Camponesa</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Não quantifica. Filhos no plural</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Viúva</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> Faustina faz parte do secretariado de uma Associação de Camponesas do Bié. Cofundadora da Associação das Mulheres Viúvas.</p> <p><b>O significado da paz</b> Para Faustina as pessoas da cidade de Cuito ainda não estão em paz. Problemas de saúde mental são um legado da guerra</p> <p><b>Posicionamento:</b> Reivindica tratamento psicológico para que as crianças superem os traumas e consigam esquecer.</p> <p>2008 – 60 = 1948</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Tradição</p> <p>- Pobreza</p> <p>- Associação das mulheres viúvas</p> <p>- Trauma / imagens de guerra</p> <p>-Guerra dos nove meses</p> <p>-Cemitério Monumento</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Um relato denso e com temas diversificados. Faustina Maienguele se identifica como viúva, sua narrativa radiografa parte da realidade das viúvas que tem como batalha cotidiana a sobrevivência e o cuidado com os filhos. Enfrentando a situação do trabalho na terra sem instrumentos de trabalho adequados, por vezes afastado de suas casas, além disso, as poucas creches existentes tinham um preço alto. Os maridos morreram na guerra, muitas mulheres não têm ciência dos direitos a pensões como viúvas de combatentes. Essas mulheres muitas vezes não sabem a quem recorrer. Em meio às dificuldades, Faustina apontou sua participação como parte do secretariado na Associação Camponesa. Mais tarde participou da fundação da Associação das Mulheres Viúvas atendendo 975 viúvas e 143 mulheres mutiladas. Destacou também o papel da Associação de viúvas no processo de alfabetização.</p> <p>Sobre a guerra relata a perda de duas amigas enquanto conversavam foram bombardeadas. Enterraram elas no quintal mesmo, devido aos riscos para a saúde. Alegou a falta de</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>VIÚVAS E TRADIÇÃO</b></p> <p>“Os nossos maridos foram mortos pela guerra. Alguns deles eram o mesmo soldados e muitos de nós não temos ainda conhecimento dos nossos direitos e nem sabemos como reclamar as nossas pensões sofreremos o peso das tradições porque há sempre alguém achando que a mulher tem alguma culpa na morte do marido mesmo sabendo que ele foi morto por uma bomba pior ainda é a situação das viúvas que também são mutiladas não consegue deslocar-se para as lavras o que conseguem produzir milho e feijão não consegue transportá-lo para casa ou para o mercado não há transporte e as vias de acesso estão todas degradadas pela guerra e pelas chuvas foi por isso que fundamos a Associação das Mulheres Viúvas Associação cresceu já conta com 975 mulheres viúvas e 143 mutiladas . [...] O Ministério da Agricultura fornece semente de fertilizantes por kilapi (a crédito) só que esses produtos são mesmo caros depois da colheita não há rendimento suficiente para pagar a dívida” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 123-124).</p> <p><b>IMAGENS DE GUERRA</b></p> <p>“Chegou uma altura em que já não conseguia deixar uma lagrima. Só o coração chorava, com os olhos secos. [...] Muitas crianças tiveram que enterrar nacos de carne dos próprios pais, mães e irmãos, como quem enterra gatos mortos. Sem lágrimas. A esperança de vida era nula, morria-se em qualquer lugar e a qualquer momento” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.124).</p>

<p>Em 1961 M. tinha 13 anos – Contexto de luta anticolonial. <b>Relato sobre a guerra civil – guerra de 9 meses.</b></p>		<p>liberdade para ir e vir em segurança.</p> <p>Ficou como legado da guerra os distúrbios mentais e trauma. Vislumbra o tratamento psicológico como possibilidade de esquecer. Essas crianças esqueceriam só caso tivessem Alzheimer ou amnésia. Concebemos que auxílio só pode ser no sentido de reelaboração, ressignificação do trauma.</p>	<p><b>CEMITÉRIO-MONUMENTO</b></p> <p>“Depois veio a exumação dos corpos enterrados de qualquer maneira para o Cemitério Monumento. Aí, nós recordamos o passado de guerra, mas decidimos por uma pedra no que passou e olhar para o futuro. (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 124).</p> <p><b>TRAUMA</b></p> <p>“Apesar da grande reconstrução física do kuito-Bié, deve-se ainda investir no acompanhamento psicológico das crianças, para superarem os seus traumas e esquecer tudo o que passou” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 125).</p>
<p><b>44.A PAZ PRECISA DE ASSOCIAÇÕES FEMININAS QUE PROMOVAM SOLUÇÕES DOS PROBLEMAS DAS MULHERES P.126</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> Sem Sigla identificação - Paulina Chiziane</p> <p><b>Profissão:</b> Indefinido. Atuação envolve esfera política.</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 5</p> <p><b>Ed. Formal</b> Sim teve acesso a educação formal.</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> Por fazer a gestão de projeto de alfabetização.</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> Participa de projeto educativos de alfabetização.</p> <p><b>O significado da paz</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação/alfabetização</li> <li>- Promoção da mulher</li> <li>- Discurso de reconstrução nacional</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Narrativa de uma mulher que afirmou ter recebido financiamentos de agências internacionais em 1999 para desenvolver um projeto de alfabetização com 2.125 mulheres, das quais 365 continuaram os estudos. O testemunho enfatizou a participação no processo de desenvolvimento do país, por meio da promoção da mulher na educação. Supõe-se que é uma mulher com atuação política alinhada ao governo para obter acesso a financiamento para promover educação.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES FEMININAS</b></p> <p>“A consolidação da paz precisa do desenvolvimento de associações femininas que promovam soluções dos problemas das mulheres. As jovens devem apostar na sua formação, para que, no futuro, as suas vozes sejam ouvidas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 127).</p>

<p>Vislumbra paz como desenvolvimento social, daí a importância de associações femininas para organizar a luta por direitos das mulheres.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p><b>Orienta</b> que as jovens devem investir em formação para serem ouvidas.</p> <p>Relato datado 1999 contexto de guerra civil.</p>			
<b>45.A PAZ PRECISA FORTALECER O ESPIRITO E PRESERVAR OS VALORES MORAIS P.128</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. A. 56 anos 5 filhos</p> <p>Manassés Albino</p> <p><b>Profissão:</b> Presidente associação de viúvas e órfãos</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 5</p> <p><b>Ed. Formal</b> Supõe se ensino superior</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Viúva</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> Exerce influência na transformação social no meio onde vive.</p> <p><b>O significado da paz</b> Percebe a paz como uma construção social, para qual o conhecimento acadêmico é insuficiente</p> <p><b>Posicionamento:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>-Cemitério Monumento</p> <p>- Estratégia de sobrevivência</p> <p>- Associação de Viúvas e Órfãos</p> <p>- Empreendedorismo e adaptação</p> <p>- Guerra dos nove meses</p> <p>-Agricultura manual</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Presidente de uma Associação de Viúvas e Órfãos fala a priori sobre perdas pessoais, A morte do marido militar. Depois teve sua casa bombardeada, falecendo o irmão e o filho. Tiveram que enterra lós no quintal de casa. Os corpos foram trasladados para o Cemitério Monumento, trazendo-lhe alívio.</p> <p>Uma das passagens mais fortes sobre o amor à vida e a luta pela sobrevivência. Foi a estratégia de utilizar o canto e a dança, durante os ataques e nos funerais.</p> <p>A associação atuou na alfabetização das viúvas, auxiliou no processo de viúvas receberem pensão do governo. Manassés Albino dá testemunho que das mulheres alfabetizadas na associação algumas se tornaram universitárias. Na associação as mulheres aprendem bordado, tricô, costura e culinária. Também</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>CEMITÉRIO MONUMENTO</b></p> <p>“Perdi o meu único filho homem e o meu irmão, quando um projectil caiu sobre a nossa casa e a destruiu. Foram enterrados de imediato no quintal desta casa onde continuamos a viver até hoje. Não imaginam o que significa estar todos os dias ao lado das campas das pessoas que tanto amas. Era muito doloroso. A exumação dos seus corpos para o Cemitério Monumento aliviou-me de grandes cargas psicológicas e espirituais. A guerra dos nove meses foi uma das maiores catástrofes na história da nossa cidade” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 128).</p> <p><b>ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA</b></p> <p>“A nossa associação organizava entreaajuda das mulheres da zona e o controle das crianças, caso houvesse ataque. Desenvolvemos uma estratégia: dançávamos, cantávamos alto, como forma de resistência, provando o amor pela vida, apesar da destruição de que éramos vítimas. Uma vez fomos bombardeados, o edificio ruiu e ficámos debaixo de escombros. A primeira percepção foi de que ninguém escaparia. Mas ao conseguirmos sair dos escombros,</p>

<p><b>Orienta</b> desenvolver um espírito empreendedor e capacidade de adaptação para melhor sobreviver.</p> <p>2008 – 56 = 1952</p> <p>Em 1961 M. tinha 9 anos – Contexto de luta anticolonial</p>		<p>criaram cooperativas agrícolas com muitas limitações técnicas, mas com produção para o consumo.</p>	<p>gritámos e cantámos: coragem, viveremos! A nossa estratégia funcionou, mesmo! Elevámos a moral dos sobreviventes. No funeral fazíamos o mesmo, quer fosse no quintal ou no cemitério! Foi nesse tempo que as minhas cordas vocais ficaram obstruídas, fiquei para sempre com esta voz rouca, por causa de tantos gritos, da pólvora e da poeira dos entulhos (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 128).</p>
<b>46. DEPOIS DE TODAS ESSAS MORTES PELA GUERRA, É MUITO IMPORTANTE RECEBER NOVAS VIDAS P.130</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> T. A. 61 anos, viúva</p> <p>Teresa António</p> <p><b>Profissão:</b> Professora / Parteira Tradicional</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 9</p> <p><b>Ed. Formal</b> Sim</p> <p><b>AUTORIDADE COLETIVA</b> Atua auxiliando no processo formativo das pessoas da comunidade e no parto.</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Viúva</p> <p><b>O significado da paz</b> Não ressignifica a paz, abordou a alegria de receber novas vidas.</p> <p><b>Posicionamento</b> Ensinar o que sabe sobre parto para as mulheres mais novas.</p> <p><b>Questões sociais</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>-Parteira tradicional</p> <p>- Zonas sem hospitais</p> <p>-Doenças sexualmente transmissíveis</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Ao relatar sua história Teresa António afirmou-se professora. Relatou as perdas pessoais do esposo e também do falecimento de sete filhos.</p> <p>Na região em que viveu a guerra não chegou diretamente, mas sofreu o impacto causado pela fome e nudez. Não está claro se a morte dos filhos e esposo foi por fome devido a guerra faltava sementes para o plantio. Teresa António também atuou como parteira tradicional, fazendo partos apenas com recursos naturais e homeopáticos. Na comunidade em que vive ainda não tinha hospital.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>IST</b></p> <p>“Os partos das mulheres cujos maridos são mulherengos, são tratados com raízes de tembuachilombo, n’dondo, calossongo, que também curam outras doenças de transmissão sexual.” (KASEMBE; CHIZIANE, 2008, p.131).</p>

47.UM DIA VOU VOLTAR PARA BENGUELA AONDE ESTÃO OS MEUS PAIS PARA EU ESTUDAR P. 132			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. C. 14 anos</p> <p>Maria do Céu</p> <p><b>Profissão:</b> Prostituta</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Sem filhos</p> <p><b>Ed. Formal</b> Sem acesso à educação</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Sem companheiro</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p>Contribui na compra de remédios para outra colega prostituta Rosita portadora do vírus HIV</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>O testemunho não aborda nem a guerra, nem a paz.</p> <p>2008 – 14 = 1994</p> <p>nasceu no contexto de guerra civil</p> <p><b>Questões Sociais</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>-Violência contra criança</p> <p>- Maus tratos</p> <p>- Prostituição</p> <p>- AIDS</p> <p>- Expectativas frustradas</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O testemunho de Maria do Céu trata se da violência contra uma menina. Aos treze anos Maria do Céu, saiu da casa dos pais em Benguela, a pedido de uma prima para ajudar a cuidar das crianças. Na casa da prima, além de apanhar, passava fome. Fugiu, foi estuprada por drogados. Tornou-se prostituta. Tinha 14 anos no momento da entrevista. Além da relação de maus-tratos com clientes, pagamento de propina para guardas para proteger da concorrência. Vivia o risco de contágio da AIDS devido a prática de sexo sem camisinha.</p> <p>Esse testemunho é uma radiografia de uma violência profunda, contra os direitos humanos, maus-tratos, abandono de menor, violência sexual e exploração sexual. A menina de Benguela tinha o sonho de estudar, de ter outra vida.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>ESPERANÇA</b></p> <p>“Um dia vou voltar para Benguela, aonde estão os meus pais, para eu estudar” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 132).</p>
48.A CONSOLIDAÇÃO DA PAZ EXIGE TOLERÂNCIA POLÍTICA P. 133			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> A. M. guerrilheira</p> <p>Ana Maria</p> <p><b>Profissão:</b> Ex guerrilheira</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Guerrilheira</p> <p>- Descrição da vida social na mata</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Ana Maria narrou que em 1975 ingressou na luta, passou a viver nas matas. Quando voltou a mãe não lhe reconheceu após 30 anos.</p> <p>Ana Maria conta nos sobre a vida cotidiana na mata. Não conseguimos</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>ZONAS LIBERTADAS</b></p> <p>“As mulheres trabalhavam na assistência social de forma rotativa; trabalhávamos na cozinha e na manutenção militar. As comunidades quotizavam o alimento e deixavam num certo lugar, para poder alimentar os combatentes.</p>

<p>Sem filhos</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Sem companheiro</p> <p><b>Sem autoridade Coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Com a paz pode voltar para casa. Aponta que com os desafios enfrentados tornou se uma pessoa segura.</p> <p>Posicionamento</p> <p>Escolhe narrar eventos cotidianos no período de guerra civil</p>		<p>dimensionar, se trata de uma região político militar da UNITA ou MPLA. Durante o conflito, as comunidades rurais eram obrigadas a dar a sua cota de contribuição para o sustento dos combatentes. Nas zonas libertadas viviam como Estado dentro de outro Estado com celebrações sociais legalizadas pelo poder político-militar.</p>	<p>Apesar de estarmos na mata tínhamos estabilidade. Realizávamos grandes eventos como casamentos, festas de baptizados. Éramos um Estado dentro do Estado” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 133).</p> <p><b>LIBERDADE</b></p> <p>“Hoje digo que valeu a pena esta minha aventura. Pude provar pela prática que uma mulher pode lutar por seus ideais. Ao participar na luta, ganhei a minha própria liberdade. Sou uma pessoa segura!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 134).</p>
---	--	--	--

**49.AFINAL OS OLHOS DAS MULHERES PODEM SER TESTEMUNHAS DA HISTÓRIA P.135 (TESTEMUNHO COLETIVO - Provavelmente a entrevista ocorreu no formato de roda de conversa entre mulheres ex guerrilheiras)**

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>1ª Sem identificação.</p> <p>Antónia Diogo</p> <p>Ressignifica a paz como objetivo a ser defendido por todos os angolanos</p>	<p>1ª - União</p> <p>-Tolerância política</p>	<p>1ª reivindica tolerância política e união entre as mulheres viúvas para solucionar problemas comuns. Na batalha pela sobrevivência tornaram-se zumgueiras para cuidar da família.</p>	<p><b>UNIÃO</b></p> <p>1ª “Nós, mulheres precisamos de trabalhar de forma comum para resolver os problemas que nos afectam. A guerra foi feita pelos homens” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 135).</p>
<p>2ª guerrilheira</p> <p>Alica</p>	<p>2ª-igrejas protestantes</p> <p>- Nacionalismo</p>	<p>2ª guerrilheira atuou primeiro na clandestinidade com a cobertura da igreja. Depois viveu na mata por 10 anos em frentes de combate.</p>	<p><b>NACIONALISMO E IGREJAS</b></p> <p>2ª “O nosso pastor falou-nos da situação do país e da importância da nossa contribuição nessa luta. Achei a causa importante e me alistei de livre vontade” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 135).</p>

<p>3<sup>a</sup> guerrilheira</p> <p>Lorisse</p>	<p>3<sup>a</sup> - História</p> <p>- Mulheres</p> <p>- Independência</p>	<p>3<sup>a</sup> Este testemunho de uma guerrilheira anônima demarca o lugar das mulheres como sujeitas no processo de independência do país. A passagem rememora a proclamação da independência com a subida da bandeira marcando o término do colonialismo português tardio e o início de uma nova fase com a independência política de Angola.</p>	<p><b>MULHERES NA HISTÓRIA</b></p> <p>3<sup>a</sup> “Vi Com estes olhos, eu vi, o fim de uma página e o início de outra. Vi com estes meus olhos que a terra há-de comer. Subi em cima de um tanque de guerra e vi. A árvore cair. As lágrimas a correrem. A paz a subir e a ocupar o seu lugar. Eu vi tudo, eu vi. Afinal os olhos das mulheres podem ser testemunhos da história!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 136).</p>
<p>4<sup>a</sup> Sem identificação.</p> <p>Domingas da Cruz</p>	<p>4<sup>a</sup> - História</p> <p>- Tradições</p>	<p>4<sup>a</sup> Conforme a narrativa completa apresentada na citação trata se de uma mulher que recusou o lugar subalterno destinado para as mulheres nas tradições. Como sujeita da história participou ativamente da vida política do país em gestação.</p>	<p><b>MULHERES NA HISTÓRIA</b></p> <p>4<sup>a</sup> “Eu entrei na mata quando era menina. Cresci. A força que eu ganhei ninguém a derruba. Eu vi a história. Eu participei na história. Eu fiz história. Ficando em casa conforme mandam as tradições? Eu seria apenas mais uma, mas eu agora, pertença a história!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 136).</p>
<p>5<sup>a</sup> guerrilheira</p> <p>Isabel Inzovo</p>	<p>5<sup>a</sup> - Ofensivas</p> <p>Defensivas</p> <p>Menstruação</p>	<p>5<sup>a</sup> Aborda ter conhecido Angola toda á pé durante o período de luta. Seguiu agindo entre ofensivas e defensivas. Na mata o período menstrual era complicado, aproveitava-se desde mangas de camisas até casca de árvore utilizada como tecido.</p>	<p><b>CASCA DE ARVORES: TECIDO</b></p> <p>“Fazíamos pensos de Chimuanji – que é a casca de uma árvore: quanto mais grossa, melhor. Esta casca serve para conservar o fogo e fazer pano. Mas criava feridas em algumas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 136).</p>
<p>6<sup>a</sup> Sem identificação.</p> <p>Ana Maria</p>	<p>6<sup>a</sup> limitações:</p> <p>- Poucas roupas</p> <p>- Piolhos</p>	<p>6<sup>a</sup> Este testemunho apontou as limitações da vida na mata, nas ofensivas as roupas eram queimadas ou capturadas.</p> <p>Também contou do episódio dos piolhos na roupa, para afugentá-los uma guerrilheira tirou a roupa frente a fogueira o</p>	<p><b>LIMITAÇÕES DA VIDA NA MATA</b></p> <p>6<sup>a</sup> “o adversário chegou com a sua ofensiva e já não havia tempo para vestir. Fugiu. Ela, nua, com sua arma” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 137).</p>

<p>7<sup>a</sup> Sem identificação. Rosalina Fragoso</p>	<p>7<sup>a</sup> Crença</p>	<p>inimigo chegou teve que fugir nua.</p> <p>7<sup>a</sup> testemunho conta sobre a crença de sua irmã. Sobre as pessoas que viviam na mata criavam caudas como os bichos.</p>	<p><b>CRENÇA</b></p> <p>7<sup>a</sup> “algumas pessoas acreditavam que quem andava nas matas se transformavam em animais com cauda ou noutros bichos-do-mato!” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 137).</p>
<p>8<sup>a</sup> Sem identificação. Chiquita Rosita Malamba</p>	<p>8<sup>a</sup> - Guerrilheira - Mães - Esposas - Tradição (-)</p>	<p>8<sup>a</sup> Este depoimento trata se da objeção ao lugar que a tradição reserva para a mulher como incapaz. A guerrilheira apresentou os papéis sociais que desempenha.</p>	<p><b>PAPÉIS SOCIAIS</b></p> <p>8<sup>a</sup> “Comparadas com as mulheres tradicionais? Nós somos aquelas que venceram os tabus e quebraram a distância; provámos que uma mulher tem capacidade para tudo. Para além de guerrilheiras, éramos esposas, mães, e cumpríamos com zelo todas as nossas obrigações. Por causa da guerra, vivíamos pouco tempo com os nossos maridos. Por vezes ele te deixava grávida e voltava para te encontrar com a criança de 4 meses ou mesmo 1 ano” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.137).</p>
<p>9<sup>a</sup> Sem identificação. Caridade Martins</p>	<p>9<sup>a</sup> -Tradição (+) - Menstruação</p>	<p>9<sup>a</sup> Guerrilheira apropriase da tradição, no período de menstruação aproveita para descansar no rio ao invés de fazer comida.</p>	<p><b>TRADIÇÕES</b></p> <p>9<sup>a</sup> “Preservamos algumas tradições, com prazer” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 137).</p>
<p>10<sup>a</sup> Sem identificação. Alda Lara</p>	<p>10<sup>a</sup> Fuga</p>	<p>10<sup>a</sup> Sentiram o cheiro de cigarro e fugiram.</p>	<p><b>FUGA</b></p> <p>10<sup>a</sup> “Fugimos em debandada” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 137).</p>
<p>11<sup>a</sup> Sem identificação. Cecília Meirelles</p>	<p>11<sup>a</sup> – Mortes</p>	<p>11<sup>a</sup> Durante os ataques mencionam que pensavam na família por isso, não acertavam o alvo. Relato fantasioso, o argumento caso fossem estrangeiros na guerra não sobrariam pessoas vivas.</p>	<p><b>MORTES</b></p> <p>11<sup>a</sup> “Vezes sem conta desviamos os alvos só para salvar vidas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 138).</p>
<p>12<sup>a</sup> Sem identificação. Ana Paula</p>	<p>12 anedota</p>	<p>12<sup>a</sup> Filho do guerrilheiro acostumado com casas de</p>	<p><b>TIPOS DE CASAS</b></p>

<p>1 filho</p> <p>13<sup>a</sup> Sem identificação.</p> <p>Odete Semedo</p> <p>Casada</p> <p>2 filhos</p>	<p>13<sup>a</sup> Fuga</p>	<p>palha estranhou vir morar numa casa de cimento. Da anedota apropriamos da exemplificação que as casas feitas na mata eram de palha.</p> <p>13<sup>o</sup> Um relato fantasioso. Isolando alguns dados como ultrapassar rios, com a ameaça de perigo faziam coisas que não tinham habilidades, como nadar sem saber nadar para atravessar rios. O testemunho aborda a vida em fuga em as matas, carregando os filhos nas costas, as poucas roupas, longas caminhadas rumo a um destino incerto para sobreviver.</p>	<p>12<sup>a</sup></p> <p><b>FUGA</b></p> <p>13<sup>a</sup></p>
<p>14<sup>a</sup> Sem identificação.</p> <p>Noémia de Souza</p>	<p>14<sup>a</sup> Imaginação</p>	<p>14<sup>a</sup> Testemunho versa sobre o aprendizado construído durante a guerra, o corpo humano e as mulheres têm uma força que desconhece. Conclui-se que um homem a fugir saiu correndo sobre as águas.</p> <p>15<sup>a</sup> O movimento na clandestinidade era organizado em células, para caso fosse preso um militante os outros não seriam descobertos. Sem conhecer os outros membros não era possível delatar caso fossem presos pela PIDE. Neste testemunho nem o marido ou a esposa sabiam do envolvimento de ambos no mesmo movimento de luta política.</p>	<p><b>IMAGINAÇÃO</b></p> <p>14<sup>a</sup></p>
<p>15<sup>a</sup> Sem identificação.</p>			<p><b>LUTA DE LIBERTAÇÃO</b></p>

<p>Dya Kasembe</p> <p>Casada</p>	<p>15<sup>a</sup> – Luta de Libertação</p> <p>-</p> <p>Clandestinidade</p>		<p>15<sup>a</sup> “Alistei-me no exército aos 14 anos, depois de ver a minha família derrubada. Assisti impotente ao massacre da minha família. Primeiro Fiz trabalho clandestino e consegui mobilizar seis melhores amigas, para juntas participarmos na luta de libertação de Angola. As minhas amigas todas já morreram. No tempo da clandestinidade nem o meu marido sabia das minhas acções políticas. O meu dia mais feliz, foi quando todos os militantes clandestinos foram chamados a uma reunião. Quando entro na sala, qual foi o meu espanto: o meu marido estava lá. Foi o dia mais feliz da minha vida. Fez-me feliz saber que, aquele homem, para além de marido era companheiro de luta” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 139).</p>
<p><b>50.COM ESTAS ELEIÇÕES, AS MULHER DEVEM COLHER O PRODUTO DO SEU ESFORÇO, DEVEM CANDIDATAR-SE P.140 (testemunho coletivo)</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b></p> <p>6 testemunhos sem identificação</p> <p>1<sup>a</sup> Alda do Espírito Santo</p> <p>- Menciona filhos</p> <p>- Não menciona relacionamentos conjugais.</p> <p>-Profissão Militar /Zungueira</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>1<sup>a</sup></p> <p>Discriminação de género</p> <p>-</p> <p>Desmobilização</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>1<sup>a</sup> O testemunho inteiro aborda o contexto de luta pela independência, é descontentamento ao lugar de exclusão reservado a mulher após a independência política. Após a desmobilização, as mulheres foram delegadas ao Ministério da Mulher na categoria de mulheres vulneráveis. Esta guerrilheira percebe que a única forma de conquistar uma nova posição na sociedade é através da participação política como candidata.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO</b></p> <p>1<sup>a</sup> “Depois da guerra, a situação das mulheres é deplorável. Enquanto estávamos na guerrilha éramos todas iguais e éramos úteis. Hoje, os meus antigos subordinados passam por mim em bons carros, realizados, apenas porque são homens. Eu vendo aqui no mercado da esquina e nem tenho o suficiente para sustentar os meus filhos” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 140).</p> <p><b>DESMOBILIZAÇÃO</b></p> <p>“Quando registram os desmobilizados escreveram apenas os homens. Nós mulheres fomos completamente excluídas nesse processo e, para agravar as coisas, nas negociações de paz não havia mulheres. Nós fomos afastadas. Quando começamos a reclamar, simplesmente nos disseram que devíamos ir ao Ministério da Mulher, porque somos incluídas nos grupos sociais mulheres vulneráveis” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 140).</p> <p><b>TRADIÇÃO</b></p>

<p>2<sup>a</sup> Conforme Paredes (2014, p. 102-115) Esse relato trata-se da narrativa testemunhal de Elisa Glória Calado Henda, capitão das FALA/UNITA</p> <p>Casada</p>	<p>2<sup>a</sup> Aneodota</p> <p>Dificuldade em cuidar dos cabelos</p>	<p>2<sup>a</sup> Relato bem humorado a mulher conta como o marido cortou- lhe o cabelo com o sabre. Com a falta de recursos como água, sabão, era muito difícil cuidar da higiene pessoal. Tinha apenas a xandala para higiene – planta conhecida no Brasil como Babosa ou Aloé Vera)</p>	<p>“Contrariei as tradições que dizem que a mulher não tem capacidade nem forças. Hoje eu digo, a vontade, que os homens têm mais força, mas se esgotam mais facilmente. As mulheres com menos força, resistem muito mais e não recuam quando se trata de defender as próprias convicções” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 140).</p> <p>2<sup>a</sup> <b>HIGIENE PESSOAL</b></p>
<p>3<sup>a</sup> - Conceição Evaristo</p>	<p>3<sup>a</sup> - Revolução</p> <p>- Funge – prato típico</p>	<p>3<sup>a</sup> - Nos relatos 3 e 4 o ingresso na luta de libertação nacional não está pautado numa consciência política.</p>	<p><b>ALIENAÇÃO</b></p> <p>3<sup>a</sup> - “Ainda adolescente, fui iniciada nas ideias revolucionárias, aderi sem saber o porquê das coisas. [...] Mas nunca arrependi” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 141).</p>
<p>4<sup>a</sup> Clarice Lispector</p>	<p>4<sup>a</sup> - Caminhadas</p>	<p>4<sup>a</sup> O testemunho desta mulher de origem econômica mais abastada, traz a interpretação da vida nas matas, a realidade das caminhadas como aventura. Aponta como aprendizado ter que cozinhar</p>	<p>4<sup>a</sup> <b>VIDA COTIDIANA NAS MATAS.</b></p>
<p>5<sup>a</sup> Maria Firmino dos Reis</p>	<p>5<sup>a</sup>- Revolução</p>	<p>5<sup>a</sup> Está mulher lembra as dores da caminhada. Mas pontua que são os jovens a fazer a revolução.</p>	<p><b>REVOLUÇÃO</b></p> <p>5<sup>a</sup> “Queríamos ir avante e vermos o que estava no fim. Curiosidade mesmo da idade. Mas, também, não são os velhos ou velhas que lutam. A revolução sempre se fez com os</p>

6 <sup>a</sup> Cidinha da Silva	6 <sup>a</sup> -Táticas militares  - Defensiva  - Convencimento	6 <sup>a</sup> evoca a experiência e sabedoria forjada na luta. O poder agora está nas palavras, é preciso convencer.	jovens” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 141).  <b>SABEDORIA</b>  6 <sup>a</sup> “Aprendi muito, e hoje posso dizer que me sinto realizada. Madura. Experiente. Sei coisas sobre táticas militares, sobre armas, sobre métodos de prevenção. [...] Posso dizer que sou capaz de me defender com sabedoria e não mais com armas. Sei convencer...” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 141).
---------------------------------	---	---	--

**51.COM PAZ OU SEM PAZ, NADA MUDOU P.142**

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>F. M.</p> <p>Filomena Matos</p> <p><b>Profissão:</b> Professora</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 1</p> <p><b>Ed. Formal</b> Sim. Supõe se que fez ensino médio.</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Separada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p>	<p>-Poligamia</p> <p>AIDS</p> <p>-Rapto</p> <p>-Machismo</p> <p>-Depressão</p>	<p>E uma mulher que sofre de depressão. E o ex-marido oprime a. Não permitindo que ela encontre outro companheiro. Além disso, Filomena apontou as dificuldades em encontrar um novo parceiro, o perfil dos homens em idade adulta: homens que já tem esposas, bêbados ou portadores de vírus HIV.</p>	<p><b>PERFIL DE HOMEM</b></p> <p>“Perdi a confiança nos homens porque na minha idade se encontrar alguém, já tem uma ou mais mulheres, ou se sobrou é um grande bêbado, sem situação. Ou então já tem o SIDA que também por cá abunda. Gostaria de sair deste meio, mas sempre vivi aqui resignada. A guerra afectou e não afectou porque nunca saí daqui. Os dois ataques que houve, fizeram alguns mortos e alguns raptos. Hoje as dificuldades são outras” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 143).</p>

<p>Ela pontua só seguir os eventos e não participar de nada.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Ela não dá sentido a própria vida, nem se vê nos eventos e não tem relação de pertencimento ao local.</p> <p>Ela não vive em paz no plano interior, para ressignificar o contexto exterior na vivência da paz.</p> <p>Sem elementos para dimensionar o contexto de guerra mencionado por Filomena</p>			
<b>52.A PAZ É QUE ME INSPIRA A SONHAR COM NOVOS PROJECTOS P.144</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> Sem identificação.</p> <p>Toni Morisson</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Kinguila (cotação casa de câmbio)</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>1</p> <p><b>Ed. Formal</b> Estudante universitária</p> <p><b>Sem autoridade Coletiva</b> .</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Casada</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Kinguila</p> <p>- Universitária</p> <p>-</p> <p>Empreendedorismo</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>É um relato que aborda uma mulher dinâmica, que paga os estudos no curso de direito atuando no câmbio. Pontuou que ser Kinguila é perigoso decorrente ao risco de roubo. Complementa a renda vendendo cimento e zungando bebidas em caixa térmica. Cheia de sonhos e vontade de contribuir na defesa dos direitos dos angolanos.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>EDUCAÇÃO</b></p> <p>“Muita gente pensa que quem trabalha na rua não tem visão. Engana-se! Aqui na zunga há universitários. Outros estão no médio. Outros estão a fazer os seus cursos técnicos, de dia ou de noite. Trabalham para pagar a própria educação. Eu estou a fazer o meu curso de direito e vou terminar. Quero conhecer as leis, o código do cidadão, e os deveres do Estado. Quero contribuir com meu saber, na defesa do cidadão que sofre por falta de conhecimento. O meu sonho é formar-me, juntar dinheiro suficiente para fazer um negócio seguro e abrir uma casa de câmbio. A paz é que me inspira a sonhar com novos projetos” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 144).</p>

<p><b>O significado da paz</b> A paz representa oportunidade, propicia expectativas de futuro.</p> <p><b>Posicionamento:</b> Tem a <b>expectativa</b> de defender os cidadãos que não conhecem seus direitos no futuro.</p> <p><b>Questões Sociais</b></p>			
<b>53.AS MULHERES DEVEM ACREDITAR EM SI PRÓPRIAS E LUTAR SEM MEDO P.145</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b></p> <p>I. G. Isabel Gomes</p> <p><b>Profissão:</b> Hoteleira</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ensino médio</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>Autoridade coletiva</b> Para além, de criar posto de trabalho oferece formação para os funcionários</p> <p><b>O significado da paz</b> A paz representa oportunidade de desenvolvimento humano e econômico.</p> <p><b>Posicionamento</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>Empreendedorismo</p> <p>- SOMECC ( Sociedade de Empresários de Cabinda)</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O testemunho de Isabel compartilha a alegria de viver um relacionamento matrimonial feliz. Frente aos desafios da vida ela tem com quem contar, Isabel e o esposo, cresceram juntos. Trabalhando no restaurante e hotelaria. Apoiam se na SOMECC e junto com outros empresários buscam melhorias e soluções para os problemas comuns. Atuam formando mão de obra. Passa uma mensagem que as mulheres devem acreditar no próprio potencial e não têm medo de empreender em novos ramos da economia.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>SOBREVIVÊNCIA</b></p> <p>“Nascida numa família pobre, cedo aprendi que a mulher tem que lutar para sobreviver. Eu e o meu marido ajudamo-nos muito” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 145).</p>

<p><b>Orienta</b> que as mulheres devem acreditar em si mesma, sem medo empreender rumo a novos ramos como a floricultura para que o país pare de importar rosas.</p> <p><b>Questões sociais</b></p>			
<p>Avó Mariana, minha avozinha  Fumando o seu cachimbo  No limiar da sua cubata  Ninguém adivinhará  O curso do teu pensar  Alda do Espírito Santo, poeta de São Tomé in “stwart ‘s Quatably African Womem”</p>			
<p><b>54.COMEÇAR UM NEGÓCIO ORGANIZADO, NÃO PRECISA DE MUITO DINHEIRO P.149</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. S.</p> <p>Maria Sunga</p> <p><b>Profissão:</b> Hoteleira</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Não quantifica. Filhos no plural</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido o nível de escolaridade, mas teve acesso.</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Separada</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> Cria postos de trabalho.</p> <p><b>O significado da paz</b> Não ressignifica a paz, preocupa -se com</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>Empreendedoris mo</p> <p>- Machismo</p> <p>- Alfabetização</p> <p>- SOMEC</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>A história de Maria Sunga como de tantas outras mulheres é atravessada pelo machismo. Ela era funcionária no Ministério da Construção, ao casar desligou-se do trabalho devido o marido não aceitar. Com a vinda dos filhos a renda tornou-se insuficiente. Eles se separaram. Ela tornou-se comerciante numa barraca. Com o dinheiro teve como pagar faculdade para os filhos, fez curso de hotelaria, além de cuidar sozinha da família. A princípio na barraca empregava 4 pessoas. Maria Sunga é uma mulher ativa, membro da SOMEC (Sociedade de Empresários de Cabinda)</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>MACHISMO</b></p> <p>Eu era funcionária do Ministério da Construção, mas quando me casei o meu marido não me deixou trabalhar” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 149).</p> <p><b>EMPREENDEDORISMO</b></p> <p>“A maior parte das mulheres que exploram as barracas lêem e escrevem; aprenderam, aqui, na alfabetização. Aconselho a todas as mulheres, em especial as que têm dificuldades financeiras ou sociais, que comecem um negócio qualquer. Eu comecei por vender bolinhos secos, hoje sou hoteleira. Não importa com que capital iniciar, o mais importante é iniciar” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 149).</p>

<p>desenvolvimento social e econômico.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p>Orienta as mulheres a começarem a empreender.</p> <p><b>Questões Sociais</b></p>			
<p><b>55.NÃO ME FALEM DA GUERRA QUE ME TROUXE DESGOSTO E SOLIDÃO P.150</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> D. M.</p> <p>69 anos</p> <p>Domingas Mavumo</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Lavadeira (54 anos como lavadeira)</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Não menciona</p> <p><b>Estado Civil</b></p> <p>Viúva</p> <p><b>Sem autoridade Coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Não ressignifica a paz.</p> <p><b>Posicionamento:</b></p> <p>Expectativa de receber a reforma. (aposentadoria/pensão)</p> <p>Pela idade de dona Domingas ela viveu desde a colonização até o período de guerra civil. Não dá pra definir quando o marido foi assassinado.</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Tortura/ assassinato</p> <p>- Solidão</p> <p>- Reforma</p> <p>- Longas caminhadas</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>É a narrativa de uma mulher que nasceu em 1939 e desde os 15 anos começou a trabalhar como lavadeira da Administração. Para visitar a irmão fez um percurso de 185 kms a pé, devido as tropas andava a noite e descansava durante o dia, mesmo andando no mato teve os bens roubados por soldados. Já em casa, três homens invadiram, seu Santo foi torturado e assassinado. Domingas ficou viúva sem poder chorar. Não dá pra compreender quem foram os soldados que mataram seu Santo ou de que lado do conflito faziam parte. No contexto de reconstrução nacional e reconciliação em Angola, o objetivo do livro não é apontar culpados.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>VIOLÊNCIA</b></p> <p>“Minha filha, pessoa que tem dor não chora. Meu marido disse para esquecer isso que levaram, o que interessa é a tua vida que sobrou. Naquele dia, quando meu marido estava almoçar, apareceram três homens já mais velhos mesmo e lhe levaram ali perto, no centro deles. Mana! Afinal pessoa lhe cortam a cabeça grita parece boi.... A gente ouvimos grito dele até a vida acabar. Depois entraram outra vez aqui em casa, vestiram já a roupa dele até a peúga, já olharam-me e perguntaram: tia Minga, está a chorar? Disse não, pai; então, se não está a chorar, ri. Eu ria. Depois mandaram cantar assim, mano Santo morreu kiááááá kiááááá, mano Santo morreu mesmo kiááááá kiááááá. Cercaram a casa, e avisaram não vale a pena chorar a pensar que está sozinha. É apertar o choro senão na família dele todos vai ser matado. Eu pegava já fotografia do sô Santo a olhar e assobiar, era assim que eu chorava. Depois aproveitava chorar se tivesse outros óbitos nas sanzalas. Até hoje, não sei onde foi enterrado sô Santo, meu marido” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 150).</p>

56.COM ESTA PAZ, MEU SONHO É APRENDER A LER E CRIAR EM PAZ ESTA MINHA FILHA QUE O PAI NÃO QUIS ASSUMIR P.152			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> B.</p> <p>Beatriz João</p> <p><b>Profissão:</b> Copeira na administração</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 1</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ilétrica</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Solteira</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> A paz representa a oportunidade de aprender a ler.</p> <p><b>Posicionamento</b> Expectativa de aprender a ler e cuidar da filha</p> <p>- O testemunho dá notícias de crime contra a dignidade humana que pode ter ocorrido tanto no contexto de guerra colonial como civil.</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>-Violência</p> <p>- Estupro</p> <p>- Desejo de esquecimento</p> <p>- Maternidade solo</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>As meninas das sanzalas precisavam ser escondidas para não serem raptadas, e estupradas. E uma narrativa de barbárie, ela vivia escondida, estratégia que as mães utilizavam para proteger as meninas. A mãe adoeceu ela voltou para casa com apenas 10 anos foi neste momento em que se tornou prisioneira, sofreu tortura psicológica e foi abusada. Depois que teve um relacionamento e engravidou, o pai não assumiu a filha. Assim, tornou-se mãe solo.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>VIOLÊNCIA DE GÊNERO</b></p> <p>“Eu sou B J nasci no kambundi katembo, na sanzala de Kanhama a 25 Km na sede do município. Naquele tempo nós as meninas da sanzala, éramos escondidas pelas nossas mães no outro lado das chanas porque os mais velhos andavam a apanhar raparigas dos 10 até aos 20 anos para carregar armamento e servir a eles como mulher” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 152).</p> <p><b>DESEJO DE ESQUECIMENTO</b></p> <p>“O vício de sexo das meninas daqui, apanharam naquele tempo. Nós éramos usadas muito mal, que nem dá para falar. Eu quero mesmo é a paz e não lembrar mais esses tempos. Agora trabalho na administração como copeira. Com esta paz meu sonho é aprender a ler e a criar em paz esta filha que o pai não quis assumir” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 152).</p>
57.A PAZ É MESMO COISA BOA, O QUE CONTA É SÓ TER EMPREGO P.153			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. S.</p> <p>Maria Sambwambwa</p> <p><b>Profissão:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Narrativa da notícia de um bombardeio no mercado da vila xawande (localizado na cidade Malanje capital da</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>AJUDA HUMANITÁRIA</b></p> <p>“Naquele tempo, 1 kg de fubá era uma fortuna. Os aviões deixavam de</p>

<p>Negociante/ quitandeira/ auxiliar na padaria</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>Não quantifica. Filhos no plural</p> <p><b>Ed. Formal</b> 8ª classe</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Casada</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>A paz representa a oportunidade de estudar e ter emprego.</p> <p><b>Posicionamento</b></p> <p>A partir da experiência de vida, percebe se que Maria defende acesso e educação.</p> <p>Neste contexto de processo de alfabetização para população inicia se nas zonas libertadas. Testemunho supõe se na transição da luta de libertação para guerra civil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Negociante</li> <li>- indicio de corrupção</li> <li>- Violência doméstica</li> <li>- Sexualidade virilidade masculina tensões</li> <li>- Educação</li> </ul>	<p>província de Malanje) e no ritondo (bairro, de Malanje) . No tempo de guerra era zungueira, comprava os produtos dos militares que conseguiam pegar os alimentos que eram jogados em pará quedas de aviões da ajuda humanitária.</p> <p>Em tempos de guerra, de pressão psicológica pela sobrevivência as atrocidades da guerra, mas também a fome em casa. Também afetava a vida sexual do casal.</p> <p>Com a paz, outras perspectivas para essa mulher se abriram, casou-se com companheiro, voltou a estudar.</p>	<p>aterrar e o alimento vinha de páraquedas, então não era qualquer pessoa que conseguia ter comida para matar a lombriga” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 153).</p> <p><b>GUERRA E SEXUALIDADE</b></p> <p>“Naquele tempo de guerra, em casa era pancadaria daqui pancadaria dali. Quando o marido conseguia o seu dinheiro, ia embora comer na rua, porque achava que em casa era muitas bocas. Eu quase me separei dele, mana! Naquele tempo azar bateu na porta. Não tenho vergonha de dizer mesmo isso: afinal quando há fome em casa, não há cá marido que dorme com mulher. O homem não tem força de nada, dorme tipo criança, aquilo é cada um por si. Deus por todos. Eh, mana, os homens só enterram os mortos quando estão de barriga cheia. Naquele tempo de fome, nós as mulheres é que fazíamos as covas e enterrávamos os mortos” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 153).</p> <p><b>ALFABETIZAÇÃO</b></p> <p>“Comecei a alfabetização em 1977, quando era quitandeira no mercado de Xawande. Hoje estou no 8ª classe e com a paz, quero estudar muito mais. Já estou bem com meu marido, já nos casamos e nos entendemos bem. Os filhos estudam sem problemas. A paz é mesmo coisa boa, o que conta é só ter emprego” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 154).</p>
<b>58.COM A PAZ PODE-SE TRABALHAR A TERRA, SEM MEDO P.155</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> T. P.</p> <p>Teresa Poba</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Camponesa</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Trator</li> <li>- Lavra</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Passou a ter uma lavra para ajudar nas despesas da família, ela plantava mandioca, feijão, jinguba, batata e banana. Assim, ajuda na educação dos filhos. Alfabetização. Quer adquirir um trator para trabalhar unida a outros camponeses na</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>AGRICULTURA</b></p> <p>“Por isso eu digo a todas as mulheres: não há necessidade de sofrer com falta de qualquer coisa, a terra recebe a todos, dá emprego a todos, letrados ou não, bons ou maus, ricos ou pobres desde que a tratem bem. A terra dá-nos tudo segundo o nosso desejo. Se ainda não tens</p>

<p>Não quantifica. Filhos no plural</p> <p><b>Ed. Formal</b> Alfabetizada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Casada</p> <p><b>Autoridade coletiva</b></p> <p>Tem expectativa de obter um trator para uso coletivo de todos os camponeses da área.</p> <p><b>O significado da paz</b> Paz simboliza desenvolvimento, almeja a mecanização na agricultura.</p> <p><b>Posicionamento</b> Defende a agricultura como meio de renda para as mulheres</p>		<p>lavra com menos sacrifício.</p> <p>Teresa conta que na região onde mora não teve guerra, mas na floresta do mayombe caiu numa emboscada, junto com sua amiga que morreu com estilhaços de bomba.</p>	<p>emprego, vem trabalhar a terra, porque vais ganhar e dar emprego a outras pessoas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 155).</p>
---	--	---	--

**59.O VALOR DA MULHER ESTÁ NAQUILO QUE ELA FAZ P.156**

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>L. N. Z.</p> <p>Lucinda Nogueira</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Ex - Militar/ Parteira Tradicional/ Coordenadora da alfabetização</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b> Teve acesso a educação formal, mas o nível de escolaridade indefinido</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> Menciona ter coordenado 21 turmas</p>	<p>-Educação como obrigação</p> <p>-Parteira</p> <p>-Militar</p>	<p>Narrativa de uma mulher que atuou como militar, treinou outras mulheres para a defesa civil. É coordenadora de alfabetização. Com a sua mãe aprendeu o ofício de parteira tradicional. Faz partos na comunidade com tanta privação que não tem nem sabão.</p>	<p><b>PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO</b></p> <p>“Temos um grande trabalho de sensibilização, porque muitas mamãs não querem aderir, mas também muitas não encontram espaço de manobra porque quando vão à igreja, também lá encontram o programa de alfabetização, no campo e nos mercados, a mesma coisa não há como fugir” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 156).</p>

de alfabetização e faz partos.			
<b>Cônjuge ou companheiro:</b>			
Não menciona companheiro			
<b>O significado da paz</b>			
Não significa a paz			
<b>Posicionamento</b>			
Defende a educação.			
<b>Questões sociais</b>			
<b>60.TODAS AS MULHERES PODEM AUMENTAR OS SEUS CONHECIMENTOS P.157</b>			
<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
		Narrativa duplicada, apenas com pequena alteração no título. Ver testemunho nº 36	
<b>61.O MEU ESFORÇO FOI O DE SEMPRE TRANSMITIR MENSAGENS DE PAZ P.158</b>			
<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
R. G.  Regina Ngombe  <b>Profissão:</b>  Assessora de direção na RNA e realizadora do Programa Huíla em movimento. Chefe gabinete de publicidade  <b>Qt. De filhos:</b>  6  <b>Ed. Formal</b> Superior em Jornalismo  <b>Sem autoridade coletiva</b>  <b>Cônjuge ou companheiro:</b>	- Deslocados  - Mãe como exemplo  - Sobrevivência  - Solidariedade	E a narrativa de uma história carregada de afeto e lições de vida de uma jornalista com formação em Cuba! Filha de pai português e mãe angolana. O pai a levou com 1 ano. Não sabia que a mãe Rita Pinheiro com quem convivia era adotiva, foi criada com muito amor e exemplo de uma mulher forte e solidária. Que além de criar os 5 filhos biológicos criou mais 15 filhos adotivos. Regina Ngombe é uma profissional bem resolvida. Assessora de direção na RNA – Radio Nacional de Angola, realiza o programa Huíla em movimento e responsável pelo gabinete de publicidade. Politicamente percebe-se	<b>SOBREVIVÊNCIA</b>  “Durante o <b>período negro</b> da nossa história, sair do Sumbe e fui refugiar-me em Luanda. Como jornalista, o meu trabalho era redobrado e fazia praticamente tudo: as produções de programas, apresentação das informações e outras atividades, ponto constantemente a minha vida em perigo. [...] Nessa altura, a única alternativa de sobrevivência na minha família era eu, por ser a única que ainda tinha emprego. Recebi muito apoio da Zita Pinheiro, minha mãe que vendia pasteis e a avó que vendia carvão. Éramos as três mulheres em acção, carregando heroicamente a sobrevivência da família” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 159).  <b>DESLOCADOS</b>

<p>Casada</p> <p><b>O significado da paz</b> Como profissional na área de comunicação preocupava-se em transmitir mensagens de paz</p> <p><b>Não se posiciona</b> Conta o caminho de superação na história de vida pessoal e familiar.</p> <p>Nascida em 1958, provavelmente tenha trabalhado como jornalista no período da guerra civil.</p>		<p>por meio da formação em Cuba como também os locais em que trabalha que ela está articulada ao governo. A união da família é um valor importante para esta angolana.</p> <p><i>Período negro da história</i> – ruim isso associar um período turbulento a figura do negro, parece-me uma forma preconceituosa é importante principalmente por não ser intencional. E a interiorização. O exemplo da mãe iluminou o seu caminho.</p>	<p>“Foi nesse tempo que Zita Pinheiro nos transmitiu as maiores lições da vida, e hoje os que passam pela sua mão, estão encaminhados pelas raízes seguras que em nós semeou. Ensinou que nada cai do céu e que tudo se partilha: o pão, a dor e a alegria. Dividia a magra refeição, com as pessoas desesperadas que em debandada corriam de esconderijo em esconderijo e com todos os que mais precisavam. Aconselhava as mulheres violentadas, as alcoolizadas. Como crente, fazia trabalhos de costura para igreja. Lavava a roupa da padaria, para ter pão para os filhos, costurava, tratava da horta, fazia micates, tudo para conseguir auto-suficiência da família, de toda a nossa família” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 159).</p>
<b>62. QUERO PARTILHAR AS MINHAS IDEIAS P.160</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> Sem identificação.</p> <p>Isabel Ferreira</p> <p><b>Profissão:</b> Camponesa</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 15 filhos (morreram 8) + 15 netos</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Autoridade coletiva</b> Isabel afirmou ser líder de uma organização feminina, as mulheres da comunidade vão até Isabel para serem aconselhadas sobre os problemas</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>O significado da paz</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Expressão recorrente: juramos a bandeira</p> <p>- Liderança feminina</p> <p>- Alambamento</p> <p>- Sexualidade</p> <p>poligamia</p> <p>- Multa</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O cerne do testemunho de Isabel Ferreira apontou aspectos da cultura africana. A partir da análise do testemunho depreende-se que Isabel reflete sobre as tradições, convenceu o primeiro marido que ele não poderia decidir nada sem diálogo e consenso. Não aceitou a intervenção da família do marido nas questões de sua casa. Durante a guerra civil em 1979 fez juramento da bandeira, recebeu treinamento na Defesa Civil – ODP, aprendeu a atirar com arma de fogo. Sempre vejo casos em que a poligamia o homem tem várias mulheres. Neste caso a mulher teve 2 maridos debaixo do mesmo teto, casou-se muito jovem e com o tempo o marido não conseguia ter relações sexuais. A família de Isabel devolveu o alambamento para que ela fosse livre novamente. Casou-se novamente com um homem jovem, que</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>POLIGAMIA/ALAMBAMENTO / MULTA</b></p> <p>“Vivi assim, debaixo do mesmo tecto, com dois maridos. O Ndo permaneceu o mesmo companheiro fiel, velando pelo gado, ordenhando as vacas e distribuindo o leite pela família sem o menor problema. O Peci revelou-se ser um malandro: está sempre a fugir de casa e anda por aí a amigar e quando volta para casa é para me pedir bois para pagar o ukoi (multa) pois as mulheres com que se amiga por aí, têm maridos, são viúvas ou então separadas e aí a tradição não perdoa, tem mesmo que pagar as multas. Quando fugiu de mim, pela quarta vez eu já não dei nenhum boi, para pagar multa nenhuma. Veio fazer barulho para retirar alguns animais e devolver-lhe o que ele pagou pelo meu alambamento. Mas eu disse-lhe que ele é que saiu de casa, ninguém lhe mandou embora e por isso não levaria nada. Apresentei o caso às autoridades governamentais, estou a espera de solução. Os séculos da área disseram que devo entregar as coisas, mas eu disse que não darei nunca, porque ele não vai devolver o</p>

<p>Não aborda sobre o significado da paz</p> <p><b>Posicionamento</b></p> <p>Orienta as mulheres serem corajosas. Frente a injustiça seja homem ou mulher não se pode calar, todos tem direitos a justiça.</p> <p><b>Aspectos culturais / guerra civil</b></p>		<p>tinha outras mulheres. Isabel era obrigada a dar lhe bois para pagar a multa</p> <p>É um testemunho que nos lembra a diversidade do real. Traz modos de viver de uma comunidade tradicional, com costumes como alambamento pagamento feito a família da noiva para estabelecer o casamento. E multa, quando uma mulher descoberta em adultério, o outro homem tem que pagar uma multa ao marido da mulher. E a lógica da mulher como propriedade.</p> <p>Para além dessas particularidades, é uma narrativa que dialoga com práticas culturais ancestrais. Dialoga com o presente no sentido de ser chefe de uma organização feminina. E traz um horizonte de expectativas quando afirma que é um momento de pensar em liderança feminina de soba e século. É uma narrativa de si pautada na alegria do encontro com mulheres de outras localidades.</p>	<p>meu corpo que usou” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 160-161).</p>
--	--	---	---

**63.A MULHER DEVE LUTAR PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO P.162**

<b>IDENTIFICAÇÃO: J. R.</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>Judite dos Santos Rocheta</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Militar atuou na área da saúde</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>4 filhos e 2 netas</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Teve acesso</p>	<p>-Maternidade solo</p> <p>- Militar</p> <p>-Associações</p>	<p>É uma narrativa de uma mulher que integrou as forças armadas em 1978 com 17 anos de idade. Fez formação de socorrista, de sanitarista. Assumiu a função de comando provincial da ODP no Sumbe. Fez formação materno infantil. Em 1982 aposentou-se. Passando então a participar de associações. Não fica claro porque passou a reforma tão jovem?</p>	<p><b>INTEGRAÇÃO POR VIA DO TRABALHO</b></p> <p>“Sempre acreditei que as mulheres podem fazer muitas coisas e bem por isso, na altura em que achei que devia dar o meu contributo, entrando nas forças armadas eu decidi e entrei em outubro de 1978. [...] Acredito que a mulher pode, deve e ela tem essa capacidade de auxiliar com as suas tarefas, por isso, estou integrada em algumas associações que lutam por melhores condições de trabalho, da Saúde, vida social das famílias</p>

<p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Solteira</p> <p><b>Autoridade coletiva</b></p> <p>Aponta que trabalha pela melhoria das condições de vida.</p> <p><b>O significado da paz</b> Não ressignifica o valor da paz em sua vida.</p> <p><b>Posicionamento:</b> Orienta que a mulher deve estar integrada em associações para lutar pela melhoria das condições de vida, trabalho e saúde.</p> <p>Contexto da guerra civil, este testemunho datado, ingressou nas forças armadas em 1978</p>			<p>etc...” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 162).</p>
<p>UKAI WAKULUNGA ULIMBUSIKILA KO KWENDA</p> <p>A mulher dinâmica vê-se pelo andar.</p>			
<p><b>64. NÃO ESTAMOS A PEDIR DEMAIS, É NOSSO DIREITO COMO CIDADÃOS P.165</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> C. T.</p> <p>Cristina</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Parteira Profissional / Presidente de Associação das Parteiros Tradicionais / vice presidente na área técnica de fitoterapia</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cidadania</li> <li>- Solidariedade</li> <li>- Parto em tempo de guerra</li> <li>Empreendedora</li> <li>- Associação</li> </ul>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>A narrativa da mulher conhecida como “Mãe Cris”, a parteira tradicional, é marcada pelo trabalho e pelo empreendedorismo. Quando criança esteve doente teve um sonho que estava a trabalhar como médica junto a uma equipe num acampamento. Por isso, quando Cristina completou 12 anos a mãe que era parteira tradicional passou a levar ela para assistir aos partos. Com 16 anos passou a estagiar na</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>PARTO</b></p> <p>“No tempo da guerra, os médicos de Chitembo deixaram o hospital, ficando apenas alguns enfermeiros. Juntei-me à equipe e comecei a fazer os partos. Assistia partos, na comunidade, para as mulheres que não conseguiam deslocar-se até ao hospital. Foi uma tarefa dura em tempo de guerra, pois às vezes estavam uma mulher na maca a ter bebé e os tiros começavam, mas não podia abandonar uma parturiente nesses momentos. Muitas vezes fazíamos o parto de cócoras, lá nos esconderijos, como se parturiente e</p>

<p>12 (apenas 7 vivos)</p> <p><b>Ed. Formal</b> Indefinido</p> <p><b>Autoridade Coletiva</b> Faz tratamentos e partos na comunidade independente se haverá ou não pagamento presta socorro. No hospital que criou tem sala de alfabetização para as parteiras tradicionais</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b>  Não menciona</p> <p><b>O significado da paz</b>  Não ressignifica a paz, inquieta se para que as mulheres estejam unidas, e por seu trabalho sejam reconhecidas.</p> <p><b>Posicionamento</b>  <b>Orienta</b> as mulheres a se unirem em busca de valorização, reconhecimento da sua força na família, na comunidade e no país.</p> <p>Pela narrativa não dá pra definir se Cristina realizou os partos em tempo de guerra anticolonial ou civil.</p>		<p>maternidade da missão evangélica de Tchilonda.</p> <p>Após o estágio passou a ser membro da igreja cristã evangélica em Angola, fundou filial por 3 vezes em bairros diferentes e foi discriminada pela população. Por ser mulher, as pessoas indagavam como ela em pouco tempo adquiriu casa e a igreja. Então no bairro do Nzaji fundou um hospital, com uma farmácia moderna e outra de fitoterápica. E uma sala de alfabetização para as parteiras tradicionais. Atende 1500 pacientes por ano, dentre estes 400 partos. Foi presidente da associação das parteiras tradicionais e vice-presidente da área técnica da fitoterapia.</p>	<p>parteira estivessem ambas a ter o bebê” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 96).</p> <p><b>REIVINDICAÇÃO DE VALORIZAÇÃO</b></p> <p>“...deixo uma mensagem para as outras mulheres, para que estejam todas unidas, pois só assim conseguiremos alcançar os nossos objetivos. Nós sempre fizemos muito pela família, pela comunidade e pelo país. É necessário que esta família, esta comunidade e este país, reconheçam a nossa força e o nosso valor. Não estamos a pedir demais, não, é nosso direito como cidadãs” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 166).</p>
<b>65. AS ELEIÇÕES SÃO PRODUTOS DA PAZ E UMA OPORTUNIDADE PARA REDUZIRMOS AS DESIGUALDADES P.167</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> T. D. M.</p> <p>Teresa Domingos Morais</p> <p><b>Profissão:</b>  Chefe de casa mortuária (funerária)</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>Redução da desigualdade</p> <p>- Política</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Esse relato é sobre uma mulher de 64 anos de idade, que afirma ter trabalhado no Ministério da Saúde em 1965, não ficou claro se ela trabalhou na administração colonial ou nas zonas libertadas.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>TRADIÇÃO</b></p> <p>“As tradições e os tabus dizem que as mulheres não têm coragem, só choram diante dos mortos. Pois isso não é verdade. Eu estou aqui, trabalhando com mortos. Um trabalho digno. Claro que foi difícil</p>

<p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>7</p> <p><b>Ed. Formal</b> Técnica de Estatística da saúde</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Não menciona</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p>Oferece uma palavra de consolo a família das pessoas falecidas.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Resultado da paz para Teresa é a harmonia entre vivos e mortos.</p> <p><b>Posicionamento</b></p> <p><b>Orienta</b> que as mulheres se candidatem.</p> <p><b>Defende</b> que as mulheres precisam ser eleitas e elegerem com a finalidade de diminuir a desigualdade social.</p>	<p>- Tradição</p> <p>- Eleições</p> <p>-Educação</p>	<p>(Estados dentro do Estado)</p> <p>A partir de 1983 passou a trabalhar na casa mortuária e em 1993 passou a dirigir a casa.</p> <p>O argumento central na narrativa é que as mulheres são capazes de participar ativamente na vida social.</p>	<p>no princípio. Com o tempo habituei-me” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 167).</p> <p><b>METAS DE FORMAÇÃO</b></p> <p>“...Sei bem que as mulheres são capazes de participar activamente em todos os sectores da vida social, por isso, é tempo de nos superarmos em todos os aspectos como: educação, cultura e economicamente para permitir que haja equilíbrio na governação” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 167).</p> <p><b>ELEIÇÕES</b></p> <p>“Não vamos esperar que o governo nos entregue a meta de 30% de mulheres nos lugares de decisão, sentadinhas no conforto das nossas cozinhas. É preciso ir à luta. Batalhar pelos nossos direitos. Ir às urnas. Elegermos e sermos eleitas. As eleições são produtos da paz é uma oportunidade para reduzirmos a desigualdade. As mulheres devem se candidatar” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 168).</p>
---	--	--	--

**66.COM A PAZ, AS MULHERES DEVEM ORGANIZAR-SE EM ASSOCIAÇÕES, COMO UMA FORMA DE REFORÇAR A UNIDADE ENTRE AS MULHERES DE ANGOLA P. 169**

<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> P. N.</p> <p>Paulina Nhama</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Palestrante em ONG's</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>2</p> <p><b>Ed. Formal</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Solidariedade</p> <p>-Transportar material de guerra</p> <p>-Deslocamentos</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Paulina Nhama, natural da província da Huíla, foi criada pelos avós e teve oportunidade de estudar até a 11º classe. Nesta narrativa, a mulher tem a percepção que não era guerrilheira, tinha que obedecer às ordens dos militares. É um diagnóstico preciso sobre a situação em que viviam muitas mulheres. No contexto de guerra fez trabalhos humanitários,</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>GUERRA</b></p> <p>“Como toda a gente da minha área, suportei os efeitos da guerra. Aguentar as corridas sempre a esconder-me dos ataques. Transportar o material de guerra e obedecer às ordens dos militares, mesmo quando estava grávida do meu 2º filho. Por causa da viuvez, aprendi a sustentar os meus filhos e ainda algumas crianças órfãs que viviam no campo. Foi nesse tempo</p>
---	--	--	---

<p>Quase o ensino médio completo – 11ª classe</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Viúva</p> <p><b>Autoridade coletiva</b></p> <p>Atuou com ajuda Humanitária e em associações. Prática ação educativa via palestras sobre igualdade de gênero.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Oportunidade de refazer a própria vida e educar os filhos com melhores condições de vida.</p> <p><b>Posicionamento</b></p> <p>Condiciona a consolidação da paz a redução das desigualdades. Pontuou associação de mulheres como instrumento para alcance de direitos.</p> <p>Está mulher nasceu em 1958, provavelmente a guerra mencionada seja civil ou fim da luta anticolonial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho humanitário</li> <li>- Redução das Desigualdades</li> <li>- inserção / Igualdade de gênero</li> <li>- ONG's</li> <li>- Associação das mulheres de negócios</li> </ul>	<p>aprendeu a sustentar e cuidar sozinha dos filhos devido a viuvez. Engajou-se a participar de ONG's no seu município tornando-se palestrante sobre igualdade de gênero, valorização da mulher e luta contra a violência doméstica. Relato importante traz um nível de consciência do contexto histórico e estratégias e engajamento social a partir da sua atuação em ONG.</p>	<p>que aprendi a fazer trabalhos humanitários: registo e distribuição alimentar dos deslocados de guerra; aconselhamento e conforto espiritual para animar os desesperados a continuar a viver, com as palavras de esperança e fé em Deus perante a situação em que nos encontrávamos. Muitas pessoas olhavam para nós como pessoas que podiam resolver os problemas de todos, e tínhamos que procurar formas de minimizá-los através de conversas e dos nossos conselhos. Em tempos de paz, todo mundo se alegrou e eu vi nascer a minha esperança de poder ainda ser alguém, educar os meus filhos com melhores condições de vida” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 169).</p> <p><b>INTEGRAÇÃO</b></p> <p>“Para consolidar a paz é necessário reduzir a desigualdade. Promover os direitos humanos e combater a violência doméstica que ainda afecta a maioria das mulheres do nosso país. Achei nas organizações não governamentais que operam no meu Município uma oportunidade para dar o meu contributo. Integrei-me e faço palestra sobre a igualdade de gênero, contra violência doméstica contribuindo para a valorização das mulheres e para o aumento da autoestima sou membro da associação de mulheres de negócios aprendo onde aprende o desenvolver o meu trabalho Organização das mulheres em associações é uma forma que contribui para a maior unidade das mulheres de Angola pois Unidas a nossa voz pode ser ouvidas” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 169-170).</p>
--	---	--	--

**67.PAZ SIGNIFICA TAMBÉM REDUZIR O PESO DAS TRADIÇÕES NEGATIVAS QUE AFECTAM, SOBRETUDO, AS VIÚVAS P.171**

<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>	<b>PALAVRAS - chave</b>	<b>RESUMO:</b>	<b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b>
<p>Tch</p> <p>Tchapona</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>camponesa</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mulher estrategista</li> <li>- Tradição das viúvas</li> <li>- Indiretamente fala sobre Poligamia,</li> </ul>	<p>Nasceu em 1959, pouco antes do início do confronto armado. Teve os pais separados por fofoca, a família paterna dizia que sua mãe era feiticeira. Aos 12 anos tornou-se empregada de um casal de brancos, com a função de segurar o guarda-sol da filha dos</p>	<p><b>TRADIÇÃO DAS VIÚVAS</b></p> <p>“Este homem era muito humano e muito sensível. Fiz-lhe ver a maldade com que a tradição trata das viúvas e dos órfãos. Fiz-lhe sentir que, se um dia morresse, o mesmo</p>

<p>7</p> <p><b>Ed. Formal</b> 4ª classe</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Viúva por 2 vezes</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p>Testemunho versa sobre as práticas culturais, o direito consuetudinário no plano da vida individual como viúva.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Tchapona ressignifica a paz como a redução da importância das tradições, sobretudo para com as viúvas.</p> <p>Posicionamento</p> <p>Orienta que é preciso ajudar as viúvas a não serem reféns da tradição.</p> <p><b>Práticas culturais</b></p>	<p>esposas e filhos no plural.</p>	<p>patrões. Uma professora deixou-lhe ficar em sala de aula e aos poucos Tchapona foi aprendendo também. No segundo ano fez uma prova, a direção permitiu que ela prosseguisse os estudos. A patroa não quis, a filha pediu então a ela permitiu. Tchapona conseguiu estudar até a 4ª série, também aprendeu a costurar. Mas o interessante neste testemunho são as práticas culturais, o direito consuetudinário que vigora nas tradições. Tchapona no primeiro casamento ficou viúva. Conforme a tradição, a família do marido tirou-lhe todos os recursos financeiros e os filhos. Para poder pegar os filhos de volta ela teve que se casar com o primo do falecido marido. Teve mais 2 filhos do segundo casamento.</p> <p>Tchapona, convenceu o marido de levar o gado para outro pasto e fingir que tinham sido roubados. 2 anos depois o marido morreu, como não tinha recursos financeiros para a família apropriar eles não quiseram os filhos. Com os bens estrategicamente defendidos Tchapona custeou a formação dos filhos: médico, engenheiro, agrônoma, duas professoras. Ela insurgiu contra a tradição para cuidar da família. Passou a ser chamada de feiticeira.</p>	<p>aconteceria com as suas esposas e os seus filhos. O homem pensou e concordou comigo. [...] Tenho doces memórias do meu segundo marido. Foi um homem de grande visão que defendeu a família. O desenvolvimento dos nossos filhos só foi possível porque ele aceitou quebrar com as tradições malignas. Por isso eu digo que a libertação da mulher só será possível com a libertação do homem. Chamam-me Maria sabe tudo. Chama-me feiticeira que matou os maridos. A família dos meus maridos falecidos tratam-me como bandida, astuta, manhosa, só porque consegui defender os direitos e os interesses dos meus filhos e restituir-lhes a herança que lhes cabia. A pobreza das mulheres, muitas vezes é causada pelas tradições. Por isso é preciso ajudar as viúvas a melhor defenderem-se das tradições que as empobrecem ainda mais” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 172).</p>
---	------------------------------------	--	--

<b>68.ÀS VEZES VÊM PESSOAS DE MALANJE PARA DANÇAR E BRINCAR COM AS NOSSAS JOVENS AQUI E EU FICO MUITO CONTENTE, A PAZ MEMO CHEGOU P.173</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> S. K. w.</p> <p>Samba Kwaia</p> <p><b>Profissão:</b> Soba, quimbanda e parteira.</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 1</p> <p><b>Ed. Formal</b> Iltrada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Não menciona</p> <p><b>Autoridade coletiva</b> A soba diz ser convidada em outros sobados para se posicionar frente aos problemas.</p> <p><b>O significado da paz</b> A paz é interpelada como desenvolvimento e acesso a direitos básicos para melhorar a qualidade de vida.</p> <p><b>Posicionamento</b> Defende que é melhor não recordar sobre a guerra. A soba não sabe sua idade, não é possível discernir sobre qual guerra não deseja lembrar.</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Mortes de mulheres e crianças nos partos.</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O testemunho da soba Samba compreende a paz a partir de acesso a direitos, ao exercício da cidadania. Relato abre espaço para pensar índices de morte materna nos partos tradicionais.</p> <p>A soba apontou a extensão do sobado, a sanzala possui 18 km, localizada na província de Malanje na cidade de Kumbi Matembo.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>NECESSIDADE DE ESQUECER PARA CONVIVER</b></p> <p>“Não gosto de falar da guerra porque o que já passou, passou. Recordar provoca ódio e outros problemas. Com esta paz o que eu quero é que estes nossos filhos têm escolas, hospitais, água e energia elétrica e boas estradas. Assim que já estão a arranjar a nossa estrada posso dizer que a paz chegou, porque antes trabalhávamos muito e os produtos apodreciam, aqui mesmo, por falta de estrada. Às vezes vem pessoas de Malanje para dançar e brincar com as nossas jovens daqui e eu fico muito contente, a paz chegou” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 173).</p>
<b>69.AS ELEIÇÕES AVIZINHAM-SE, SÃO UMA CONQUISTA DA LUTA DAS MULHERES P.174</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> M. T. T.</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>O relato de Margarida Tchipuku aborda as</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p>

<p>Margarida Tchipuku</p> <p><b>Profissão:</b> Professora</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 5</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ensino superior em Ciências da Educação</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Casada</p> <p><b>Autoridade coletiva</b> O testemunho está centrado na história de vida de Margarida. Porém, é possível ter exercido influencia como professora ou no cargo de subdiretora pedagógica</p> <p><b>O significado da paz</b> Para Margarida com a paz deve se pensar nas mulheres da zona rural, para ampliar acesso a educação.</p> <p><b>Posicionamento</b> <b>Orienta</b> as mulheres lutarem para ter acesso à formação. Candidatar a cargos políticos. Segundo Margarida com a participação na vida pública as mulheres serão reconhecidas, respeitadas e poderão intervir.</p> <p><b>Questões sociais</b></p>	<p>- Educação</p> <p>- Eleições</p> <p>- Superação</p>	<p>limitações e o enfrentamento para ter acesso à educação na infância. Quando criança teve os pais separados, cresceu conforme diz entre afetos divididos, num ambiente de conflito. O pai a levou para uma mulher que não tinha filhos cuidar. A mãe a trouxe de volta para o quimbo. Onde o trabalho duro fez parte da sua trajetória. Cedo pilar e peneirar o fubá, pôr o fubá secar, trabalhar na lavra, lavar roupa no rio e só depois poder comer. A inspiração para mudar de vida era a mulher do pastor. Porque sabia ler e escrever, andava bem vestida e perfumada. Fugiu com a irmã para a missão católica onde estudou em troca de trabalho. Após a quarta classe passou para magistério primário, a mãe não ajudou. Buscou ajuda com o pai, o comerciante fez fiado ela comprou o que era necessário. O pai acabou não pagando quando começou a trabalhar primeiro teve que pagar a mala, as roupas e materiais com juros. Permaneceu estudando, trabalhou, viajou para países da Europa e África. Desempenhou o cargo de subdiretora pedagógica na escola em que trabalhou. Formou os filhos. Deste relato inferi se o fato de mulheres nas zonas rurais têm acesso desigual a bens e serviços em comparação às mulheres da cidade.</p>	<p><b>PARTICIPAÇÃO SOCIAL</b> “A participação das mulheres na vida social, política, econômica, já é um facto, muito embora 90% das mulheres camponesas não tenham ainda possibilidades de participar. Com a paz, é nas zonas rurais que se deve colocar esforço para que as mulheres sejam ouvidas e possam usufruir dos benefícios do desenvolvimento. Já temos mulheres com competências diversificadas que estão fazendo com que a mulher participe da vida, para que seja realmente reconhecida, respeitada e concomitantemente a sua opinião seja compreendida, lá onde for chamada a intervir” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 175-176).</p> <p><b>ELEIÇÕES</b> “As eleições que se avizinham são uma conquista da luta das mulheres. Eu entreguei-me ao trabalho para conseguir uma formação. Com a mesma força, as mulheres se devem erguer para conseguir melhor posição. Devemos também nos candidatar para sermos eleitas e ter bons cargos” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 176).</p>
---	--	--	--

70.ESPERO QUE A PAZ SEJA UM FACTO P.177			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> Pagr</p> <p>Paula de Água Rosada</p> <p><b>Profissão:</b> zungueira</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b> Não menciona</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Não menciona.</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b> Narrativa focada na história de vida individual. Cuida da família.</p> <p><b>O significado da paz</b> Esperança que a paz se consolide.</p> <p><b>Posicionamento</b> Orienta que as mulheres invistam na formação e capacitação. Não dá para discernir se o testemunho sobre a migração forçada é no contexto de guerra de libertação ou civil.</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Deslocados</p> <p>- Empreendedorismo</p> <p>superação</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Conta a experiência de ter sido deslocada, fugindo para o Dongo, onde foram transportados para Luanda. Durante a fuga, tiveram que deixar a avó pelo caminho, seguiram adiante num percurso no qual passaram fome, sede. Após três dias, Paula desfaleceu por sede, um dos homens que caminhavam nesta caravana urinou em suas mãos. Paula voltou a caminhar até chegar num riacho. Em Luanda recebem alimentos do P. A. M. Depois juntou-se com outras mulheres para ir de barco a Benguela comprar peixe seco. Largou a venda dos peixes, e passou a vender vários tipos de bebidas. Pontuou estar realizada por ter uma casa e família constituída.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>RECONSTRUÇÃO NACIONAL</b></p> <p>“Espero que a paz seja um facto: Que as outras jovens mulheres não passem o que eu passei e que apostem na formação e capacitação para que juntas possamos desenvolver este nosso grande e belo país” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 178).</p>
71.SÓ PEÇO A DEUS PARA NOS AJUDAR P.179			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> Sem identificação.</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Uma mulher que espera em Deus auxílio. Ainda</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p>

<p>Cristiane Sobral</p> <p><b>Profissão:</b> Zungueira</p> <p><b>Qt. De filhos:</b> 1</p> <p><b>Ed. Formal</b> Ilustrada. Frequentou a casa de formação feminina aprendeu a bordar, tricotar, costurar roupa.</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b> Não</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> Para ela o que importa é a união.</p> <p><b>Posicionamento</b> Não defende nenhuma ideia, narrou como tornou se mutilada e a luta para sobreviver.</p> <p>Testemunho datado em 1985 contexto de guerra civil quando foi atingida pela mina.</p>	<p>- Cruz vermelha</p> <p>- Mutilação por mina</p> <p>- Luta pela sobrevivência</p>	<p>menina com 12 anos pisou numa mina e perdeu as pernas e o braço direito. Teve auxílio da Cruz Vermelha, depois numa casa de formação feminina aprendeu a talhar, costurar roupa, tricô e bordado. Mas depois aprendeu a fazer Kapuca. Vivia na casa da irmã, o sobrinho empurrava a cadeira de rodas. A testemunha sentia-se humilhada quando o sobrinho forçava a receber esmola e tomava. Depois os sobrinhos passaram a vender os produtos na rua. Essa mulher relata que os sobrinhos roubam. Teve um filho, e o pai não assumiu. Vivi situação limite pois quando tem comida come, quando não tem fica sem. Desejava ter uma cadeira de roda elétrica. Mas não falta ajuda para pegar água.</p>	<p><b>MUTILAÇÃO POR MINA</b></p> <p>“Perdi os meus membros em 1985, quando fui com a mãe e a minha irmã à lavra procurar qualquer coisa para comer” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 179).</p>
<p>Gostaria de ver os meus filhos felizes</p> <p>E a felicidade dos meus filhos</p> <p>É ver o mundo em paz</p> <p>Lina Magaia – Escritora Moçabicana “in stewart ‘s Quatably African Womem”</p>			
<p><b>72.NÃO POSSO DIZER QUE TUDO VAI SEM DIFICULDADES, MESMO COM A PAZ P.183</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> G. F.</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p>	<p><b>RESUMO:</b> É reconhecida no bairro como mãe dos órfãos.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p>

<p>Lina Magaia (Nos nomes expostos na bibliografia nenhum nome inicia com G)</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Cafeicultora/ secretária da UNAC</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>5 filhos biológicos + 10 adotivos</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Sim. Mas, não específica o nível de formação.</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Separada por 2 vezes</p> <p><b>Autoridade coletiva</b></p> <p>Atuou na formação de cafeicultores</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>O excerto do título “mesmo com a paz”, não faz parte da narrativa desta angolana. Não ressignifica a paz</p> <p><b>Posicionamento</b></p> <p>Narra suas experiências pessoais.</p> <p>Não dá para discernir o contexto da guerra mencionado pela testemunha.</p>	<p>- Mãe dos órfãos</p> <p>- Violência de gênero</p>	<p>Acabou cuidando das filhas, filhos de irmãos que morreram, filho de primo, e até o filho do ex-marido que abandonou a criança em sua casa. Que não ajuda a cuidar dos dois filhos que tiveram juntos. Esta mulher cuida com o seu trabalho e o que junto a produção de café na fazenda de 15 crianças. Na Gabela era comum os homens brancos não assumirem os filhos. Acabou por força das circunstâncias cuidando e escolarizando 10 crianças que não eram suas filhas. Foi secretária da UNAC auxiliou na formação de camponeses. Depois foi reenquadrada no setor de educação.</p> <p>Sobre a guerra abordou a humilhação de ser roubada, ter ficado sem as próprias vestes. Daí em diante ficou apática, não fugiu mais da violência. Permaneceu na Gabela cuidando da família e dos cafezais.</p>	<p><b>ABANDONO PATERNO</b></p> <p>“Deram-me o nome de G. F., sou filha de branco, mas o nome do meu pai na minha certidão não reza. O nome que está na minha certidão, não é o verdadeiro nome dele. Não é um caso isolado, aqui na Gabela” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 183).</p> <p><b>VIOLÊNCIA DE GÊNERO</b></p> <p>“Foi num dos tempos quentes em que fui surpreendida na minha casa. Felizmente pouparam-me a vida, mas a humilhação foi grande, além de levarem tudo que à volta, levaram também o que estava sobre o meu corpo. E como se não bastasse como humilhação, começaram a disputar-se para ver quem levaria a mulata para ser sua. Mas milagre de Deus, uma voz sensata ordenou que partissem e que não me tocassem. Lembro-me que depois enviaram uma criança para buscar o bacio que tinha sido esquecido. Mesmo depois disso não me deu para fugir. Fiquei apática. Hoje dá para rir” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 183).</p>
<p><b>73. ESTOU EM VIDA, ASSIM MESMO COMO ESTOU, UMA PERNA SÓ P.185</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b></p> <p>L. E. – Gabela (região em Angola)</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Mina</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>Um relato de sofrimento, embora soubessem que havia minas, motivada</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>DEPRESSÃO</b></p>

<p>Luísa Eduardo</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Foi servidora pública na administração municipal de conda, antes de perder a perna.</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>Indefinido</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Não menciona</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Não menciona</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Não ressignifica a paz. O título deste testemunho suaviza o conteúdo melancólico do relato.</p> <p><b>Posicionamento</b></p> <p>Narra suas experiências pessoais referente ao trauma da mutilação.</p> <p>Testemunho datado perdeu a perna esquerda em 1984, contexto de guerra civil.</p>	<p>- Mutilação</p> <p>- Depressão</p>	<p>pela necessidade de pôr comida na mesa. Subiu a montanha numa área controlada por soldados. A explosão de uma mina tirou-lhe a perna esquerda, segundo Luísa Eduardo também a vontade de viver.</p>	<p>“Essa guerra mesmo, me fez perder muitas coisas, até a vontade de viver de lutar, de trabalhar, tudo me acabou. Assim mesmo como estou, uma perna só, mas nasci bem mesmo, como as outras, agora é nas muletas, assim mesmo como estão me ver...” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 185).</p>
---	---------------------------------------	--	---

**74.TENHO DE NASCER – JÁ ESTAMOS EM PAZ P.186**

<p><b>IDENTIFICAÇÃO: Z</b> – varredora de rua</p> <p>Zélia de Luanda</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Varredora de rua</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Varredora de rua em Luanda</p> <p>- Condições de vida precária</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>É uma narrativa de uma jovem mulher grávida de 8 meses do segundo filho. Sofre humilhações trabalhando como varredora de rua em Luanda numa empresa privada. O marido trabalha só quando aparece. Ela sustenta a casa. Com 22 anos sem perspectiva. As questões</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>POLIGAMIA</b></p> <p>“Eu estou mesmo a viver com meu marido, mas ele tem mais duas, e também nem sempre assume, e ele só trabalha quando aparece, ele é ladrilhador. Porquê que estou com ele? Eh! se este já é o segundo filho, vou fazer mais como? Um dia a vida</p>
--	--	--	---

<p>2</p> <p><b>Ed. Formal</b> Iltrada</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b>  Sim.</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b>  Não aborda diretamente a paz, aponta que com a guerra morreu muita gente.</p> <p><b>Posicionamento</b>  Narra suas experiências pessoais.  guerra civil</p>	<p>- Poligamia</p>	<p>que a entrevistadora fez podem ter lançado alguma luz.</p> <p>A família do pai dela, todos os tios perderam um filho, quando o seu pai abandonou a família. A família paterna queimou a casa deles acusando sua mãe de feitiçaria de ter comido os filhos dele.</p>	<p>pode melhorar, eu também não vou ficar sempre a varrer na rua, quando os meus filhos estiverem um pouco mais grandes vou procurar outro emprego para poder estudar...” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 186).</p>
<b>75.O MAL JÁ É ESSE SIDA QUE NOS IMPEDE DE VIVER EM PAZ P.187</b>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b> Sem identificação.</p> <p><b>Profissão:</b>  Prostituta</p> <p><b>Qt. De filhos:</b>  2</p> <p><b>Ed. Formal</b> Não é mencionado</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b>  Solteira</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b> Testemunha não ressignifica a paz</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>- Sobrevivência</p> <p>- Prostituição</p> <p>- AIDS</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>A entrevista teve função de orientação sexual, a Coautora deu camisinhas, explicou sobre a necessidade de consultar fazer o teste AIDS, nela e nos gêmeos.</p> <p>O testemunho traz como esta mulher tornou-se prostituta.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>PROSTITUIÇÃO</b></p> <p>“Afiml ainda há pessoas que se preocupam com os outros. Muito obrigada com as camisinhas. Estou só a criar umas condições, depois vou deixar esta vida. Vou arranjar marido e cuidar dos meus filhos. Não quero que eles saibam que sou prostituta” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 188).</p>

<p><b>Posicionamento</b></p> <p>Narra suas experiências pessoais.</p> <p><b>Questões sociais</b></p>			
<p><b>76.NÓS, AS MULHERES, QUEREMOS APOIO PARA ATINGIR MAIS LUGARES DE CARGOS DE CHEFIA P.189</b></p>			
<p><b>IDENTIFICAÇÃO:</b></p> <p>(testemunho coletivo)</p> <p>1ª J. S.</p> <p>Josefa dos Santos</p> <p><b>Profissão</b></p> <p>Inspetora</p> <p><b>Qt. De filhos:</b></p> <p>5</p> <p><b>Cônjuge ou companheiro:</b></p> <p>Viúva</p> <p><b>Ed. Formal</b></p> <p>Sim</p> <p><b>Sem autoridade coletiva</b></p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Testemunha não ressignifica a paz.</p> <p><b>Posicionamento</b></p> <p>Narra suas experiências pessoais.</p> <p>guerra civil - 1999</p> <p>2ª H. F.</p> <p>Helena Franco</p> <p>Desempregada</p>	<p><b>PALAVRAS - chave</b></p> <p>1ª</p> <p>- Deslocamento - separação dos filhos para protege-los</p> <p>2ª</p> <p>Educação meio para conseguir trabalho</p>	<p><b>RESUMO:</b></p> <p>1ª J. S. → Esta mulher foi considerada bastarda, filha fora do casamento. Os irmãos não queriam que estudasse. Ela seguiu em frente estudando e trabalhando. Fez curso militar, subi na profissão. Em 1999 momento difícil enviou os filhos para Luanda, para ficarem longe do local das batalhas. Como ficou viúva criou só os 5 filhos</p> <p>2ª H. F. mulher desempregada, gostaria de estudar.</p>	<p><b>CITAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS REMEMORADOS:</b></p> <p><b>TRAJETÓRIA PROFISSIONAL</b></p> <p>1ª “A minha saída foi dedicar-me aos estudos e ao trabalho, mesmo contra a pressão dos irmãos que achavam que uma mulher não deveria estudar... Conclui a 8ª classe em 1982. Depois ingressei na Segurança do Estado, para um curso militar. Desempenhei várias funções de destaque, passando por cursos até atingir o grau de 2º Tenente. Hoje sou Inspetora” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 189).</p> <p><b>DESEMPREGO</b></p> <p>2ª “Nós as mulheres queremos apoio para atingir mais outros lugares de cargos de chefia porque este país tem</p>

<p>3<sup>a</sup> S.</p> <p>Sambita</p> <p><b>Profissão</b></p> <p>Zungueira</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Ainda não vive em paz.</p> <p>4<sup>a</sup> C.</p> <p>Celestina</p> <p><b>Profissão:</b></p> <p>Zungueira de açúcar e sal.</p> <p><b>O significado da paz</b></p> <p>Representa desenvolvimento na província e possibilidade das pessoas viver bem.</p> <p><b>Posicionamento</b></p> <p>Trabalhar e estudar</p>	<p>3<sup>a</sup></p> <p>- Depressão</p> <p>- Pobreza</p> <p>4<sup>a</sup> discurso de desenvolvimento: educação e trabalho</p>	<p>3<sup>a</sup> S. Condições de vida precárias lhe tirou a oportunidade de estudar.</p> <p>4<sup>a</sup> C. significa a paz como libertação da opressão.</p>	<p>mais mulheres que homens” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 189).</p> <p><b>OPRESSÃO</b></p> <p>3<sup>a</sup> “Vendo na praça do Xa-wande, vendo carne. Estudava na escola grande, a minha mãe adoeceu e me mandou buscar. Não sei ainda o que é a paz. Para mim ainda não chegou” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 189).</p> <p><b>DESENVOLVIMENTO</b></p> <p>4<sup>a</sup> “A paz é uma coisa que veio para a pessoa viver bem. Na guerra vivíamos oprimidos. Agora podemos desenvolver a nossa Província, trabalhar e estudar. Eu vendo açúcar e sal, no bairro da katepa” (Kasembe; Chiziane, 2008, p. 190).</p>
<p><b>Conclusão</b></p> <p>“Heroínas sem Nome é, acima de tudo, uma tentativa das Mulheres Angolanas de não permanecerem no silêncio, de partilharem um sofrimento que oxalá um dia sirva para cimentar o momento de paz em que vivemos agora.” (KASEMBE; CHIZIANE, 2008, p.191).</p> <p>→ ONG Ajuda Popular da Noruega – “tem um programa para promover a participação da mulher na vida pública e política, decidiu que as próprias mulheres poderiam ser as Autoras” (Kasembe; Chiziane, 2008, p.191).</p> <p>→ por via da leitura percebi que a construção da subjetividade e empoderamento feminino está ligado a não precisar que outra pessoa decida os caminhos, motivações ou as ações a desempenhar, porque não existiria autonomia sem oportunidade de escolha, mas o processo de mediação refletido pelas mulheres permite que se delinieie em conjunto uma direção mais segura para avançar.</p>			
<p>Bibliografia → nomes das testemunhas, fora de ordem alfabética e não contém em alguns casos conexões nome com as siglas apresentadas no fim de cada narrativa. Em alguns casos só o primeiro nome. E o último item escrito apenas: As mulheres que não deram o nome</p>			

As entrevistadoras (currículo)

- 1- Verônica Florença Cassongo Rito
- 2- Maria de Lourdes Tchyyeka
- 3- Maria Rosa Gonçalves
- 4- Maria Stela J. P. Americano da Costa
- 5- Amália Palmira E. F. Matongueiro
- 6- Lauriana Guilherme Luciano
- 7- Balbina Martins da Silva
- 8- Margarida Tchipuku
- 9- Belinda Chipongue

Anexo

- Tabela com dados comparativos entre homens e mulheres nos cargos políticos de ministro(a) e deputado(a). Estes dados demonstram que a mulher ainda está lutando pela conquista da Igualdade de gênero.
- Cronologia histórica selecionada pela equipe de elaboração d' *O Livro da Paz da mulher angolana: As heroínas sem nome*, como marcos espaço temporal importantes na vida dos angolanos e angolanas.

**ANEXO A: DOIS TESTEMUNHOS DE MULHERES CONTIDOS EM *O LIVRO DA PAZ DA MULHER ANGOLANA: AS HEROÍNAS SEM NOME.***

## ESTOU EM PAZ COMIGO MESMA

A paz é um bem supremo que se deve agarrar, para não fugir. Em 75, a paz veio por pouco tempo e logo fugiu, mas graças a Deus voltou. Pode até haver paz no país e em todo o lado, mas haver guerra dentro da gente.

A minha maior guerra foi pela realização do meu sonho: eu só queria aprender a ler e a escrever. A tradição me negou essa oportunidade por ser mulher. O regime negou-me por ser preta. A minha mãe, lutou à sua maneira para me ajudar e por isso muito cedo comecei a vida de criada, com promessas de poder ir à escola em troca de serviços. Andei de patroa em patroa, num percurso que durou 15 anos. Não consegui vencer esta guerra, perdi.

Fico muito triste quando vejo gente nova a desperdiçar as oportunidades que têm de estudar e formar-se, agora que estamos em paz. Eles não imaginam o sofrimento do povo angolano para a conquista desta liberdade.

A minha mãe, lavadeira de um funcionário da administração, decidiu procurar alguém a quem eu pudesse servir em troca de estudos. Negociou as condições com a esposa desse funcionário e me entregou como criada. A minha patroa era tão má e tão irresponsável que me deixava os cuidados da criança recém-nascida quando tinha apenas 7 anos. Não aguentei. Saí de lá aos 9 anos, sem aprender uma única letra. De novo, a minha mãe me arranja outra patroa com novas promessas. Fiquei com essa família em Porto Amboim e depois em Quilenda, onde fui muito maltratada, durante 15 anos. Cuidava das lavras, enxotava os pássaros depois das sementeiras, mas não me deixaram aprender uma só letra.

Essa patroa dava falsas notícias à minha mãe dizendo que eu estava a estudar bem, estava gordinha e era inteligente. Ela mantinha-me prisioneira e não me deixava ver ninguém. No dia que pedi para ir ver os meus pais ela disse: já te sentes mulher, queres ir amigar. O teu pai já tem muitos filhos e não te pode sustentar. Vais para lá passar fome, fica, estás melhor aqui.

As outras trabalhadoras da roça diziam-me: foge dessa patroa, qualquer dia te vai matar. Um dia, pedi ao carteiro para me levar de volta à casa da minha mãe. Foi então, que o meu tio veio para me libertar. Saí daquela casa mas não consegui fugir. O sol era forte e o chão muito quente, eu estava descalça e não

podia mais caminhar. Tentámos dar uns passos, quando ouvimos o ruído do tractor que me perseguia. Escondi-me no capim. Perguntaram ao meu tio se me tinha visto e ele disse que não. Quando lhe apontaram a arma, lembrei-me do homem a quem mataram na semana anterior, acusando-o de ser o ladrão de porcos, para depois o enterrar ali na roça, sem dar nenhuma informação à família. Perdi a coragem, saí da mata e entreguei-me.

Mais tarde aprendi a costurar e tornei-me costureira famosa, mesmo sem saber ler. Casei depois com um branco, que me abandonou por causa do racismo e me deixou uma filha mulata. Voltei a casar-me com um negro e tive mais quatro filhos. Este casamento também acabou, porque este marido preferiu trocar-me por uma prima.

Vivi os terrores da guerra de 1961. Os colonos cortaram dois dedos das mãos e dois dos pés ao marido da tia Chica e lhe tiraram todas as roças. Eu, como mulher de branco, não sofri directamente. Felizmente, em 1975 veio a paz. Vi muitos colónos a abandonaram o que nos tinham arrancado à força, e a fugirem da própria consciência.

Finalmente, aprendi a ler e a escrever só aos 40 anos. Fui funcionária do Estado e hoje sou reformada. Lutei muito para sobreviver e eduquei cinco filhos sozinhos, transmitindo-lhes valores aprendidos na escola da vida: “tunga né (coabite com ele para o conheceres). “Jikula o messu” (abre o olho). Ensinei o valor do perdão e também perdoei, seguindo as lições da Bíblia que diz: orai e vigiai.

Apesar de um lar sem pai, com o meu alento, os meus filhos se transformaram em pessoas fortes. Tornaram-se engenheiros, doutores, altos funcionários do governo. Hoje, os pais, sentem muitos remorsos não terem participado em nada, na educação destes filhos.

Eu fui trocada por dois maridos, mas não perdi a confiança. Busquei a fé em Deus e me ergui com mais força. Nunca desisti de lutar, perdi umas batalhas, mas ganhei outras. Provei que a mulher tem capacidade para gerir a própria vida e até do país. Diz Deus: “o meu povo perece por falta de conhecimento”. Se a todas as mulheres fosse dada a oportunidade de aprender, quão grande seria a nação angolana!

Por experiência, também aprendi, que a mulher é rija como o pau-preto, pau-ferro, resiste a tudo, à violência, ao sofrimento. Mesmo sendo discriminada pelas leis e pelas tradições ela faz sobreviver gerações, porque é dura como diamante. Mulher é petróleo bruto. Refinada, dá muitos derivados. Mulher é livro fechado, enciclopédia. Aberto, revela mundos maravilhosos. Mulher é sabedoria. Constrói a vida pela prática: a teoria vem depois.

Eu digo e repito, nós as mulheres podemos transformar o nosso mundo, mesmo que o marido nos abandone. Nós mulheres, somos força, poder. Basta crermos. Nós somos. Nós podemos.

*M. 65 anos. 5 filhos.*

## MUITO OBRIGADO À PAZ



Eu sou B. M. natural do Moxico. Eu estou só a contar, eu B. M., como me nasceu minha mãe. Quando entrou na guerra eu sou juventude (era jovem) agora entrou na guerra com o material que estava na Zâmbia, agora na Zâmbia eu também pegou arma, levar as coisas do material da Zâmbia para Moxico, Zâmbia para Kakonda, Zâmbia para Kakumba, Zâmbia para Kuandu Kubangu, Zâmbia para não sei onde é mais ali ... Cunene.

Agora eu estou falar, eu B. M. estou falar aqui, estou muito contente, muito obrigado, você veio na minha casa para falar comigo. Eu já está cabelo branco. Como não tem mais guerra na mata, eu veio aqui, eu B M fez guerra na mata contra português ; na mata não tem água, a pessoa tem fome, só tem farelo. O quê é ? Mudar de roupa ? Você tem roupa na mata ?! Ali só tem sofrimento. Hoje, eu B. M., está mesmo falar verdade. Muito obrigado à paz. A gente somos antigos combatentes a gente fez guerra com os portugueses. Você mulher ir sozinha na mata, lutar contra português, ninguém te mandou. Você só querer acabar vingança de português contra nossa terra.

Mulher na mata a combater, nós eráim muitas. A gente lutou mesmo ao lado do homem, nós viu, às vezes a mulher tem mais coragem que homem. Quando os português ficar zangado, o homem mesmo te foge, te abandona: e você

tens que se defender, mesmo com tua arma, com filho nas costas e outro agarrado na calça da tua farda.

Agora que a paz chegou marido quer te bater? Quer te mandar parece tua mãe que te nasceu ou mesmo teu dono que te comprou? Eu B M vou dizer a verdade, esta paz veio também para as mulheres. Nós lutou, até prortuguês fugir, lutou até guerra acabar, por isso eu vou cantar...(cantava). Eu usava farda sim; as outras também. Era a nossa roupa. Ali você esquece mesmo que é mulher.

Quando chegou já 1975 saiu já da mata. Agora eu foi para Saurimo brodar. (bordar). Esperar homem para te dar lugar? Pruquê (porquê), se na mata às vez te fugia, com arma, com criança, com população? Não é preciso ter medo, nada. Estou a combater na vida agora mesmo. Tudo é lutar, mas não é como na mata. Agora é fácil. Se eu era juventude? Ah, ia candidatar mesmo. Vir outras mulheres para me votar bem mesmo.

Eleições é nova frente de luta, para a mulher ganhar e ficar bem. Temos que participar! Pruisso (Por isso) estou só a cantar, eu B.M., como me nasceu minha mãe.

*B M 60 anos.*